

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 85 QUARTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2016



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3° Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º Vago



Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1.1.1 – ABERTURA	
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	
1.1.2.2 – Oradores	
SENADOR DÁRIO BERGER - Defesa da redução da taxa básica de juros	
1.1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 12 horas, no Plenário do Senado Fed lestinada a homenagear a memória do Ex-Senador Jarbas Passarinho	
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder - Críticas ao impedimento da Presidente da República; e o	
assunto.	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Balanço das medidas adotadas no primeiro mês pelo Governo interir	
SENADORA ANGELA PORTELA - Registro do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, comemo no último dia 12; e outro assunto	
SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Defesa da preservação de legislações que asseguram a destinação de re 	
SENADOR CIDINHO SANTOS, como Líder - Registro da participação de S. Exª em reunião com Ministro	
agricultura de países que compõem o G20 em evento ocorrido na China; e outro assunto	
SENADOR RICARDO FERRAÇO - Defesa do afastamento definitivo da Presidente Dilma Rousseff e crític	
entativas de movimentos sociais ligados ao PT de desqualificar o Presidente em exercício	
SENADOR ROBERTO MUNIZ - Expectativa com a apreciação, pelo Senado, da Medida Provisória nº 715/2	
ı qual destina recursos para o Fundo Garantia-Safra	
SENADORA LÍDICE DA MATA - Repúdio aos assassinatos ocorridos em boate de Orlando, nos Estados	
los; e outros assuntos.	
SENADOR PAULO PAIM - Registro de manifesto de magistrados da Justiça do Trabalho contrários à fle	
ização da legislação trabalhista; e outros assuntos	
1.1.3 – ORDEM DO DIA	
1.1.3.1 – Item extrapauta	
Mensagem nº 52/2016 (nº 305/2016, na origem), do Presidente da República em exercício, que subr a apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da eira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil jur	Car-
República Argentina	
1.1.3.2 – Questão de Ordem	•••••
Suscitada pelo Senador Randolfe Rodrigues, a ser respondida oportunamente pela Presidência	
1.1.3.3 – Item extrapauta (continuação)	•••••
Mensagem nº 52/2016 (nº 305/2016, na origem), do Presidente da República em exercício, que subr	nete
a apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da	
eira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil jur	
República Argentina. Aprovada, após Parecer nº 556/2016-CRE (votação nominal)	
1.1.3.4 – Item 2	
Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Sur	licv
que altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência s	
o amparo à mulher vítima de violência. Aprovada em primeiro turno (votação nominal)	
1.1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.1.4.1 – Apreciação de requerimento	
Nº 443/2016, dos Senadores Marta Suplicy, Randolfe Rodrigues e outros. Aprovado	•••••

1.1.4.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)
Sobre a escolha dos agraciados com a Comenda Senador Abdias Nascimento, em sua terceira edição
1.1.4.3 – Oradores
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE - Importância do uso da tecnologia digital como ferramenta de transparênc
e controle social dos gastos públicos.
SENADOR EDUARDO AMORIM - Entusiasmo com o anúncio de investimentos em infraestrutura a serei realizados pelo Governo interino no Estado de Sergipe; e outros assuntos
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Defesa da continuidade do Programa Mais Médicos.
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Delesa da continuidade do Programa Mais Medicos SENADOR PAULO PAIM - Preocupação com as tentativas de redução de direitos trabalhistas no País e crítica
ao Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013
1.1.5 – ENCERRAMENTO
1.2 - MATÉRIAS E DOCUMENTOS
1.2.1 – EXPEDIENTE
1.2.1.1 – Comunicações
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de cessão provisória, ao Bloc
Parlamentar Democracia Progressista no Senado Federal, de uma vaga de titular na Comissão de Agricultura
Reforma Agrária (Ofício nº 50/2016)
Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Senado Federal, de indicação de membr
para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em vaga cedida pela Liderança do Bloco de Apoio a Governo no Senado Federal (Memorando nº 18/2016)
Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Senado Federal, de indicação de membr
para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vaga cedida pela Liderança do Bloco de Apoio a
Governo no Senado Federal (Memorando nº 19/2016)
Da Liderança do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia no Senado Federal, de indicação de membr
para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol, em vaga cedida pela Liderança do Bloco de Apoi
ao Governo no Senado Federal (Ofício nº 35/2016)
Da Liderança do Governo no Senado Federal, de indicação dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Jos
Medeiros, Davi Alcolumbre, Hélio José e Ricardo Ferraço como Vice-Líderes do Governo no Senado Federal (Me
morando nº 17/2016)
Do Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento, de escolha dos agraciados na terceira edição o
Comenda (Ofício nº 3/2016)
1.2.1.2 – Discurso encaminhando à publicação
SENADOR GLADSON CAMELI - Defesa do projeto de lei de autoria de S. Exª que limita ao dobro da taxa sel
os juros cobrados por operadoras de cartão de crédito
1.2.1.3 – Encaminhamento de matérias
Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 24/2012 à Comissão de Assuntos Econômicos
Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 471/2012 à Comissão de Assuntos Econômicos, e poste
riormente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2013
1.2.1.5 – Mensagem do Presidente da República em exercício
Nº 53/2016 (nº 321/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MA
RIO POVIA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários
1.2.1.6 – Projetos de Lei do Senado
Nº 242/2016, do Senador Davi Alcolumbre, que regulamenta o serviço de Call Center e estabelece penalidade
nos casos que menciona
N°243/2016, do Senador José Medeiros, que <i>altera a Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui</i>
Código de Trânsito Brasileiro, para tratar da obrigatoriedade de rastreamento dos veículos removidos
N° 244/2016, da Senadora Simone Tebet, que <i>altera a Lei n° 12.681, de 4 de julho de 2012, para incluir a cole</i> t
de dados específicos de violência contra a mulher entre as finalidades do Sistema Nacional de Informações de Segu
rança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP
Nº 245/2016- Complementar, do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro d
1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário No
cional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito
N° 246/2016, do Senador Omar Aziz, que institui o art. 302-A na Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Co
digo de Trânsito Brasileiro, para tipificar o crime de homicídio doloso na direção de veículo automotor e considera
doloso o homicídio cometido sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependênci
ou durante participação, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda exibição ou demonstr ção de perícia em manobra de veículo automotor
çuo de pencia en indiodia de veiculo automotoli

Nº 247/2016-Complementar, do Senador Omar Aziz, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias	
constantes dessa lei	
1.2.1.7 – Requerimentos Nº 433/2016, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Márcio Antonio de	
Oliveira	
Nº 434/2016, do Senador Romário, de informações ao Ministro de Estado da Educação	
Nº 435/2016, do Senador Cidinho Santos, de oitiva da Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional	
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208/2012	
Nº 436/2016, do Senador Romário, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 182/2016. Deferido	
Nº 437/2016, do Senador Cristovam Buarque, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 253/2006. Deferido	
Nº 438/2016, do Senador Cristovam Buarque, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 191/2008	
Nº 439/2016, do Senador Cristovam Buarque, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 319/2008	
·	
Nº 440/2016, do Senador Cristovam Buarque, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 2/2010	
Nº 441/2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs	
24, 51, 324, 753/2015 e 58/2016	
Nº 442/2016, do Senador Paulo Bauer, de oitiva da Comissão de Transparência e Governança Pública sobre	
o Projeto de Lei da Câmara nº 140/2015	
Nº 443/2016, dos Senadores Marta Suplicy e Randolfe Rodrigues, de voto de solidariedade ao povo norte-	
-americano e à comunidade LGBT em decorrência do atentado	
1.2.1.8 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Substitutivo da Câmara nº 1/2016 ao Projeto de Lei do Senado nº 260/2013	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Substitutivo da	
Câmara nº 25/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 201/2011	
1.2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
1.2.2.1 – Mensagem n° 52/2016	
Lista de votação	
1.2.2.2 – Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2012	
Matéria aprovada	
Lista de votação	
1.2.3 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL	
1.2.3.1 – Comunicações	
Da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista	
destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 720/2016 (Ofício nº 188/2016). Será feita a substituição	
solicitada	
Da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista	
destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 723/2016 (Ofício nº 189/2016). Será feita a substituição	
solicitada	
Da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista	
destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 724/2016 (Ofício nº 190/2016). Será feita a substituição	
solicitada	
Da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista	
destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 726/2016 (Ofício nº 192/2016). Será feita a substituição	
solicitadasolicitada	
Da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista	
destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 728/2016 (Ofício nº 193/2016). Serão feitas as substi-	
tuições solicitadas	
Da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista	
destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 729/2016 (Ofício nº 194/2016). Será feita a substituição	
solicitada	
Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, referente às indicações dos Srs. Parla-	
mentares para o remanejamento de recursos das programações orçamentárias oriundas de emendas individuais	
com impedimento considerado insuperável, bem como outras medidas saneadoras (Ofício nº 95/2016) (vide	
item 3.1)	
1.2.3.2 – Relatórios	
Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao primeiro quadrimestre de 2016, dos seguintes órgãos: Conselho	
da Justiça Federal (Ofício nº 2854/2016, na origem) ; e dos Tribunais Regionais do Trabalho das 6ª, 9ª, 13ª, 20ª e	
22ª Regiões (Ofícios nºs 486, 25, 70, 79 e 221/2016, na origem)	
g (

2 – DOCUMENTOS DIVERSOS 2.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Despacho3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	172
3.1 – INDICAÇÕES QUANTO AOS IMPEDIMENTOS DE ORDEM TÉCNICA À EXECUÇÃO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS AO ORÇAMENTO 2016	
SENADO FEDERAL	
4 - COMPOSIÇÃO	174
4 – COMPOSIÇÃO5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	177
6 - LIDERANÇAS	178
6 - LIDERANÇAS	181
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	201
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	207
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	259
CONGRESSO NACIONAL	
11 - COMISSÕES MISTAS	283
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	297

95ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 14 de Junho de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, das Sr^as. Angela Portela, Regina Sousa, Fátima Bezerra, dos Srs. Paulo Paim, José Pimentel e Randolfe Rodrigues.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 13 minutos e encerra-se às 19 horas e 32 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária

95° Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas Período: 14/06/2016 07:00:00 até 14/06/2016 20:30:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X

Emissão 14/06/2016 20:31:24

Partido	UF	Nome Senador	Presença	
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PSDB	SP	José Aníbal	X	X
PSD	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
	BA	Otto Alencar	X	X
PSD	SC	Paulo Bauer	X	X
PSDB			X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira		
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	
PP	GO	Wilder Morais	X	X
	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 74 senadores.

Emissão 14/06/2016 20:31:24

ATA

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai a publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide item 1.2 do sumário**)

Convido para fazer uso da palavra o Senador Dário Berger, em permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin, como orador inscrito.

Com a palavra V. Exa.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Angela Portela, meus cumprimentos a V. Exa, que preside os trabalhos nesta sessão. Quero cumprimentar também os demais Senadores e demais Senadoras.

Srª Presidente, eu quero me reportar a uma manifestação do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que afirmou em reunião com empresários em São Paulo que a economia do Brasil atravessa o pior momento desde a Grande Depressão de 1930.

Do encontro, as principais reivindicações dos empresários foram: a redução dos juros, facilitar o crédito, estimular as exportações, manter o câmbio no patamar atual e não aumentar – como aumentar? – imposto. Teclas em que, diga-se de passagem, tenho batido sistematicamente desta Tribuna.

O que é pior, o resultado disso tudo: o desemprego já bateu à porta de mais de 11 milhões de brasileiros e brasileiras. Nos últimos 12 meses, 1,8 milhão de brasileiros e brasileiras perderam o emprego.

A cada uma hora, hoje, no Brasil, 240 brasileiros estão perdendo seu emprego. Essa é a dura realidade do presente.

Para analistas, o novo Presidente da autoridade monetária, o Dr. Ilan Goldfajn, que tomou posse no dia 9, próximo passado, só conseguirá levar o custo de vida para a meta de 4,5% se o Governo fizer o tão propalado ajuste fiscal.

Há quanto tempo, nós estamos falando em ajuste fiscal, aqui, nesta Casa legislativa? Desde o primeiro dia, no início de fevereiro, quando tomei posse, esse tema não nos sai da pauta.

Portanto, a última reunião do Copom – o que é pior, na minha opinião – manteve a taxa de juros, a famosa taxa Selic, em 14,25%. Um absurdo, Sras e Srs. Senadores, se compararmos o Brasil a outros países, como, por exemplo, os EUA, em que os juros são da ordem de 0,25%.

Vou repetir, para que as pessoas possam realmente acreditar: enquanto a taxa de juros no Brasil é de 14,25%, nos Estados Unidos, tiram-se os 14%, e fica-se com 0,25%.

Mas não vamos parar por aí: no Japão, os juros são da ordem de 0,00%; na Alemanha, de 0,25%.

Descontada, Sras Senadores e Srs. Senadores, a inflação dos países que mencionei, o Brasil continua com a maior taxa de juros do mundo, de 6,79%, seguido de longe pela China, que pratica juros da ordem de 2,71%.

E o que é pior para nós e melhor para a China: no ano de 2015, a China reduziu a taxa de juros em pelo menos quatro vezes, para ampliar o crédito, para fomentar o investimento, para gerar emprego, para gerar crescimento econômico.

A Rússia, que é um concorrente direto nosso, que também se encontra numa crise econômica e financeira bastante significativa, pratica juros da ordem de 2,3%. Na Indonésia, os juros são da ordem de 2,29%, e, na Índia, os juros são da ordem de 1,67%.

Pois o novo Presidente do Banco Central assume com vários e enormes desafios pela frente: primeiro, com o rombo fiscal de R\$170 bilhões, valor equivalente a 2,75% do PIB; segundo, com uma inflação bem próxima de dois dígitos; e com o desafio de equilibrar as contas públicas.

O Congresso deve aprovar o limite dos gastos públicos e também a reforma da Previdência.

Alegou aqui, na sabatina, aos Senadores o novo Presidente do Banco Central que o Governo deve aprovar as medidas para equilibrar as contas públicas, sem as quais não será possível reduzir as taxas de juros.

Aí eu digo: legal, ótimo! Deixa como está, porque, assim, nós estamos pagando cerca R\$960 bilhões com os juros e a rolagem da dívida. E o que é pior: estamos investindo em saúde e educação cerca de 10% disso.

Como pode um país sobreviver pagando R\$960 bilhões de juros e rolagem da dívida, investindo R\$90 bilhões em saúde e educação? É o que nós estamos percebendo nos hospitais, nos postos de saúde, nas UPAs, nas Policlínicas, nas unidades básicas, onde a população não tem mais um serviço de qualidade que possa trazer orgulho ao povo brasileiro.

Isso está me parecendo aquela máxima de que nós continuamos mandando lembrança para quem não conhecemos, porque continuamos insistindo com a taxa de juros nesse patamar.

Bem, até parece que não estamos no fundo do poço e que precisamos de medidas urgentes para enfrentar esta recessão, que corrói o padrão de vida dos brasileiros e das brasileiras e que destrói nossas indústrias, nossas empresas.

Até parece que emprego nasce em árvores. Pelo contrário, emprego quem gera são as nossas empresas, que estão sufocadas pelos juros absurdos praticados no Brasil de 14,25% da taxa Selic.

É, vamos manter até quando essa taxa de juros absurda? E com ela vamos manter o pagamento de juros, como eu já disse, de R\$400 bilhões; vamos manter também o serviço da dívida de mais de R\$500 bilhões, dando R\$900 bilhões de pagamento dos juros e da rolagem da dívida? Isso, na minha opinião, chega às raias do absurdo.

Até aí, tudo bem? Tudo bem, nada! Tudo errado! Não é preciso ser economista para perceber que isso está errado. É só pegarmos e observarmos o desempenho da execução orçamentária de 2015 para ver que há muita coisa errada e preocupante. Um dos maiores rombos que nós temos na execução orçamentária de 2015 está relacionado fundamentalmente com a Previdência Social. O déficit da Previdência é de R\$158 bilhões, dos quais o setor público participa com 45% aproximadamente, o que dá R\$72 bilhões que beneficiam apenas um milhão de servidores públicos. Já o setor privado, que participa desse déficit com aproximadamente R\$88 bilhões, 55% de 158 bilhões beneficiam cerca de 30 milhões de trabalhadores.

Esse é o primeiro rombo que deve ser enfrentado.

Por isso que, a todo instante, todos os economistas alegam que uma das prioridades é enfrentar o déficit da Previdência. Se nós enfrentarmos o déficit da Previdência, que é de R\$150 bilhões, nós resolveremos praticamente todo o déficit fiscal, todo o rombo das contas públicas, que é, como alega o novo Governo, de R\$170,5 bilhões.

Agora, vamos falar sério: é difícil entender que o Governo brasileiro mantenha uma taxa de juros de 14,25% – a mais alta do mundo. E, com isso, pagamos esses juros absurdos que eu acabei de relatar, enquanto, por incrível que pareça, investimos apenas R\$9 bilhões em transportes, obras de infraestrutura, operação tapa-buraco, duplicação de rodovias que transportam riqueza nacional, o equivalente a aproximadamente 1% do que pagamos de juros e serviços da dívida – na minha opinião, um absurdo!

E não para por aí.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Enquanto, no ano passado, pagamos essa dívida toda, investimos também muito mal em educação, muito mal em saúde.

Portanto, é chegada a hora, Sr^a Presidente, de tomarmos uma atitude cabal e definitiva com relação às taxas de juros. Na minha opinião, sem diminuição da taxa de juros, não há crédito.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não havendo crédito, não há investimento. Sem investimento, não há produção. Sem produção, não há consumo. Sem consumo, não há imposto. E é o imposto que financia a União, os Estados e os Municípios.

Todos nós sabemos que a União está quebrada, os Municípios estão quebrados, e os Estados estão quebrados. Portanto, se faz necessária uma atitude urgente, porque, na verdade, essa taxa de juros alta tem tudo a ver para controlar a inflação, pelo que dizem os economistas. No entanto – já concluindo, Srª Presidente –, a nossa inflação não é de demanda. A nossa inflação é de preços administrados e da falta de confiança no Governo para que efetivamente nós possamos pular...

(Interrupção do som.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – …esse patamar dramático que nós estamos vivendo hoje, Sr^a Presidente.

Era o que eu tinha a relatar.

Muito obrigado pela tolerância.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito bem, Senador Dário.

Há expediente sobre a mesa.

A Presidência lembra às Sras e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 15 de junho do corrente, quarta-feira, às 12 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a homenagear a memória do ex-Senador Jarbas Passarinho, que ocupou diversos cargos de grande relevância na República.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sra Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de registrar aqui, Srª Presidente, o envio a esta Casa da mensagem, pelo Ministro Eliseu Padilha, assinada pelo Presidente da República, o Vice-Presidente em exercício, submetendo à consideração desta Casa o nome do Sr. Mário Povia, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Da mesma forma, de forma bastante célere, quero aqui inclusive agradecer à Mesa, ao Presidente, Renan Calheiros, que já encaminha também à Comissão de Infraestrutura, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o inciso I do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2011, e art. 6º do Anexo I do Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, submetendo à consideração de V. Exª o nome do Sr. Mário Povia, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Já tive a deferência do nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, onde estarei relatando essa matéria.

Aqui, faço questão de registrar, dada a importância que representa hoje esse ato. A nomeação de mais um diretor representa dar celeridade a nossa Antaq.

Hoje, a Antaq só é composta por três diretores. O Dr. Mário Povia era diretor. Venceu o prazo, e agora não temos o voto de Minerva. Só com dois votos, fica difícil a agência funcionar.

Então, espero – e tenho certeza que o faremos – que votemos a matéria na próxima semana, na Comissão de Infraestrutura, para vir de imediato ao plenário.

Nós, principalmente, da Região Norte, dependemos muito do Arco Norte, dos portos do Arco Norte, que estão em fase de licitação.

Por isso, é muito importante essa questão da Antaq para o Brasil inteiro; todos os sistemas portuários do Brasil. E falo aqui como Presidente da Frente Parlamentar pelo aperfeiçoamento do nosso sistema, a Frente Parlamentar da Logística de Transportes e Armazenagem. Hoje, o custo maior que temos no Brasil não é produzir e, sim, levar o nosso produto aos portos.

Da mesma forma, hoje, deve estar sendo votado na Câmara dos Deputados, Srª Presidente, um projeto de lei, criando a universidade federal de Rondonópolis, minha cidade natal.

Esse é um trabalho em relação ao qual temos lutado, como Deputado Federal, há mais de 15 anos, e esse campus vem se fortalecendo. É um campus que já existe há mais de 30 anos. Portanto, não teremos muito ou quase nenhum impacto econômico, porque toda a infraestrutura já está pronta.

Com essa decisão, após a Presidente da República mandar a mensagem para a Câmara dos Deputados, na semana passada, votamos a urgência, e espero que, hoje, possamos votar o relatório.

O Aelton Freitas deverá ser o Relator. Ele foi o Relator na Comissão de Trabalho e, agora, deve ser o Relator *ad hoc* no plenário.

Portanto, quero agradecer ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Waldir Maranhão, e também ao nosso colega de Partido, o Deputado Fernando Giacobo, que está presidindo em alguns momentos, para que esse sonho de toda a região Sul de Mato Grosso seja concretizado.

Claro que esse projeto ainda vem para o Senado. Quero, portanto, pedir o apoio de V. Exª, porque sei da sua atuação nessa área da educação, assim como a da Senadora Vanessa Grazziotin. Já falei também com o Presidente, Renan Calheiros.

Acredito que teremos aqui, da mesma forma, um trâmite muito rápido, dada a importância do projeto para o Estado que mais desenvolve como o maior produtor de grãos, de *commodities* agrícolas.

Agradeço imensamente, Presidente, este espaço, desculpando-me com o Senador Humberto Costa, que já está na tribuna.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Parabéns, Senador Wellington Fagundes, por sua dedicação em melhorar a educação e a infraestrutura logística do seu Estado.

Agora, passo a palavra ao Senador Humberto Costa, como Líder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, nós vivemos momentos decisivos na política nacional, em que este Senado discute, seja na Comissão Especial do Impeachment, seja no plenário, o destino de uma Presidenta legitimamente eleita e os votos que 54 milhões de brasileiros lhe confiaram.

Tratamos de uma governante que, mesmo com o respaldo maior da vontade popular, foi apeada por um golpe parlamentar que a derrubou do cargo que conquistou pelas urnas para o benefício daqueles que não têm votos.

Estamos aqui lutando para mostrar o grave erro que se está cometendo com a nossa jovem democracia e a imensa injustiça perpetrada contra a Presidenta Dilma Rousseff, uma mulher honesta e digna, que não cometeu nenhum dos crimes que lhe imputam.

Ela foi vítima, como não cansamos de denunciar, de um ato de política rasteira e vil, baseado na vingança e no ódio ao PT; foi vítima de um golpe desferido também contra uma forma de governar que incomodou uma elite indignada com as oportunidades que foram abertas pelos nossos governos aos trabalhadores e àquelas parcelas da população historicamente excluídas.

Os que lutam para restaurar a democracia, a dignidade e a legalidade estão do nosso lado nessa caminhada, estão com a Presidenta Dilma, que foi vítima desse conluio golpista. Juntos, nós vamos mostrar a verdade para as páginas da história, e muitos dos Senadores aqui – que, num primeiro momento, votaram pela admissibilidade da abertura do processo, depois de ouvir os argumentos, ponderar sobre eles e ter conhecimento de tudo o que foi recentemente revelado – já veem que não há razão política ou jurídica para o impedimento da Presidenta da República.

Essa luta democrática está sendo travada em cada cidade brasileira e terá reflexos muito concretos nas próximas eleições municipais. Nas capitais, nas grandes e pequenas cidades, nas regiões metropolitanas e no interior, lá também importantes decisões estarão sendo tomadas pelos brasileiros quando forem às urnas para escolher os seus prefeitos e seus vereadores em mais de 5.500 Municípios.

Não percamos a crença. Os 54 milhões de votos que foram usurpados da vencedora das eleições presidenciais de 2014 – e que agora nós tentamos recuperar – não podem fazer com que nós percamos a crença na democracia; ao contrário, na hora da verdade, vai estar em jogo, claro, a capacidade e a experiência desses candidatos a gestores, sobretudo nos casos de tentativas de reeleição. Quem prometeu e não cumpriu terá que prestar contas ao povo e o povo saberá cobrar.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Mas, ao mesmo tempo, o quadro nacional vai se refletir, sim, nas eleições municipais. Será a hora de se separar o joio do trigo; será a hora de ver quem agiu com correção, com coerência, quem honrou o voto do povo que, há dois anos, elegeu um governo e o viu ser tirado de cena por manobras não republicanas; será a hora de ver quem o apoiou até o fim e quem o traiu; será a hora de ver quem esteve ao lado de Dilma e da democracia e quem apoiou o golpe.

No meu Estado, Pernambuco, e, na minha cidade, Recife, não vai ser diferente. No segundo turno de 2014, Dilma saiu de lá consagrada por 70,2% dos votos válidos...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... numa vitória acachapante, uma das mais expressivas do Brasil.

Lá, obviamente, teremos eleições nos 184 Municípios. E quero aqui tratar especificamente do Recife, em que, de um lado, temos um grupo de candidatos que pertence a partidos que nunca aceitaram o resultado das urnas em 2014, como é o caso do DEM e do PSDB, legendas que bancaram o golpe e se aliaram com o PMDB de Eduardo Cunha e Michel Temer para derrubar Dilma e decretar, finalmente, o resultado que eles queriam, mas que o povo não quis.

Do mesmo modo, está o atual prefeito e candidato à reeleição, que pertence ao PSB, Partido que protagonizou um papel lamentável no processo do *impeachment*, voltando as costas para um governo federal e uma Presidenta que nunca negou apoio político e administrativo, seja para o governo estadual seja para a Prefeitura do Recife, uma ingratidão que, temos certeza, o povo não esquecerá na hora de colocar o seu voto na urna.

Do outro lado, estão legitimamente colocados candidatos que não aceitaram o *impeachment*, como é o caso do candidato do PSOL e do PRB, embora esta legenda, em termos nacionais, tenha apoiado o impedimento.

Nós do PT estamos construindo a nossa unidade, discutindo com todas as forças políticas o melhor nome para nos representar, que, particularmente, defendo que seja o do ex-Prefeito e ex-Deputado Federal João Paulo.

João Paulo foi Prefeito do Recife por duas vezes, deixou a Prefeitura com mais de 80% de aprovação da sua gestão e é o quadro mais experiente para assumir a cidade pelos próximos quatro anos. Recife vive uma semana decisiva para a construção desta que, sem dúvida, será a melhor opção para governá-la pelos próximos quatro anos.

Esse processo de construção de unidade política vem sendo tocado pelo presidente estadual do PT, Bruno Ribeiro, que tem amplo respaldo no PT nacional, como já disse o nosso presidente Rui Falcão e como referendou o ex-Presidente Lula. Ambos receberam o ex-prefeito na semana passada e chancelaram o seu nome para essa disputa. Disseram eles: "nossas alianças serão com quem não traiu [...] o povo brasileiro".

No Recife, a nossa luta também é para reunir, ao nosso lado, todos os partidos aliados, inclusive esses demais candidatos do campo progressista. Se não for possível no primeiro turno, estaremos juntos no segundo. Cremos que, se houver esse momento, o apoio deles será essencial para que nós vençamos a disputa final.

A candidatura de João Paulo também vem sendo construída junto com os recifenses, que conhecem a sua capacidade, a sua liderança e o seu amor a nossa cidade.

Em seus dois governos, o grande elenco de ações voltadas para a população, até hoje, não encontra precedentes em outra administração. Vários de seus programas foram depois adotados nacionalmente pelos governos do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma, como é o caso do Samu, das academias das cidades transformadas em academias da saúde, que tive a honra de criar como Secretário de Saúde daquela cidade.

As comunidades e as faixas mais carentes da população de Recifes se lembram dos governos de João Paulo, dos governos do PT, do governo João da Costa. Tinha João Paulo, como mote do seu governo, que a grande obra é cuidar das pessoas, não apenas um *slogan*, mas um conceito que norteava a sua gestão. E lembram-se, com saudade, sobretudo diante do vazio administrativo e político que caracteriza a atual administração municipal. O PT do Recife, junto com seus aliados, vai lutar para manter o legado de João Paulo e do PT e resgatar um governo exitoso e amplamente aprovado em todas as pesquisas feitas na época. Teremos o melhor candidato e não temos dúvida disso. Dos nomes colocados, João Paulo é o que mais agrega em termos de confiança e de experiência. Sua história é sobejamente conhecida em Recife e em Pernambuco. Já exerceu também mandatos de Deputado estadual e Deputado Federal, duas vezes Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos e, como gestor municipal, já comprovou do que é capaz e do muito que pode fazer.

Um contraponto à inércia e à falta de norte que hoje vagueiam pelo Palácio do Capibaribe. Eleger João Paulo para prefeito será também resgatar o sentimento de rebeldia e de coragem política que sempre caracterizou o eleitor de Recife, um eleitor que não aceita – e vai mostrar isto nas urnas – traições e golpes aos ideais democráticos. Um Estado que deu à Dilma a vitória que ela teve em 2014 não vai perdoar os que se prestaram ao triste papel de Judas da vontade majoritária.

Mas, por fim, Srª Presidenta, quero aqui informar que, na próxima sexta, Recife viverá um dia muito especial, pois receberá Dilma Rousseff e, ao lado dela, estarão João Paulo, João da Costa e tantas outras lideranças do nosso Partido.

Ao contrário do Presidente interino e golpista Michel Temer, que teve que desmarcar a sua visita a Recife com medo do povo e do que iria ouvir se saísse às ruas, a Presidenta vai receber o apoio e o abraço desse mesmo povo que nela votou em massa e que não aceita o golpe que nela está sendo dado. Dilma vai ouvir dos recifenses que a nossa cidade não aceita a traição e a covardia de que ela está sendo vítima.

Esse levante popular que acontece em todo o País ganhará corpo no Recife, hoje governado por forças que aderiram claramente a esse golpe e, aliás, integram o governo interino. Esse ato mostrará também que haverá, sim, uma nacionalização de todas as disputas políticas e eleitorais locais que acontecerão em outubro próximo.

A candidatura de João Paulo para prefeito do Recife tem o apoio de Dilma, de Lula e terá ao seu lado o PT unido e – temos plena confiança – as forças progressistas do nosso Estado. A sua eleição será a volta da capacidade administrativa de um gestor que entende da cidade e é compreendido por ela. Mas, ao mesmo tempo, será o retorno de um político lutador, de uma história construída sempre ao lado das forças progressistas e contra o atraso e o conservadorismo. No momento que vivemos, a eleição de João Paulo será também uma resposta do recifense à mentira, à traição, ao golpe e um sonoro "sim" à democracia;

Obrigado pela tolerância, Sra Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Parabéns, Senador Humberto Costa. Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin, em permuta com o Senador João Capiberibe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Angela, agradeço ao Senador Capiberibe por permitir esta permuta.

Venho à tribuna, Sra Presidente, para fazer aqui rapidamente um balanço daquilo que nós estamos avaliando como o primeiro mês do Presidente em exercício deste Governo provisório, Sr. Michel Temer, que, no final da semana, divulgou pela imprensa que está tendo muitas vitórias, que está acumulando mais vitórias do que problemas, apesar, segundo ele, de viver uma guerra diária. Apesar disso, ele avalia, Senadora Angela, que tem sido importante que, já nesse período, acumula vitórias que certamente a Presidente Dilma não acumularia.

Esse é o único aspecto a que dou razão não ao Presidente em exercício e não em razão de considerar uma vitória, mas em razão de ele ter aprovado algumas questões no Congresso Nacional. Por que isso aconteceu, Senadora Angela, Sras Senadoras, Srs. Senadores? Porque, é óbvio, a Presidente Dilma deixou a Presidência porque foi afastada, não por ter cometido qualquer crime de responsabilidade. E nós que estamos trabalhando no dia a dia da Comissão Especial do Impeachment estamos tendo a oportunidade de analisar essa questão.

Aliás, muito ricas têm sido as diversas intervenções dos Senadores e Senadoras que, inclusive, dizem de forma clara, aberta e direta: a Presidente Dilma não está sofrendo o *impeachment* por conta de alguns poucos decretos, por conta de ter acumulado um determinado débito junto ao Banco do Brasil. Não! A Presidente Dilma está sendo retirada do poder por conta do desemprego, por conta disso, por conta daquilo.

Aí eles faltam com a verdade. É óbvio que ela está sendo retirada por conta de uma crise política, mas não por conta da crise econômica; pelo contrário. Se assim fosse, teriam eles apoiado a Presidente em algumas medidas que pudessem superar essa crise econômica sem que o ônus recaísse sobre as costas dos trabalhadores, que é exatamente o que eles pretendem fazer. Ou seja, este Governo vive uma guerra, mas não é guerra por conta das dificuldades econômicas; é uma guerra por disputa política, sim.

Porque, primeiro, a maior chancela do Governo do Michel Temer foi dada por quem? Pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente afastado da Câmara dos Deputados, que, aliás, recentemente, teve mais um pedido, dessa vez um pedido para que ele se torne inelegível por dez anos. Então, o Presidente afastado, para se vingar do Partido da Presidente, que não lhe deu o apoio necessário no Conselho de Ética, aceitou uma denúncia vazia, uma denúncia sem nenhum fundamento contra a Presidente da República.

O diagnóstico simples desse Governo Michel Temer é de um governo que vive uma guerra, mas uma guerra de disputa entre o Presidente da Câmara dos Deputados afastado, Eduardo Cunha, e aqueles que chegaram ao poder juntamente com ele para aplicar uma política econômica neoliberal. E quem diz isto não sou eu. Quem diz isso são as próprias propostas que ele apresenta.

Recentemente, ele anunciou – está hoje em toda a imprensa; está, aliás, todos os dias na imprensa – que a reforma previdenciária deve chegar ao Congresso Nacional no mês de julho. Ele está anunciando que virá amanhã pela segunda vez ao Congresso Nacional, dessa vez trazendo uma proposta de emenda constitucional, mas não uma proposta de emenda constitucional que valorize ou que amplie os direitos dos trabalhadores, não, e sim uma proposta de emenda constitucional das mais draconianas que este Parlamento já viu. Por quê? Porque o objetivo dessa PEC que ele trará amanhã é limitar os gastos públicos, no máximo, a partir de 2017, aos níveis da inflação. Isto significa, em outras palavras, Senadora Regina, Sras e Srs. Senadores, que esse Governo está dizendo ao País que vai congelar não apenas salários de servidores, não apenas o serviço público, mas os investimentos em infraestrutura e, sobretudo, no social.

Dou um exemplo do que foi o crescimento do investimento dos gastos públicos no período de 2002 a 2015. Os gastos públicos, Sr. Presidente, eram de cerca de 12% do Produto Interno Bruto brasileiro, o que significa em torno de R\$422 bilhões. Em 2015, os gastos públicos chegaram a representar 15,7%, quase 16% do PIB, ou seja, R\$928 bilhões. O que mais cresceu? Previdência social, com quase 1% do PIB, seguida da assistência social e da educação e cultura.

Vejam: somente a educação, no período de 2012 a 2015, cresceu 140%. Se fosse aplicada a proposta que ele quer aplicar daqui para a frente, o que teria acontecido com a educação nesse período de 2012 a 2015? Ela não teria crescido os 140%, não teria pulado de R\$57 bilhões para R\$160 bilhões. Ela teria crescido um pouco mais de 32%. Ou seja, um crescimento que foi, efetivamente, de 140% cairia para pouco mais de 30%. Pois é essa a proposta que chegará amanhã aqui, no Congresso Nacional. É essa.

E, quando nós dizemos que o único objetivo do Governo Temer... Aliás, o único, não, porque são dois os objetivos. O primeiro é estancar a Operação Lava Jato, estancar aquilo que eles chamam de sangria. E quem disse isso não fui eu. Quem diz isso não somos nós. Quem disse isso foi o ex-Ministro, talvez o mais breve do País – pela segunda vez, acontece isso –, o ex-Ministro do Planejamento, Senador pelo Estado de Roraima, Romero Jucá. Foi ele quem disse isso. Está divulgado em todas as gravações ele dizendo que não tem jeito, que, para estancar isso que é uma sangria, a Operação Lava Jato, só entrando Michel Temer. E ainda convence o PSDB a apoiar o caminho, o caminho do *impeachment*, e não o caminho da impugnação da chapa vencedora nas últimas eleições, dizendo a eles que esse caminho provisório era importante, porque, a partir dele, reformas antipopulares, reformas ruins para os trabalhadores seriam feitas e que nenhum governo eleito teria possibilidade de fazer. E cita textualmente a reforma da Previdência.

Então, o primeiro objetivo é estancar a Lava Jato, e o segundo objetivo é fazer isto: reformas que retirem direitos do povo; reformas que deem continuidade àquela velha, arcaica política das privatizações, e privatizações não só de empresa. Já estamos ouvindo falar que vão abrir as terras brasileiras para que estrangeiros possam comprá-las. Está bom. Está bom. Vamos fazer como fazem países europeus, como fazem os Estados Unidos. E não é abrindo assim, não. Não é abrindo, como ele está dizendo que vai fazer.

Então, é lamentável que a gente chegue a um mês de governo...

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – V. Exa me concede um aparte, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concedo. Deixe-me só concluir esse raciocínio.

Esse Governo não tem nenhuma mulher no primeiro escalão. Nenhuma mulher! Vejam os senhores: 52% da população brasileira é feminina, mas não há uma mulher a compor o primeiro escalão do Governo. Aliás, a única mulher negra, Senadora Regina, é aquela que diz que a tese de um único não resolve o problema da discriminação. A única mulher negra, que está diante da Secretaria de Igualdade Racial,...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que saiu do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, para virar um puxadinho, um puxadinho do Ministério da Justiça, cujo titular foi indicado pelo Sr. Eduardo Cunha.

É um governo que está me assustando, porque diz que vai acabar com a Bolsa Empresário. O que é Bolsa Empresário? São os incentivos fiscais às empresas, para que elas produzam, e eu vivo num Estado cuja economia se baseia nisso, Senadora Angela. No meu Estado, só há produção industrial porque há incentivo fiscal. Então, me assusta quando o Presidente temporário diz que tem de acabar com essa política de Bolsa Empresário, que ele chama. Mal sabe ele que a Zona Franca de Manaus só cresceu e tem contribuído muito para a preservação da Amazônia, da nossa floresta, que é a maior riqueza natural não do Brasil, mas do Planeta, graças a essa política de incentivos fiscais.

Concedo, Senador, um aparte a V. Exa.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa. Muito rapidamente, só para fazer o contraponto, Senadora Vanessa. Tudo isso que V. Exa está profetizando, na verdade, só acontecerá por culpa da própria Presidente Dilma e do Governo que está aí há 13 anos. É bem verdade que, quando V. Exa faz esse discurso, e muito bem feito, como é do feitio de V. Exa, quem observar verá que está calcada num sofisma, porque V. Exa praticamente apaga os treze anos de governo da Presidente Dilma, como se tivéssemos vivido no Eldorado. Na verdade, tudo isso que está ocorrendo, inclusive esse Governo que está aí, é conseguência do desastre que foi o governo do PT. Sobre a Lava Jato, Senadora Vanessa, temos que fazer justiça. Todos os que estiveram envolvidos com certeza estavam ou estão incomodados com a operação, uma operação que não pertence mais ao Ministério Público, não pertence mais a este Congresso e nem ao Planalto; pertence à população brasileira, que a tem defendido com unhas e dentes. Agora, a gente não pode ser seletivo, porque houve gravações até muito mais graves. Quando você pega e compara as gravações do Senador Romero Jucá e do Senador Renan Calheiros, você os ouve ali emitindo opiniões e descontentamento. Entretanto, quando você pega as gravações do Senador Jorge Viana, do Lula, do Jacques Wagner, do Ruy Falcão, você vê ali uma estratégia de falar... Nas gravações do Senador Jorge Viana, por exemplo, ele disse: "Olha, Lula, a gente tem que pegar, você tem que politizar, transformar esse processo jurídico num processo político. E ir para cima desse Moro." Era nesse nível. Nas gravações do Jacques Wagner e do Ruy Falcão, falavam em "dar porrada" em oficial de Justiça. Então esse debate não pode ser seletivo, porque na verdade não dá para acreditar que uma opinião do Renan vai destruir a Lava Jato e vai, por consequência, montar um grupo que vai derrubar o governo Dilma. Não dá para fazer assim, Senadora Vanessa, porque a gente sabe que a verdade não passa por aí. Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agradeço o aparte de V. Exª, apesar de que temos pontos de vista completamente diferentes. Mas o debate é isso mesmo, Senador.

Eu não estou aqui a comparar gravações relativas ao Presidente Lula, que foram divulgadas, e à Presidente Dilma. Aliás, no dia de ontem muitas delas foram anuladas, pelo grau de ilegalidade que possuíam. Mas não estou aqui a comparar. O que eu aqui estou dizendo e reafirmo é que as gravações do Senador Romero Jucá são extremamente graves.

E passei ontem a V. Exª a entrevista divulgada nos jornais do Sr. Procurador da República Deltan Dallagnol, que é, ele sim, o coordenador da força-tarefa da Lava Jato. E é ele quem diz que essa operação sofre risco, sim. E é ele quem diz que as gravações revelam que há uma grande armação para cessar a operação Lava Jato. Então não sou eu que estou dizendo isso. Eu estou atestando aquilo que é dito por Senadores, aquilo que é dito pelo próprio Ministério Público.

E repito, para concluir, Srª Presidente: o objetivo deles é acabar com o direito dos trabalhadores. Quando eu falo da proposta que virá amanhã, nós teremos muito tempo para mostrar, para comprovar os reais objetivos deles para o Brasil. Não é melhorar a vida do povo, não; é melhorar a vida dos empresários. Os juros, que todos tinham perspectiva de que baixassem rapidamente, não; essa perspectiva agora foi adiada para o final do ano, porque quem tem que ganhar muito, muito lucro a partir desses juros escorchantes é o mercado financeiro. É isso. Eles é que dizem...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que inflacionária é a política do salário mínimo, de valorização real. É essa política que faz crescer os gastos na área social. Isso, por eles é inflacionário e tem que acabar.

Mas, por fim, Sra Presidente, eu quero aqui dizer, e acho que este momento é extremamente oportuno, que infelizmente esse Presidente em exercício age como se tivesse sido eleito; age como se fosse um Presidente permanente.

E aqui concluo apenas lendo o que acho fundamental, Senadora Fátima Bezerra. Nós temos que ouvir daqui alguns colegas dizerem que o Brasil, neste momento de ajuste, não pode continuar convivendo com a sombra de uma presidente afastada. E eu digo o seguinte: o Brasil não pode conviver com um Presidente que tem o objetivo de arrancar direitos do povo e arrancar tudo aquilo que nós conquistamos, do ponto de vista do desenvolvimento nacional. É com isso que nós não podemos conviver. Veja, o que estamos defendendo é o que os apavora.

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É isto que traz temor a eles, é a possibilidade de crescer, num movimento popular, a proposta de antecipação das eleições. Eu não tenho dúvida de que, na hora em que a ficha cair, em que o povo entender perfeitamente os objetivos do Sr. Temer à frente da Presidência da República, o povo vai se mobilizar em favor da democracia, em favor da antecipação das eleições.

Eu aqui só quero lembrar o que disse, com a sua simplicidade, Garrincha ao treinador da Seleção Brasileira, no campeonato de 1958, quando treinou o time. Dizia-se: um vai por ali; o outro pega a bola. E o Garrincha, ao final, de forma muito simples, disse: "Mas já combinou isso com os russos?".

Então, Presidente interino, Michel Temer, já combinou com o povo a retirada de seus direitos e a venda do País para o capital internacional? Obrigada, Senadora.

(Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, a Srª Angela Portela, 4ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Regina Sousa.)

(Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, a Srª Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Fátima Bezerra.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Cumprimento a Senadora Vanessa pelo importante pronunciamento que acaba de fazer da tribuna do Senado Federal.

Com muita satisfação, queremos agora passar a palavra, imediatamente, para a Senadora Angela Portela, do PT de Roraima, no horário destinado às comunicações inadiáveis.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Primeira comunicação inadiável. Muito obrigada, Senadora Fátima.

Domingo, dia 12, foi o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. A gente, que tem todo um trabalho voltado para a proteção das crianças, dos adolescentes não pode deixar de registrar esse momento importante, da maior relevância, porque tem relação com o Brasil e com o mundo que desejamos construir. Um país que não respeita a sua infância jamais poderá ser considerado uma nação desenvolvida. De que valem crescimento econômico, pujança tecnológica, se ainda tivermos de conviver com crianças menores de 14 anos tendo de se submeter muitas vezes a jornadas desgastantes de trabalho? O trabalho infantil é uma chaga que, mesmo com os avanços obtidos nos últimos doze anos, ainda persiste, Senadora Lídice da Mata, infelizmente.

De acordo com os dados da PNAD, cerca de 500 mil menores de 14 anos estão no mercado de trabalho no Brasil. O número, embora alto, é 46% menor do que havia há dez anos. Mas, os números não significam tudo. Digo isso porque cada criança que trabalha é uma pessoa privada de um futuro pleno de educação, de saúde e de atenção adequada. Enfim, é privada de sua cidadania.

Sra Presidenta, as turbulências políticas, com reflexos na economia, têm efeitos claros sobre o problema do trabalho infantil. À medida que não retomarmos o desenvolvimento econômico, maior será a pressão para a exploração do trabalho infantil.

E a situação tende a se agravar ao vermos prosperar a agenda conservadora, restritiva de direitos com o Governo ilegítimo e sem respaldo popular que Michel Temer tenta impor ao povo brasileiro. Ele já acena com cortes no Bolsa Família que podem trazer sérios prejuízos para a erradicação do trabalho infantil. Lugar de criança é na escola!

Como temos dito aqui, em momentos de retração econômica se faz mais necessário o colchão protetor que representam as políticas sociais.

Nesse sentido, é importante frisar que o Programa Bolsa Família constitui complemento fundamental ao PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). O PETI reúne ações para retirar jovens com menos de 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. E faz isso com o auxílio do Bolsa Família, acompanhamento familiar e oferta de serviços assistenciais, sempre de forma integrada com Estados e Municípios e com a participação da sociedade civil.

Aproveito o tema aqui, Senadora Fátima, para fazer um elogio público à Tereza Campello, Ministra de Desenvolvimento Social do Governo Dilma, que, unindo enorme capacidade de trabalho de coordenação política, fez com que a erradicação do trabalho infantil realmente se tornasse uma política consistente de Estado. E, como ela própria gosta de lembrar, essa é uma política que só funciona em conjunto com outras ações governamentais. Eu citaria como exemplo o apoio à agricultura familiar com crédito e assistência técnica, que melhorou a renda das famílias e tirou as crianças do trabalho no campo.

Srs. Senadores, para marcar a data, neste ano de 2016, a Organização Internacional do Trabalho escolheu o tema "Não ao trabalho infantil na cadeia produtiva".

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – A ideia é chamar a atenção para o risco de exploração de crianças e da precarização do trabalho em longas cadeias produtivas. Um exemplo notório é o setor têxtil e de vestuário, que inclui muitas empresas, entre o início da fabricação e a comercialização de produtos, muitas vezes caros e de marcas famosas. Essas longas cadeias são próprias de setores que facilitam a ocultação do trabalho infantil e mesmo do trabalho escravo.

Portanto, eu gostaria de manifestar o meu apoio às ações de combate ao trabalho infantil e de clamar pela manutenção de políticas sociais responsáveis por diminuir sobremaneira o problema em nosso País.

Convido todos os brasileiros e brasileiras a combater o trabalho infantil, denunciando perante os conselhos tutelares ou a órgãos da Justiça do Trabalho.

(Interrupção do som.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senadora Fátima, gostaria também de registrar aqui que amanhã, dia 15 de junho, será o Dia Mundial de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, cujo principal objetivo é promover reflexão a respeito das condições dos idosos no nosso País.

Para o Brasil, essa data tem um grande peso simbólico. Conforme o Relatório Mundial de Saúde e Envelhecimento, o número de pessoas com mais de 60 anos no País já chegou a 12,5% da população. Essa proporção cresce muito mais rápido do que a média internacional. Enquanto a quantidade de idosos duplicará no mundo até 2050, no caso brasileiro, praticamente triplicará até lá.

Deverá alcançar 30% até a metade do século. Até lá, portanto, nós seremos considerados uma Nação envelhecida para padrões internacionais. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, essa classificação é dada aos países com mais de 14% da população constituída por idosos, como a França e a Inglaterra.

Essa condição traz profundas consequências de caráter demográfico e também econômico. Significa um aumento das despesas com saúde, com Previdência e assistência social. Precisamos estar preparados para isso.

Segundo dados do Disque 100, serviço de recebimento de denúncias contra violações de direitos humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2014, houve nada menos do que 27.178 denúncias de abusos contra a pessoa idosa. Esses são os dados disponíveis mais recentes.

Os casos mais recorrentes são de negligência (76%); violência psicológica (54% das denúncias); abuso financeiro e econômico (38%)...

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ... violência física (27%); violência sexual (0,74%). Entre as violências menos denunciadas, estão a violência institucional, discriminação, outras violações ligadas a direitos humanos, trabalho escravo e tortura.

Sabemos, porém, que esses dados mascaram a realidade. A proporção de casos de abuso financeiro e econômico é muito mais elevada do que a proporção registrada, pois sua percepção por terceiros é muito menor do que nos casos de violência.

O nosso Estado, Roraima, não foge ao aumento do número de casos de violência contra os nossos idosos, infelizmente. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social da nossa capital, Boa Vista, vem

acompanhando 295 casos de violação de direitos da pessoa idosa. A maior parte dessas denúncias se refere à negligência com os cuidados de pessoas com mais de 60 anos, seguido de violência psicológica e abuso financeiro cometido por familiares.

Como se nota, não apenas em termos nacionais, mas também em Roraima, a negligência, que é a falta de cuidados básicos, vem em primeiro lugar. Seguem-se os maus tratos, casos em que se coloca em risco a saúde ou até mesmo a vida do idoso.

Essa data, 15 de junho, permite-nos, portanto, não apenas refletir sobre as condições dos idosos no País, mas também examinar o novo quadro que se abre, com o aumento exponencial da participação de maiores de 60 anos em nossa população. Trata-se de mais um desafio a que precisamos fazer frente.

Era isso, Senadora Fátima. Muito obrigada.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sra Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª. Apenas para saudar a presença hoje, entre nós, do grande líder venezuelano Henrique Capriles, candidato à Presidência da Venezuela, que visita não apenas o Brasil, mas visita os países do Mercosul, numa defesa que já vem fazendo, ao longo da sua história, à democracia, àquele país, ao respeito aos direitos humanos. Ele está aqui acompanhado dos Senadores que estiveram em uma frustrada visita à Venezuela alguns meses atrás. E busca o grande líder venezuelano solidariedade e apoio dos países vizinhos, não na busca de uma interferência na vida democrática interna da Venezuela, mas no respeito à democracia, no respeito às liberdades, no respeito aos direitos humanos.

Portanto, em nome do Partido da Social Democracia Brasileira e, tenho certeza, caríssimo amigo Henrique Capriles, em nome de grande parte do Senado Federal e do Congresso brasileiro, seja muito bem-vindo, e que V. Exª tenha êxito na sua luta em favor do povo venezuelano.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, uma palavra rápida em nome do meu Partido, o Democratas.

Nós acompanhamos o Sr. Henrique Capriles, que, fazendo-se acompanhar de vários assessores e parlamentares venezuelanos, visitam a América do Sul em missão política de agregação de valores em torno do respeito à Constituição da Venezuela.

O objetivo de S. Exas é única e exclusivamente pedir apoio dos países que visitam ao respeito à Constituição venezuelana. E essa é a razão da visita dele ao Brasil e, neste momento, ao plenário do Senado da República. Obrigado a V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, saúdo o líder, jovem líder Henrique Capriles, que vem ao Brasil num momento absolutamente delicado da sua nação e num momento importante da Nação brasileira.

Quero dizer ao líder Henrique Capriles que leve ao povo sofrido do seu país – que acompanhamos de perto e que, neste momento, tem falta até do básico para as suas casas, para as suas famílias – que nós, aqui no Brasil, estamos ávidos. Que leve às lideranças do seu país que este País brasileiro vive um pleno Estado democrático de direito. Aqui, as nossas instituições, os nossos juízes, magistrados não estão à mercê do Poder Público, do Poder Executivo. O Supremo Tribunal Federal tem um papel importante e sólido neste País, como o Ministério Público e as polícias federais.

De maneira que o que nós vivemos aqui é a normalidade de um país que tem democracia sólida, embora tentem vender de outra forma.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Nós estamos vivendo um momento depurativo da vida do País, e certamente os senhores caminham para o mesmo momento.

E de nós, que afirmamos este momento, leve a solidariedade ao seu país, aos líderes que bravamente lutam contra o sistema lá instalado.

Receba a nossa solidariedade, o nosso abraço e a solidariedade em nome do meu Partido.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

Nós queremos também fazer votos de boas-vindas ao Sr. Capriles e desejar uma boa estada aqui, em nosso País. Obrigada.

Chamo agora a Senadora Angela Portela para dirigir os trabalhos, uma vez que vou fazer uso da tribuna neste exato momento.

(A Sra Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra Angela Portela, 4º Secretária.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra, do PT, do Rio Grande do Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, quero inicialmente aqui fazer o registro de um importante ato que está acontecendo neste exato momento, em frente ao Congresso Nacional.

Refiro-me ao ato convocado pela FUP (Federação Única dos Petroleiros) e demais entidades. Esse ato tem como principal mote dar prosseguimento à luta em defesa da democracia. Portanto, contra a tentativa de ruptura democrática em curso no nosso País, através de um golpe travestido de pedido de *impeachment*.

Mas é bom aqui também ressaltar que esse ato que está sendo realizado neste exato momento tem como mote também, Senador Paulo Rocha, a defesa da Petrobras, a defesa do pré-sal.

Nesse sentido, os petroleiros e petroleiras de todo o País estão chamando a atenção para estarmos atentos no sentido de defender as Leis nº 12.351 e 12.858, que destinam recursos do Fundo Social e dos *royalties* de petróleo para a educação. Leis essas que estão ameaçadas de serem revogadas através de projetos de lei de autoria do então Senador José Serra, hoje chanceler, Ministro das Relações Exteriores. E também do PL nº 6.725, do então Deputado Mendonça Filho e atual Ministro da Educação.

Nós aqui queremos, mais uma vez, dizer o quanto é importante, para o desenvolvimento do nosso País, a preservação dessas legislações. Repito: a preservação da lei que generosamente assegura que 75% dos *royalties* do petróleo devam ir para a educação, como também assegura que 50% do Fundo Social do pré-sal deva ir para a educação, bem como para outras áreas como cultura, ciência, tecnologia, meio ambiente, etc.

O fato, Sr. Presidente, é que quero aqui saudar a coragem cívica dos petroleiros e petroleiras de todo o País, que não desistem de lutar em defesa da Petrobras.

É lamentável, por exemplo, ouvir da boca do atual Presidente da Petrobras, o Sr. Parente, que essa legislação do pré-sal é prejudicial para a Petrobras e para o Brasil. É lamentável isso. É um escárnio, porque nós entendemos que é exatamente o contrário. Nós temos que preservar o pré-sal, preservar a Petrobras.

Uma coisa são os malfeitos na Petrobras que estão sendo duramente investigados pela Operação Lava Jato, etc. Uma coisa é isso, e que sejam. E quem errou que pague. Outra coisa é preservar essa empresa, que é, sem dúvida alguma, fundamental para um projeto de desenvolvimento nacional com distribuição de renda, com geração de emprego, com inclusão social. E inclusão social, Sr. Presidente, se faz sobretudo com investimento forte na educação.

Sra Presidente, quero aqui também, neste momento, mais uma vez, registrar a nossa preocupação, Senador Capiberibe, diante das medidas que o Governo biônico tem anunciado para este País. Medidas essas que fazem parte da chamada agenda "Uma Ponte para o Futuro". Uma dessas medidas é exatamente a proposta de emenda à Constituição que trata de conter os gastos nas áreas sociais, limitando esse gasto ao crescimento da inflação no ano anterior.

Veja bem, a imprensa tem noticiado isso. Inclusive, foi colocado que provavelmente, ainda nesta semana, a dupla biônica formada pelo Presidente interino, Michel Temer, e pelo Ministro Interino da Fazenda, Meirelles, deverá vir ao Congresso Nacional entregar essa proposta de emenda à Constituição.

A Sra Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Fátima Bezerra, se V. Exa me permitir, não chega a ser um aparte, mas como V. Exa está envolvida na mesma causa, o famoso PLC 07, aqui estão magistradas do Brasil inteiro: do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia, do Rio Grande do Sul.

(Intervenção fora do microfone.)

A Sra Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São promotoras de justiça, defensoras públicas, advogadas. A Senadora Fátima Bezerra foi quem me apresentou a um grupo de delegadas de polícia também interessadas nessa matéria. E a Senadora Fátima, no conjunto com as demais Senadoras, está tratando dessa matéria com cuidado...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sem dúvida.

A Sra Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... para que não haja, digamos, ruptura nesse processo, porque o nosso objetivo geral, o objetivo das magistradas, das advogadas, das promotoras de justiça, das delegadas, de nós Senadoras, como a Senadora Fátima Bezerra já falou, assim como as Senadoras Simone Tebet, Marta Suplicy, Angela Portela, enfim, todas as Senadoras, é encontrar um meio termo que facilite o entendimento dessa questão relacionada à violência contra a mulher, sem alcançar nenhuma agressão às competências das três ou quatro instituições envolvidas nesse processo. Senadora Fátima

Bezerra, eu até gostaria que V. Exa desse uma palavra a essas juízas e defensoras públicas, de todo País, que estão nesse processo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

Eu quero também, a exemplo de V. Exa, saudar a presença aqui das juízas, das promotoras, das defensoras. Quero lhes dizer que a presença das senhoras é muito bem-vinda, até porque nós estamos tratando de um tema de muita relevância, na medida em que se trata de uma legislação que tem como objetivo o enfrentamento à violência contra a mulher, Senadora Ana Amélia, violência essa que é tanto do ponto de vista doméstico como do sexual, violência essa que infelizmente é uma realidade em nosso País e no mundo.

Portanto, quero dizer que nós temos clareza da responsabilidade que temos neste exato momento. E, como disse a Senadora Ana Amélia, vamos promover o debate para que possamos encontrar uma saída, uma alternativa que venha na direção de combater a impunidade, que venha na direção de proteger as nossas mulheres, que venha na direção de enfrentar essa chaga, que é a violência contra as mulheres. (*Palmas*.)

Toda a Bancada feminina na Casa, independentemente das nossas diferenças de natureza político-partidária ou ideológica, neste momento, está unida. Assim como estamos dialogando com as senhoras, com a Magistratura, com a Defensoria Pública, também estamos dialogando com as delegadas que, desde o início, aqui estiveram e continuam aqui. E estamos também dialogando com os movimentos sociais. É preciso ouvir também as entidades, os movimentos sociais, os movimentos feministas, os movimentos que representam as mulheres em geral, para que, ao final, repito, possamos sair daqui com uma legislação que venha no sentido de aperfeiçoar, cada vez mais, a Lei Maria da Penha pelo que ela simboliza no enfrentamento à violência contra a mulher.

Sejam bem-vindas.

(Soa a campainha.) (Palmas.)

A Sra Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senadora Fátima Bezerra, pela sua manifestação, que é o pensamento da Bancada feminina aqui nessa matéria tão relevante. A Senadora Simone preside a comissão mista que trata da ação da violência contra a mulher. E faço questão porque tive a honra de ser convidada e pude participar, no Rio de Janeiro, da posse da Juíza Renata Gil, que é a primeira mulher a ser eleita Presidente da Associação dos Magistrados do Estado Rio de Janeiro. Muito obrigada, Renata. E também, na representação do meu Estado, vou citar a figura da nossa Delegada Nadine Anflor, que da mesma forma está trabalhando com isso. Então, essa é a forma, como disse a Senadora Fátima, de que todos queremos o entendimento. E o entendimento se faz pelo diálogo e pela boa compreensão de um problema tão complexo como esse da violência contra a mulher. Muito obrigada, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Mais uma vez, sejam bem-vindas. Tenho certeza de que falo aqui em nome da Senadora Angela, que ora preside os trabalhos, e também em nome da Senadora Vanessa Grazziotin, que coordena a Procuradoria da Mulher aqui, nesta Casa, e que está muito atenta a esse debate.

Sra Presidenta, peço que desconte o meu tempo.

Quero aqui colocar que a imprensa tem noticiado fartamente, e o próprio Ministro da Fazenda disse numa coletiva à imprensa, tendo como testemunha nada mais, nada menos que o Presidente biônico, Michel Temer, que era necessário conter os gastos sociais. E, para tanto, ele escolheu o caminho exatamente de limitar os gastos nas áreas sociais tendo como patamar a inflação do ano anterior. Ele escolheu exatamente o caminho de reduzir drasticamente recursos em áreas como saúde, educação e outras áreas fundamentais do ponto de vista do direito para o povo mais pobre do nosso País, do ponto de vista do direito para fazermos avançar a cidadania.

Srª Presidenta, chamo a atenção dessa medida que está sendo anunciada pelo Governo interino, biônico, que vai chegar ao Congresso Nacional. E quero fazê-lo aqui, Senadora Ângela, permita-me, através do manifesto que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... está lançando, chamando a atenção de que, se essa proposta de emenda à Constituição for realmente aprovada, Senador Reguffe, coloca, imagine, a educação em risco.

Diz o manifesto, Sra Presidente:

Educação em Risco!

A plataforma do governo interino de Michel Temer, pautada no programa "Uma Ponte para o Futuro" (que remonta o nefasto passado neoliberal), visa claramente suplantar o projeto político que a

duras penas tentava reparar dívidas históricas com a população majoritariamente sofrida do Brasil. Confira quais medidas já representam ameaça [...] ao direito à educação pública e às conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação na última década.

Como essas medidas, Sra Presidente, do Governo golpista e biônico que está aí...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) –

Fim da vinculação de impostos e contribuições para as políticas sociais.

O Congresso Nacional avalia, neste momento, a [...] (PEC) 143/2015, que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023 e cria o mesmo instrumento de desvinculação nos estados (DRE) e nos Municípios (DRM). Embora a educação esteja fora dessa PEC, em particular, as políticas de saúde sofrerão cortes de 25% nos atuais orçamentos. Porém, recentemente, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já anunciou que o governo Temer proporá a desvinculação de todas as receitas orçamentárias, inclusive as da educação. E isso significará menos verbas para a escola pública!

Foi a emenda – que já mencionei aqui – à Constituição que eles enviarão a esta Casa para conter gastos nas áreas sociais, uma medida que põe a educação em risco no Governo biônico e golpista do Senhor Michel Temer. "Fim da vinculação de impostos e contribuições para as políticas sociais."

Já mencionei aqui a sofreguidão com que o Governo biônico, liderado, inclusive, pelo Ministro das Relações Exteriores, quer revogar as Leis nºs 12.351 e 12.858, que dizem respeito ao presente e ao futuro deste País, porque dizem respeito ao presente e ao futuro da educação do nosso povo, visto que propõem destinar 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Essas leis estão ameaçadas através de projetos de lei de autoria do Senador José Serra e de outro projeto de lei, de autoria do então Deputado Mendonça Filho, atual Ministro da Educação.

"Essa medida", Srª Presidente – ou seja, revogar essa legislação que trata do marco regulatório do pré-sal –, "junto com os demais cortes orçamentários"...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... "que se avizinham, inviabilizará por completo a meta 20 do PNE" (Plano Nacional de Educação), que é a sua espinha dorsal...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... e que é a meta "que prevê investir 10% do PIB na educação".

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Meu tempo já está estourando, mas, com a anuência da Presidência, escuto V. Exª com todo o prazer.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senadora Fátima, quem sou eu para negar os méritos de V. Exª, que é uma combatente em favor da educação desde o sindicato, depois como Deputada Estadual, depois como Deputada Federal, e agora aqui, no Senado Federal. Em absoluto, não quero negar os méritos de V. Exª. Quero apenas dizer que V. Exª está se precipitando de uma certa maneira, porque essas medidas serão entregues amanhã, solenemente, ao Congresso Nacional, e o Congresso vai debatê-las acredito que à exaustão. Então, o que eu apenas condeno em V. Exª é a antecipação, a precipitação...

(Soa a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – ... é dizer que as coisas estão erradas, quando as coisas precisam ser consertadas. Não há dúvida de que há erros que precisam ser consertados e não há dúvida de que os governantes precisam ter maior poder de manejo, de arbítrio, no que toca aos orçamentos públicos, que estão, de certa maneira, engessados. Queria dizer isso a V. Exa com todo o respeito a sua luta em favor da educação. Inclusive, quando fui Governador de Estado, V. Exa não me deixou em paz como Líder da oposição.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Srª Presidente, Senador Garibaldi, primeiro, quero agradecer o reconhecimento que V. Exª faz de público da nossa luta, da nossa trajetória em defesa da escola pública, em defesa do magistério e em defesa da educação pública neste País.

Agora, com relação ao meu pronunciamento, quero aqui reafirmar, porque discordo de V. Exa, na medida em que isso aqui não se trata de precipitação. Trata-se de um alerta, trata-se de compromisso, trata-se já da

realidade que está instalada, em decorrência, sim, de um Governo biônico, um Governo que não passou pelo crivo da urna e, por isso mesmo...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... não tenho nenhuma dúvida de que só governos que padecem de um mal grave, como é a falta do cheiro da urna, a falta da legitimidade popular, podem simplesmente apoiar medidas como essa. Não é precipitação. Isso aqui não é alarmismo. Isso aqui não é terrorismo. Isso aqui é realismo. É meu papel como professora que sou, hoje ocupando a cadeira de Senadora da República, chamar a atenção dos meus colegas professores, dos estudantes e da sociedade brasileira.

Vamos aos fatos: primeiro, quando falo aqui da questão da legislação, já é realidade. Temos aqui tanto o Projeto de Lei nº 131, de autoria do Senador José Serra, atual Ministro do Governo biônico, bem como o Projeto de Lei nº 6.726, do Deputado Mendonça Filho, hoje Ministro interino da Educação. Ambos os projetos vêm na direção exatamente de alterar a legislação que trata do marco regulatório da exploração do pré-sal. Se essas leis forem aprovadas, isso significará um brutal retrocesso do ponto de vista de que tenhamos financiamento para assegurar uma das agendas mais importantes para a educação do povo brasileiro, que é a agenda do novo Plano Nacional de Educação.

E, para encerrar, Srª Presidente, quero dizer que, com relação à PEC, também não é precipitação, é fato, é realidade. Isso já está estampado em todos os jornais do nosso País. Aliás, logo que o Presidente biônico lá se instalou, ele deu uma entrevista à imprensa, uma coletiva à imprensa, junto com o Ministro Meirelles, e ambos anunciaram a regra Temer/Meirelles, a fórmula Temer/Meirelles.

Que fórmula é essa? É a fórmula para destruir as conquistas e os direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, começando pela educação. Por quê? Porque essa fórmula, que está lá em Uma Ponte Para o Futuro, que é o programa do PMDB, diz claramente: "vamos conter os gastos sociais".

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Como? Limitando esses gastos sociais ao patamar da inflação do ano anterior.

Eu encerro, Sra Presidente, aqui, só deixando um dado, para os Srs. Senadores e as Sras Senadoras refletirem e para a sociedade brasileira: se essa regra Temer/Meirelles, de conter gastos nas áreas sociais, associada ao patamar da inflação do ano anterior, tivesse sido adotada no governo Lula e no governo Dilma, simplesmente teriam sido subtraídos da educação R\$321 bilhões. Isso é um crime!

Aqui fica a reflexão: se isso tivesse acontecido, será que nós teríamos feito a revolução que fizemos saindo de 144 escolas para quase 600 escolas técnicas?

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Será que o nosso Rio Grande do Norte teria avançado o quanto avançou saindo de apenas duas unidades do IFRN para 21 novos institutos federais de educação profissional e tecnológica? Será que nós teríamos expandido o ensino superior como nós expandimos? Será que nós teríamos aprovado o Fundeb, iniciado a política de valorização do magistério com o piso salarial do professor, um Proinfância com mais creche?

Então, eu encerro, Sra Presidente, dizendo que não se trata de precipitação; trata-se de compromisso, trata-se de realismo. Nós temos que lutar incansavelmente para rejeitar propostas desse tipo, porque se isso vier a acontecer significa, na verdade, matar o presente e o futuro da educação.

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Parabéns, Senadora Fátima Bezerra, ... O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ... pela sua luta em defesa da educação de nosso País.

Pela ordem, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, entrou na pauta da CCJ um projeto de minha autoria, o PLS nº 393, de 2015, que deve ser votado ou amanhã ou na próxima semana, um projeto muito importante, Srª Presidente. É um projeto que visa a dar luz e transparência à fila das cirurgias, exigindo que os governos tenham que publicar a fila das cirurgias na internet.

Isso é importante. Isso vai colocar um holofote nessa fila das cirurgias, acabar com essa coisa que Parlamentares e agentes políticos fazem, pessoas passarem na frente de outras, vai dar transparência ao processo. Hoje as pessoas não sabem. Se eu perguntar aqui quantas pessoas estão esperando hoje uma cirurgia de vesícula no Distrito Federal, ninguém sabe. Ninguém sabe quantas pessoas, ninguém sabe há quanto tempo a pessoa está esperando.

Isso ser publicado na internet vai dar transparência, vai gerar uma pressão social sobre os governos, para que os governos andem com essa fila mais rápido, façam mutirões de cirurgias. Isso vai ser muito importante! A fila vai ter que ser publicada na internet, sendo colocada lá a ordem das pessoas e desde quando a pessoa está esperando determinada cirurgia eletiva, desde que dia. A população vai saber quantos estão esperando cada cirurgia e desde quando, e isso vai gerar uma pressão social sobre os governos.

Quero agradecer aqui ao Presidente da CCJ, o Senador José Maranhão, que colocou na pauta o meu projeto. Quero agradecer a Senadora Simone Tebet, que fez um relatório favorável ao meu projeto e fez algumas emendas – uma, por exemplo, que considero que ajudou a aprimorar o projeto. Eu coloquei que teria de ser pelo número da carteira de identidade de cada um dos cidadãos, para preservar a intimidade e a privacidade de cada um, e ela fez a opção pelo Cartão Nacional de Saúde. Eu considero que isso ajuda a aprimorar o projeto. Então, quero agradecê-la aqui.

Espero que os outros membros da CCJ apoiem também o projeto. É um projeto importante para a sociedade até porque é preciso acabar com isso. Alguns preferem deixar do jeito que está, porque aí podem pegar um eleitor e passar na frente de outras pessoas, fazer um agrado ali. Mas não é para isso que serve a coisa pública, não é para isso que servem os nossos mandatos. Acho que é um projeto de suma importância, pela transparência e também pela moralização dessas filas das cirurgias.

Muito obrigado.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Srª Presidente, pela ordem. A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pois não, Senador Gladson Cameli. O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para fazer um registro. Amanhã, com muita honra, subirei a esta tribuna para comemorar o aniversário do meu Estado, o qual represento no Senado Federal, o Estado do Acre, que lutou para ser brasileiro. Sem desmerecer os demais Estados da Federação Brasileira, foi o único Estado que lutou para ser brasileiro, para fazer parte da Federação, com um povo muito determinado.

Então, eu queria só fazer o registro de que amanhã subirei à tribuna para falar um pouco da história do meu Estado, o Estado do Acre, o qual represento, com muito orgulho, no Senado Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Parabéns, Senador Gladson.

Agora, fará uso da palavra o Senador Cidinho Santos, pela Liderança do PR, o seu Partido.

Em seguida, como orador inscrito, o Senador João Capiberibe.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente. Eu quero dar o meu boa-tarde às Srªs e aos Srs. Senadores, aos telespectadores da TV Senado e também aos ouvintes da Rádio Senado.

Em primeiro lugar, quero registrar e lamentar a morte do Sr. José Tadashi Yorinori, ocorrido na noite desta segunda-feira, em razão de complicações do estado de saúde. José Tadashi era PhD em fitopatologia. Uma das suas maiores contribuições para o agronegócio brasileiro foi a descoberta da ferrugem asiática na soja, além de alertar os produtores sobre a necessidade do vazio sanitário. Ele faleceu na cidade de Londrina aos 72 anos de idade. O pesquisador estava internado desde o final de abril.

O Dr. Tadashi deixa um legado imensurável ao agronegócio mundial. É uma grande perda para o Brasil. Desejo que Deus conforte o coração da família e dos amigos. Tadashi era parceiro de entidades, como a Associação de Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), da Fundação Mato Grosso, e também trabalhou no Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) e na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Dando sequência, eu queria falar um pouco da missão que tivemos, na semana passada, representando o Senado Federal, ao acompanhar o Ministro Blairo Maggi no G20, na China, onde participamos de reuniões bilaterais de Ministros da Agricultura e de organismos internacionais que dele fazem parte.

Esse foi, sem dúvida, um dos maiores eventos da agricultura mundial. Os países lá representados, num total de 20, representam 80% do que se produz no mundo no dia de hoje.

A delegação brasileira reforçou o comprometimento dos agricultores brasileiros em buscar o desenvolvimento econômico também por meio de mecanismos bilaterais. Apesar dos esforços para aumentar sua produtividade, a dependência externa da China vem crescendo. Sua presença na África e na América Latina aumenta a cada dia.

A China começa a migrar para uma visão de segurança alimentar estratégica orientada para um mercado que vá substituir o mantra secular da autossuficiência a qualquer custo, com imenso impacto sobre a organização futura das cadeias produtivas do agronegócio, e o agronegócio brasileiro, com certeza, é e continuará sendo muito importante para a China.

Vivemos em um mundo cada vez mais interconectado pela internet e pela globalização. Novos vetores surgem a cada dia: redes internacionais de varejo, marcas globais, conveniência, integração de cadeias produtivas multinacionais, além de países em desenvolvimento, máquinas e insumos extraordinários, menos produtores com maiores escalas, mudanças climáticas, bem-estar animal, biotecnologia, rastreabilidade, saúde e segurança dos alimentos.

É preciso garantir a segurança alimentar da população do Planeta. Isso passa, necessariamente, pela agricultura, e o Brasil desempenha um papel fundamental nesse cenário. Somos um parceiro comercial muito importante. E o Ministro Blairo Maggi cobrou a ampliação da parceria Brasil-China para habilitação de novas plantas para exportação dos nossos produtos brasileiros para a China, como carne de aves, de bovinos e também de suínos.

Ele lembrou que a agricultura dos mercados agrícolas tem um papel fundamental nas políticas de segurança alimentar e nutricional, ampliando e diversificando a oferta de alimentos.

Outro tema tratado, de suma importância para o nosso País e nossa economia, foi a habilitação de estabelecimentos exportadores.

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Nós temos, na China, alguns estabelecimentos que, desde 2012, aguardam a oportunidade para habilitar-se para exportar para aquele país, e na reunião que tivemos com o Ministro da Agricultura da China e também com o Ministro da Sanidade da AQSIQ ficou estabelecido que essas plantas de 2012 serão automaticamente habilitadas e que em outubro, no mais tardar em novembro, virá aqui uma nova missão para fazer uma vistoria e auditoria em mais de 60 novos frigoríficos, para que possamos aumentar nossa capacidade de exportação em aves, de que somos um grande exportador para a China hoje, em bovinos – no ano passado, conseguimos a habilitação de vários frigoríficos e hoje somos o maior exportador de carne de boi para a China – e também de suínos, pois neste ano iniciamos nossa exportação para aquele país.

Durante o encontro foram feitas várias reuniões bilaterais, num total de oito, com países como a Coreia do Sul, como a própria China, o México e a Rússia.

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Agora, no mês de agosto, o Ministro Blairo Maggi voltará àquela região do Sudeste Asiático, para uma nova missão, em que terá oportunidade de, naquele nicho comercial que há no Sudeste, onde está a metade da população mundial, colocar nossos produtos, não sob a forma de grãos de soja, de que já somos grandes exportadores, mas também valor agregado, aproveitando nosso potencial de aves, de boi, de peixe e de suínos.

Eram essas as minhas considerações.

- O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB RN) V. Exa me permite um aparte?
- O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR MT) Um aparte, Senador Garibaldi, com prazer.
- **O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB RN) Senador Cidinho, o relato de V. Ex^a a respeito dessa viagem à China, quando V. Ex^a compôs a delegação chefiada pelo Ministro Blairo Maggi, nos dá uma confiança muito grande de que essas relações bilaterais serão intensificadas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Agora, no final do seu discurso, V. Exª assinala que o Ministro Blairo Maggi estará de volta, dentro de poucos meses, àquela região, por considerá-la de grande potencial para a possibilidade das exportações brasileiras. Então, eu quero fazer um registro aqui da minha absoluta confiança na gestão do Ministro Blairo Maggi e dizer a V. Exª que esperamos muito da atuação dele. Quero dizer que me congratulo com V. Exª também por compor essa comissão que realizou tão importante missão. Muito obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Garibaldi. Para mim, é uma honra conceder um aparte ao senhor, porque andei por este Senado várias vezes com o saudoso Sena-

dor Jonas Pinheiro, seu amigo. Tantas vezes o senhor esteve em Mato Grosso, em reuniões do nosso PFL, hoje Democratas. É um prazer ceder um aparte ao senhor.

Da mesma forma, fiquei muito orgulhoso em acompanhar o Ministro Blairo, porque, como Secretário de Estado durante o governo dele, sei da sua competência, da sua capacidade, e sonhava que ele um dia pudesse emprestar ao Brasil um pouco daquilo que ele é capaz de fazer, que todos aqui conhecem. Lá, nessa viagem à China, todos ficaram muito bem impressionados com a postura e o conhecimento do Ministro Blairo Maggi.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exa me concede um aparte?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Com prazer, Senador Ricardo Ferraço.

(Soa a campainha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador, apenas para me associar à manifestação de V. Exª e cumprimentá-lo por essa missão que V. Exª desempenhou, tendo como líder o nosso Senador e Ministro da Agricultura Blairo Maggi. Não poderia ser mais feliz o Presidente interino Michel Temer ao convocar para essa tarefa alguém que é do ramo, alguém que devotou sua vida e de sua família àquilo que existe de mais eficiente, de mais competitivo, de uma agricultura absolutamente sólida, que dá enorme contribuição ao desenvolvimento do nosso País. Eu trago a minha manifestação em nome do Espírito Santo, de uma profunda gratidão e reconhecimento ao Ministro Blairo Maggi, porque, logo que assumiu o Ministério da Agricultura, foi demandado pela lavoura cafeeira do nosso País,...

(Soa a campainha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...não apenas pela cafeicultura do Espírito Santo, mas pela cafeicultura de Minas Gerais, da Bahia, de Rondônia, dos grandes Estados produtores de café. E nós fomos ao Ministro Blairo Maggi falar de uma decisão absurda, equivocada, que foi tomada anteriormente à sua assunção à condição de Ministro da Agricultura, qual seja, liberar a importação de café verde do Peru. Ao fazermos uma fundamentação dos equívocos dessa medida, a decisão do Ministro Blairo Maggi foi certeira, adequada: Chamou a sua equipe técnica e determinou que fizesse uma avaliação.

(Soa a campainha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se a conclusão fosse essa, que encontrassem os caminhos para impedir que nós não apenas abríssemos o nosso mercado ao café verde importado, mas que nós também vedássemos a possibilidade de importar pragas que pudessem conviver com a nossa lavoura cafeeira. Portanto, ao tempo em que V. Exª fala dessa exitosa missão feita até a China, com o Ministro Blairo Maggi, uma missão em que o G-20 reuniu todos os seus Ministros da Agricultura, eu quero cumprimentar V. Exª e dar este testemunho do acerto que foi, por parte do Presidente Michel Temer, convidar, escalar alguém da competência e do compromisso com a agricultura que tem o nosso querido e estimado Senador Blairo Maggi.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Já concluindo as minhas palavras, quero dizer que realmente nós temos a pessoa certa no lugar certo.

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu tive oportunidade de viajar com o Ministro Blairo Maggi não só à China, como, na semana passada, a Sinop e a Sorriso, e ele dizia que sempre se critica. Quem está na iniciativa privada sempre critica quem está ocupando um cargo público. Ele também pensava dessa forma. Por isso, assumiu o desafio, em 2002, de se candidatar ao Governo do Estado de Mato Grosso, para fazer uma gestão diferente. Da mesma forma, ele agora se encontra no Ministério da Agricultura, como produtor rural, como empresário, para fazer aquilo que ele, às vezes, criticava que não era possível, mas que agora tem que tornar possível.

Tenho certeza de que será um grande Ministro. Está de parabéns o Presidente Michel Temer pela escolha. Tenho certeza de que o Brasil vai ganhar muito com a gestão do Blairo Maggi no Ministério da Agricultura. Era só isso.

Muito obrigado, Sra Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria apenas endossar as palavras do Senador Cidinho Santos, do Mato Grosso, pelas referências feitas ao nosso colega, agora Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que conhece profundamente o setor

e já saiu fazendo uma missão relevante na China, que hoje é o maior cliente das compras, especialmente de soja, mas também de minério de ferro, buscando ampliar o mercado externo para a produção agropecuária brasileira, que é muito importante.

Estive também com o Senador Cidinho em Dubai, na inauguração de uma importante unidade de distribuição da BRF. Pudemos constatar exatamente o potencial que tem a produção agropecuária brasileira, que é o que está salvando de fato a economia do nosso País. É o motor econômico, a locomotiva.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

Senadora Angela Portela, V. Exª é de Roraima, e lá também há fronteira. Lá também estão aqueles projetos de criação de *free shops*. Um projeto que a Casa aprovou, a Receita Federal está fazendo a regulamentação, mas não está ainda concluída a regulamentação para a instalação, nas cidades gêmeas de fronteira, toda a parte de fronteira de Roraima com a Venezuela, que é onde seriam instalados, ou no Mato Grosso do Sul, entre Paraguai e Bolívia, ou no meu Estado, Uruguai e Argentina.

Mas, especialmente em relação ao Uruguai, preocupo-me novamente, porque agora termina, no final deste mês, a cota de compras em dólares nos *free shops* da fronteira, de travessia por automóvel, fronteira seca, não por avião, onde continuam os US\$500. A Receita Federal tem um projeto de baixar dos US\$300 atuais para a metade, US\$150. A região vive muito em função disso.

O Embaixador do Uruguai, Carlos Amorim, esteve comigo conversando longamente. Essa é também uma demanda dos empresários de Santana do Livramento, de Jaguarão, de Quaraí, porque, se de fato houver essa redução, haverá prejuízo para os consumidores.

Então, faço este pedido à Receita Federal, publicamente, para que mantenha, pelo menos até o final da regulamentação da Lei dos Free Shops, a cota dos US\$300. Isso interessa praticamente a todos os Estados, do Rio Grande do Sul até Roraima e Amapá.

A outra questão importante que também tem a ver com a integração com o Uruguai é a suspensão, a paralisação de obras de duplicação da BR-116 no trecho entre Barra do Ribeiro e Pelotas. Na região de Camaquã foi feita uma audiência pública muito importante, promovida pelo Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, Deputado Adolfo Brito, com o apoio do Prefeito de Camaquã, João Carlos Machado, em que houve uma participação muito grande de toda a comunidade dos Municípios daquela região, muito preocupados com a paralisação dessas obras de duplicação da BR-116, que é fundamental, porque dali vai todo o escoamento para o Porto de Rio Grande, o maior porto marítimo do Sul do País.

Então, faço estes dois registros aqui porque são matérias da maior relevância para o nosso Estado. Muito obrigada, Senadora Angela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Senadora Ana Amélia, essa matéria é de relevância também para Roraima, que tem fronteira com a Venezuela, em Pacaraima, e em Bonfim, na República da Guiana.

Será muito bem-vindo o seu projeto.

Com a palavra, em permuta com o Senador João Capiberibe, o Senador Ricardo Ferraço, como orador inscrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Srª Presidente, Senadora Angela Portela, que preside esta sessão; Srªs e Srs. Senadores, brasileiros e capixabas que nos acompanham pela TV Senado, o Brasil está enfrentando dias de extrema dificuldade. Com a economia destroçada pela gestão da Presidente afastada, Dilma Rousseff, a inflação elevada, no topo, e o absurdo de mais de 11 milhões de brasileiros que conquistaram uma carteira de trabalho, mas que não têm utilidade para esta carteira de trabalho, dada a angústia e o sofrimento, produto dessa extraordinária desorganização em que vive o nosso País, essa herança terrível, deixada pelo Governo afastado, está exigindo grande sacrifício do País, dos empreendedores, das famílias. Todos em busca da retomada da normalidade e do caminho do necessário desenvolvimento.

Passado um mês do afastamento da Presidente e da instalação do traumático e complexo processo de *impeachment*, inteiramente respaldado pelas leis e chancelado pelo Supremo Tribunal Federal, temos todos a certeza absoluta de que o governo afastado não pode retornar de forma alguma. É simplesmente inimaginável as consequências nefastas de um eventual retorno da Presidente ao comando do governo. Seria o pior dos mundos, um verdadeiro apocalipse.

O discurso cada vez mais vazio de resistência ao suposto golpe, reiterado pela Presidente afastada Dilma e seus aliados, apenas produz indignação naqueles que buscam soluções legais e dias melhores para o nosso País, além de constrangimento desnecessário no plano internacional.

As manifestações contra o Governo do Presidente interino, Michel Temer, que é um Governo constitucional e que busca construir diariamente a sua legitimidade junto à população, ainda têm como principal característica o alinhamento partidário e ideológico aos restritos círculos simpáticos ao Partido da ex-Presidente ou da Presidente afastada.

A grande maioria da população, que não se deixa conduzir pelas organizações que quiseram sustentar o mandato da Presidente Dilma, se mantém esperançosa de dias melhores, de mudanças de paradigma e de reconstrução dos pilares da nossa economia, e os primeiros reflexos dessa aspiração já começam a ser sentidos, graças apenas à saída de cena da impopular governante afastada, marcada por uma gestão incompetente, delinquente e desastrosa em todas as suas áreas, sobretudo na área social.

Nesse período de transição do Governo interino a caminho de sua confirmação para exercer o seu mandato constitucional até 2018 – o Presidente interino, Michel Temer –, somos forçados não apenas a ouvir as reações da Presidente Dilma contra o Presidente em exercício e a favor do deletério retorno da Presidente afastada ao poder, mas ainda somos forçados a ouvir uma despropositada sugestão da Presidente afastada do encaminhamento ao Congresso Nacional de uma consulta popular sobre a conveniência de convocação de novas eleições presidenciais ainda este ano, caso ela volte a comandar o Governo.

Se se considerar que o processo de *impeachment* está previsto para terminar em agosto, restarão menos de cinco meses para a realização de uma eleição municipal, agendada para outubro, além de um plebiscito seguido, se for o caso, da eleição para escolher quem concluirá os dois anos restantes do mandato presidencial. Simplesmente, não há tempo hábil para isso, e a ex-Presidente ou a Presidente afastada sabe bem disso. Isso tudo lembrando que a Presidente afastada, caso retorne, terá de convencer os Parlamentares, o Congresso brasileiro, as duas Casas – o Senado e a Câmara –, a aprovar a convocação de plebiscito, o que tem de ser feito pelo menos por um terço de Deputados ou Senadores, e a Presidente afastada não dispõe de Base parlamentar para isso, muito menos de argumento.

Estranho também ouvir a Presidente Dilma dizer que está disposta a convocar a consulta popular, quando sabe que esta é prerrogativa de cada uma das Casas do Congresso, conforme manda o art. 14 da Constituição Federal, ou seja, esta não é uma iniciativa que cabe à Presidente da República, mas ao Congresso brasileiro. Além de inconstitucional, sem prazo exequível e politicamente inviável, essa proposta da Presidente afronta a realidade e o bom senso.

Cada vez mais perdida em seus delírios, a Presidente afastada já percebeu que a sua tentativa de se colocar como vítima de um golpe não emplacou e tenta agora encontrar uma forma de impedir a tendência atual, evidente e, por óbvio, de o Senado afastar em definitivo a Presidente da República pelos crimes que cometeu, por ter atentado contra a Constituição Federal, o seu art. 85, por ter violado as leis fiscais e orçamentárias do nosso País e por ter atentado também contra a probidade administrativa.

A farsa da vitimização se desmancha com facilidade ao não encontrar eco na realidade. A verdadeira vítima é a sociedade brasileira, que sofre na vida real as consequências das delinquências da Presidente e das suas decisões equivocadas.

Apenas os experimentos fracassados da Presidente no terreno da economia produziram perda generalizada de poder aquisitivo, da renda, enfim, dos brasileiros, fechamento de empresas e de postos de trabalho, piora dos indicadores sociais e ruína nas finanças dos nossos Estados e dos nossos Municípios.

Por isso, a ideia estapafúrdia de convocar um plebiscito sobre a antecipação da eleição presidencial e de renunciar, caso essa tese seja referendada pelas urnas, só pode ser movida por um ato de desespero.

A sugestão de promover eleições, especialmente quando o País está mergulhado numa crise sem precedentes, pode até parecer para alguns simpática, principalmente se essa ideia for apresentada como um gesto abnegado e despretensioso. Mas o comportamento mostrado pela Presidente afastada até agora evidencia que ela não parece interessada em renunciar. Na prática, essa sua reiterada declaração revela duas coisas, a meu juízo, bem cristalinas. A primeira é o seu próprio reconhecimento da sua incapacidade de voltar a governar o País, sem qualquer respaldo da população e até mesmo do Congresso Nacional. A segunda coisa é que ela está tentando descaradamente ludibriar o público, numa tentativa desesperada de angariar apoio, algo que não tem efetivamente nem mesmo do seu próprio Partido, salvo melhor juízo.

Mesmo que, em teoria, fosse algo desejável a realização de nova disputa presidencial com vistas à superação da crise política, a ideia, tal como apresentada pela Presidente, se reveste de evidentes fragilidades e inconsistências. **O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Todos sabemos – e já caminho para o encerramento, Sr^a Presidente – que a Constituição Federal admite um novo pleito apenas nos casos de Presidente e Vice-Presidente deixarem o cargo antes do prazo...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...seja pela renúncia, pelo *impeachment*, pela cassação por parte do Tribunal Superior Eleitoral ou ainda pela morte do Presidente ou do Vice-Presidente. Pela Constituição, o pleito motivado por essa dupla vacância deveria ocorrer nos dois primeiros anos do mandato – ou seja, até 31 de dezembro próximo. É evidente que isso não tem viabilidade. O que pode acontecer no caso é que, a partir de 31 de dezembro, após dois anos de mandato, o Congresso brasileiro tenha de

eleger de forma indireta um Presidente da República. Isso não me parece encontrar, por parte da população brasileira, qualquer tipo de apoio.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Uma consulta popular ainda neste ano nessa direção revela-se um desperdício e até mesmo um engodo.

A intenção da Presidente Dilma resultaria apenas em um curioso paradoxo: ela diz querer vencer a batalha do *impeachment*, mas apenas para entregar o cargo logo em seguida? A Presidente afastada está propondo, aí sim, um golpe a ser aplicado contra o Governo do Presidente constitucional em exercício Michel Temer para submeter a ele o mesmo afastamento definitivo que a ameaça.

De toda forma, a Presidente afastada deixa claro que apenas um novo ocupante da Presidência a ser escolhido pelo povo teria legitimidade para exercê-la, o que não encontra qualquer tipo de respaldo na Constituição Federal.

Sejamos claros: se a Presidente foi afastada, não cabe a nenhum de nós assumir o protagonismo desse afastamento, porque quem produziu o afastamento da Presidente, em primeiro plano, foram as suas escolhas, foram os seus equívocos, foi a opção de governar à revelia e com o desprezo à lei

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Quem produziu o afastamento da Presidente Dilma foram, na prática, as grandes e mais evidentes manifestações populares da história do nosso País. Os Deputados e os Senadores foram apenas instrumentos, foram apenas ferramentas para satisfação da sociedade brasileira.

Por isso mesmo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a conclusão é óbvia: Dilma, nunca mais! Muito obrigado, Srª Presidente.

Muito obrigado, Sras e Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a palavra, como orador inscrito, em permuta com o Senador Cristovam Buarque, o Senador Roberto Muniz, do PP da Bahia.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Angela Portela, aqui presidindo os trabalhos da Casa, Srs. Senadores presentes aqui no plenário, demais que acompanham pelas emissoras da Casa, nos gabinetes, nas demais dependências da Casa, meus caros ouvintes da Rádio Senado e também telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores, o Senado Federal dá uma contribuição grandiosa à uma parcela significativa de produtores rurais com a apreciação da Medida Provisória nº 715, de 2016, que destina R\$316,2 milhões para o pagamento de parcela do benefício Garantia Safra.

Falo aqui em nome dos Senadores colegas de bancada do Nordeste, do Senador Ciro Nogueira, do Estado do Piauí, do Senador Benedito de Lira, do Estado de Alagoas, e também dos colegas Senadores Otto Alencar e Lídice da Mata, porque destaco que o montante é referente ainda a indenizações da safra 2014/2015, indenizando agricultores vitimados pela seca, pela estiagem, anos em que o Sudeste e quase todo o Brasil sentiram o flagelo e a dor de vivenciar uma crise hídrica.

Esse valor foi devido ao aumento do percentual de perdas da safra – acima de 60% – como previsto no programa. O que ocorreu? Aumentaram as perdas da safra devido à grave estiagem que afetou esses trabalhadores. Vale lembrar que 50% dos estabelecimentos da agricultura familiar do Brasil estão no Nordeste e, em sua maioria, no Semiárido, em condições vulneráveis de sobrevivência devido à seca e às perdas em função das fortes estiagens.

Para especificar a importância desse público, 87% do total das propriedades rurais do Estado da minha Bahia são de agricultores familiares; 90% dos Municípios baianos são considerados tipicamente rurais, com alto grau de dependência das atividades econômicas.

Foi nesse cenário de forte dependência e de constante perda com a prolongada estiagem que, na minha gestão à frente da Secretaria Estadual de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária na Bahia, conheci de perto a grave situação, assim como a grande contribuição que a agricultura familiar dá para o desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado e também do nosso País.

Debrucei-me, Presidente, neste programa que muitos já conhecem, mas, para aqueles que ainda não sabem, é bom destacar que o programa tem como público selecionado agricultores familiares com renda de até 1,5 salário mínimo, que plantam entre 0,6 a 5 hectares e possuem a DAP, a Declaração de Aptidão ao Pronaf.

Esse mesmo público tem prioridade na distribuição de sementes e também nas ações de convivência com o Semiárido. As indenizações são pagas através do Cartão Cidadão, na Caixa Econômica Federal, sem intermediários. O universo de beneficiados é enorme, chegando a passar de um milhão de agricultores em algumas safras.

O Fundo Garantia-Safra busca dar condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares, que sofrem com a perda da safra por motivo da seca e muitas vezes até do excesso de chuvas. Vamos lá. O Fundo Garantia-Safra é constituído por recursos da União, dos Estados, dos Municípios e dos próprios agricultores, na proporção de 40%, 12%, 6% e 2%, respectivamente, sobre o valor da indenização, perfazendo um total de 60%.

Assim é em todo o Brasil, com exceção da Bahia. Lá na Bahia, nós inovamos, Presidente. Com uma única ação que facilitou a vida dos nossos agricultores, conseguimos extraordinários avanços e resultados, dobramos o número de adesões, depois triplicamos, e já estamos agora quadruplicando a participação nesse programa tão importante.

Vejam os números: até o ano de 2008, eram apenas 15 mil adesões; na safra 2009/2010, já saímos com 64.879; logo em 2011, passamos para 114 mil; em 2012, 149 mil; em 2013, já eram 204 mil adesões. E seguimos o crescimento, contabilizando 284 mil em 2014 e quase 300 mil adesões em 2015, mais especificamente 299.227 adesões.

Esse incremento ocorreu graças a uma proposta simples, porém corajosa do Governo do Estado da Bahia, que recebeu acompanhamento e muitas reuniões de convencimento.

O que fizemos na Bahia e por que conseguimos ampliar o programa? A partir de 2009, o Governo do Estado passou a subsidiar 50% dos aportes municipais e das contribuições também dos agricultores, ficando com a proporção de 40%. Assim, 16% no Estado da Bahia, enquanto em todo o País são 12%; 3% nos Municípios lá na Bahia ante os 100% do programa original. E o agricultor contribui apenas com 1%, percentual que é a metade do percentual dos demais beneficiários do País, que contribuem com 2%.

Esse incentivo na ponta, na adesão, foi único para trazer resultados surpreendentes. Repito: as adesões chegaram a quase 300 mil agricultores na safra 2014/2015.

A ação foi a de perceber e agir, identificando que muitos trabalhadores não aderiam ao programa pelo fato de não conseguirem contribuir com 2% – hoje no valor de R\$17.

Fizemos a nossa parte: custeamos 50% do valor atual – R\$8,50 – e ele entrou com a contrapartida, com parte igual à dos agricultores. Foi um diferencial para aqueles que tantas dificuldades enfrentam, até mesmo para a aquisição de sementes no plantio. O mesmo ocorreu em relação aos Municípios. Chamo a atenção para o fato de que grande parte das propriedades da agricultura familiar do Brasil está na Região Nordeste, muitas em condições de vulnerabilidade por causa da seca. Então, essa atitude movimentou e moveu diversos prefeitos para também se associarem a essa ação do Governo do Estado da Bahia.

O resultado dessa ação exitosa só foi possível pelo suporte que recebi do Governo da Bahia, quando ainda exercia a função de Secretário. Tive todo o fundamental apoio do meu colega de Governo à época, o Senador Walter Pinheiro, então licenciado para estar como Secretário de Educação do Estado da Bahia e que era o Secretário de Planejamento à época, enquanto eu ocupava a Secretaria de Agricultura; tudo isso na gestão do então Governador Jaques Wagner, que aderiu à proposta após intensos debates e tratativas comigo, com o Walter, com gestores do programa e com diversas entidades que representavam os agricultores familiares.

É surpreendente! Uma única ação facilitadora, e observem: o subsídio começou na safra 2009/2010, apresentou um aumento, saindo de 54 Municípios na safra 2007/2008 para já 152 Municípios na safra 2009/2010; e saindo de 15 mil agricultores, que aderiram, para 64 mil, logo na safra 2009/2010.

Essa iniciativa, ressalto, inédita e exclusiva ainda hoje trouxe não só o crescimento do programa no Estado, mas consequências sociais e econômicas com o impulso que demos àqueles que tanto necessitam de apoio.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Já finalizando.

Hoje, a Bahia, ao lado do Ceará, concentra o maior número de contemplados com o benefício, em função das crescentes adesões.

Esses recursos ajudam na segurança alimentar das famílias que plantam na safra, contemplando Municípios em situação de emergência e impulsionando a economia local, com os recursos girando no comércio do próprio Município, evitando os casos de êxodo rural e até saques a supermercados, muito correntes em tempos passados.

Além do peso social, também vale destacar a importância da agricultura familiar para fazer valer o programa que garante a aquisição de 30% dos alimentos da merenda escolar proveniente desses agricultores, fato que impulsiona a economia local e leva aos alunos diversidade de alimentos, com certeza mais saudáveis, garantindo mais saúde e, consequentemente, melhor rendimento na escola.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – A agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos no Brasil, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Por isso, peço aos meus nobres pares para apoiar a aprovação desta medida provisória. Faço o apelo, com o pedido para que a proposta seja aprovada com urgência ainda hoje, já que ela tranca a pauta desta Casa.

Agradeço a atenção dos nobres colegas e também faço, mais uma vez, o pedido, nobre Senadora, para que todos possamos votar esta matéria de fundamental importância para os agricultores do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Parabéns, Senador!

Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Lídice da Mata, como oradora inscrita.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, certamente atenderei ao pedido do Senador da Bahia Roberto Muniz.

Mas, Sra Presidente, Sras e Srs. Senadores, Senador Paim, V. Exa, que tem, juntamente com a Senadora Angela Portela, uma vasta folha de serviços prestados à luta em defesa dos direitos humanos no Brasil, certamente, como eu, ficou chocado diante das notícias que iniciaram o dia do domingo próximo passado, quando o mundo foi surpreendido com mais um ato de barbárie com o atentado que resultou no assassinato de mais de 50 pessoas e muitas outras feridas numa boate em Orlando, nos Estados Unidos.

Esse crime, que chamou a atenção do mundo, que é expressão de intolerância, expressão de preconceito, de incapacidade de conviver com os diferentes, com as diferenças, é também, no entanto, um crime que chama a atenção pela forma da sua realização. Aqueles que foram mortos não foram mortos por uma bomba; foram mortos por armas de fogo, Senador Paulo Paim, por metralhadora, por fuzil, por revólver carregados por uma pessoa num país em que adquirir arma de fogo é algo muito fácil, em que é permitido o acesso à arma de fogo de maneira muito ampla e que, aliás, tem sido alvo repetido de episódios criminosos em escolas, em ambientes públicos, muitas vezes feitos até por jovens próximos mesmo à adolescência.

E é esse acesso a arma de fogo que a sociedade americana ainda não foi capaz de dar o exemplo civilizatório de suspender. E esse ambiente serve infelizmente como exemplo negativo também para países da América Latina, como é o caso do Brasil, que, mesmo tendo em vigor o Estatuto do Desarmamento, que é democrático e avançado, sofre permanentemente ataques como o que sofre agora, quando a Câmara dos Deputados vota um projeto de flexibilização do Estatuto do Desarmamento e quando aqui no Senado se discute também a possibilidade de novas categorias passarem a ter acesso a armas no Brasil.

Nós recebemos representantes dos secretários de segurança do País inteiro. O Senador Presidente desta Casa, Renan Calheiros, recebeu uma comitiva em que nós estávamos presentes, eu, V. Exa e muitos outros Senadores, onde foi claro o posicionamento desses secretários, da preocupação desse segmento com a possibilidade da flexibilização do Estatuto do Desarmamento no Brasil, identificando na restrição ao acesso a arma de fogo a salvação de milhares de vidas por ano no nosso País.

Eu quero, portanto, antecipar que essa discussão vinda ao Senado, ou qualquer outra manifestação no sentido de flexibilização, de dar mais acesso a profissionais para terem acesso ao uso de arma de fogo, receberá do meu mandato uma representação contundente.

O Brasil, Sr. Presidente, convive com cerca de 56 mil assassinatos por ano. Nós acabamos de finalizar os trabalhos semana passada da CPI de investigação dos assassinatos de jovens no Brasil. Esses 56 mil assassinatos por ano equivalem a uma guerra. Há países em guerra hoje que não registram o número de mortes que o Brasil tem anualmente.

E o que constatamos na CPI do Assassinato de Jovens é que, destes 56 mil, 77% são negros, e 93% são jovens, do sexo masculino entre 12 e 29 anos de idade. Estamos convivendo no Brasil com cerca de 30, mais de 30 mil, 33, 34 mil assassinatos de jovens por ano. É uma geração inteira que está sendo impedida de viver e de, portanto, construir o futuro desta Nação.

Ouvimos mais de 200 especialistas na CPI em segurança pública, em direitos humanos, em políticas públicas de inclusão social, representantes da anistia internacional, do Unicef, representantes de familiares. Temos hoje, no Brasil, a infeliz situação de constituirmos nas grandes cidades já associações de mães de filhos assassinados neste País. A CPI nos indica que um grande número destes assassinatos se dá, ou por omissão, ou por ação do Estado brasileiro. Esses jovens são vítimas ou atores da violência.

Nas nossas polícias, há, na sua maioria, jovens negros policiais que arriscam e perdem suas vidas também na polícia que mais morre e mais mata no mundo. E é esta situação que faz com que não possamos abrir mão da discussão da manutenção do Estatuto do Desarmamento no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Estatuto em vigor, o que estamos assistindo são jovens, são crianças de 10, 11, 12 anos de idade nas periferias do nosso País, das grandes cidades brasileiras, com metralhadoras, fuzis e revólveres nas mãos, para servir à cooptação do crime organizado, do tráfico de drogas, diante de um Estado que é incapaz de lhes oferecer alternativa e projeto de vida melhor, diante de um Estado que é incapaz de lhes oferecer a inclusão nos programas sociais, a oportunidade de que eles possam, ao sair da escola, ter um emprego, ou mesmo não sair da escola, já que é imenso o índice de repetência e de evasão escolar no segundo grau em todo o Brasil, especialmente no Norte e Nordeste.

O que assistimos, Sr. Presidente, e que foi a conclusão do nosso relatório, é que o nosso País vive uma situação de genocídio da população negra, da população de jovens negros.

Isso exige que nós votemos, na Câmara dos Deputados e nesta Casa, o projeto que põe fim aos autos de resistência e que tem sido o pretexto oficial para a morte e o assassinato desses jovens por parte da estrutura policial do nosso País, sem investigação.

É preciso que nós possamos também votar um projeto que já está na Câmara dos Deputados e que traz a ideia de que nós teremos uma Lei de Acesso à Informação da segurança pública, no Brasil. Nós tivemos enormes dificuldades para ter acesso aos dados de cada Secretaria de Segurança Pública. Os dados coletados são desestruturados. Não há um cadastro único sobre segurança pública, no Brasil, que defina, que deixe claro quem é assassinado, qual a idade, qual o sexo, qual a razão. Existe em um Estado; no outro não há.

É preciso, portanto, ter uma política clara de enfrentamento dessa situação. Que nós possamos votar e aprovar, agui, um plano nacional de redução dos homicídios de jovens, no Brasil.

Mas é preciso ir adiante. Ao concluirmos que há um genocídio dos jovens negros, no Brasil, é preciso dar conta às cortes internacionais, para que estas adotem medidas a fim de que o País pague por manter uma estrutura política e social que permita essa situação de calamidade pública.

V. Exas não tiveram a oportunidade que nós tivemos de ouvir o depoimento chocante de mães, de mães que hoje se reúnem, no Brasil, para chorar a morte de seus filhos. Como disse uma mãe cearense, para "transformar o seu luto em luta" e impedir que novas mães e novas famílias sejam traumatizadas e destruídas com essa situação.

Nós encerramos a CPI na quarta-feira da semana passada. Naquela mesma semana já havia um novo fato que parou o Brasil. Foi o assassinato, em São Paulo, de um menino de dez anos de idade dirigindo um carro. Foi assassinado pela Polícia, que admitiu que ele estava armado e que atirou contra os policiais. E hoje sai a perícia policial dizendo que não houve nenhum tiro de dentro para fora do carro. Também ontem, no Rio de Janeiro, houve a morte de um jovem de 18 anos, na porta da sua casa, enquanto bebia uma água de coco. Foi atingido por uma bala perdida de uma troca de tiros na sua favela.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Alguns podem dizer, "mas isso não quer dizer que sejam negros somente que morrem".

Mas, infelizmente o que nós podemos constatar é que cresce o número de assassinatos de jovens negros por ano, enquanto decresce o de jovens brancos. Há uma clara fronteira, em toda grande cidade brasileira, entre os bairros de classe média e média alta e os bairros de pobre.

Nós nunca ouvimos falar da entrada de uma força policial armada, atirando, no Leblon; em Copacabana; em Higienópolis, em São Paulo; ou mesmo na Barra ou em Ondina ou na Vitória, na Bahia. Mas é assim que a Polícia entra nos bairros populares,...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... onde 90% da população que reside naquele local é pobre e preta.

É por isso, Sr. Presidente, que este Senado Federal tem que cumprir o seu dever, diante daquilo que nós estamos vivendo hoje e tendo como uma realidade que marca com nódoa a vida do nosso País, que é o permanente quadro de violência contra a juventude negra da nossa Nação.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Mais uma vez o meu protesto, o meu repúdio aos assassinatos em Orlando, nos Estados Unidos, que registram a marca da violência homofóbica. Tem muita gente que diz que ser homofóbico não tem nenhum problema. A homofobia mata.

(Interrupção do som.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – De fato, Orlando foi uma demonstração de como mata e quão violenta é a marca do ódio contra a homofobia.

Portanto, em nome dos direitos humanos do Brasil, nós nos manifestamos em repúdio, ao mesmo tempo em que repudiamos também, aqui no Brasil, a mortalidade permanente da juventude negra, da juventude branca e da juventude mestiça deste País.

Muito obrigada!

(Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, a Srª Angela Portela, 4ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

(Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senadora Lídice da Mata, eu quero parabenizá-la pelo pronunciamento e pela oportunidade. Nós devemos tratar os humanos como humanos que são. Portanto, parabéns!

Com a palavra o Senador Paulo Paim, pelo prazo regimental, como inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu me somo à homenagem que V. Exª fez à nobre Senadora Lídice da Mata, que presidiu essa Comissão que fez um trabalho magnífico, nacionalmente, com audiências, reuniões, debates, na linha do combate à violência contra nossa juventude.

Os dados mostram, como ela disse muito bem, que, de cada dez jovens assassinados, oito são negros. Nós, claro, combatemos a violência contra jovens brancos ou negros. Apenas ela relatou um fato que é uma realidade.

Cumprimento também o Senador Lindbergh Farias, que foi o Relator desse trabalho. Eu fui indicado como Vice, participei dentro do possível, já que fiquei viajando o País na questão dos trabalhadores e da Previdência.

Sr. Presidente, antes de falar aqui sobre o manifesto que recebi dos juízes do Trabalho, faço a leitura e peço a V. Exª que dê o encaminhamento devido do seguinte requerimento:

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro voto de pesar pelo falecimento de Márcio Antonio de Oliveira, ocorrido na manhã de ontem.

Márcio era professor aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora [...], atualmente compunha a diretoria da ApesJF Seção Sindical e fazia parte da diretoria eleita para estar à frente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, durante o próximo biênio (2016/2018). Foi Presidente do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) entre 1992/1994 e Secretário-Geral de 1986/1988; 2010/2012 e 2012/2014.

Perdemos um lutador, um mestre, um defensor da educação pública e dos direitos dos trabalhadores [da área pública e da área privada], um construtor do Andes [...], [um lutador do Andes], Sindicato Nacional, e um exemplo para todos nós.

Márcio estará sempre presente em nossas lutas, em nossos corações.

Fica aqui esse voto de pesar.

Peço que ele seja enviado para a sede nacional do sindicato, extensivo aos familiares no endereço a seguir: Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Sede Nacional, aqui em Brasília.

Sr. Presidente, peço a tolerância de V. Exa, dentro do possível, claro, porque faço questão de ler um documento dos juízes do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Paulo Paim, não é uma ordem, porque nenhum de nós obedece a ordens assim, mas é um prazer poder estender o tempo de V. Exa, como o Senador Pimentel, que presidia ainda há pouco, faria.

V. Exª é um dos mais ativos colegas que temos aqui, no Senado. Tenho muito orgulho de estarmos juntos na mesma Bancada e nas boas causas pelo nosso povo e pelo nosso País.

O prazer é meu de estar aqui ouvindo V. Exa e presidindo esta sessão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço a V. Ex^a e ao Senador Pimentel, dois Senadores que, com certeza, nos representam. Digo isso com enorme satisfação. Eu tive recentemente, inclusive, um diálogo com o Senador Pimentel, e chegamos a um grande acordo de entendimento, de aprofundamento de um debate sobre um projeto em que, naquele momento, tínhamos posições divergentes, mas com o mesmo objetivo: proteger os que mais precisam.

Sr. Presidente, os juízes do Trabalho, recentemente, agora, agora, fizeram um manifesto em defesa do interesse dos trabalhadores da área pública e da área privada, mediante os ataques que vêm acontecendo do Governo provisório.

Registro aqui manifesto em defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho, assinado por 19 Ministros do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

[Título:] Documento em Defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho No Brasil.

[Diz:] "Do trabalho do homem nasce a riqueza das nações"

Encíclica Rerum Novarum, Papa Leão XIII

Em momento de grave crise política, ética e econômica, como a que atualmente atravessa o País, torna-se essencial uma reflexão sobre a importância dos direitos, em particular os sociais trabalhistas, como alicerce da democracia e da sociedade justa e igualitária, preconizada pela Constituição [...], [em cuja construção e elaboração tive a alegria de estar presente como Constituinte].

O Direito do Trabalho no Brasil guarda inseparável vinculação aos direitos fundamentais, sendo um forte instrumento de inclusão social e dignidade da pessoa humana, por atuar na valorização do trabalho, em um País cujo período escravocrata de mais de 300 anos deixou marcas profundas e arraigadas em nossa cultura e nas relações socioeconômicas, facilmente perceptíveis pelas denúncias diárias de trabalho forçado, [de trabalho escravo], discriminação, descumprimento e demora em assegurar direitos elementares, a exemplo do que ocorreu historicamente com os empregados [e empregadas] domésticos.

A Justiça do Trabalho, por sua vez, é reconhecida por sua atuação célere, moderna e efetiva, qualidades que muitas vezes atraem críticas. [Se demoramos tanto, às vezes, para julgar um processo, é por acúmulo dos milhares e milhares de processos que chegam às nossas mãos.] Nos dois últimos anos (2014-2015), foram entregues aos trabalhadores mais de 33 bilhões de reais em créditos trabalhistas, decorrentes do descumprimento da legislação, além da arrecadação para o Estado brasileiro (entre custas e créditos previdenciários) de mais de 5 bilhões de reais.

Poder-se-ia dizer que o Brasil de hoje é bem diferente da época da criação da Justiça do Trabalho, o que é verdade. Temos grandes indústrias, instituições financeiras de porte internacional e tecnologias avançadas que modernizam as relações de trabalho na cidade e no campo, além de liberdade de contratação, o que leva a questionamentos sobre o rigor na proteção ao trabalho.

Há, porém, outro lado, advindo de inúmeras e profundas contradições que sociólogos, economistas e juristas, com visões tão diferentes entre si, são unânimes em reconhecer: a existência de vários "Brasis", com formas inaceitáveis de degradação e exploração. Foram regatados quase 50 mil trabalhadores em situação análoga à de [trabalho escravo] [...] [somente] nos últimos 20 anos [...] e, atualmente, mais de três milhões e trezentas mil crianças são subjugadas pelo trabalho infantil. O Brasil é o quarto país do mundo em acidentes fatais de trabalho e, todos os anos, mais de 700 mil acidentes vitimam nossos trabalhadores, criando uma legião de mutilados, que têm na Justiça do Trabalho o único caminho para o reconhecimento de seus direitos.

Por outro lado, muitos aproveitam a fragilidade em que são jogados os trabalhadores em tempos de crise para desconstituir direitos, desregulamentar a legislação trabalhista, possibilitar a dispensa em massa, reduzir benefícios sociais, terceirizar, [passar propostas como o negociado sobre o legislado, querer regulamentar de forma a perpetuar o trabalho escravo], mitigar a responsabilidade social de [muitas] empresas. Por desconhecimento ou outros interesses, usam a negociação entre

sindicatos, empresas e empregados com o [único] objetivo de [querer] precarizar [ou ameaçar a demissão], deturpando seu sentimento primordial e internacionalmente reconhecido, consagrado no *caput* do art. 7º da Constituição da República, que é o de ampliar e melhorar as condições [de vida e] de trabalho [da nossa gente]. É importante lembrar que apenas 17% dos trabalhadores [brasileiros] são sindicalizados e que o salário mínimo no Brasil (7ª economia do mundo) é o menor entre os 20 países mais desenvolvidos, [mas já esteve entre os 50 mais atrasados], sendo baixa, portanto, a base salarial sobre a qual incide a maioria dos direitos.

O momento que vivemos não tolera a omissão! [E por isso está aqui a posição dos juízes do Trabalho.] É chegada a hora de esclarecer à sociedade que a desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico (com diminuição de valores monetários circulantes e menos consumidores para adquirir produtos que sejam oferecidos pelas empresas, [pelo mercado, enfim], em seus diversos ramos); social (com o aumento da precarização e pauperização); previdenciário [...] [anunciam que vai haver uma reforma profunda, agravando ainda mais a situação daqueles que, no momento em que pensam em se aposentar e que teriam um salário decente, passam a receber um salário, se for conforme o que é projetado por Uma Ponte para o Futuro – que só vai aprofundar ainda mais o seu desespero no momento que mais precisam – insuficiente]; segurança (em face da intensificação do desemprego e dos baixos salários); político (pela instabilidade causada e consequente repercussão dos movimentos sociais); saúde pública (aumento exponencial de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho), entre outros tantos aspectos [que levam uma preocupação enorme para todos aqueles que defendem um trabalho decente.] Enfim, o atraso e o aprofundamento da exclusão social terminarão por refletir na diminuição do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), uma vez...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Paulo Paim, permite-me?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minutinho, só concluir esse raciocínio, eu darei um aparte a V. Ex^a.

[...] uma vez que um dos requisitos do desenvolvimento é a superação da exploração e da desigualdade, tema que, ao final de contas, é a pedra angular da Justiça do Trabalho.

Senador Garibaldi, só vou terminar o manifesto dos juízes, que estou lendo aqui na íntegra.

O presente documento [assinado por 19 juízes] se revela oportuno em uma quadra acentuadamente difícil para a Justiça brasileira, que sofre ataques de todos os tipos e gravíssima redução orçamentária, em especial, no que toca à Justiça do Trabalho, contra a qual se impuseram...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) -

... cortes diferenciados, maiores que os infligidos a todos os ramos do Poder Judiciário, e motivados por declarado propósito de retaliação contra o seu papel social e institucional, levando à inviabilização de seu funcionamento [para atender ao povo brasileiro.] É, portanto, uma forma de expressar nosso sentimento, preocupação e compromisso com os princípios fundamentais da República, conclamando a todos [...] de uma causa que nos une: o Direito do Trabalho, [o direito do trabalhador], essencial para a valorização social do trabalho e da livre iniciativa e para a construção da cidadania. O papel da Justiça do Trabalho, por sua vez, ganha relevância nos momentos de crise em que a efetivação dos direitos de caráter alimentar é premente e inadiável. Uma coisa é falar de trabalho decente, outra coisa é garanti-lo em cada Município e em cada região do nosso País.

Como afirma Hannah Arendt, "mesmo nos tempos mais sombrios, é possível ver alguma luz." Nosso caminho de defesa dos direitos sociais trabalhistas é irrenunciável e só conseguiremos sucesso se mantivermos nossa união e nossos princípios [nossa seriedade, nossa honestidade, nossa responsabilidade com o próximo]. É preciso que todos saibam que agredir o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho é desproteger mais de 45 milhões de trabalhadores, vilipendiar cerca de dez milhões de desempregados, fechar os olhos para milhões de mutilados e revelar-se indiferente à população de trabalhadores [do campo e da cidade] e também de empregadores que acreditam na força da [...] [lei brasileira] em seu papel constitucional para o desenvolvimento [...] [da nossa pátria].

Senador Garibaldi, esse é o documento que recebi, atualizado, dos juízes do Trabalho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Paulo Paim, quero louvar a iniciativa de V. Exª de trazer esse documento ao conhecimento do Senado e quero também registrar um outro documento, assinado por conterrâneos nossos, no caso o Dr. Xisto Tiago de Medeiros Neto, que é Procurador do Ministério Público do Trabalho, no Rio Grande do Norte, e o Dr. Zéu Palmeira Sobrinho, que é Juiz do Trabalho. Eles também fazem considerações a respeito do trabalho escravo e trazem várias estatísticas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – O discurso de V. Ex^a foi enriquecido por muitas delas, mas, no Brasil, segundo eles, há 3,3 milhões de crianças e adolescentes que trabalham de forma ilegal, muitas delas sem direito a uma vida digna, ao acesso pleno à escola de qualidade, ao lazer, à convivência comunitária e à família; são trabalhadores infantis, que estão cotidianamente sendo objetos de mutilação, intoxicação, sequelamento, adoecimento e acidentes no ambiente de trabalho. São estatísticas como essa que não podem deixar de levar todos nós a um sentimento de verdadeira indignação, Senador Paulo Paim. Congratulo-me com V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Garibaldi, agradeço muito, muito a V. Ex^a, até porque o meu tempo terminou e V. Ex^a conseguiu fazer uma síntese de um outro pronunciamento que não vou poder fazer agora, pronunciamento este sobre o trabalho escravo, que traz exatamente os dados que V. Ex^a forneceu agui. E digo isso porque recebi um documento que vai na mesma linha.

Portanto, considero o meu pronunciamento como lido e gostaria muito que o aparte do Senador Garibaldi fosse inserido no meu pronunciamento na íntegra.

Muito obrigado, Senador Garibaldi. Sempre é uma alegria receber um aparte de um ex-Ministro da Previdência, que tem a mesma linha de raciocínio que aqui desenvolvi. Nós temos que combater de todas as formas possíveis esse maldito trabalho escravo da nossa gente.

Parabéns a V. Exa.

Por favor, Sr. Presidente, considere na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, registro aqui manifesto em defesa do direito do trabalho e da justiça do trabalho, assinado por vários juízes do trabalho e ministros.

Documento em defesa do direito do trabalho e da justiça do trabalho no Brasil.

"Do trabalho do homem nasce a riqueza das nações"

Encíclica Rerun Novarum, Papa Leão XIII

Em momento de grave crise política, ética e econômica, como a que atualmente atravessa o País, torna-se essencial uma reflexão sobre a importância dos direitos, em particular os sociais trabalhistas, como alicerce da Democracia e da sociedade justa e igualitária, preconizada pela Constituição Federal Brasileira.

O Direito do Trabalho no Brasil guarda inseparável vinculação aos direitos fundamentais, sendo um forte instrumento de inclusão social e dignidade da pessoa humana, por atuar na valorização do trabalho, em um País cujo período escravocrata de mais de 300 anos deixou marcar profundas e arraigadas em nossa cultura e nas relações socioeconômicas, facilmente perceptíveis pelas denúncias diárias de trabalho forçado, discriminação, descumprimento e demora em assegurar direitos elementares, a exemplo do que ocorreu historicamente com os empegados domésticos.

A Justiça do Trabalho, por sua vez, é reconhecida por sua atuação célere, moderna e efetiva, qualidades que muitas vezes atraem críticas. Nos dois últimos anos (2014 – 2015), foram entregues aos trabalhadores mais de 33 bilhões de reais em créditos trabalhistas decorrentes do descumprimento da legislação, além da arrecadação para o Estado brasileiro (entre custas e créditos previdenciários), de mais de 5 bilhões de reais.

Poder-se-ia dizer que o Brasil de hoje é bem diferente da época da criação da Justiça do Trabalho, o que é verdade.

Temos grandes indústrias, instituições financeiras de porte internacional e tecnologias avançadas que modernizam as relações de trabalho na cidade e no campo, além de liberdade de contratação, o que leva a questionamentos sobre o rigor na proteção ao trabalho.

Há, porém, outro lado, advindo de inúmeras e profundas contradições que sociólogos, economistas e juristas, com visões tão diferentes entre si, são unânimes em reconhecer: a existência de vários "Brasis", com formas inaceitáveis de degradação e exploração.

Foram regatados quase 50 mil trabalhadores em situação análoga a de escravos nos últimos 20 anos (MTE) e, atualmente, mais de três milhões e trezentas mil crianças são subjugadas pelo trabalho infantil.

O Brasil é o quarto país do mundo em acidentes fatais de trabalho e, todos os anos, mais de 700 mil acidentes vitimam nossos trabalhadores, criando uma legião de mutilados que têm na Justiça do Trabalho o único caminho para o reconhecimento de seus direitos.

Por outro lado, muitos aproveitam a fragilidade em que são jogados os trabalhadores em tempos de crise para desconstituir direitos, desregulamentar a legislação trabalhista, possibilitar a dispensa em massa, reduzir benefícios sociais, terceirizar e mitigar a responsabilidade social das empresas.

Por desconhecimento ou outros interesses, usam a negociação entre sindicatos, empresas e empregados com o objetivo de precarizar o trabalho, deturpando seu sentimento primordial e internacionalmente reconhecido, consagrado no caput do art. 7 da Constituição da República, que é o de ampliar e melhorar as condições de trabalho.

É importante lembrar que apenas 17% dos trabalhadores são sindicalizados e que o salário mínimo no Brasil (7ª economia do mundo) é o menor entre os 20 países mais desenvolvidos, sendo baixa, portanto, a base salarial sobre a qual incide a maioria dos direitos.

O momento que vivemos não tolera a omissão.

É chegada a hora de esclarecer a sociedade que a desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico (com diminuição de valores monetários circulantes e menos consumidores para adquirir os produtos oferecidos pelas empresas, em seus diversos ramos); social (com o aumento da precarização e pauperização), previdenciário (agravamento do déficit previdenciário pela expressiva redução das contribuições); segurança (em face da intensificação do desemprego e dos baixos salários); político (pela instabilidade causada e consequente repercussão nos movimentos sociais); saúde pública (aumento exponencial de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho), entre outros tantos aspectos.

Enfim, o atraso e o aprofundamento da exclusão social terminarão por refletir na diminuição do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), uma vez que um dos requisitos do desenvolvimento é a superação da exploração e da desigualdade, tema que, ao final de contas, é a pedra angular da Justiça do Trabalho.

O presente documento se revela oportuno em uma quadra acentuadamente difícil para a Justiça brasileira, que sofre ataques de todos os tipos e gravíssima redução orçamentária, em especial, no que toca à Justiça do Trabalho, contra a qual se impuseram cortes diferenciados, maiores que os infligidos a todos os ramos do Poder Judiciário, e motivados por declarado propósito de retaliação contra o seu papel social e institucional, levando à inviabilização de seu funcionamento.

É, portanto, uma forma de expressar nosso sentimento, preocupação e compromisso com os princípios fundamentais da República, conclamando a todos para a defesa de uma causa que nos une: o Direito do Trabalho, essencialmente para a valorização social do trabalho e da livre iniciativa e para a construção da cidadania.

O papel da Justiça do trabalho, por sua vez, ganha relevância nos momentos de crise em que a efetivação dos direitos de caráter alimentar é premente e inadiável. Uma coisa é falar de trabalho decente, outra coisa é garanti-lo em cada município e região do nosso país.

Com afirma Hannah Arendt, mesmo nos tempos mais sombrios, é possível ver alguma luz.

Nosso caminho de defesa dos direitos sociais trabalhistas é irrenunciável e só conseguiremos sucesso se mantivermos nossa união e nossos princípios.

É preciso que todos saibam que agredir o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho é desproteger mais de 45 milhões de trabalhadores, vilipendiar cerca de dez milhões de desempregados, fechar os olhos para milhões de mutilados e revelar-se indiferente à população de trabalhadores e também de empregadores que acreditam na força da legislação trabalhista e em seu papel constitucional para o desenvolvimento do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Antes de começarmos a Ordem do Dia, vou conceder a palavra pela ordem ao Senador Jorge Viana.

Antes, porém, Senador Jorge Viana, quero fazer um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa para que, por favor, venham ao plenário, pois nós vamos começar a Ordem do Dia. Nós teremos apenas dois pontos na nossa Ordem do Dia.

O primeiro é a apreciação do Embaixador do Brasil na Argentina. Esse é o primeiro item da pauta. O segundo é um projeto de lei complementar da Senadora Marta Suplicy, aliás uma PEC, melhor dizendo, que acrescenta entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima da violência.

Nós não chegamos hoje a bom termo com relação à ampliação do Super Simples, mas evoluímos na discussão de alguns pontos que impediam a apreciação da matéria. Amanhã, portanto, essa matéria será o primeiro item da Ordem do Dia.

Acabamos de realizar uma longa reunião com a presença do Líder do Governo no Senado Federal e da Senadora Marta Suplicy, que é a Relatora dessa matéria importantíssima e fundamental no momento em que o Brasil se debate em uma crise econômica nunca vista. Esta pode ser concretamente a primeira medida para desamarrar os pés da economia.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa e os demais colegas.

Fiz questão de pedir a palavra até com V. Exa presidindo, porque eu queria me referir, como já fizeram alguns colegas, a essa brutalidade, a esse episódio que chocou o mundo e que mostra o quanto estamos distantes de uma civilização, se é que podemos chamar assim. Outro dia, o Luciano Huck escreveu em um artigo que o que ele viu no Haiti dava a impressão que a civilização tinha fracassado.

Depois de um atentado como esse que ocorreu nos Estados Unidos, neste fim de semana, que chocou o mundo inteiro e nos fez discutir em casa junto à família e aos amigos, temos que nos perguntar que mundo estamos construindo. Um ainda jovem pai de família de 29 anos, pai de um garoto, compra um conjunto de armas, entra em um estabelecimento público, mata 49 pessoas e fere outras 53.

E o que temos como resultado é a consequência que, de maneira brutal, desmonta, destrói famílias e traz junto também algo que nos faz refletir, porque era uma boate *gay*. E familiares do atirador dizem que talvez não tenha sido por questões religiosas, mas por um posicionamento dele em relação à comunidade *gay*. Independentemente das causas, isso é algo que nos faz pensar e, mais do que isso, nos impõe tomar algumas atitudes.

V. Exa, Senador Renan, foi o autor da proposta do referendo sobre o desarmamento. Só no nosso País, nós tivemos 800 mil mortos – eu estou falando de quase um milhão de pessoas –, dos anos 1980 até agora, 2012. Só com armas de fogo, são 42 mil mortos por ano. O Brasil é o pais de no 75 do ponto de vista da relação número de armas por habitante. Os Estados Unidos são o primeiro. Nós temos oito armas para cada 100 mil habitantes. Os Estados Unidos têm 85 armas para cada 100 mil habitantes – exatamente dez vezes mais que o Brasil. E eles lá estão tentando rever a política que facilita que uma pessoa compre, por exemplo, um AR-15, milhares de balas, e possa transitar livremente com uma arma letal como essa.

É lamentável que estejamos aqui no Brasil também sob uma ameaça: a ameaça de uma proposta, na Câmara, que pretende flexibilizar ou transformar o Estatuto do Desarmamento no estatuto do armamento, que V. Exª, Presidente Renan, autor inclusive do referendo, preza tanto. Sei que V. Exª já recebeu um conjunto de Deputados Federais, inclusive que vieram com o propósito de barrar. Isso porque hoje nós temos a bancada da bala na Câmara, e não é possível ... Eu estou vindo aqui denunciar, pedir o apoio da sociedade, para que denunciemos isso, a fim de que esse projeto não possa tramitar na Câmara.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Esse projeto permite uma alteração, ou seja, em vez da exigência de 25 anos para o porte de arma, permite porte aos 21 anos. Em vez de exigir bons antecedentes criminais, se você tem antecedentes criminais, ainda assim, pode ter porte de arma, mesmo que tenha sido um traficante ou que tenha cometido algum crime. Mais do que isso, o projeto aumenta agora o valor da compra que pode ser feita. Eu não sei onde vamos parar quando a vida não tem valor nenhum em nosso País. São mais de 50 mil mortes por ano e só por arma de fogo são mais de 40 mil.

E eu peço aqui a todos os colegas que fiquemos atentos, que não se possa permitir que o Projeto de Lei da Câmara nº 3.722, de 2012, que tem o propósito de flexibilizar o Estatuto do Desarmamento, prospere.

E fica aqui um registro breve, mas sei que faço isso em nome de muitos que querem um mundo pacificado, que querem morar num país onde os filhos...

(Soa a campainha.)

O desespero vivido no maior atentado nos Estados Unidos depois do 11 de setembro chocou o país das armas, o país das guerras, mas deve servir de lição para um país que diz que não faz guerra com ninguém, que não é o país das armas – que é o nosso País –, mas que contabiliza mais de 50 mil assassinatos por ano.

Presidente, muito obrigado pela atenção. Vamos seguir nessa luta, nessa causa que V. Exª também encampa há muito tempo, para que não caiamos nessa armadilha de ampliar o número de armas dispostas Brasil afora, porque, se plantarmos o armamento, vamos ampliar a colheita dos mortos e da destruição das famílias. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero cumprimentar o Senador Jorge Viana.

Realmente, pelo que conhecemos do Senado Federal, essa matéria não tem absolutamente nenhuma possibilidade de prosperar nesta Casa, pela contradição que significa em um momento como este, de muita dificuldade, numa sociedade caracterizada pela necessidade de conviver, Senador Jorge Viana, com ódios, fanatismos, grupos, e ainda caminhar no sentido de armar essa mesma sociedade. Porque esse projeto da Câmara amplia o prazo para a duração do porte de arma, reduz a idade para acesso das pessoas às armas e, pior, manda fornecer porte de arma a pessoas com antecedentes criminais.

Neste momento em que há uma ausência clara de uma política nacional de segurança, em que aprovamos, aqui no Senado Federal, uma proposta de emenda à Constituição para que a União Federal, que vive dificuldades, assuma parte da responsabilidade com a segurança pública no Brasil, nós não podemos, de forma nenhuma, agir contraditoriamente com o que aqui se discute e se debate. E, mais uma vez, nós vimos, nos Estados Unidos da América, o mal que a sociedade armada significa. De modo que quero cumprimentar V. Exª.

Eu peço aos Senadores que venham ao plenário. Nós vamos começar a Ordem do Dia. (Pausa.)

ORDEM DO DIA

Mensagem nº 52, pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério da Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina:

MENSAGEM Nº 52, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 52, de 2016, pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

(Parecer nº 556/2016 - CRE)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Presidente.

O senhor vai abrir o painel?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vou abrir o painel. Peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, abra o painel.

E faço, mais uma vez, um apelo aos Senadores e às Senadoras que estão em outras dependências da Casa que venham ao Plenário.

Vamos votar hoje apenas duas matérias.

A primeira matéria é a indicação pelo Presidente da República do Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério da Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Ana Amélia e, depois, Senador Jorge Viana. A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu queria, Presidente, reafirmar a relevância dessa indicação. O Embaixador Sérgio Danese é uma das figuras notáveis da diplomacia brasileira, um profissional comprometido com a política externa de maneira exemplar, de uma seriedade, de uma compreensão que foi manifestada com toda a clareza na sabatina à qual se submeteu na última reunião da Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Sérgio Danese foi também assessor parlamentar. Tivemos aqui muitos trabalhos em conjunto, com a colaboração dele.

E como Senadora do Rio Grande do Sul, cujo Estado tem fronteira com a Argentina e com o Uruguai, eu quero dizer que essa presença do Embaixador terá um significado muito especial. O Rio Grande do Sul tem um vínculo histórico, um vínculo cultural com a Argentina, e estamos agora prestes a tomar uma decisão im-

portante quanto à definição do Município onde será construída a terceira ponte entre o Brasil e a Argentina, casualmente no território gaúcho. São três Municípios que estão nessa disputa: os Municípios de Itaqui, de Porto Xavier e de Porto Mauá, do lado brasileiro. Do lado argentino temos Alvear, San Javier e Alba Posse. Então, essa definição é muito importante. Da mesma forma – pois será um projeto binacional –, teremos a definição do compartilhamento da Usina de Garabi-Panambi, que dará um reforço ao fornecimento de energia hidrelétrica para essa região.

A presença do Embaixador Sérgio Danese, portanto, terá um significado muito grande. Ele substitui o gaúcho Everton Vargas no comando da representação brasileira na capital argentina.

Então, eu penso que a indicação é extremamente relevante para todos nós, para o Brasil e para a diplomacia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Jorge Viana e Senador Waldemir Moka, na sequência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem para fazer um registro que, penso, é justo que façamos aqui, no plenário do Senado Federal, sobre essa indicação ou apreciação do nome do Embaixador Sérgio França Danese para representar o nosso País em Buenos Aires.

Eu posso afirmar que, hoje, esse posto em Buenos Aires – com todo o respeito aos demais postos – talvez seja o mais estratégico, o mais importante para o Brasil. E, sem dúvida, estamos fazendo aqui a apreciação de um nome extraordinário que o Itamaraty nos disponibiliza.

Fizemos uma grande sabatina na Comissão de Relações Exteriores, na semana passada, na quinta-feira, e lá, Sr. Presidente... É bom que se faça aqui um registro, cumprimentando também V. Exª pela iniciativa, porque alguns meses atrás V. Exª recebeu a Vice-Presidente da Argentina – que é Presidente do Parlamento do Senado – e assumiu um compromisso de criarmos um fórum parlamentar composto pelo Parlamento brasileiro e pelo Parlamento argentino.

Na quinta-feira passada aprovamos, trouxemos para o plenário e tive o prazer de ser Relator. E o Embaixador Sérgio Danese já chega também com o Senado do Brasil oferecendo a ele um instrumento que aproxima as relações parlamentares, as relações entre Brasil e Argentina da maneira que deve ser, fazendo com que os debates dos temas que interessam ao Brasil e à Argentina possam ocorrer simultaneamente no Parlamento dos dois países.

Então, quero dizer que é com satisfação que estamos votando, apreciando aqui a indicação do Embaixador Sérgio França Danese, que sai da Secretaria-Geral do Itamaraty, onde prestou um grande serviço ao Brasil, e vai, agora recepcionado, tendo o seu nome aprovado no Plenário do Senado – como não tenho dúvida, será com ampla maioria aprovado –, nos representar na República da Argentina. Certamente, com o conhecimento que guarda, que carrega, ele fará com que haja um grande crescimento na relação econômica de Brasil e Argentina, um grande crescimento na cooperação de ciência e tecnologia e de cultura, agora com a missão de aproximar os dois Parlamentos a partir do foro que criamos, o Fórum Parlamentar Brasil-Argentina.

Quero cumprimentar o Senador, o colega Ricardo Ferraço, que foi Relator dessa indicação na Comissão de Relações Exteriores e também aqui no plenário, onde apresenta esse requerimento, porque seu relatório faz justiça à história, à vida, à biografia de Sérgio Danese.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka, na sequência o Senador Ricardo Ferraço e em seguida o Senador José Agripino.

Com a palavra V. Exa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, ao tempo em que parabenizo a indicação do nosso representante, tenho certeza, na Argentina, Sr. Sérgio França Danese, desejando-lhe sucesso, parabenizo o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Aloysio, que junto com outros Senadores fizeram uma Frente Parlamentar Brasil-Argentina.

Mas, Sr. Presidente, infelizmente eu tenho uma notícia também muito ruim para o meu Estado do Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul tem um problema muito sério em relação à demarcação de terras indígenas, e hoje, no Município de Caarapó, houve um enfrentamento muito forte, com perda de vidas. Eu não tenho informações de quantas vidas, mas sei que foi um enfrentamento muito ruim.

Estou procurando mais informações. Já pedi uma audiência com o Ministro da Justiça, porque isso no Mato Grosso do Sul é um barril de pólvora, principalmente depois dessas últimas demarcações. Já foram 55 mil hectares de demarcação no apagar das luzes do Governo da Presidente Dilma, e algumas sem nenhum...

ainda nem concluídos os estudos. Então, isso criou um enfrentamento, porque, a partir de agora, esses índios querem retomar e vão invadindo.

Essas propriedades, evidentemente o produtor rural não vai sair da propriedade. Isso tem tudo para virar um enfrentamento muito cruento, muito ruim.

Então, eu gostaria de que S. Exa, o Ministro da Justiça, com quem pretendo falar, assim como toda a Bancada, de hoje para amanhã, pudesse, neste momento, pelo menos tomar iniciativa no sentido de apaziguar. Temos tudo para começar novamente em Mato Grosso do Sul um enfrentamento muito grande entre brancos e índios que sempre conviveram harmonicamente até passado muito recente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço.

Em seguida, vamos ouvir o Senador José Agripino e o Senador Telmário Mota.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, na condição de Relator deste processo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E Senadora Vanessa também, na sequência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator. Sem revisão do orador.) – ...na Comissão de Relações Exteriores, de que participo ativamente sob a Liderança do Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu tive a oportunidade de relatar a indicação de um dos melhores e mais destacados quadros da Casa do Rio Branco.

A diplomacia brasileira goza de reputação e credibilidade internacional pela qualidade, pela formação, pelo preparo técnico e intelectual do nosso grupo de diplomatas.

A indicação do Embaixador de Primeira Classe, Sérgio Danese para chefiar a missão diplomática do nosso País na Argentina é uma escolha absolutamente adequada, feita por Sua Excelência o Presidente interino Michel Temer, por conta da importância estratégica de nossa relação com a Argentina, por conta, inclusive, das mudanças que a Argentina está vivendo sob a liderança do Presidente Macri.

A Argentina, não apenas pelos laços culturais que se unem ao nosso País e o nosso País à Argentina, é destino, Sr. Presidente, de grande parte da produção industrial do nosso País. É, portanto, um país que tem com o Brasil uma cooperação em todos os campos. E a indicação do Embaixador Sérgio Danese para chefiar a nossa missão diplomática na Argentina é, seguramente, mais que do que um gol de placa, é uma goleada. Estará entregue a um excepcional profissional que vai cuidar de todas as faces da complexa e desafiadora relação do nosso País com a Argentina.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, é importante que nós possamos, aqui no plenário, dar um voto com muita segurança e confiança na gestão do nosso novo Embaixador na Argentina, esse excepcional profissional, o Embaixador Sérgio Danese.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador José Agripino.

Na sequência, nós daremos a palavra ao Senador Telmário, à Senadora Vanessa, ao Senador Otto Alencar, ao Senador Aécio e ao Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu estive presente, quinta-feira passada, à sabatina do Embaixador Sérgio Danese. E devo dizer a V. Exa que já conhecia o Embaixador Sérgio Danese como Secretário Executivo do Itamaraty, à época da Presidente Dilma, Presidente da República, Governo do PT em que eu, Presidente do Democratas, podia ser visto como um adversário.

Eu quero, primeiro de tudo, prestar um testemunho. As minhas relações com o Embaixador Danese, toda vida que ia tratar de qualquer tipo de assunto, eram relações absolutamente republicanas e respeitosas. Mais do que isso, até porque seria obrigação, o traço característico do comportamento do Embaixador Danese é o da eficiência. Eu diria que ele é um diplomata atencioso, mas é, acima de tudo, eficiente. É aquele tipo de gente que entrega a mercadoria, que toma o compromisso e persegue o objetivo. Com um ferrinho de dentista, ele vai buscar atingir o objetivo que ele e o interlocutor tenham pactuado como objetivo comum.

Eu disse na sabatina uma coisa que percebo.

Nas relações diplomáticas, mais do que em qualquer relação, a premissa amigos, amigos, negócios à parte prevalece, só que os amigos às vezes facilitam um pouco os negócios, mas nem sempre.

Não se imagine que, pelo fato do kirchnerismo ser irmão do lulopetismo, isso facilitava as relações do Brasil com a Argentina quando em disputa estava, por exemplo, a negociação da linha branca ou de um acordo automotivo, porque aí mexe com os interesses de produtores e de empregadores do Brasil e da Argentina. Agora, mudou o governo para Macri e mudou o governo para Michel Temer, com formulações ideológicas assemelhadas e antagônicas às anteriores.

Eu não tenho dúvida de que a mudança de mentalidade vai facilitar o diálogo inicial, sim, mas vai facilitar o casamento de negócios ou a ação do Embaixador no campo dos negócios bilaterais do Brasil com a Argentina dificilmente se houver interesses conflitantes.

Agora, uma coisa é certa: o Brasil e a Argentina são o corpo, a alma, os olhos, o nariz e a boca do Mercosul. Se nós insistirmos em buscar a conciliação de interesses apenas dentro do Mercosul e não buscarmos conciliar os interesses dos países com objetivos externos que nos unam, por exemplo, num acordo multilateral com a União Europeia, com o Nafta, buscar acordo de cooperação para negócios com a Colômbia, com o Peru, com o Pacto Andino, dificilmente haverá o robustecimento. Aí entra a eficiência, a competência, a capacidade de obstinação na busca de atendimento de objetivos do Embaixador Sérgio Danese, que, além de ser um homem experimentado e inteligente, compreende perfeitamente o mundo dos negócios e da cooperação diplomática, aonde ela pode chegar.

Por isso – essa exposição eu fiz na sabatina, e S. Exª concordou comigo – acredito que o Brasil estará muito bem servido, como esteve com o atual Embaixador, que fez um ótimo trabalho.

Tenho certeza absoluta de que o Embaixador Sérgio Danese, à frente da Embaixada do Brasil na Argentina, vai, com o novo Governo, com a capacidade que ele tem de enxergar objetivos, de servir ao País, prestar grandes serviços às relações bilaterais do Brasil com a Argentina, grandes serviços à preservação do Mercosul e grandes serviços à integração latino-americana.

Por essa razão, com muita convicção, eu revelo que, para mim, a indicação de Sérgio Danese para a Argentina é apropriada e acertada.

- O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) Concedo a palavra...
- O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT RR) Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) Ao Senador Telmário Mota.
- **O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT RR. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, quero hoje fazer um comunicado inadiável, apesar do horário.

É com pesar que o meu Estado amanheceu hoje, com certeza muito mais triste, porque hoje faleceu, no meu Estado, o Sr. Chico Leite, Francisco Leite.

Francisco Leite nasceu na cidade de Campo Maior, no Piauí, da Senadora Regina, do Senador Veinho, que está aqui, Elmano, no dia 11 de agosto de 1915. É filho do casal José Leite Pereira Primo e Josefa de Alcântara Brito. A família chegou ao meu Estado de Roraima, Sr. Presidente, nos anos de 1920, foi para o interior com o patriarca José Leite e passou a trabalhar nas fazendas de uma grande empresa que havia em nosso Estado, a fazenda JG, na qual eu fui vaqueiro.

Em 1933, Chico Leite casou-se com a senhora Patrocina da Silva Pereira. Tiveram 15 filhos. Hoje, com certeza, descendem de Chico Leite mais de 300 pessoas no meu Estado. Chico Leite era um homem que trabalhava no serviço rural, na roça, na lida com o gado, cuidando de suas fazendas Nascente, Tipiti, Congresso, Santo Antônio do Pão, Cauã e Salgado.

Portanto, um piauiense desbravador que, nos anos de 1920, chegou ao Estado de Roraima e lá construiu uma grande família, deixando um grande legado de honestidade, de prosperidade e de progresso.

Ficam aqui os nossos pêsames a toda a família. Roraima, hoje, com certeza, perde Chico Leite, mas fica o exemplo e o modelo de homem íntegro, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Sr. Otto Alencar.

Na sequência, o Senador Aécio, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Capiberibe.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos encaminhar o voto "sim".

Gostaria, Sr. Presidente, de relatar uma frequência que tem acontecido nas nossas reuniões na Bahia. No Brasil não deve ser diferente.

Ontem à noite, no Município de Simões Filho, região metropolitana de Salvador, tivemos uma reunião. Lá recebi a carta de uma professora de Educação Física. Ela diz exatamente:

Senador Otto Alencar, em nome dos universitários formados em 2002, que dependeram do Fies até esta época, venho solicitar que analise, junto ao Senado Federal, a possibilidade de isentá-los desse débito ou até de um novo recálculo de forma razoável.

No meu caso, pago o Fies desde 2002 e até os dias atuais, nesse período, fiz apenas uma vez esse recálculo. Acredito que já paguei até o valor devido em dobro.

Neste momento me encontro desempregada, tenho várias despesas e não posso pagar.

Atenciosamente, Maria de Fátima Santana.

Quero chamar a atenção do Senado Federal e do Governo Federal que com esse desemprego que estamos tendo no Brasil a maioria desses formandos que dependeram do Fies vai ficar inadimplente.

Então, apelo ao Governo Federal, ao Presidente interino, ao Ministro da Educação que possam rever esse cálculo do Fies, para que esses formandos que dependem do seu trabalho e estão no desemprego possam, de alguma forma, recalcular os seus débitos e pagar suas dívidas.

Portanto, é uma crise que atinge a todos aqueles que são vítimas da atual situação de desemprego no Brasil. Então, eu vou levar essa questão ao Ministro da Educação – vou formular esse questionamento – e também ao Presidente interino, para que se tome uma solução, no sentido de resolver esse problema, que é um problema grave, que me chamou atenção e é de alta importância para o meu Estado da Bahia e também para os formandos de 2002, que dependeram do Fies.

A SRa MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Aécio, em seguida à Senadora Marta Suplicy, ao Senador Randolfe e ao Senador Capiberibe.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na hora em que, no momento em que aprovamos aqui uma indicação pelo Chanceler José Serra, portanto, pelo Governo brasileiro, para Embaixada do Brasil na Argentina – País absolutamente estratégico, senão o mais estratégico do ponto de vista de interesses bilaterais, em especial comerciais, em todo o mundo –, nós todos aqui alentamos a expectativa de uma reconstrução da política externa brasileira, em que o viés ideológico possa dar espaço a relações maduras, pragmáticas, próprias da diplomacia contemporânea no mundo, em que os interesses do Brasil, das empresas e dos empregos gerados no Brasil possam se sobrepor a outros interesses de menor relevância.

Eu faço aqui essa referência para registrar, Sr. Presidente, que recebemos aqui hoje, no Senado Federal, inclusive neste Plenário, a visita do líder da oposição – ou de um dos principais líderes da oposição – venezuelana, Henrique Capriles. Capriles, inclusive em momentos tensos nas relações do Congresso brasileiro e do Senado com aquele País, a partir de uma visita frustrada de Senadores brasileiros à Venezuela, foi aqui tratado, inclusive pela oposição de hoje, Base de ontem, como o homem do equilíbrio, como líder oposicionista não radical, que seria, inclusive, um interlocutor importante para uma saída negociada na Venezuela. É exatamente aquilo que se busca.

Exatamente esse líder equilibrado, mas firme nas suas posições, disse hoje o que passo a transcrever neste instante, o que passo aqui a reportar neste instante. Disse Henrique Capriles agora há pouco aqui no Senado Federal:

A situação da Venezuela é muito crítica. Estamos vivendo uma situação de emergência. Não queremos um golpe de estado, queremos uma solução constitucional. Não estamos pedindo que nenhum país interfira nos assuntos internos da Venezuela – jamais pediríamos essa ingerência. Mas o Brasil não é qualquer País da América do Sul e do mundo. Queremos e exigimos respeito à Constituição venezuelana [continua Henrique Capriles]. Está na hora de o Governo do Brasil defender os princípios constitucionais, os princípios da democracia, a autodeterminação do nosso povo, o respeito a nossa Constituição.

E ele conclui dizendo:

Espero que tenha acabado a indiferença do Brasil, espero isso de coração e pelo carinho e respeito que todos temos pelo Brasil.

Na próxima semana, Sr. Presidente, Renan Calheiros, haverá uma reunião da OEA e essa é uma oportunidade histórica para que o Brasil se reposicione em relação à política externa, em especial na nossa região.

Eu disse, quando estive visitando a Venezuela, ao lado do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e de um conjunto de Senadores, que, quando se fala de democracia e de defesa dos direitos humanos, não existem fronteiras. O que busca o líder Capriles, nesse seu giro, nas suas visitas a países do Mercosul é solidariedade à democracia, é solidariedade ao respeito à Constituição daquele país.

Portanto, em razão do agravamento da crise na Venezuela, que gera desabastecimento, inclusive de medicamentos, e não apenas de mantimentos, além de termos o pior quadro inflacionário de todo o Planeta Terra, além das tensões políticas que se agravam com a manutenção de mais de 80 presos políticos ainda naquele país, é hora de o Brasil exercer, Presidente Renan, a sua posição de liderança natural na região, seja pela

sua influência econômica, seja por sua localização quase que continental, por sua dimensão quase que continental e por sua localização estratégica. O que se espera hoje e esperam os democratas de toda a região é um posicionamento mais firme do Brasil na próxima reunião da OEA, clara, em defesa da democracia, não apenas na Venezuela, mas em toda a região.

É essa posição que levaremos ainda hoje ao Presidente Michel Temer. O Brasil mudou o Governo pela via constitucional. Aqui são respeitados todos os ritos que a Constituição determina, há supervisão e até mesmo a Presidência do Supremo Tribunal Federal no processo de *impeachment* em curso aqui no Senado Federal.

É preciso que essa mudança tenha consonância, tenha consequência também na postura do Governo em relação aos nossos vizinhos. O que se quer não é interferência, mas uma posição clara, firme, sem subterfúgios, sem meias palavras do Brasil em defesa da democracia. Em não havendo esse respeito, que se faça valer a cláusula democrática do Mercosul!

É isso que estará sendo discutido na reunião da OEA. E esperamos ali os democratas, não apenas do Brasil, mas de toda a região, uma nova e firme postura do Governo brasileiro, o que tenho certeza, pela voz do Chanceler José Serra, está prestes a acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, com aquiescência de V. Exª, em função da precedência da Senadora Marta.

Hoje é o dia da Senadora Marta. Nós quase votávamos a atualização do Supersimples, mas ficou para amanhã. Vamos, na sequência, votar uma proposta de emenda constitucional também muito importante para as decisões que esta Casa vem tomando.

Senador Randolfe e Senador Capiberibe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Falarei após a Senadora Marta. **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Marta, com a palavra V. Ex^a.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Randolfe, sempre muito gentil.

O que eu gostaria de dizer é que ontem foi feita uma moção pelo Senador Paim e pela Comissão de Direitos Humanos, em relação aos assassinatos homofóbicos ocorridos nos Estados Unidos. Eu muito aprecio que a Comissão de Direitos Humanos tenha feito essa moção. Mas gostaria de perguntar, Senador Renan, se é possível o Senado Federal fazer – não sei se chama moção ou qual seria o termo regulamentar –, em nome do Senado Federal, uma posição sobre o que ocorreu nos Estados Unidos.

Eu acredito que isso seja muito importante, porque o País não está tendo posições muito firmes em relação aos crimes homofóbicos, e isso a gente tem reiterado muitas vezes. Tanto que a própria Comissão da Reforma Penal passou retirando na Comissão tudo o que foi relativo a direitos de combate à homofobia. Há emendas minhas, do Senador Randolfe e de vários Senadores, o que está parado na CCJ há mais de ano agora.

Então, não temos tido uma posição que não diria nem de vanguarda. É uma posição em relação aos direitos humanos, ao respeito, à tolerância. E seria muito importante se o Senado pudesse ter uma moção ou o nome que seja juridicamente falando da posição e do sentimento do Senado brasileiro a respeito desse hediondo crime que aconteceu.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, a minha questão de ordem é em outro sentido, mas só para, se V. Exa me permite, completar a Senadora Marta. Eu sugiro que nós preparemos agora, já no plenário, uma proposta de moção, e, antes de terminar a Ordem do Dia, V. Exa coloque em apreciação essa moção de repúdio ao atentado de ódio, brutal, de que foram vítimas norte-americanos. Então, nós já providenciaremos agora a redação e encaminharemos a V. Exa, para ser apreciada ainda nesta sessão.

Mas, Sr. Presidente, eu quero arguir a V. Ex^a o art. 403 do Regimento Interno, para me dirigir a V. Ex^a, Presidente Renan, na qualidade Presidente do Congresso Nacional.

Então, arguindo o art. 403, questão de ordem, fundamento essa questão de ordem, trazendo as seguintes informações: o art. 3°, Sr. Presidente, da Resolução n° 1, de 1989, do Congresso Nacional, dispõe sobre a tramitação das medidas provisórias, em conjunto com os §§3° e 4° do art. 62 da Constituição da República. Ocorre, Sr. Presidente, que a Medida Provisória n° 723, de 2016, de 2 maio de 2015, permite que médicos estrangeiros continuem atuando sem ter que validar o diploma no Brasil. A lei que criou o Programa Mais Médicos, em 2013, previa a dispensa de revalidação do diploma nos três primeiros anos de atuação. A medida provisória estende esse prazo por três anos e também estende o visto temporário para esses profissionais também pelo mesmo período.

Quando a MP foi editada, Sr. Presidente, pela então Presidente Dilma Rousseff, o Ministério da Saúde informou que 7 mil profissionais sairiam do Mais Médicos se não ocorresse a edição da norma e a posterior aprovação pelo Congresso Nacional.

Veja, Sr. Presidente, Senador Capiberibe, cidades como Itaubal, no interior do nosso Estado do Amapá, correm o risco de, daqui a dois meses, não terem médicos.

A cidade de Macapá, capital do nosso Estado, tem 56 médicos atuando em localidades na foz do Rio Amazonas com o Oceano Atlântico, como é o caso da nossa querida comunidade do Bailique, que nunca tiveram atendimento médico na vida, e hoje há cinco médicos nessa comunidade, nesse arquipélago, e corre o risco de ficar sem atendimento médico. Essa é uma questão da mais alta gravidade, Presidente Renan Calheiros.

O art. 3º da Resolução nº 1, de 1989, versa sobre tramitação de medidas provisórias e dispõe o seguinte:

Art. 3º Uma vez designada, a Comissão terá o prazo de 12 horas para sua instalação, quando serão eleitos o seu Presidente e o Vice-Presidente e designado relator para a matéria.

Sr. Presidente, da edição, pela Presidente Dilma, dessa medida provisória já decorrem 44 dias. A Constituição ainda assevera o seguinte acerca de medidas provisórias, no seu art. 62, §§3°, 4° e 5°:

.....

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do §7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

Ou seja, Sr. Presidente, a medida provisória, como todos nós sabemos, assim que estiver tramitando, deve trancar, deve sobrestar a pauta de cada uma das Casas do Congresso Nacional a partir do 45º dia. Como já destaquei, já foram decorridos 44 dias da edição dessa medida provisória e sequer ainda foi instalada a comissão especial.

A rejeição, Sr. Presidente, dessa medida provisória ou o fim dela pelo decurso de prazo significa que comunidades do interior do Brasil, comunidades que anteriormente nunca na História tiveram médicos e que desfrutaram no atual período da possibilidade de ter atendimento médico, de ter um médico atendendo naquela cidade ou naquela comunidade, repito é o caso meu Estado do Amapá do Arquipélago do Bailique, da cidade de Itaubal, Cutias, Calçoene, Amapá, que só tiveram médicos agora devido ao Programa Mais Médicos.

Se isso vier a ocorrer, se essa medida provisória cair por decurso de prazo, se essa medida provisória vier a ser rejeitada, Sr. Presidente, teremos 7 mil médicos que não terão mais disponibilidade de atender as cidades do interior do Brasil e as comunidades do interior do Brasil.

Eu não quero acreditar, Sr. Presidente, embora seja clara, clara – eu digo isso e falo isso para concluir –, embora seja clara a oposição do atual Presidente interino a programas sociais, como o Mais Médicos, embora seja clara a oposição do atual Sr. Ministro da Saúde, Ricardo de Barros, a programas como o Mais Médicos, isso seria um atentado das piores consequências ao povo brasileiro.

O fim dessa medida provisória, o fim do programa, repito, Sr. Presidente, significa que milhões de brasileiros vão ficar sem atendimento médico. Alerto para a gravidade dessa decisão, que pode ocorrer, ou por omissão do Congresso Nacional, ou por deliberada vontade por parte do Poder Executivo.

Eu apelo a V. Exa para envidar todos os esforços para, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional, pelo menos procurar fazer, o quanto antes, a instalação da comissão mista dessa medida provisória, pois eu não quero acreditar, Sr. Presidente, que a percepção do Governo, por mais oposição que tenhamos a ele, seja no sentido de cassar o direito de brasileiros de terem atendimento médico.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu recebo a questão de ordem apresentada pelo Senador Randolfe. E, amanhã, nós a responderemos. Conversarei com V. Exa sobre o melhor encaminhamento que puder ser feito por esta Presidência.

- O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) Agradeço a V. Exa.
- **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) Senador Capiberibe. Logo em seguida, nós vamos encerrar a votação.
- **O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB AP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, eu quero aqui manifestar o meu integral apoio à questão de ordem do Senador Randolfe.

Eu considero que, caso se extinga essa medida provisória, isso seria um ato de crueldade contra pessoas que nunca tiveram a chance de receber a visita de um médico e que hoje têm os médicos de família lhes assistindo. Seria cruel. Eu não acredito que o Presidente interino, Michel Temer, seja uma figura, uma pessoa cruel e que este Plenário, este Senado, também pratique uma brutalidade, uma crueldade desse nível. Eu não consigo nem pensar que uma crueldade como essa possa acontecer no nosso País.

Também, Sr. Presidente, eu estive, nesse fim de semana, percorrendo regiões pobres do meu Estado, e o Bolsa Família do mês de maio ainda não foi pago. Sabe-se que está voltando a fome entre as famílias mais pobres. Lá no meu Estado, foi suspenso o programa de assistência que atribuía meio salário mínimo a 19 mil famílias – o Governador do Estado suspendeu o programa. E agora o Bolsa Família também não foi pago no mês de maio.

O seguro-defeso dos pescadores também até hoje não foi pago, e foi outra reivindicação a do seguro-defeso, de que o Senado, inclusive, é parte. Nós aqui apelamos ao Ministro Barroso para que reveja sua posição e mande o Executivo pagar o seguro-defeso aos pescadores, porque eles ficaram sem trabalhar durante três meses aguardando que o Estado mantivesse isso. E isso é fundamental para a preservação dos nossos estoques pesqueiros.

E, por último, eu gostaria de prestar uma informação sobre o massacre sofrido pelos indígenas no Mato Grosso do Sul. Tenho a informação aqui de que o Hospital São Mateus, em Caarapó, Mato Grosso do Sul, confirmou que um índio foi morto e cinco ficaram feridos, incluindo uma criança, após o ataque realizado por fazendeiros numa área da Fazenda Ivu, a 20km da cidade. Sr. Presidente, na verdade, os indígenas são massacrados por causa desses conflitos fundiários. Não há confronto, o que há é massacre de fazendeiros armados contra indígenas desarmados. O Estado brasileiro não pode continuar permitindo que aconteçam situações como esta de gente desarmada ser massacrada dessa forma. Fica aqui o meu protesto pelo massacre contra os indígenas de Mato Grosso do Sul.

Eu apelo ao Ministro da Justiça, porque os conflitos ainda continuam neste momento, e é possível que haja mais mortos. E não se pode construir um País democrático sem respeito às diferenças e sem respeito à Constituição brasileira. O Governo tem que colocar dinheiro, pagar as terras aos fazendeiros e devolvê-las aos povos indígenas, a quem, de fato, pertencem.

Era isso, Sr. Presidente.

- **O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB MS) Sr. Presidente, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) Senador Moka, com a palavra V. Ex.ª pela ordem.
- **O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, eu quero contestar a informação dada agora pelo Senador João Capiberibe, porque essa não é a realidade do Mato Grosso do Sul.

O que aconteceu lá na propriedade não teve nada com o que aconteceu... O índio foi atropelado por um caminhão quando fizeram uma barreira. Nós temos fotos aqui de policiais que foram covardemente agredidos e surrados. Um posto policial foi depredado. Então, essas são informações de quem não mora no Estado e, portanto, não tem condição de afirmar aqui, porque isso não é a realidade do meu Estado. Eu estou falando, porque eu, antes de vir para cá, fui muito cauteloso. E V. Exª prestou atenção. Há um conflito, mas ainda não temos todas as informações. Eu já pedi, inclusive, uma audiência ao Ministro da Justiça. E, se há alguém que defende essas indenizações há muito tempo para evitar esse tipo de conflito, este alguém é quem está falando aqui. Somos três Senadores do Mato Grosso do Sul: eu, o Senador Pedro Chaves e a Senadora Simone Tebet. E as informações absolutamente não são essas. O enfrentamento que aconteceu não foi dentro da propriedade invadida, mas fora. E aí uma criança ou um jovem... Um caminhão tentou atravessar... E não tem nada com produtor rural. Estão transformando isso, mais uma vez, num conflito. Agora, eu tenho denunciado há muito tempo que essas terras em Mato Grosso do Sul não têm grileiro, não têm posse; essas terras foram adquiridas. E ninguém vai aceitar sair de lá com uma mão na frente outra atrás sem que haja indenização. Portanto, eu repudio isso e defendo com convicção que os produtores rurais não massacraram índio nenhum em Mato Grosso do Sul.

- O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB AP) Sr. Presidente, pela ordem.
- **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) Senador Capiberibe.
- **O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Eu gostaria apenas de reiterar a informação que eu prestei: um índio foi assassinado e cinco outros foram feridos, entre eles, uma criança. Portanto, não se trata de um confronto. Em um confronto, tem que haver feridos dos dois lados, mas o morto e os feridos foram só do lado dos índios.
- **O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB MS) Mais uma vez, não corresponde à veracidade dos fatos. Não corresponde à veracidade dos fatos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. **A SRª SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.2.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 65; NÃO, 5.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Cumprimento a todos pela decisão.

Cumprimento também o Chanceler José Serra, na sua primeira indicação de embaixador para o Senado Federal.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem. **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Simone Tebet e, em seguida, V. Ex^a.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu vou ser breve, mas muito categórica e objetiva em relação a esse assunto.

Se há alguém que conhece a realidade do Mato Grosso do Sul e da região de conflito entre índios e proprietários rurais de Caarapó, sou eu. Eu passei a minha infância nessa região. Meu avô tinha propriedade rural lá. Eu sei das dificuldades. Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do País, mas é a que tem mais conflito, porque a situação é diferente do Norte, no Amazonas, onde as áreas são por natureza dos índios, o que é de direito, pois a Floresta Amazônica tem mesmo que pertencer a eles. No caso de Mato do Sul, a situação é diferente. O que nós precisamos fazer é parar de trazer ideologias e políticas ou politicagens para essa questão e resolvê-la.

Nós já avançamos muito, e eu milito nessa questão há mais de 15 anos. Antes, os índios não entendiam sequer o que era a indenização para os proprietários e não enxergavam nos proprietários titulares, ainda que apenas no papel e não legítimos, da terra. Hoje, eles têm essa noção. Eu converso com algumas etnias indígenas. Eles não são contra, inclusive, a indenização de áreas que forem demarcadas. Da mesma forma, Sr. Presidente, os produtores rurais, na sua grande maioria, que estão vendo as suas áreas já não valendo mais do que valiam, plantando mas não conseguindo colher ou, muitas vezes, nem conseguindo plantar, porque, muitas vezes, há o saque dessas sementes, vendo muitas vezes galpões sendo incendiados e, o que é pior, serem acusados injustamente de não gostarem dos índios, também concordam em relação à indenização.

A minha questão aqui, Sr. Presidente, é que nós aprovamos uma PEC – eu ajudei na relatoria – para garantir indenização não só das benfeitorias úteis e necessárias, mas também das propriedades no valor em que elas realmente estão estabelecidas ou no ITR ou no valor venal delas. O que falta talvez é uma comissão desta Casa, que V. Exª pode nomear, para conversarmos com o Presidente interino da Câmara dos Deputados para que coloque em votação essa PEC, para que nós tenhamos um instrumento jurídico para acabar com esse conflito que mata brancos e índios, colocando irmãos de sangue uns contra os outros.

E aqui eu termino a minha fala dizendo claramente para os Srs. Senadores: se há um povo que respeita a comunidade indígena, é o povo sul-mato-grossense. Desde criança, nós brincamos com eles, convivemos com eles e temos o maior respeito por eles. Então, dizer que proprietários rurais ou não proprietários rurais de Mato Grosso do Sul têm conflito com índios por outras razões que não discutir direitos não é verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero cumprimentar a Senadora Simone Tebet exatamente por isto: votamos aqui no Senado uma matéria importantíssima, com o apoio de todos, que garante, inclusive, a indenização de benfeitorias em terra nessas condições. De modo que temos algumas dificuldades e precisamos, mais do que nunca, aperfeiçoar o bicameralismo, para que as matérias de uma Casa andem suficientemente na outra Casa. Essa matéria é importantíssima, e nós a aprovamos graças a uma participação indiscutível da Senadora Simone Tebet.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda correlato a esse assunto, para que não haja muita divergência.

O G1 está dizendo aqui que o indígena Claudione Rodrigues Souza, de 26 anos, morreu e cinco ficaram feridos nesse confronto entre os indígenas e os ruralistas. Agora, os militares que também ficaram feridos – mais três, o que dá um total de oito – é que foram prestar socorro, quando furou o pneu, e houve esse conflito.

A Senadora Simone tem razão: ou damos celeridade a esse projeto ou outros conflitos estarão instalados no Brasil, Sr. Presidente. É importante aproveitar este momento para que possamos dar celeridade. Eu acho que é importante os Senadores da Comissão de Direitos Humanos irem *in loco*, junto com o Ministério, para que possamos adiantar o máximo possível e colocar em votação o mais rápido possível esse processo, porque não é possível vidas sendo ceifadas quando podemos tomar todas as providências, Sr. Presidente.

- **O SR. GLADSON CAMELI** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP AC) Sr. Presidente Renan Calheiros, só para efeito de registro.
 - **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) Senador Gladson e, na sequência, Senadora Lídice.
- O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP AC. Sem revisão do orador.) Só para efeito de registro, amanhã, o meu Estado, Estado do Acre, o qual represento, completará 55 anos. Eu quero dizer aos nobres colegas que amanhã irei subir à tribuna do Senado Federal para fazer esse grande registro. Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.
 - A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB BA) Presidente.
- **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) Nossos cumprimentos à população do Acre e à representação do Acre nesta Casa do Congresso Nacional.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é só para comunicar ao Senado Federal, às mulheres brasileiras e às mulheres da Bahia que muitos procuravam pela Deputada Tia Eron, que apareceu e votou com sua consciência, e, efetivamente, o Conselho de Ética da Câmara aprovou o afastamento do mandato do Deputado Eduardo Cunha por 11 votos a 9. Portanto, vence a opinião pública, a opinião do povo brasileiro, nessa questão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Segundo item da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 43, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012, tendo como primeira signatária a Senadora Marta Suplicy, que *altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.*

Parecer sob nº 912, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

A discussão da proposta, em primeiro turno, encerrou-se na sessão de 27 de abril.

Passa-se à votação em primeiro turno, de acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

- **O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Social Democrata/PSDB ES) Considerando que já há juízo firmado de valor (*Fora do microfone.*) com relação à qualidade e ao mérito da proposta defendida pela Senadora Marta Suplicy, consulto V. Exa se não será conveniente que possamos abrir o painel, enquanto a Senadora Marta Suplicy faz a defesa, para que possamos exercer nossa convicção através do nosso voto, Sr. Presidente.
 - O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) Se não houver objeção da Casa...
- **A SRª MARTA SUPLICY** (PMDB SP) Eu acho ótimo. Já foi votada em primeiro turno. Acredito que haja um amplo consenso. Então, seria muito adequado já abrirmos a votação.
 - A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT RN) Sr. Presidente...
- **O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Social Democrata/PSDB MG) O PSDB, com muita honra, vota favoravelmente, Senadora Marta.
- A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT RN. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores encaminha o voto "sim" e parabeniza a Senadora Marta por mais essa iniciativa que vem na direção de promover a luta em defesa dos interesses das mulheres. É uma proposta de

emenda à Constituição extremamente pertinente e necessária porque traz para o comando constitucional a inclusão do direito de assistência às mulheres vítimas de violência.

Portanto, o Partido encaminha o voto favorável.

A SRa MARTA SUPLICY (PMDB - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – A assistência social, hoje, no Brasil, é uma das mais importantes atribuições do Estado brasileiro, é uma política pública que é prestada a quem necessita. Hoje, já acolhe os deficientes, já acolhe as crianças, já acolhe a promoção da integração no mercado de trabalho, a adolescência, a velhice. Mas, na época em que foi feita a Constituição, a questão da violência contra a mulher, apesar de ocorrer na mesma proporção ou até mais, não era tão explicitada. Então, ela acabou não sendo incluída na Constituição. Essa PEC visa exatamente a incluir o apoio, dentro desse complexo que já é apoiado pela assistência social, à mulher vítima da violência. Sabemos que essa mulher, realmente, fica numa situação de desamparo e, frequentemente, volta para aquele companheiro que a agrediu, ou, se não é uma questão do companheiro, ela não tem recursos para conseguir fazer a vida de outra forma ou ter suas necessidades mais importantes amparadas.

Por isso, acredito que houve um respaldo tão grande dos colegas Senadores e Senadoras e amparo por parte dos partidos. Então, quero agradecer a todos.

Nesse mês que passou e neste mês, a Casa aprovou muitos projetos em relação ao bem-estar da mulher, à proteção da mulher. Esse é um reconhecimento que nós todos Senadoras e Senadores temos com o Presidente Renan, que se tem empenhado, sim, na questão da promoção da mulher, do respeito à mulher e também das leis de proteção à mulher.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Peço aos Senadores que venham ao plenário.

Com a palavra V. Exa.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar a Senadora Marta Suplicy pela iniciativa de incluir a proteção à mulher vítima de violência na assistência social.

A assistência social se tornou uma política pública e forma, ao lado da previdência e da saúde, o tripé da seguridade social. Sem dúvida alguma, a assistência social se tornou, no governo do Presidente Fernando Henrique, uma assistência voltada para os direitos da população mais carente. A inserção do combate à violência contra a mulher e do amparo à mulher vítima de violência na assistência social é um grande passo para que, sem dúvida, haja uma proteção mais integral da mulher.

Encerro minhas palavras, cumprimentando a Senadora Marta Suplicy pela iniciativa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, quero comentar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Telmário e, em seguida, Senador Omar Aziz.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Quero, Sr. Presidente, parabenizar a Senadora Marta e o Senador Paulo Paim. Parabenizo a Senadora Marta, por ser a primeira signatária, e o Senador Paulo Paim, por ser o relator.

Essa PEC nº 43, de 2012, pretende alterar o art. 203 da Constituição Federal, para acrescentar aos objetivos da assistência social o amparo às mulheres vítimas de violência. Conforme preceitua a Constituição de 1988, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Assim, a assistência social pretende proteger e amparar segmentos populacionais que enfrentam situações mais difíceis que a maioria da sociedade.

Portanto, Senadora Marta, quero aqui parabenizá-la. V. Exa traz uma emenda à nossa Constituição que vai ao encontro do anseio da maioria da nossa população. Isso, sem dúvida, é justo e, portanto, tem nossa aprovação, nosso voto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Omar, registro, com muita satisfação, as honrosas visitas dos alunos do curso de Direito da Faculdade Famig, de Belo Horizonte. É uma honra muito grande tê-los aqui no Senado Federal.

Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a proposta feita pela Senadora Marta Suplicy se confunde com a história dela em termos da defesa intransigente dos direitos e da proteção da mulher.

Tive oportunidade, como Governador, Senadora Marta Suplicy, de criar um mecanismo para proteger as mulheres. Esse é um mecanismo a mais, o que é muito importante para essas mulheres. Nunca é demais protegê-las. Nunca será demais dar esse espaço, para que ela possa se proteger. Muitas vezes, por não querer que a família seja destruída, por não querer se separar, ela se submete a coisas terríveis, no momento em que nós vivemos hoje. Não dá nem para você avaliar o sofrimento dessas mulheres.

Lá criamos vara especializada, em parceria com o Ministério Público, em parceria com o Tribunal de Justiça. Esse é mais um amparo, para ela se sentir segura, para ela sentir que não será abandonada. Esse papel a senhora faz hoje, com essa emenda constitucional.

Por isso, não só eu, mas também meu Partido e nosso Bloco do PSD e do PP estamos apoiando sua proposta. Espero que, aprovada essa emenda constitucional aqui, o mais rápido possível, a Câmara dos Deputados possa analisá-la e aprová-la, com a urgência necessária, porque as mulheres brasileiras precisam disso neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por indicação da nobre Senadora Marta Suplicy, fui Relator dessa PEC na CCJ. Então, é com enorme alegria que eu, que aqui, Sr. Presidente, coordeno a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, elogio a nobre Senadora e esta Casa por essa proposta belíssima de amparo às mulheres vítimas de violência.

Tenho a certeza de que a aprovação será por unanimidade. O quadro que se apresenta, como o que, recentemente, aconteceu no Rio de Janeiro, mostra o quanto é importante, Senadora Marta Suplicy, a sua iniciativa. Nossos cumprimentos! Tenho a certeza de que a votação será dos homens e das mulheres, pela justeza da sua proposta. Meus cumprimentos!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente. Obrigada. Quero, rapidamente, cumprimentar V. Exª, mas quero cumprimentar, sobretudo, a Senadora Marta.

É um momento importante este da votação dessa emenda constitucional, Senadora Marta, que parece ser tão simples, mas que tão simbólica é para todas as mulheres brasileiras, sobretudo para aquelas mulheres que estão mais suscetíveis à violência do dia a dia e à violência de gênero, que, infelizmente, está crescendo muito no Brasil e no mundo, Sr. Presidente. Aliás, acho que temos de dar uma parada...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...para discutir não só a cultura do estupro, mas também a cultura do machismo, a cultura que cada vez fica mais evidente contra homossexuais. Enfim, não podemos encarar este momento que vivemos como um momento de tranquilidade.

Então, Senadora Marta, este é um momento muito importante. Receba nosso reconhecimento. V. Exa tem sido, talvez, uma das Senadoras mais ativas na luta em defesa das mulheres. Então, parabéns! É uma alegria muito grande votar essa emenda constitucional.

A SRa ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, há só um detalhe para o qual me alertaram aqui, e eu o levo a V. Ex^a: no painel, constam 37 votos, mas já votaram mais de 50 Senadores.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Fora do microfone.) – É verdade! Eu vi 50 votos. Pensei: estou ficando louca?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não. Era a votação anterior.

Aproveito para fazer um apelo aos Senadores e às Senadoras que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Estamos fazendo uma votação muito importante, a de uma proposta de emenda à Constituição que tem como primeira subscritora a Senadora Marta Suplicy.

Senadora Angela Portela; Senador Randolfe, na sequência; Senador Jorge Viana.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Marta por essa proposta de emenda à Constituição que inclui, entre os objetivos da assistência social, o amparo à mulher vítima de violência. Ela é extremamente necessária, porque os índices de violência contra a mulher brasileira são assustadores.

Nós reconhecemos que há necessidade de se ampliar a rede de proteção de atendimento à mulher brasileira. Há 5.545 Municípios brasileiros, e há em torno de 400 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher. Precisamos ter mais varas de atendimento à mulher, mais defensorias públicas. Observa-se que há toda uma mobilização do Congresso Nacional, dos movimentos sociais, de Estados e de Municípios com o intuito de ampliar essa rede, para proteger as mulheres vitimizadas e, sem dúvida, para tirar o Brasil dessa condição de matar suas mulheres, vítimas de preconceito, do machismo, da sociedade patriarcal e conservadora.

Então, parabenizo a Senadora Marta. É mais um projeto votado, mais uma PEC, neste Senado Federal. Esperamos que a Câmara a aprove o mais rápido possível, porque tem sido recorrente nós aprovarmos projetos aqui que asseguram os direitos das mulheres e que ficam esquecidos na Câmara Federal.

Parabéns, Senadora Marta! Parabéns a toda a Bancada Feminina do Congresso Nacional!

- O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) Sr. Presidente...
- O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) Senador Randolfe.
- **O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, primeiramente, ao cumprimentar a autora, a Senadora Marta Suplicy, encaminho o voto "sim" da REDE a essa importante proposta de emenda à Constituição.
 - O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) Agradecemos a V. Exa.
- **O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) Só acrescentando, Sr. Presidente, quero comunicar ao Plenário da Casa que o Conselho de Ética da Câmara acabou de aprovar, por 11 votos a 9, o parecer do Deputado Marcos Rogério pela cassação do mandato do Deputado Eduardo Cunha. Com isso, acredito que está sendo virada uma página triste do Parlamento brasileiro, em que havia a presença desse senhor à frente da Câmara dos Deputados.
- **O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) Antes de concedermos a palavra ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Reguffe, quero registrar, agora sim, com muita satisfação é o que fiz há pouco com o grupo que estava no nosso lado direito das galerias –, a presença de alunos do Insed (Instituto de Educação de Cuiabá).

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Senadora Marta Suplicy, esse projeto traz uma grande vantagem, obviamente, para mulheres vítimas de violência, mas as pessoas esquecem que traz também uma grande vantagem para os homens brasileiros, pela decência que esse projeto carrega, a decência no tratamento, com os instrumentos que são necessários, para que mulheres vítimas de violência sejam protegidas como é necessário. Até aqui, já tínhamos alguns instrumentos. Mesmo assim, o machismo continua violento, assassinando, estuprando e mesmo matando mulheres pelo Brasil. Com esse projeto, a gente vai poder ter mais dignidade na maneira de cuidar das mulheres que não conseguiram ter a proteção anterior à violência que elas sofreram.

Parabéns, Senadora!

Parabéns a todos nós brasileiros!

- O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) Senador Reguffe, com a palavra V. Exa.
- **O SR. REGUFFE** (S/Partido DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, meu voto será favorável também a essa proposta de emenda à Constituição. Considero que é importante acrescentarmos, entre os objetivos da assistência social, o amparo à mulher vítima de violência. Isso é algo importante, é algo que mostra, no dia de hoje, uma conexão do Parlamento com a vontade popular, com a vontade das ruas e com um tema que merece ter do Parlamento uma atenção mais carinhosa, mais atenta.

Quero aqui parabenizar a Senadora Marta Suplicy pela iniciativa da proposição e registrar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB não poderia deixar de se manifestar favoravelmente a essa proposta de emenda à Constituição apresentada pela Senadora Marta Suplicy, tendo em vista que esse é um grande clamor da população brasileira, para podermos reforçar, constitucionalmente, os direitos da mulher, evitando, portanto, que essa onda de violência doméstica, de violência urbana ou no campo contra as mulheres e de qualquer tipo de violência possa ser estimulada por fragilidades do ponto de vista dos direitos constitucionais.

Acho que essa emenda vem, portanto, reforçar e garantir à mulher brasileira direitos constitucionais que são importantes e prioritários.

Portanto, o PMDB encaminha o voto "sim", Sr. Presidente, a essa importante PEC, cumprimentando a sua autora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se todos já votaram, nós vamos...

Senador Raimundo Lira.

Senador Elmano Férrer.

Senador Lasier. (Pausa.)

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração)

(Vide item 1.2.2.2 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 78; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovada a proposta de emenda à Constituição, que tem, como primeira subscritora, a Senadora Marta Suplicy, em primeiro turno. (**Vide item 1.2.2.2 do sumário**)

Amanhã, com a dispensa de interstícios e com a unanimidade vista nesta votação, nós vamos fazer a apreciação da matéria em segundo turno.

Declaramos encerrada a Ordem do Dia.

Senador Edison Lobão e Senador João Alberto, a Ata registrará as manifestações de V. Exas e as homenagens que V. Exas prestam à Senadora Marta.

Passamos à apreciação do requerimento da Senadora Marta Suplicy.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao povo norte-americano e à comunidade LGBT em decorrência do atentado ocorrido na cidade de Orlando, nos Estados Unidos.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.) Aprovado o requerimento.

Nós vamos cumprir as deliberações do Plenário.

Quero também fazer uma importante comunicação ao Plenário.

Senador Roberto Requião, a Ata registrará a manifestação de V. Exa.

O Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento, presidido pelo Senador Paulo Paim, comunica aos Senadores e às Senadoras, com as homenagens de sempre, que o Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento, em sua primeira reunião de 2016, ocorrida nesta data, escolheu quatro personalidades para ser agraciadas com a Comenda Senador Abdias Nascimento e um homenageado em memória, em sua terceira edição, a saber: Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune); Lázaro Jerônimo Ferreira (Lazzo Matumbi); Luís Lázaro Sacramento Ramos (Lázaro Ramos); Maria José Motta de Oliveira (Zezé Motta); e Naná Vasconcelos, homenagem em memória.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Voltamos à lista de oradores.

Eu concedo a palavra ao Senador João Capiberibe e convido o Senador Paulo Paim para presidir a nossa sessão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, a democracia digital é uma revolução que considero ter começado no nosso País com a Lei da Transparência. Desde a implantação da Lei Complementar no 131, de 2009, conhecida como Lei da Transparência, tem-se visto no País um grande esforço para garantir sua execução na internet, no sentido de promover uma melhor comunicação e interação com o cidadão.

A criação dos portais de transparência de todos os entes federados foi o primeiro passo. A referida ferramenta começou a ser utilizada pelos órgãos de fiscalização e pela imprensa. A lei tornou obrigatória a instituição de portais de transparência em todos os entes públicos.

Vivemos hoje a era da tecnologia, da informação e da comunicação, em que toda informação sobre os mais diversos assuntos está à distância de um clique, disponível a qualquer hora e em qualquer lugar.

Hoje, graças às redes sociais, essa ferramenta digital começa a ser utilizada pelos cidadãos para o acompanhamento e controle social da execução dos orçamentos públicos.

É disto que nós vamos falar: transparência, controle social e participação popular.

Eu queria pedir a atenção dos aposentados, daqueles cidadãos e cidadãs que estão em suas casas, para que nos ajudem a exercer controle social dos orçamentos públicos. Eu vou fazer um roteiro para que os que estão nos assistindo, os que estão nos ouvindo pela Rádio Senado possam também participar ativamente. Eu

tenho recebido inúmeras comunicações, *e-mails*, mensagens por redes sociais, pedindo orientação de como acessar, de como chegar aos detalhes das informações de gastos públicos.

A utilização das redes sociais virtuais, principalmente WhatsApp e Facebook, possibilita uma interação entre todos os atores envolvidos na fiscalização e aplicação dos recursos públicos. O WhatsApp é uma ferramenta fantástica, que pode formar pequenos grupos, e o Facebook pode expandir essa informação para o conjunto da sociedade.

Sete anos depois da sanção da Lei Complementar nº 131, de 2009, percebe-se o surgimento de páginas no Facebook, por exemplo, de fiscalização e aplicação dos recursos públicos em quase todos os Estados do País. Estas páginas estão surgindo a cada dia. Muitas delas promovem pesquisas, disponibilizam o recurso. Aqui mesmo em Brasília, há uma página interessante chamada FiscalizaBr/DF, que tem divulgado inúmeras informações de gastos públicos que qualquer cidadão pode acessar.

A obrigatoriedade de disponibilização da execução orçamentária na internet proporcionou aos cidadãos a oportunidade de um maior envolvimento nos assuntos da vida política e da comunidade. Eu vou dar o exemplo aqui do meu Estado. No Amapá, o controle social está sendo feito por moradores interessados na execução de obras que trarão melhorias para o coletivo da população. No WhatsApp, existem grupos de moradores que acompanham o andamento das obras presencialmente e cobram do Poder Público e das empresas responsáveis a execução dos serviços de forma correta. Em alguns casos, participam representantes das empresas e do Poder Público, que interagem sobre as obras. Na verdade, desses grupos participam o Governo Federal, através do ministério concernente; o governo do Estado, através das secretarias; e também participam os comunitários. Nós temos redes, das quais eu vou dar exemplos daqui a pouco, com dezenas de pessoas que estão ali acompanhando cada passo, seja de execução orçamentária, seja da execução da obra, acompanhando a qualidade da obra.

Essa experiência que nós estamos desenvolvendo no Amapá é uma experiência pioneira do efetivo controle social da execução orçamentária de cada obra ou serviço através de ferramentas disponíveis na internet. Esse projeto é uma iniciativa do nosso mandato, e a primeira etapa consiste em instruir a população a fiscalizar orçamentos pelos portais de transparência, a navegar.

Nossas equipes se deslocam para ensinar as pessoas a navegar em busca da informação que diz respeito à sua atividade cotidiana. Na maioria das vezes, as pessoas querem saber do dinheiro que chegou à escola onde estudam os seus filhos, e é muito comum acessar o portal de transparência, ver que o dinheiro chegou à escola e ouvir reclamação da comunidade dizendo que, na escola do seu filho, não há merenda escolar.

Depois dessa instrução aos comunitários em relação aos portais de transparência, forma-se um grupo de WhatsApp, uma vez que as pessoas aprenderam a navegar nos portais de transparência, e mantém-se uma comunicação permanente com esse grupo. Olhe, esse trabalho pode ser feito no País todo, em qualquer Estado brasileiro, em qualquer prefeitura, como eu vou dar um exemplo muito concreto daqui a pouco.

A mais recente novidade dessa experiência foi a criação, nas redes sociais, de página sobre destinação e execução das nossas emendas parlamentares no Facebook. Cada emenda parlamentar é resultado de reuniões com a comunidade, de formação de um grupo de WhatsApp, e agora nós estamos expandindo essa comunicação. Além do grupo de WhatsApp, elas chegam diretamente na internet.

Esse modelo pioneiro e revolucionário de acompanhamento da aplicação do dinheiro público certamente diminui a distância entre o Governo e a população. Essas páginas no Facebook nós denominamos De Olho na Emenda, exatamente para que qualquer pessoa possa acompanhar a partir das informações que nós prestamos ali.

A tecnologia digital e a Lei da Transparência, juntas, possibilitaram o surgimento desse projeto exitoso de exercício de democracia direta, facilitam a fiscalização e o controle dos gastos e ainda é o caminho para que todos nós possamos combater a corrupção. É uma maneira não só de combater, mas também de prevenir para que não aconteça.

Vou aqui relatar um exemplo concreto, um exemplo que nos permite acompanhar, passo a passo, o controle que é exercido em torno de uma emenda. Coloquei, no Orçamento da União de 2014, uma emenda parlamentar no valor de R\$974 mil destinada à pavimentação e ao serviço de drenagem num bairro de Macapá chamado Conjunto Embrapa, para drenar e pavimentar algumas ruas. O Orçamento foi aprovado. Em seguida, o Ministério da Defesa, através do Programa Calha Norte, empenhou a emenda no valor que estava previsto no Orçamento. Nós colocamos esse recurso para a Prefeitura de Macapá executar. A Prefeitura preparou o projeto e o encaminhou ao Calha Norte. O Calha Norte aprovou o projeto e liberou os recursos. Tudo isso você pode acompanhar na página do Facebook chamada De Olho na Emenda/Conjunto Embrapa. Então, todos esses passos que estou dando aqui qualquer cidadão que está nos ouvindo pode acompanhar na página do Facebook De Olho na Emenda/Conjunto Embrapa. Empenhou a despesa, os projetos já estão prontos. Em se-

guida, o Governo transferiu os recursos, depositou-os na conta da Prefeitura. A Prefeitura preparou o edital de licitação – está aqui o edital. Esse edital vai para a página do Facebook. Esse edital está marcando para amanhã – amanhã, às 10h da manhã, na sede da Prefeitura, onde se fazem as licitações – a concorrência pública para executar o projeto de drenagem e pavimentação do bairro. Esse trabalho de amanhã, essa licitação de amanhã será transmitida, ao vivo, pelas páginas do Facebook. Todo o processo de licitação amanhã poderá ser acompanhado por qualquer cidadão em qualquer canto do mundo. Essa aqui é a transferência do recurso, você vai encontrá-la também na página do Facebook, com todas as informações detalhadas.

Uma vez concluída a licitação, a empresa vencedora recebe a ordem de serviço. Também vai para a página. Ela se instala, instala o canteiro de obras, e a comunidade passa a acompanhar, passo a passo, a execução da obra, inclusive aí levantando questões através da rede de WhatsApp. Qualquer desconfiança de que o serviço esteja mal feito a comunidade comunica, informa, e a empresa é acionada, a Prefeitura é acionada. Os nossos assessores também participam ativamente. Olhe, essa informação de cima para baixo e de baixo para cima está permitindo a execução de obras fantásticas e de alta complexidade, de difícil execução se não houvesse esse controle social, se não houvesse esse acompanhamento passo a passo, desde a execução orçamentária até a execução detalhada da obra.

Portanto, ficam aqui essas informações. Se qualquer cidadão no nosso País quiser ter melhor informação, Senador Paim, nós estamos à disposição no nosso gabinete. E também, nas páginas De Olho na Emenda e Fiscaliza BR, há um passo a passo.

Nós estamos agora produzindo um passo a passo do Sistema de Convênios do Governo Federal, porque, muitas vezes, o cidadão quer conhecer o projeto de drenagem e pavimentação. Então, ele pode entrar na página do Sistema de Convênios (Siconv), onde estão todos os projetos detalhados.

Então, essa é uma maneira eficaz de se controlar a corrupção no nosso País. Evidentemente, as investigações devem continuar – e nós somos totalmente favoráveis a que se investigue profundamente e que haja punição para aqueles que desviaram recursos públicos. Mas também nós precisamos mobilizar a sociedade para esse novo instrumento. A tecnologia digital nos permite dar um salto na democracia.

Imagine, neste final de semana, eu estive em alguns Municípios – Laranjal do Jari, Vitória do Jari. Nós entramos nos portais de transparência e buscamos informação do dinheiro que estava indo para uma escola. Na reunião, havia mães que tinham filhos naquela escola – a escola Munguba, que é uma escola grande –, que havia recebido o recurso, e não havia merenda na escola.

Certamente, eu recomendei. Muitas vezes, na maioria dos casos, a gente já apresenta uma denúncia ao Ministério Público. Através da ouvidoria do Ministério Público, você pode denunciar diretamente, através da internet, naquele mesmo lugar.

Portanto, nós ainda usamos pouco a tecnologia digital. O Estado brasileiro, o Governo brasileiro, os entes públicos ainda não perceberam a fantástica possibilidade que nós temos de ampliar a democracia, ampliar a participação direta do cidadão, através da tecnologia digital.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Capiberibe. Belo trabalho e belo exemplo a ser seguido.

Agora seriam líderes a fazer uso da palavra: Senador Wellington Fagundes, Senador Reguffe, Senador Eduardo Amorim, Senador Ronaldo Caiado, Senador Randolfe. Então, ficou o Senador Randolfe aqui.

Senador Cristovam, pela ordem?

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Eu falei mais cedo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.. Então, o Senador Reguffe já está contemplado.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, eu peço a palavra para ir na linha de algo que o Senador Randolfe falou hoje como uma questão de ordem.

O que ele falou aqui é de uma gravidade que pode caracterizar a conivência do Senado com o genocídio. Eu vou repetir: a conivência do Senado com o genocídio. É a demora do Presidente Renan em criar a Comissão para analisar a medida provisória que trata da renovação de visto e da continuação do Programa Mais Médicos.

Se isso não for feito no prazo determinado, nós corremos o risco de ter dezenas de milhões de pessoas sem atendimento médico. Alguém pode até dizer cinicamente: Mas nunca tiveram atendimento médico, es-

tavam acostumados a morrer e ficar doentes. É capaz de haver gente que pense assim. Eu me nego a pensar assim. Essas pessoas hoje têm um sistema de atendimento médico. Em todas as críticas que eu fiz à Presidente Dilma – e foram muitas e muitas e muitas –, nunca deixei de dizer que o Mais Médicos era um programa de extrema generosidade que os governantes brasileiros demoraram muito a fazer. O Lula não fez em oito anos e a Dilma até demorou alguns anos, mas fez.

Parar esse programa hoje sem algo que o substitua, nos mais remotos pontos do Brasil, é genocídio. E eu não excluo denunciar isso em instâncias internacionais como conivência com genocídio.

Eu peço, na mesma linha do Senador Randolfe, que o Presidente Renan não demore para criar a comissão. Crie a comissão para analisarmos e rapidamente definirmos como o Programa Mais Médicos continuará. Ou o Presidente Temer faça algo melhor ainda. Eu não vejo como nem vejo recursos, já que está cortando gastos, inclusive da saúde.

Nós não podemos ficar calados diante da demora na análise da medida provisória que tenta prorrogar o Programa Mais Médicos. Os 15 mil médicos – se não me engano –, dezenas de milhões de pessoas, quase todas as cidades brasileiras atendidas.

É isso que faço aqui, Sr. Presidente. Peço que transmita ao Presidente Renan – eu queria falar enquanto ele estava aqui – que este não é um fato apenas de política, este não é um fato apenas de partido, este não é um fato de um governo que está suspenso e um que entrou interinamente. Este é um caso de humanidade. É um caso de não cometer o genocídio de tirar os médicos dos lugares onde sem eles as pessoas vão morrer.

A gente fala tanto de dengue, fala tanto de zika, e não percebe que as pessoas morrem por falta de um médico perto. A gente não percebe que, no Brasil, em milhares de Municípios, nunca tiveram um médico próximo e agora estão tendo, sem equipamentos, sem os necessários recursos, mas estão lá os médicos. Nós não podemos perder o que já foi conquistado.

Este é o apelo que faço, manifestando aqui a minha posição. Creio que, se for preciso, devemos denunciar o genocídio que se vai cometer no Brasil parando hoje o Programa Mais Médicos.

- **O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT RS) Senador Cristovam, eu acato o seu pedido e vou encaminhá-lo ao Senador Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.
- **O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) Sr. Presidente, rapidamente, sem querer interromper mais ainda o meu querido amigo Eduardo Amorim, eu sou o próximo na lista de oradores? É isso?
 - O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT RS) Exatamente.
 - O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) Agradeço a V. Exª.
- **O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT RS) Eu quero só registrar a presença no plenário do ex-Constituinte e sempre Deputado Federal Vivaldo Barbosa, que está aqui na Casa. Recebi, com alegria, um manifesto dele, da sua entrada no Partido Pátria Livre.

Seja bem-vindo. Você é um lutador das causas sociais e dos direitos humanos do nosso País. Passamos a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, todos que nos acompanham nas redes sociais, antes de entrar no assunto que gostaria de abordar aqui da tribuna nesta noite, queria falar um pouco sobre o que abordou o Senador Cristovam Buarque. É verdade. Precisamos discutir urgentemente, Senador Cristovam, esse assunto, mas também não podemos ficar eternamente dependentes de que médicos estrangeiros cuidem do nosso povo, da nossa gente. Está mais do que na hora de buscarmos um programa, de termos realmente os nossos profissionais, ou seja, brasileiros qualificados, preparados, e não pessoas importadas, oriundas de outra realidade.

Não estou aqui discriminando de forma nenhuma. Não entendam isso. Entendo, sim, a importância da saúde pública. Mas já se passaram três anos. Quantos anos vamos precisar mais para que possamos ter novas gerações e um número maior de escolas de Medicina, para atender de forma decente e adequada o nosso povo e a nossa gente?

Pois não, Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Eduardo Amorim, concordo com V. Exa. O problema é o seguinte: na realidade atual, há 7 mil médicos atendendo comunidades. Deve haver no interior do Sergipe também,...

- O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC SE) Claro.
- **O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) ... assim como há no interior do Amapá. Na nossa capital, Macapá, existem 52 médicos do programa. Há uma localidade, uma comunidade de 5 mil habitantes, cujo endereço é esquina do Rio Amazonas com o Atlântico. Essa comunidade nunca

teve médico – nunca! Cinco mil pessoas vivem nessa comunidade. Ela tem hoje cinco médicos. O que ocorre é que, daqui a 30, 40 dias, no máximo, essa comunidade vai ficar sem nenhum médico. Imagine! A pergunta que temos que fazer é se o direito sagrado de todo o povo brasileiro, principalmente do povo que vive nos locais mais distantes, nos chamados grotões, do povo que vive nas nossas cidades do interior, que tem tido, ao longo do tempo, não por responsabilidade de governo a ou b... Ao longo do tempo, o Estado brasileiro teve incapacidade de colocar médico lá nesses locais. A pergunta é se nós temos o direito – digo nós o Congresso Nacional e o Executivo –, se existe o direito de o Estado brasileiro, através dos seus representantes e dos Chefes do Poder Executivo, cassar o direito, que foi conquistado por essa gente, por milhões de brasileiros, de hoje ter atendimento médico, de hoje ter assistência médica. O que ocorre é que, na situação atual, se não ocorrer a apreciação da medida provisória de prorrogação do programa – simples –, 7 mil médicos vão ter que voltar para suas casas em seus países de origem, e o povo que vive nesses locais vai ficar sem atendimento. É essa a questão central que me parece que temos que debater hoje e agora.

- **O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Moderador/PSC SE) Mas sem esquecer, Senador Randolfe, que devemos pensar mais adiante, senão continuaremos dependendo a vida inteira de todos esses profissionais. Não é isso, Senador Cristovam?
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) É isso, Senador. Temos que pensar adiante, mas sem esquecer o presente.
 - O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC SE) Claro. Concordo plenamente.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Então, muito bem. Temos que ter uma estratégia. Agora, veja bem: formar um médico o senhor, que é médico, sabe leva sete anos ou até mais.
 - O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC SE) É isso mesmo.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Não dá para formar 7 mil médicos em 2, 3, 5, 10, 15, 20 anos. Não dá! Não há como. Além disso, nós precisamos que esses médicos formados nesses próximos 10, 3, 15, 20 anos queiram ir para esses lugares. Hoje em dia eles não querem. Aí dizem que é porque não recebem um salário. Muito bem. O Governo que chega agora vai ter que cortar recursos. Não porque ele é mau. É porque o anterior gastou demais. E eu acusei isso aqui tantas vezes. Não vai ter como dar salário muito alto, capaz de levar os médicos brasileiros em quantidade suficiente para esses lugares. Então, nós temos que ter uma estratégia, e está faltando, apesar de que o Governo até que criou uma porção de faculdades. Mas isso deveria ter sido feito cem anos atrás e não foi feito. Então, parar esse programa hoje é genocídio. É genocídio! Ficar nesse programa, dependendo de médico estrangeiro por mais vinte anos, é antipatriótico. Então, façamos as duas coisas.
 - O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC SE) Isso.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Mantenhamos esses e definamos uma estratégia para que, ao longo de tantos anos, nós não precisemos mais de um médico estrangeiro no território brasileiro. Se quiser vir, será bem recebido. Nós recebemos até técnico de futebol estrangeiro, por que não recebemos médicos? Mas sem a necessidade. Agora, hoje, não dar continuidade a esse programa, mandar embora sete mil médicos é um crime. Um crime grave.
- **O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Moderador/PSC SE) Senador, o que eu digo aqui é que façamos as duas coisas.
 - **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Isso.
- **O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Moderador/PSC SE) Que não esqueçamos também de, com as nossas atitudes de agora, construir um futuro muito melhor.
 - O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Muito bem.
- **O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Moderador/PSC SE) Porque senão vamos ficar eternamente dependentes.

E quero lembrar o seguinte: a relação de trabalho de todos esses profissionais com os países deles e com a gente não é das melhores. Falo da relação trabalhista. Paga-se uma organização, que repassa o recurso para o seu país, e o que o profissional recebe é infinitamente menor. A vida inteira este País, esta Nação condenou tudo isso. Estamos aí assistindo a uma relação trabalhista muito frágil, com a qual nós nunca concordamos, e não podemos permitir que isso se perpetue...

- O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Estou de acordo, Senador. Agora...
- O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC SE) ... porque é isso que nós não queremos para...
- O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Permita-me dizer o seguinte...
- **O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Moderador/PSC SE) ... os nossos trabalhadores da área de saúde. Então, já se passaram três anos. É verdade. Quantos anos vão precisar mais? Mais vinte, mais trinta, mais qua-

renta, para haver outros profissionais? Então, é hora de fazer as duas coisas. Ou seja, atuar no presente, mas construindo, com certeza, um futuro melhor. Isto é o que eu defendo.

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Muito bem. Então, estamos de acordo. Eu só queria dizer mais o seguinte. Eu acho até que deve ser grave a situação trabalhista deles, mas isso é um problema do sindicato deles, no país deles. Aqui a minha preocupação é com o doente brasileiro. Se eles quiserem vir aqui de graça para atender um doente brasileiro, eu vou defender o doente. As condições trabalhistas deles são um problema dos sindicatos deles. Nós não somos sindicalistas aqui...
 - O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC SE) Não é, Senador.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) ... nós representamos o povo brasileiro, e, portanto, os doentes. Para mim, primeiro o doente, depois a gente discute as condições sindicais dos médicos que vêm de fora.
- **O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Moderador/PSC SE) Senador, permita-me discordar um pouquinho do senhor. Nós não podemos também ser coniventes, porque a vida inteira nós condenamos relações trabalhistas tão frágeis...
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Mas não à custa dos doentes brasileiros, Senador.
- **O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Moderador/PSC SE) Precisamos? É verdade, precisamos. Temos número suficiente? Não temos número suficiente. Mas é preciso, realmente, pensar diferente, porque a gente não pode fechar os olhos e não se incomodar com uma relação trabalhista tão frágil, eu diria que quase que escrava. E nós condenamos tanto o trabalho escravo. Então me permita dizer isso.

E é preciso fazer as duas coisas concomitantemente, porque senão, daqui a mais três anos, vão continuar renovando, renovando. E aí toda uma geração que daria para formar, de profissionais, de médicos, de enfermeiros, não conseguiremos fazer.

- **O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) Só que, na situação agora colocada, meu caríssimo Senador Eduardo Amorim, a não renovação significa condenação de milhões de brasileiros a ficarem sem atendimento médico. Estou aproveitando essa fala de V. Exas para dizer que é preciso mais do que nunca refletir sobre isso, ou seja, vamos pensar o presente, mas também vamos realmente, com as nossas atitudes de agora, construir um futuro muito melhor, senão vamos continuar nessa dependência por muitos e muitos anos. É isso que eu tenho defendido.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) Mais uma vez estamos de acordo, vamos chegar a um acordo. Nós estamos de acordo com o senhor que este País precisa ter uma estratégia...
 - O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC SE) Isso.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS DF) ...de ter um programa de saúde que não precise de ninguém importado. Agora, o senhor concorda que hoje o programa tem que ser mantido. Está de acordo?
- **O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Moderador/PSC SE) Concordo. Digo que saúde é um dever do Estado. Está na nossa Constituição. É uma obrigação do Estado.

Infelizmente neste País ainda falta efetividade em muitos direitos. Embora seja um direito de segunda geração, garantido na nossa Constituição, há pouca efetividade. Sabemos disso.

Mas insisto em dizer: se não pensarmos agora, se não tivermos a atitude de planejar o futuro, vamos continuar nessa dependência eternamente.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna nesta noite para falar sobre a 51ª Festa do Caminhoneiro da cidade de Itabaiana, em Sergipe, minha terra natal, Capital Nacional do Caminhão, de acordo com a Lei nº 13.044, de nossa autoria.

Há algumas semanas, estive no Ministério dos Transportes e convidei o Ministro Maurício Quintella para conhecer a nossa cidade, para participar da festa, ver a Feira do Caminhão e conversar com os amigos caminhoneiros, amigos caminhoneiros esses, Senador Paulo Paim, que o senhor tanto tem defendido desta tribuna.

Vislumbrei a possibilidade de o Ministro se aproximar ainda mais de quem, todos os dias, vivencia a realidade de nossas rodovias, em muitos cantos, uma triste realidade.

É importante salientar que o transporte de cargas realizado através de nossas rodovias é responsável por mais de 60% do volume de mercadorias movimentadas no nosso País. Isso, Sr. Presidente, representa algo em torno de 6% do Produto Interno Bruto brasileiro.

Para se ter uma ideia da importância da correta manutenção e conservação das nossas rodovias para as empresas, o deslocamento de carga pelas estradas nacionais equivale a mais da metade da sua receita líquida, chegando a algo em torno de 62% da receita na agroindústria e a 65% entre as indústrias de alimentos.

Diante deste quadro, Itabaiana se apresenta como uma cidade importantíssima para o deslocamento rodoviário no nosso País. Ela é a segunda cidade do País com maior número de caminhoneiros e, proporcionalmente, a cidade com maior número de caminhões no nosso Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Senadores, a passagem do Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, por Sergipe foi muito positiva para o nosso Estado, especialmente para os irmãos caminhoneiros.

No sábado, visitamos a praça de eventos, onde ocorrem shows festivos, e o Ministro pôde ver de perto o calor humano dos sergipanos, especialmente dos itabaianenses.

No domingo, participamos de alvorada festiva, com desfile de caminhões pela cidade, este o ponto alto da festa. Os caminhoneiros enfeitam os seus veículos e um grande buzinaço é realizado em toda a cidade. De acordo com os organizadores, este ano, mais de dois mil caminhões participaram da alvorada. No mesmo dia, o Ministro Maurício Quintella conversou com caminhoneiros e afirmou categoricamente que a licitação para a duplicação da BR-101, no trecho que liga Sergipe a Bahia, deve ser feita aproximadamente no mês de agosto.

E garantiu ainda que essa licitação é uma das prioridades da sua pasta, uma vez que essa obra, além de dar maior comodidade, dará, sobretudo, mais segurança a todos nós.

Sr. Presidente, não poderíamos ter notícia melhor. A duplicação da BR-101 nesse trecho significará avanço e progresso para toda a região centro-sul do nosso Estado de Sergipe.

Durante audiência com o Presidente Michel Temer, com o Ministro Maurício Quintella e com os Senadores Antonio Carlos Valadares e Ricardo Franco, ficou acertada também a retomada imediata da obra da BR-101 no trecho norte, no Estado de Sergipe, até a cidade de Propiá.

Sensível aos transtornos causados e aos inúmeros acidentes ocorridos, o Presidente vê a importância da conclusão dessa obra não apenas para sergipanos e alagoanos, mas sim para todo o Nordeste e para todo o País. Desde 1998 que os sergipanos sofrem com essa obra, que, acredite, Sr. Presidente, já completou a sua maioridade.

Antes do início dessa obra, há 18 anos, esse trecho colecionava inúmeros acidentes. Durante as obras, ao longo de todos esses anos, os desastres continuam a acontecer, inclusive com vítimas fatais, até mesmo com membros do Exército Brasileiro, que foi o órgão responsável pela duplicação da estrada que liga a cidade de Laranjeiras à cidade de Capela.

Para a BR-235, o Ministro afirmou que o DNIT está preparando o projeto para a contratação de serviços de manutenção e restauração dessa rodovia para o próximo semestre. Além disso, já está sob estudo a duplicação do trecho da BR-235, a partir do entroncamento com a BR-101, e esta é uma das nossas bandeiras de luta aqui em Brasília. Inclusive, Sr. Presidente, mostramos *in loco* como é perigoso transitar pela BR-235 no trecho sergipano. Há vários casos de pessoas que foram atropeladas nos povoados que margeiam a rodovia, além dos constantes riscos de ultrapassagens.

A duplicação dessa rodovia ajudará muito a escoar a produção agrícola entre Sergipe e Bahia. Além disso, Sr. Presidente, o Ministro afirmou que o DNIT também vai retomar o projeto de pavimentação da BR-235, no trecho que liga Itabaiana a Carira.

Este foi, Sras e Srs. Senadores, sem sombra de dúvidas, um final de semana muito proveitoso para os sergipanos, com o anúncio de todos esses investimentos no nosso Estado.

Para finalizar, gostaria de agradecer ao Prefeito Valmir de Francisquinho pela recepção e pela excelente organização, agradecer também ao Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, que deixou, com certeza, sua família e seus afazeres no Ministério para estar lá presente, pela forma cordial e respeitosa com a qual se dirigiu aos sergipanos. Alagoano, ele é conhecedor da nossa realidade.

Aproveito ainda para parabenizar todos os sergipanos, em especial o itabaianense, povo guerreiro que, com bom trabalho e entusiasmo, fez mais uma belíssima festa do caminhoneiro.

E volto a dizer, Sr. Presidente, sou testemunha do quanto V. Exª tem defendido esta categoria, a categoria dos irmãos caminhoneiros. Na minha família, tive e tenho inúmeros parentes.

Tive um irmão motorista que sofreu um acidente e veio a óbito, pai caminhoneiro e sogro caminhoneiro. Portanto, o caminhão está no DNA não só da minha família, mas, com certeza, de inúmeras famílias em Sergipe, especialmente na cidade de Itabaiana.

Agradeço tudo que o senhor tem feito para o caminhoneiro brasileiro, em defesa dessa tão importante categoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Eduardo Amorim, deixe-me cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante relatório que fez. Trabalhou em duas ou três comissões. O projeto estava pronto para ser encaminhado para a Câmara dos Deputados, e infelizmente houve um requerimento para o Plenário. E o projeto está aqui parado.

Então, aproveito a fala de V. Exa para, primeiro, ver se retiramos esse requerimento para permitir que o projeto ande, porque vai atender a milhares e milhares de caminhoneiros.

Na última reunião que tive com eles, em Três Cachoeiras – e cumprimento o Nelson, que V. Exa conhece, um dos líderes –, ele me disse que nem que tirem todos os caminhões dos caminhoneiros do Brasil todo e se apropriem deles... Há aqueles que acham que eles não podem fazer um fundo comum... Não é um seguro; é um fundo comum em que, no caso de roubo do caminhão ou de acidente, eles mesmo se cotizam e administram aquele prejuízo, caso aconteça. Nem que eles peguem todos os seus caminhões, isso não paga a dívida que eles estão dizendo que têm por terem feito esse fundo.

Então é mais do que justo, já passou nas principais comissões e não há motivo de ficar encalhado aqui no Plenário do Senado.

Parabéns a V. Exa. Vamos ver se o projeto...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – E digo, Sr. Presidente, que é muito caro. O seguro de um caminhão é muito caro. Muitas vezes, com toda a certeza, ultrapassa o valor da prestação. É muito caro, Sr. Presidente! É preciso encontrar uma forma, um meio realmente de baratear sem tirar nenhuma garantia, dando conforto e dando com certeza mais segurança e possibilidade para que eles possam realmente ter esse seguro.

Tive o privilégio de relatar projeto de sua autoria em uma das comissões e...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ... também espero que isso venha o quanto antes para o plenário.

Como caminhoneiro que já fui, volto a dizer - tenho familiares, parentes envolvidos com o meio do transporte, com caminhão -, é muito caro! Cada vez pior. Nem todas as seguradoras querem fazer o seguro de alguns caminhões.

- **O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT RS) Exatamente. Caminhão com mais de dez, quinze anos, eles não querem fazer.
- **O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Moderador/PSC SE) Eles não querem mais fazer. E aí, que segurança esses caminhoneiros têm? E se acontecer algum acidente? Todo o trabalho de uma vida inteira é jogado fora, além daqueles que venham por acaso a colidir ou sofrer um acidente.

Então, isso, com toda a certeza, não é justo. É preciso realmente buscar uma forma para baratear a vida do caminhoneiro. Sou testemunha de que o senhor tem feito isso.

- **O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT RS) Muito bem. Meus cumprimentos.
- **O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR MT. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, apenas gostaria de justificar a minha ausência nas duas votações, em função de audiências que tive fora.

Pediria a V. Ex^a que determinasse o registro, que eu votei de acordo com a orientação do Partido. Nas duas votações foi "sim".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exa será atendido na forma do Regimento. Com certeza, constará em ata a intenção em votar de acordo com o Partido.

Senador Randolfe, com a palavra, por favor.

- **O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Agradeço a V. Exa, Presidente Paulo Paim.
 - Sr. Presidente, permita-me continuar nesse dramático tema relacionado ao programa Mais Médicos.

Já foi debatido e destacado no debate, ainda há pouco, aqui no plenário que ninguém em sã consciência pode-se dizer favorável ao fim desse programa. E, anteriormente, na Ordem do Dia, apresentamos uma questão de ordem relacionada à Medida Provisória nº 723.

A Presidente Dilma Rousseff editou essa medida provisória em 2 de maio de 2015. Ela é indispensável para a continuação do programa no País, prorroga o programa por mais três anos e o atendimento, repito, a mais de 60 milhões de brasileiros.

Há 44 dias essa medida provisória corre o risco de decair por inércia. É por isso que apresentamos questão de ordem ao Presidente do Congresso Nacional para que o quanto antes seja formada a comissão mista para apreciar essa medida provisória.

É lamentável, Sr. Presidente, porque a qualquer medida provisória de interesse do Governo, o Governo está aqui, pressionando os Parlamentares, orientando, por intermédio dos seus Líderes, a apreciação urgente da medida provisória.

Essa Medida Provisória de nº 723, fundamental para a saúde pública brasileira, corre o risco de cair por decurso de prazo, porque sequer a comissão mista foi formada.

Sr. Presidente, estamos assistindo a uma crônica de horrores e a cada dia assistimos a mais um retrocesso social promovido pelo Governo provisório do Sr. Temer.

Nesse caso do Programa Mais Médicos, faço minhas as palavras ditas pelo Senador Cristovam Buarque: o fim do programa não é só uma crônica de horrores, o fim do programa não é só um retrocesso social, é um atentado, é um crime de genocídio contra o povo brasileiro.

O atual Ministro da Saúde tem demonstrado, Sr. Presidente, uma ausência completa. O Sr. Ricardo Barros tem demonstrado uma ausência completa de preocupação com temas como esse. O mesmo Sr. Ricardo Barros que anteriormente manifestou que o Sistema Único de Saúde, conforme está na Constituição, não cabe no Brasil é o Ministro que, por completa leniência, pode estar sepultando esse programa, reduzindo a permanência no Brasil de sete a treze mil médicos que são fundamentais para atender os brasileiros, principalmente os brasileiros do Brasil mais profundo.

Sr. Presidente, os números do Programa Mais Médicos são eloquentes. Ele foi criado em agosto de 2013. Possui hoje 18.240 profissionais estrangeiros, atuando em conjunto com equipes do Saúde da Família. Cada equipe atende a 3.450 pessoas, segundo dados do ex-Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do governo Dilma Rousseff.

São, portanto, Sr. Presidente, 63 milhões de brasileiros. São os mais pobres. São os desamparados. Muitos. Milhões deles nunca tiveram acesso a um atendimento médico.

São estes que são atendidos pelo programa. São brasileiros do Arquipélago do Bailique, comunidade do interior do meu Estado do Amapá. São brasileiros de comunidades da Região do Pacuí. São brasileiros de regiões, de cidades, como Oiapoque, Calçoene, Laranjal, Vitória do Jari.

O programa atua em 4.058 cidades. Isso representa, Sr. Presidente, 73% dos Municípios brasileiros. Atuam em 34 distritos sanitários especiais indígenas. Povos indígenas que nunca tiveram atendimento médico hoje contam com mais de 300 médicos atendendo-os.

São essas comunidades indígenas que sentiram na pele a diferença, que sentiram na carne e na alma a diferença. Temos o exemplo dos ianomâmis, no Estado de Roraima, que tiveram apenas 490 atendimentos em 2013. Sabe quantos atendimentos tiveram agora, em 2015? Sete mil atendimentos. O número de atendimentos para os ianomâmis, em dois anos, aumentou em quase 600%. Isso graças, Sr. Presidente, a 15 médicos cubanos que aceitaram ir para o interior de Roraima, para o interior profundo do Brasil, atender aos povos ianomâmis.

No meu querido Amapá, o atendimento do programa aceitou e admitiu um atendimento que até então era tabu, com técnicas da Medicina tradicional. Para se ter uma ideia, na Aldeia Cumenê, no Município de Oiapoque, no extremo norte do País, o médico cubano Javier Lopez Salazar, pós-graduado em Medicina tradicional, trabalha para recuperar a sabedoria local, na utilização de plantas e ervas medicinais, abandonada por imposição de seitas religiosas de diferentes influências, que tentam sufocar as tradições tribais. No trabalho com os povos indígenas, ainda é utilizada a Medicina tradicional, com os saberes da Medicina alopata, da Medicina científica, para tratar povos, repito, que nunca tiveram atendimento.

Na capital do Amapá, na minha cidade de Macapá, aderiu-se ao programa logo no início, conquistando 50 médicos cubanos, dois brasileiros e um alemão: 53 médicos. Cinco desses médicos, Sr. Presidente, como eu já disse aqui no plenário, atendem no Arquipélago do Bailique.

Sr. Presidente, chegar ao Arquipélago do Bailique é inimaginável, é uma epopeia, são 12 horas de barco. O endereço do Arquipélago do Bailique, para mim um dos locais mais bonitos do Planeta, é na esquina da Foz do Amazonas com o Atlântico. Neste arquipélago, nunca houve médico. São 5 mil pessoas de 33 comunidades que nunca tiveram atendimento médico, e hoje há cinco médicos cubanos atendendo em todo o arquipélago.

Ocorre, Sr. Presidente, que, a partir de julho próximo, 14 médicos que cumprem esse tempo de serviço deverão retornar a Cuba, e não há nenhuma perspectiva de reposição de um programa, agora debilitado pelo Governo provisório. Um desses médicos atende uma cidade que eu visitei nesse último sábado no interior do Amapá, a cidade de Itaubal do Piririm. Lá em Itaubal, eu recebi o relato dramático de moradores, de enfermeiros, dizendo que eles não sabem o que fazer, porque daqui a no máximo um mês eles ficarão sem o médico que atende aquela comunidade.

Sr. Presidente, eu faço um apelo dessa tribuna: não é possível tanta maldade concentrada em um governo. Não é possível tanta insensibilidade ao drama humano como esta, maniqueada pelo Sr. Ricardo Barros e pelo Governo Temer. Sr. Presidente, não há outra responsabilidade ao que virá ocorrer se pessoas morrerem no interior do Brasil, nesses mais de 4 mil que respondem pelo Programa Mais Médicos. Não haverá outra responsabilidade a não ser a do Sr. Temer, atual Presidente interino da República, e a do Sr. Ricardo Barros, atual Ministro da Saúde. Nos próximos meses, se ocorrerem mortes nesses Municípios que têm atendimento médico,

hoje, se ocorrerem mortes pela ausência da continuação do programa, pela ausência de médicos, a responsabilidade é do Senhor Presidente da República e do atual Senhor Ministro da Saúde Ricardo Barros.

A nossa média de atendimento médico, Sr. Presidente, ainda é dramática: nós temos apenas 1,8 médico por mil habitantes. Veja, é um índice menor que da Argentina, que é de 3,2; menor que o do Uruguai, que é de 3,7; menor que o de Portugal, que é de 3,9; menor que o da Espanha. Sem o programa e sem os médicos, nós ficaremos mais atrás ainda, mas o problema não são os números somente, é a vida de pessoas que moram neste Brasil profundo que está sob risco.

A saúde e o atendimento médico salvam vidas, Sr. Presidente. Sem saúde e sem atendimento médico, as pessoas são condenadas à morte. É importante que a visão obtusa desse Ministro da Saúde interventor, financiado por planos de saúde, compreenda em definitivo isso.

Sr. Presidente, recentemente a Agência Bloomberg apontou que o sistema de saúde do Brasil ficou em último lugar numa lista de 48 países do mundo. Nosso País desfruta dessa última colocação, perdendo para Cuba, que está a 20 posições à nossa frente. Então, nós temos que ter humildade de aprender com nações como essa, e em especial em relação ao atendimento à saúde. Que se façam todas as críticas a Cuba, mas que nós tenhamos a humildade de aprender com a sensibilidade dos médicos que têm vindo deste país irmão nosso e têm sido tão carinhosamente recebidos por nós brasileiros!

Nesse índice da Bloomberg, Sr. Presidente, o Brasil fica atrás da Romênia e da República Dominicana, e ficamos – olhe a coincidência–, ficamos atrás do Peru. O Peru não só faz a gente passar vergonha na Copa América, no futebol; também nos faz passar vergonha no atendimento de saúde pública, porque o nosso atendimento de saúde pública é inferior. Mas, como se não bastasse, num ato atroz de desumanidade, a percepção é reduzir ainda mais os índices de atendimento aqui em nosso País.

Os outros números, Sr. Presidente, ilustram a situação vergonhosa do nosso atendimento médico na saúde pública. Em Cuba, uma pessoa gasta em média US\$600 anuais com tratamento médico. No Brasil, a média é de US\$1.200. Isso quando encontra um médico. Ou seja, nós temos que ter a humildade de aprender com situações como essa.

Os testemunhos por onde tenho passado, do atendimento dos cidadãos, na periferia de Macapá, na periferia de cidades, como Santana, no interior do Brasil profundo, como já citei no Arquipélago do Bailique, são depoimentos de comunidades que adotaram os médicos como uma pessoa da família, e não como extraterrestre, e não como um ser anômalo. Houve um encontro entre médicos que têm paixão no fazer e pessoas que tinham necessidade de ser atendidas.

Sr. Presidente, graças aos médicos estrangeiros a saúde chegou ao interior. Não apenas por conta dos médicos cubanos. Entre os 18 mil estrangeiros, cerca de 13 mil são cubanos e quase 2 mil têm diplomas de outros países. No caso do Estado do Amapá, nós temos também lá um médico alemão.

O Programa Mais Médicos surgiu dando prioridade à contratação de médicos brasileiros. As inscrições foram abertas por ordem aos médicos com registro no Brasil, aos brasileiros formados, não alcançando a média, é assim que se abriu para os brasileiros formados no exterior. Apesar dos privilégios os brasileiros no início foram tímidos, mas até incentivados pelos médicos, estrangeiros começaram a aderir ao programa. Hoje na última inscrição do programa já houve 1.843 profissionais inscritos pelo Brasil em 2013.

Em 2015, o número foi bem mais animador: 95 das 4.146 vagas foram preenchidas por brasileiros, invertendo a relação anterior, ou seja, abriu atendimento médico para virem brasileiros prioritariamente, mas, se os brasileiros não forem suficientes para suprimir um direito básico de cada cidadão brasileiro, do que, em princípio, está na Constituição de que saúde é direito de todos e dever do Estado, em seguida, contratar médicos estrangeiros, esse princípio, e essa lógica, possibilitou, Sr. Presidente, que se incentivasse a ampliação para a contratação de outros médicos brasileiros.

Sr. Presidente, pesquisa independente feita em 1.837 Municípios do País revelou um aumento de 33% na média mensal de consultas, 32% de aumento de visitas domiciliares.

Outros 89% dos pacientes relataram uma redução no tempo de espera para consultas.

Outro levantamento, feito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2014, ouviu 4 mil pessoas em 699 Municípios. Essa pesquisa de satisfação apontou que 95% dos usuários do Sistema Único de Saúde estavam satisfeitos com o Programa Mais Médicos e com o atendimento que tinham por parte deles.

A maioria de 86% dos entrevistados afirmou que a qualidade da atenção melhorou após a chegada dos profissionais do Programa Mais Médicos e 60% destacaram a presença constante do médico e o cumprimento da carga horária.

Um trabalho ainda, Sr. Presidente, de três especialistas da área de saúde no Distrito Federal e em Minas Gerais – Srª Leonor Pacheco Santos, Srª Ana Maria Costa e Sr. Sábado Nicolau Girardi – indicou a redução de 53% no número de Municípios brasileiros com escassez de médicos. Isso é uma conquista civilizatória.

Os números ainda mais animadores, Sr. Presidente, vêm do meu querido Estado do Amapá, da Amazônia brasileira, do Norte brasileiro, onde 91% dos Municípios que tinham escassez foram atendidos com a média, cada um, de cinco médicos, segundo o estudo – 91% dos Municípios que tinham escassez, Sr. Presidente, passaram a ter atendimento médico.

O Ministério da Saúde, em dados recentes, mas não do atual Sr. Ricardo Barros, dá conta de que, em todo o Brasil, das 24,8 milhões de pessoas atendidas no Programa Farmácia Popular, entre setembro de 2013 e junho de 2015, mais de 2,7 milhões – 11% do total – traziam prescrições médicas enviadas por profissionais de saúde do Programa Mais Médicos. Dessa multidão, mais de 1 milhão de brasileiros receberam medicamentos pela primeira vez. Ou seja, não é somente o acesso a um médico; é o acesso à saúde completa, é o acesso também a medicamentos. Muitos brasileiros, desamparados e mais pobres, nunca tiveram esse acesso, mas agora passam a tê-lo.

Hoje, com a chegada dessa trupe do Sr. Temer ao poder, o viés de desassistência aumenta. Gestores e agentes de saúde do Ministério, em todo o País, já sofrem com a falta de remédios e as torneiras fechadas. Assisti a essa situação, lamentavelmente, nesse final de semana, no interior do meu Estado do Amapá, em cidades como Itaubal do Piririm e Cutias, que vivem a iminência...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... de perderem uma conquista civilizatória, repito, que é a conquista de ter atendimento médico.

Sr. Presidente, para concluir, faço, desta tribuna, um conjunto de apelos. Apelo ao Presidente do Congresso Nacional que acate a nossa questão de ordem e instale a Comissão Mista da Medida Provisória nº 723, a medida provisória de prorrogação do Programa Mais Médicos.

Apelo a esta Casa que não permita que esse programa sucumba, sob pena de esta Casa ser responsável pela morte – não há outro termo – de milhões de brasileiros no interior do Brasil.

Eu rogo ao Sr. Ministro da Saúde, o Sr. Ricardo Barros, e ao Sr. Temer, em que pesem as minhas divergências com os senhores, que são antagônicas e assim devem permanecer, em que pese o atual Sr. Ministro da Saúde ser um lacaio dos planos privados de saúde, a sensibilidade com a vida humana: não permitam que o Programa Mais Médicos sucumba.

Repito, Sr. Presidente, estamos em uma contagem regressiva. Se, nos próximos dias, não houver nenhuma tomada de decisão, nenhuma medida por parte nem do Governo provisório nem desta Casa, 60 milhões de brasileiros, de mais de 4.300 Municípios espalhados pelo País todo, sendo quase 500 mil brasileiros do meu Estado do Amapá, ficarão sem atendimento médico. Tenham certeza os senhores governantes de que esses brasileiros e a história não perdoarão os senhores por mais esse crime.

Amanhã, Sr. Presidente, eu e o Senador Cristovam – resolvemos isso ainda há pouco –, na...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... Comissão de Direitos Humanos desta Casa, presidida também por V. Exª, Senador Paulo Paim, vamos protocolizar um requerimento de denúncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos e à Organização Mundial de Saúde por conta desse genocídio que está sendo cometido pelo atual Governo interino da República.

Agradeço a V. Exa.

- **O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT RS) Senador Randolfe, V. Ex^a poderia presidir por alguns minutos, para que eu faça um registro?
 - O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) Com enorme honra.
- **O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT RS) Ao mesmo tempo, informo que, amanhã, a reunião da Comissão de Direitos Humanos será às 11h30.
 - O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) Lá estaremos.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.)

- **O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE AP) Com a palavra o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, do Rio Grande do Sul.
- **O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Senador Randolfe, meus cumprimentos, em primeiro lugar, pela fala alertando sobre a falta que vão fazer os médicos no Brasil se o programa não for renovado.

Quase na mesma linha, na linha da vida, Presidente, eu quero destacar aqui as minhas preocupações com o que está acontecendo no Brasil. Vejam bem. Se já não bastasse a terceirização, que querem aprovar; se já não bastasse retirar o direito dos aposentados e pensionistas, principalmente com o ataque à nossa Previdência, ainda querem passar o negociado acima do legislado e, por fim, agora, querem ainda regulamentar o trabalho escravo. Trabalho escravo não se regulariza, se proíbe.

Nenhum país tem no seu Código Penal uma definição tão clara do que é trabalho análogo à escravidão como o Brasil. E agora vamos retroceder ao tempo da escravidão, para que as pessoas sejam exploradas, maltratadas e tenham que viver em situação de miséria?

Sr. Presidente, não podemos permitir uma barbárie dessas. O Brasil foi a última nação do mundo ocidental a abolir o trabalho escravo de forma oficial há 128 anos. No entanto, além de o trabalho escravo ainda existir no País nos dias de hoje, querem regulamentar. Repito: trabalho escravo não se regulamenta, se proíbe!

Isso demonstra que o Estado ainda tem uma dívida enorme com os trabalhadores brasileiros, porque mais de 50 mil foram libertos somente pelo Ministério do Trabalho. Para dar mais um exemplo, o Ministério do Trabalho divulgou um balanço que mostra que 1.010 pessoas foram retiradas dessa condição de escravidão agora, em 2015. A maioria das vítimas de trabalho escravo no Brasil foi localizada em áreas urbanas, que concentraram 61% dos casos. Nas operações realizadas na área rural, 403 pessoas foram identificadas nessa situação. Os dados revelaram ainda que 12 trabalhadores resgatados de trabalho escravo, em 2015, tinham idade inferior a 16 anos e que outros 28 tinham entre 16 e 18 anos, atuando em atividades da lista das piores formas de trabalho infantil. Do total de trabalhadores alcançados, 65 deles eram imigrantes de diversas nacionalidades, entre bolivianos, chineses, peruanos e haitianos.

A maioria dos trabalhadores que enfrenta essa situação fica fragilizada devido, claro, ao desemprego. A oferta de emprego em lavouras, carvoarias ou madeireiras representa uma esperança de saída da miséria e da pobreza, mas, chegando lá, o que encontram são ameaças, escravidão, pressão e coações.

Se antes a exploração ilegal do trabalho era prática somente em regiões remotas, distantes das capitais, hoje muitos trabalhadores são explorados também nos próprios centros urbanos, principalmente nos setores têxtil e da construção civil. Vejam: isso ocorre em São Paulo, a maior capital do Brasil.

Sr. Presidente, outro dado preocupante foi divulgado no último dia 30 de maio. A Fundação Walk Free divulgou o Índice de Escravidão Global 2016, que aponta que o Brasil tem 161,1 mil pessoas submetidas à chamada escravidão moderna. A escravidão moderna ocorre quando uma pessoa controla a outra com intenção de explorá-la, retirando sua liberdade individual. Nessa forma de escravidão, estão o tráfico de pessoas, o trabalho infantil, a exploração sexual, o recrutamento de pessoas para conflitos armados e o trabalho forçado em condições degradantes.

Com todos esses dados tristes, fica claro o nosso descontentamento com o Projeto de Lei nº 432, de 2013, que trata do trabalho escravo e do qual sou o Relator. Eu digo que não passará. Em meu relatório, serei pela proibição do trabalho escravo. Realizamos na CDH um ciclo de debates sobre esse PLS. Aliás, como Relator, eu posso dizer que foi unânime entre todos os participantes – entre eles, inclusive, estavam o ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2014, o indiano Kailash Satyarthi, e o ator Wagner Moura, que é embaixador da Boa Vontade da ONU – a rejeição do projeto da forma como ele se encontra.

Sr. Presidente, a própria ONU manifestou preocupação com o projeto de lei, afirmando que ele aumenta a impunidade e é um retrocesso, frente aos avanços obtidos pelo País nesse tema. As Nações Unidas recomendaram a rejeição da proposta e a reativação de iniciativas, como a lista suja do trabalho escravo.

O próprio projeto que amplia a terceirização legal é um duro golpe no processo de erradicação desse crime. Eu sou Relator também desse projeto e, com certeza, darei o parecer pela rejeição. Se a mudança do conceito e a terceirização passarem, podemos dar adeus à efetividade do sistema criado para combater a escravidão no Brasil.

Estamos vivendo tempos turbulentos na democracia brasileira, com ataques aos direitos trabalhistas por todos os lados: é o negociado acima do legislado, é o fim do Ministério da Previdência. Estão querendo chegar aonde com isso tudo? Rasgar a CLT e a Constituição? Não vamos permitir.

Agora, no mês de junho, vamos começar um ciclo de debates – semelhante ao que já fiz, quando fui aos 27 Estados e ao DF – combatendo o trabalho escravo, a terceirização e o negociado sobre o legislado, com certeza, Sr. Presidente, na linha da defesa da CLT, da nossa Previdência e da própria democracia. A população tem que ser ouvida sobre o trabalho escravo, sobre a Previdência Social, sobre a terceirização, sobre quererem aprovar que a CLT e a Constituição não vão valer mais – vai valer somente o tal de negociado acima da lei. Faremos este roteiro: estarei no dia 16 no Paraná; no dia 17, em Santa Catarina, na Assembleia Legislativa, em Florianópolis; no dia 19, em pleno domingo, estarei discutindo terceirização no congresso dos vigilantes na Casa do Gaúcho, no Rio Grande do Sul; no dia 20, em um grande fórum estadual também no Estado, também

lá na Casa do Gaúcho, em um novo momento promovido pelas centrais, confederações e associações, estarei discutindo formas e oportunidades de defender o povo brasileiro contra esse ataque brutal aos seus direitos.

Temos que superar este momento nebuloso e construir juntos uma sociedade mais justa e igualitária, primada pela democracia, pela liberdade, pela justiça e por direitos para todos os trabalhadores – nenhum direito a menos. Lutaremos, assim, a partir da causa maior, que é a própria democracia. A democracia é a mãe de todas as causas. A partir dela, Sr. Presidente, avançaremos – aqui eu termino já, porque era rápido o registro.

Além de concordar – porque defendia isto já há muito tempo, e V. Exa também – com o princípio das eleições gerais, que haja o plebiscito, também queremos uma assembleia revisora temática para fazermos a reforma política, a fim de que um novo marco regulatório da política eleitoral e partidária seja a baliza das eleições de 2018.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Paim, pelo pronunciamento.

São tempos difíceis, Senador Paim. Não tenho dúvida de que a melhor alternativa para tempos difíceis são soluções extraordinárias. Novas eleições, não tenho dúvida, é o caminho para esta gravíssima crise que o País atravessa.

Cumprimento V. Exa mais uma vez. Minha admiração a V. Exa.

Não havendo mais oradores, declaramos encerrada a sessão do dia de hoje do Senado Federal, convidando e convocando todos os Senadores para a sessão ordinária do dia de amanhã.

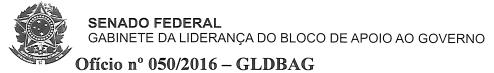
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 32 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Comunicações



Brasília, 13 de junho de 2016

à Rublicação. Em 1416/2016

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista.

Senador Paulo Rocha

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo



Designo. a fullitação. Com 1416/30/6

SENADO FEDERAL

Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista



MEMO Nº 018-BLDPRO/2016

Brasília, 09 de junho de 2016

À Sua Excelência Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

ASSUNTO: Indicação para a Comissão de Educação, Cultura e **Esporte**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Roberto Muniz (PP/BA) como Suplente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Atenciosamente,

Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista







SENADO FEDERAL

Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

MEMO Nº 019-BLDPRO/2016

Brasília, 13 de junho de 2016

À Sua Excelência Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

ASSUNTO: Indicação para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Roberto Muniz (PP/BA) como Titular da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Atenciosamente,

Senador OMAR AZIZ

Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista



BLSDEM - Of. 035/2016

Brasília, 14 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência o desligamento do **Senador Randolfe Rodrigues**, membro suplente, e a posterior indicação de Sua Excelência para compor a CPI do Futebol, na condição de membro titular, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Respeitosamente,

Senadora Lídice da Mata Líder do Bloco Socialismo e Democracia

Habricale: 105 13616



MEMO. 017/2016 - GLDGOV

Brasília, 14 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores que ocuparão os cargos de Vice-Líderes da Liderança do Governo no Senado:

- Senador Fernando Bezerra Coelho
- Senador José Medeiros
- Senador Davi Alcolumbre
- Senador Hélio José
- Senador Ricardo Ferraço

Respeitosamente,

Senador Aloysio Nunes Ferreira

Líder do Governo no Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor **Senador RENAN CALHEIROS** Presidente do Senado Federal

> 1 (2060) 2 m 14/06/16 196390

a Andreace



SENADO FEDERAL CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

OF. CCAN nº 003/2016

Brasília, 14 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor Senador Renan Calheiros Presidente do Senado Federal

Assunto: comunica escolha dos agraciados da 3ª edição da Comenda Senador Abdias Nascimento.

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência que o Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento, em sua 1ª reunião de 2016, ocorrida nesta data, escolheu 04 (quatro) personalidades para serem agraciadas com a Comenda Senador Abdias Nascimento, e um homenageado *in memoriam*, em sua 3ª edição, a saber:

- Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso IMUNE
- Lázaro Jerônimo Ferreira (Lazzo Matumbi);
- Luis Lázaro Sacramento Ramos (Lázaro Ramos);
- Maria José Motta de Oliveira (Zezé Motta); e
- Naná Vasconcelos (homenagem in memoriam)

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador Paulo Pain

Presidente do Consetho da Comenda Senador Abdias Nascimento

Discurso encaminhado à publicação, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP-AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, comparados ao resto do mundo, somos o país com uma das maiores taxas de juros. E isso se reflete em tudo no cenário econômico. A nossa dívida pública bruta, por exemplo, já alcança o equivalente a mais da metade do Produto Interno Bruto e oito por cento desse PIB são para pagar apenas os juros dessa dívida.

Mas, para o pai e a mãe de família, o jovem que ingressa no mercado de trabalho, o cidadão brasileiro, o peso dos juros se reflete em: prestação da casa própria mais alta, freio no crédito para o consumo, mensalidades escolares mais caras e uma cascata de consequências que desaquecem a economia e só traz ganho para aqueles que aplicam seus recursos em papéis. O setor produtivo mesmo vê o dinheiro sumir e, no caso do cidadão chega o fantasma do desemprego. O círculo se trona vicioso.

Dentre os abusos cometidos por um sistema econômico selvagem, considero que fazem parte dele as taxas de juros cobradas pelas operadoras de cartões de crédito. A despeito de alguns esforços que foram feitos, as taxas de juros ainda são exorbitantes, especialmente as cobradas em empréstimos na modalidade do rotativo do cartão de crédito.

De acordo com os dados do Banco Central, no cartão de crédito, as taxas atingem a percentuais próximos de 400% ao ano para as concessões a pessoas físicas, e a 250% para empresas. É preciso colocar um freio nesses juros.

Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores: com esse intuito, comunico que apresentei o Projeto de Lei do Senado - Complementar que altera a Altera a Lei no 4.595 de 1964 para determinar que o custo efetivo total empréstimo concedido na modalidade de cartão de crédito não poderá exceder em duas vezes a taxa Selic, que hoje está em 14,15% ao ano. Peço o apoio dos meus pares para aprovarmos essa proposta como instrumento de maior justiça econômica para com aqueles brasileiros que ganham pouco e pagam muito.

Há os que defendem que limitar as taxas de juros cobradas pelas administradoras de cartão poderia criar uma rigidez e consequente ineficiência para o mercado de crédito. Argumentam que medidas de intervenção direta das taxas de juros, livremente pactuadas entre ofertantes e demandantes de crédito, devem ser utilizadas apenas em situações extremas. Entendo que estamos em uma situação extrema e que devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar que aquele mais frágil, nesse cenário, pague a conta no final.

Numa conjuntura ideal, a forma mais eficiente de reduzir as taxas de juros para os tomadores de crédito, sejam famílias ou empresas, é garantir um sistema legal e judicial onde haja respeito aos contratos financeiros. Aumentar a concorrência na oferta de crédito e políticas macroeconômicas que viabilizem a redução das taxas de juros da economia também é uma opção. E a minha proposta não exclui nenhum destes instrumentos; ao contrário, pretende colaborar com o funcionamento da economia.

Os custos para produzir no Brasil ainda são muito altos. E a alta carga tributária, a falta de investimentos, a deficiência na infraestrutura logística são alguns obstáculos que precisamos vencer. Quando pensamos no setor público, podemos afirmar sem dúvida nenhuma que não temos como investir mais em áreas estratégicas pagando o que pagamos de juros. Todos desejamos ver o país crescendo, o aumento do PIB e a inflação sob controle. E eu acredito que o presidente interino, Michel Temer, com sua equipe, está buscando cumprir a cartilha da responsabilidade fiscal. Confio no potencial de recuperação da economia brasileira e na estabilidade e, no que tange a iniciativas legislativas, vou trabalhar para que alcancemos esse patamar.

Agradeço Sr. Presidente.

Encaminhamento de matérias

Tendo em vista o disposto no art. 242 do Regimento Interno, a Presidência declara prejudicados diversos requerimentos de tramitação conjunta e de audiência de outras comissões, de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Em decorrência,

- o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2012, já tendo sido apreciado pela CCJ, retorna à CAE, em decisão terminativa; e
- o Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2012, retorna à CAE, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Inclusão em Ordem do Dia

Tendo em vista o disposto no art. 242 do Regimento Interno, a Presidência declara prejudicados diversos requerimentos de tramitação conjunta e de audiência de outras comissões, de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Em decorrência,

- a Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2013, será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Mensagem do Presidente da República em exercício



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 53, DE 2016

(n° 321/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor MÁRIO POVIA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Serviços de Infraestrutura

Mensagem nº 321

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor MÁRIO POVIA, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Brasília, 8 de junho de 2016.

Aviso nº 355 - C. Civil.

Em 8 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor Senador VICENTINHO ALVES Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MÁRIO POVIA, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

CURRICULUM VITAE

MÁRIO POVIA mario.povia@terra.com.br OAB/SP nº. 217889

Dados Pessoais:

Brasileiro, natural de Osasco/SP, nascido em 22/04/1963, casado, dois filhos. RG 15.589.015 (SSP/SP); CPF 052.473.918/88.

Residência: SGAN 914, Conj. H, Bloco C, Apto. 211

Asa Norte - Brasília/DF - Tel.: (061) 2029-6646 e (011) 99901-7761.

Formação Acadêmica:

Pós-Graduação (MBA) em Regulação de Serviços Públicos - Fundação Getúlio Vargas - FGV, conclusão em 2010.

Pós-Graduação (Especialização) em Direito Processual e do Trabalho - Universidade Mackenzie, conclusão em 2005.

Pós-Graduação (Bacharelado) em Administração de Empresas - Universidade Mackenzie, conclusão em 1986.

Graduação: Direito - Universidade Paulista (UNIP), conclusão em 2003.

Graduação: Engenharia Operacional Elétrica - Faculdade de Tecnologia da Universidade Mackenzie, conclusão em 1985.

Cursos extra-curriculares:

- > Auditoria em Qualidade Total (ISO-9000)
- Comércio Exterior
- > Técnicas de Negociação
- > Mercado de Capitais e Câmbio
- > Administração do Tempo



Experiência Profissional:

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Cargo: Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários

Período: desde 04/01/2006 (Assunção por Concurso Público)

BLMP Advogados Associados Cargo: Advogado e Consultor

Período: de dezembro de 2000 a janeiro de 2006.

Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S/A

Cargo: Comprador Sênior

Período: de agosto de 1984 a janeiro de 1999.

SPIG S/A

Cargo: Técnico em Suprimentos

Período: de janeiro de 1977 a agosto de 1984.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO:

- Diretor-Geral da ANTAQ no período de maio/2014 à fevereiro/2016.
- 2. Diretor Interino da ANTAQ no período de dezembro/2012 à maio/2014.
- 3. Superintendente de Portos da ANTAQ no período de maio/2012 à dezembro/2012.
- 4. Assessor Técnico da Diretoria da ANTAQ no período de outubro/2010 à maio/2012.
- 5. Assessor da Superintendência de Portos da ANTAQ no período de fevereiro/2009 à outubro/2010.
- 6. Presidente do Conselho de Autoridade Portuária CAP do Porto Organizado de São Sebastião no período 2007-2009.



- 7. Presidente de duas comissões de sindicância no âmbito do Ministério dos Transportes junto à FRANAVE e à AGERGS.
- 8. Representação da ANTAQ no Grupo de Trabalho GT de Turismo Náutico junto ao Ministério do Turismo.
- 9. Representação da ANTAQ junto à Comissão do Ministério dos Transportes que tratou da cassação do Convênio de Delegação do Porto de Manaus.
- 10. Representação da ANTAQ na missão Panamá e Miami realizada no âmbito da Santos Export, em 2010.
- 11. Presidências de Comissões Processantes no âmbito da ANTAQ em Processos Administrativos Contenciosos PAC, junto aos Portos de Paranaguá e SUAPE.
- 12. Atuação em conjunto com a Diretoria da ANTAQ nas visitas aos Ministros do Tribunal de Contas da União TCU quando dos esclarecimentos acerca das outorgas de TUP de uso misto Carga Própria e de Terceiros.
- 13. Participação da Comitiva da ANTAQ na missão Mississippi, em 2009.
- 14. Participação na Comitiva do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria de Portos da Presidência da República SEP/PR, na missão Barcelona e Roma, em 2011.
- 15. Diretor Institucional da ANER Associação Nacional dos Especialistas em Regulação, no biênio 2006-2007.
- 16. Diretor Científico e Tecnológico da ASANTAQ Associação dos Servidores da ANTAQ, no biênio 2008-2009.

atualizado em abril/2016

ARGUMENTAÇÃO

Nos termos do art. 383, I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, de que trata a Resolução nº 41, de 2013, passo a seguir a apresentar a argumentação escrita no sentido de demonstrar ser detentor de experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Nesse sentido, observo que integro os quadros técnicos da referida Agência desde janeiro de 2006, desde que assumi as funções de Especialista em Regulação de Serviços de Transporte Aquaviário - ERSTA, quando da realização do primeiro concurso público daquele órgão, sem que exista até o momento qualquer registro de conduta que desabone meu nome.

Sob o ponto de vista da experiência profissional, é oportuno esclarecer que desde minha assunção à Agência, exerci atividades nas áreas de fiscalização portuária, assessoria técnica junto à Superintendência de Portos, assessoria técnica junto à Diretoria de Regulação, bem assim como Superintendente de Fiscalização Substituto, Superintendente de Portos, Diretor Interino e Diretor Geral. Mais recentemente, a partir de maio de 2016, passei a exercer o cargo de Superintendente de Outorgas da Agência.

Quanto à minha formação, sou graduado em engenharia operacional elétrica e em direito, tendo concluído cursos de especialização em administração de empresas (bacharelado), direito processual e do trabalho (especialização) e regulação de serviços públicos (MBA), currículo que a meu juízo se amolda às necessidades



78 Quarta-feira 15

institucionais da Agência e que me habilita ao exercício da atividade questão, sendo certo que já exerci referida atividade anteriormente, eis que se trata da hipótese de recondução.

Brasília, 24 de maio de 2016.

MÁRIO POVÍA

RG 15.589.015 SSP/SP

CPF 052.473.918/88

Declaro nos termos do art. 383, I, alínea "b", item 1, do Regimento Interno do Senado Federal, de que trata a Resolução nº 41, de 2013, que não possuo parentes que exerçam ou exerceram atividades, de natureza pública ou privada, vinculadas ao setor aquaviário nacional, mormente ligadas à área de competência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Brasília, 24 de maio de 2016.

MÁRIO POVIA É RG 15.589.015 SSP/SP

CPF 052.473.918/88

Declaro nos termos do art. 383, I, alínea "b", item 2, do Regimento Interno do Senado Federal, de que trata a Resolução nº 41, de 2013, que participei como sócio do escritório de advocacia BNLP - Bonetti, Lippo, Maciel e Povia Advogados Associados, com sede no município de Osasco/SP, desde o ano de 2003, tendo-me desligado da referida sociedade em 2006, ao assumir minhas funções na qualidade de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ERSTA, por meio de concurso público, junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Brasília, 24 de maio de 2016.

MÁRIO POVIA

RG 15.589.015 SSP/SP CPF 052.473.918/88

Declaro nos termos do art. 383, I, alínea "b", item 4, do Regimento Interno do Senado Federal, de que trata a Resolução nº 41, de 2013, que não figuro na qualidade de autor ou réu de qualquer ação judicial em trâmite no âmbito do Poder Judiciário Federal.

Brasília, 24 de maio de 2016.

MÁRIO POVIA

RG 15.589.015 SSP/SP CPF 052.473.918/88

Declaro nos termos do art. 383, I, alínea "b", item 5, do Regimento Interno do Senado Federal, de que trata a Resolução nº 41, de 2013, que não atuei ao longo dos últimos cinco anos em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção em agências reguladoras, senão o de Diretor Interino e Diretor-Geral junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, função essa que venho ocupando desde dezembro de 2012 até a presente data.

Brasília, 24 de maio de 2016.

MÁRIO POVIA RG 15.589.015 SSP/SP

CPF 052.473.918/88





DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº

: 174-00.624.319/2016

NOME

: MARIO POVIA

ENDEREÇO

: SGAN 914 CJ H BL C AP 211 AP 211

CIDADE

: ASA NORTE

CPF

CNPJ CF/DF : 052.473.918-88

FINALIDADE

: JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 22 de Agosto de 2016.

Brasília, 24 de Maio de 2016.

Certidão emitida via internet às 14:35:49 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARIO POVIA CPF: 052.473.918-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.receita.fazenda.gov.br ou http://www.pgfn.fazenda.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 13:43:37 do dia 19/05/2016 <hora e data de Brasília>. Válida até 15/11/2016.

Código de controle da certidão: **0214.8ED1.02B0.1EBB** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Tribunal Superior Eleitoral - Certidão de Quitação - Emissão

Página 1 de 1



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: MARIO POVIA

Inscrição: **138174960124** Zona: 5 Seção: 77

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 22/04/1963 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: IZOLETE LAZARIN POVIA

CEZAR POVIA

Certidão emitida às 14:44 de 24/05/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por Incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta <u>certidão de quitação eleitoral</u> é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br, por meio do código **WDNX.Z2VO.ØJO/.Q6EO**

^{*} O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 174-00.623.852/2016

NOME MARIO POVIA

ENDERECO SGAN 914 CJ H BL C AP 211 AP 211

CIDADE **ASA NORTE CPF** 052.473.918-88

CNPJ CF/DF

FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 22 de Agosto de 2016.

Brasilia, 24 de Maio de 2016.

Certidão emitida via internet às 13:54:41 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

Projetos de Lei do Senado



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2016

Regulamenta o serviço de Call Center e estabelece penalidades nos casos que menciona.

AUTORIA: Senador Davi Alcolumbre

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº, DE 2016

Regulamenta o serviço de Call Center e estabelece penalidades nos casos que menciona.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A presente Lei regulamenta o serviço de Call Center e estabelece penalidades no caso de seu descumprimento, visando o aprimoramento da relação das empresas prestadoras de produtos e serviços e o cliente/consumidor, a melhoria dos serviços prestados e a garantia de atendimento célere, eficiente, cordial e desburocratizado.

Art. 2º Entende-se como Call Center o serviço de atendimento telefônico das empresas prestadoras de produtos e serviços de interesse coletivo regulados, em qualquer modalidade, que tenham como finalidade resolver as demandas dos clientes/consumidores sobre informações, reclamações, suspensão ou cancelamento de contratos e serviços, esclarecimentos ou dúvidas advindas ou decorrentes desses produtos e serviços.

Parágrafo único. Para o exercício da função de atendente de Call Center é condição que se impõe à empresa ministrar, se necessário, treinamento adequado para o atendimento ao cliente/consumidor, com domínio e fluência na língua portuguesa, de forma educada e com conhecimento sobre os procedimentos a serem empreendidos para a correta resolução das demandas.

- Art. 3º São direitos do cliente/consumidor, no que tange a presente Lei, a serem observados obrigatoriamente pelas empresas prestadoras de produtos e serviços de interesse coletivo:
 - I visualização clara e diferenciada, na fatura, boleto ou qualquer outro documento disponibilizado ao cliente/consumidor, do número da Central de Atendimento (Call Center) e do respectivo sítio na internet:
 - II ligação gratuita durante vinte e quatro horas por dia durante os sete dias da semana:

- III pronto atendimento pessoal com o atendente capacitado e habilitado tecnicamente, após a escolha eletrônica prévia da opção desejada, devendo tal opção constar do menu inicial obrigatoriamente;
- IV ser atendido com cortesia, celeridade e objetividade, certificando-se com o cliente/consumidor haver entendido, sem dubiedade, à pretensão deste;
- V fornecimento, imediatamente ao recebimento da ligação para atendimento, do número protocolar, facultado ao cliente/consumidor solicitar seu envio por correspondência, sms, email ou aplicativo específico de mensagens para smartphones, onde deverá constar, ainda, a data do atendimento, a hora inicial e de término do atendimento, nome do atendente e o objeto da demanda;
- VI em caso de queda da ligação, não importando a razão, deverá o atendente retornar, de imediato, para o número originário do cliente/consumidor para concluir o atendimento, preservando o número protocolar inicialmente fornecido;
- VII a ligação somente poderá ser finalizada pelo cliente/consumidor após a conclusão do atendimento e informado o prazo para a respectiva resolução e a forma como será avisado;
- VIII número específico e preferencial para pessoas com deficiência auditiva ou de fala, podendo ser complementado com outros meios de comunicação, que deverão constar de forma clara em todos os documentos e materiais impressos entregues ao cliente/consumidor quando da contratação do produto ou serviço;
- IX de ter seu problema resolvido em período não superior a 48 horas, a contar da data e horário do registro, com resposta objetiva contendo todas as informações objeto da demanda, em linguagem clara e sucinta;
- X requerer o registro eletrônico e/ou gravação correspondente a todo o atendimento, a ser enviado por meio eletrônico ou correspondência, em prazo máximo de três dias úteis, registrando a data, a hora e o tempo de atendimento, bem como do acolhimento da demanda ou solução dada pelo atendente;

- XI disponibilização de acesso, via internet, para o acompanhamento da demanda por meio eletrônico e/ou cadastramento em Sistema Push para o recebimento, por e-mail ou aplicativo específico de mensagens para smartphones, de informações sobre o andamento e resolução da demanda;
- XII devolução de indébito em dobro, independentemente de provocação da Justiça, mediante simples solicitação do cliente/consumidor, a ser abatida do valor mensal pactuado entre as Partes ou mediante depósito em conta corrente ou poupança;
- XIII o processamento de solicitação de suspensão ou cancelamento de serviço feito pelo cliente/consumidor deverá ser apresentado no primeiro menu eletrônico, de cumprimento imediato, independentemente de procedimentos técnicos;
- XIV acessar o *ombudsman* ou ouvidor, se tais funções e setores integrarem a empresa prestadora de produtos e serviços, facultada a disponibilização de e-mail institucional dos mesmos, facilmente identificável no sítio na internet.
- § 1º O sistema informatizado utilizado pela empresa prestadora de produtos e serviços deverá garantir que todos os atendentes tenham acesso aos dados do cliente/consumidor acionado pela opcão do menu inicial.
- § 2º A empresa prestadora de produtos e serviços é obrigada a manter registro:
- a) das gravações de atendimento, pelo prazo mínimo de cento e oitenta dias;
- b) eletrônico do atendimento, pelo prazo mínimo de dois anos.
- § 3º A qualquer tempo, observados os prazos das alíneas do § 2º, poderá o cliente/consumidor requerer o conteúdo correspondente a sua respectiva demanda.
- § 4º O pedido de suspensão e cancelamento será permitido e assegurado ao cliente/consumidor por todos os meios disponíveis para a contratação de produtos ou serviços.

- § 5º A solicitação de cancelamento deverá ser imediatamente processada, dando-se ciência ao cliente/consumidor de sua consumação, bem como de quantos dias remanescentes de serviço serão cobrados pela prestadora de serviços na última fatura ou boleto a ser emitido.
- § 6º A inadimplência contratual do cliente/consumidor não constituirá empecilho para a solicitação de cancelamento do serviço prestado, facultado ao credor tão somente promover a execução do devedor.
- Art. 4º São práticas vedadas à empresa prestadora de produtos e serviços de interesse coletivo:
 - I a cobrança do cliente/consumidor, a qualquer título, pelo serviço disponibilizado pelo Call Center;
 - II colocar o cliente/consumidor em espera por tempo superior a dois minutos:
 - III transferência para outro atendente, salvo se justificado por erro do cliente/consumidor no momento da seleção da opção no menu inicial:
 - IV condicionar o atendimento ao prévio fornecimento de dados pelo cliente/consumidor, salvo o nome, a cidade onde é prestado o serviço e o código de identificação contratual constante da fatura ou boleto;
 - V divulgar, ceder, vender ou compartilhar com terceiros dados pessoais do cliente/consumidor firmados no contrato de prestação de serviços;
 - VI veicular qualquer mensagem, propaganda ou publicidade promocional da empresa ou de terceiros durante o tempo de espera para o atendimento;
 - VII deixar de prestar as informações solicitadas ou deixar de dar a devida solução à reclamação, suspensão ou cancelamento de contrato e serviço, esclarecimentos ou dúvidas advindas ou decorrentes dos produtos e serviços prestados pela empresa, grupo ou corporação, decorrido o prazo estabelecido no inciso IX do art. 3º desta Lei.

- Art. 5º As infrações decorrentes da inobservância dos dispositivos constantes da presente lei, ressalvadas as previstas expressamente em normas especiais, são as aqui configuradas.
- Art. 6º Sem prejuízo das demais sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com a pena de multa consistente no pagamento das seguintes quantias:
 - I nas infrações aos incisos I até VIII, XI, XIV e § 1º do art. 3º, I, II, IV e VI do art. 4º, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por infração;
 - II nas infrações aos incisos IX, X, XII, XIII, §§ 2º até 6º do art. 3º, I, V e VII do art. 4º, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por infração;
 - III nas infrações decorrentes de reincidência continuada, a partir de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por infração.
- § 1º As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro no caso de reincidência.
- § 2º Sem prejuízo no disposto nos incisos do *caput*, a autoridade competente levará em consideração a capacidade econômica do infrator.
- § 3º A reincidência continuada na mesma infração ensejará a aplicação da pena de multa conforme disposto no inciso III deste artigo, bem como de representação processual criminal por atentar contra a economia popular, conforme disposto na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951.
- Art. 7º Quando da aplicação da pena de multa, o infrator será notificado para pagá-la no prazo máximo de trinta dias, contados da data da notificação, recolhendo-a à conta do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e/ou Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de que trata a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, conforme a jurisdição administrativa em que ocorra, para destinação exclusiva para o provimento e manutenção de creches, conforme regulamento.

Parágrafo único. Se o infrator deixar de recolher a multa no prazo fixado pelo *caput*, terá sua inscrição em dívida ativa para a cobrança judicial, na forma da legislação pertinente.

Art. 8º Incumbe ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) apurar as denúncias dos clientes/consumidores e, no âmbito de sua jurisdição, exercer as atribuições estabelecidas pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, pela presente Lei e demais norma específicas legais.

Junho de 2016

- § 1º Cabe ao Ministério Público, além da competência de fiscalização, a aplicação da lei e a instauração inquéritos, bem como, quando necessário, da proposição de ações coletivas.
- § 2º Cabe à Defensoria Pública, além da proposição de ações, a defesa dos interesses dos clientes/consumidores.
- Art. 9º A empresa prestadora de produtos e serviços que tenha implantado o Callback em sua Unidade de Resposta Audível, deverá, obrigatoriamente, observar:
 - I o registro do telefone de origem das ligações recebidas;
 - II gerenciamento das ligações, informando ao cliente/consumidor sua posição e tempo estimado de retorno para o seu atendimento, disponibilizado a partir da sua opção no menu inicial;
 - III o fornecimento de número protocolar a ser utilizado pelo cliente/consumidor, se necessário, em futuros contatos.

Parágrafo único. Aplicam-se às empresas prestadoras de produtos e serviços que disponibilizam o Chat automatizado o mesmo regramento disposto na presente Lei.

- Art. 10. Equiparam-se ao Call Center, para todos os efeitos legais, Web Call Centers, Centrais de Atendimento, os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC), Ouvidorias, Ombudsman e outras similares que fazem uso, entre outros, de Unidade de Resposta Audível (URA), Callback, Distribuidor Automático de Chamadas (DAC), Interactive Voice Response (IVR), Computer Telephony Integration (CTI), Best Time to Call (BTC), After Call Work (ACW), Posição de Atendimento (PA), e similares.
 - Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SF/16557.64340-79

JUSTIFICAÇÃO

As Centrais de Atendimento, ou Call Centers, como ficaram amplamente conhecidas, sem constituir um neologismo puro, mas revestindo-se em mais um estrangeirismo adotado em nosso país, são estruturas físicas com a função de receber ligações telefônicas visando o atendimento de usuários (clientes/consumidores) para informações, reclamações, sugestões e resoluções de problemas gerados a partir da contratação de produtos e/ou serviços de empresas. São, em última análise, instrumentos de interação e relacionamento das empresas com seus clientes/consumidores.

Sua origem deve-se ao dinamarquês Agner Krarup Erlang, que criou a fórmula Erlang, utilizada para medir o tráfego telefônico e, assim, permitir o dimensionamento de sistemas de telefonia, calculando as frações das ligações feitas pelas localidades em relação as ligações que acusam estarem ocupadas. Em outras palavras, permite seja tomado o controle dos problemas visando, entre outros, reduzir o tempo de espera, a ociosidade dos atendentes/operadores e o nível de serviço, entre outros.

Por mais que os sistemas tenham evoluído graças às novas tecnologias, permanece a preocupação quanto ao funcionamento dos sistemas de telefonia e a avaliação quanto a sua eficiência e qualidade.

Em que pese esses avanços, em 2015 foram registrados 4,09 milhões de reclamações somente pelos consumidores de serviços de telecomunicações, conforme registra a Agência Nacional de Telecomunicações. Esse volume de reclamações é 43,5% superior ao aferido em 2014 (2,85 milhões) e 32% superior ao do ano de 2013 (3,10 milhões). Segundo a Agência, dois fatores contribuíram para esse aumento: a ampliação da capacidade dos canais que a Agência disponibiliza aos consumidores de telecomunicação (estabilização do funcionamento do call center, aprimoramento do Fale Conosco e o lançamento do aplicativo Anatel Consumidor) e o próprio aumento da demanda por reclamações.

Independentemente das justificativas e razões que possam ser alegadas, o fato é que as reclamações crescem vertiginosamente ano após ano. O cliente/consumidor encontra-se desamparado, à mercê de serviços ruins e, não raras vezes, sem o serviço para o qual chega religiosamente a fatura para pagamento. Dessas 4,09 milhões de reclamações registradas pela Anatel em 2015, por certo (já que não foram apresentadas estatísticas) muitas são de reclamações reincidentes (algumas inúmeras e incansáveis vezes), por uma falta de regulamentação legal, ainda que as "agências" tenham competência para regulamentar e fiscalizar tais serviços.

É oportuno ressaltar que o instituto das agências reguladoras é uma cópia do "modelo" importado da experiência já vivida no EUA e outros países, malsucedidas, criadas, a princípio, para solucionar conflitos de interesse no âmbito de suas atribuições.

A par das controvérsias existentes quanto à legitimidade das agências diante do princípio da tripartição dos poderes e, ainda, em face dos já apontados vícios de constitucionalidade das delegações feitas pelo Congresso, segundo diversos autores, justamente pela falta de previsão constitucional e legislação infraconstitucional comum a todas as "agências" para cumprimento de procedimentos de atendimento ao cliente/consumidor, impõe-se sua normatização.

Registre-se, ainda, que as agências gozam não apenas de competências de cunho normativo, mas também são titulares de outras funções tipicamente administrativas, de cunho autorizativo, caracterizado, por exemplo, pela fiscalização exercitada sobre entidades privadas quanto ao cumprimento e respeito a determinações legais e regulamentares, mas que, notadamente, não têm se mostrado satisfatórias.

Com o avanço das tecnologias muita coisa melhorou no setor de atendimento telefônico, sobretudo com empresas mais zelosas na busca de maneiras de fidelizar o cliente. Uma dessas maneiras é oferecer um atendimento diferenciado, do início ao fim, e mesmo depois do pacto contratual de serviços, e disponibilizar ao cliente/consumidor canais de atendimento para esses, de forma a avaliar no todo a qualidade ou não dos serviços prestados.

Nessa esteira de avanços, muitas empresas estão implantando o Callback, isto é, alternativa por meio da qual o cliente pode solicitar uma chamada ao invés de ficar aguardando na fila de "ligações" para ser atendido. Trata-se de iniciativa saudável e bem-vinda que, esperamos, possa prosperar consideravelmente.

Outro bom exemplo, pode ser espelhado no serviço de Call Center que agregue Ouvidoria, isto é, uma maneira mais eficiente de evitar clientes insatisfeitos e, por conseguinte, oportunidade de corrigir rumos, conciliar problemas e até aumentar as receitas da empresa buscando a satisfação dos seus clientes/consumidores. Desdenhar ou ignorar tal realidade certamente influenciará negativamente no resultado da empresa.

Os serviços de Call Center têm gerado empregos diretos, indiscutivelmente, a demonstrar que as empresas prestadoras de produtos e serviços procuram o dimensionamento de seus sistemas. Todavia, há a necessidade de, previamente, avaliar a formação e qualificação de seus operadores e atendentes, de forma a permitir que os resultados de satisfação ou insatisfação não distorçam as informações buscadas, isto é, dos produtos e serviços, por desqualificação do atendimento. Ademais, ainda que possam haver regulamentos das próprias "agências" com penalidades administrativas, há uma exagerada tolerância e indulgências para com as empresas infratoras.

O grau de satisfação ou insatisfação do cliente/consumidor ao buscar o Call Center é condição imprescindível para avaliação do desempenho e qualidade dos serviços oferecidos por uma empresa de prestação de produtos e serviços. Se o número de acesso cresce exponencialmente, significa que os serviços prestados são insatisfatórios, mostrando-se necessário um novo planejamento ou redimensionamento dos produtos e serviços ofertados, bem como da qualidade dos atendentes, mas, sobretudo, há que ser estabelecido por legislação infraconstitucional, como aqui fazemos, penalidades claras, de cunho pecuniário e, também, a possibilidade de responsabilização por crime contra economia popular, conforme disposto na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951.

O Ministério Público é um órgão independente e não pertence a nenhum dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Possui autonomia na estrutura do Estado e não pode ser extinto ou ter as atribuições repassadas a outra instituição. O papel do órgão é fiscalizar o cumprimento das leis que defendem o patrimônio nacional e <u>os interesses sociais e individuais</u>, fazer controle externo da atividade policial, <u>promover ação penal pública e expedir recomendação sugerindo melhoria de serviços públicos</u>. Daí porque da remissão à Lei nº 1.521/1951, para que seja a presente proposição, quando convertida em Lei, uma possibilidade real de, inicialmente, inibir as reincidências continuadas e, finalmente, frustrada a intenção inicial, de responsabilização dos contumazes infratores.

Pretende-se, assim, estabelecer um regramento aprimorado a ser observado pelas empresas de produtos e prestadoras de serviços, consoante prescreve a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, de observância dos direitos do consumidor e, concomitantemente, de penalização das práticas abusivas ou ilegais perpetradas por essas empresas.

Por tais razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para o aprimoramento da presente matéria e, por conseguinte, sua aprovação.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2016.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE** DEMOCRATAS/AP

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei Complementar nº 62, de 28 de Dezembro de 1989 - 62/89 Lei nº 1.521, de 26 de Dezembro de 1951 - LEI DE ECONOMIA POPULAR - 1521/51 Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - CODIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC - 8078/90



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2016

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tratar da obrigatoriedade de rastreamento dos veículos removidos.

AUTORIA: Senador José Medeiros

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que *institui o Código de Trânsito Brasileiro*, para tratar da obrigatoriedade de rastreamento dos veículos removidos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 271 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a inclusão dos parágrafos 14 e 15:

"Art. 271.	 	 	

- § 14. A autoridade de trânsito disponibilizará à consulta do proprietário, em local da internet de fácil acesso, até 2 (duas) horas após a remoção, o paradeiro do veículo, independentemente da efetivação das notificações previstas nos §§ 5°, 6° e 8° deste artigo, conforme regulamentação do CONTRAN.
- § 15. O descumprimento do prazo previsto no parágrafo anterior resultará em desconto de dez por cento sobre os valores devidos em decorrência da prestação do serviço de remoção." (NR)
- **Art. 2º** Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias, a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A remoção lícita de veículos realizada pelo Poder Público ou por particulares contratados, nos termos previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) pode ser confundida com furto, o que causa angústia e transtornos desnecessários aos condutores, aos proprietários dos veículos removidos e até mesmo aos agentes do Estado.

Assim, o presente projeto de lei pretende obrigar o Estado a empregar meios ágeis para identificar o paradeiro dos veículos apreendidos. Atualmente, a lei obriga que a Administração notifique o proprietário em até 10 dias, caso o condutor ou proprietário não esteja presente no local quando da remoção do veículo. Entretanto, entendemos que apenas a notificação é anacrônica, à luz das novas tecnologias disponíveis atualmente.

Modernamente, é inaceitável que a autoridade de trânsito não disponibilize aos proprietários, através da internet, informações céleres sobre o paradeiro dos veículos removidos. Em uma época em que é possível até mesmo rastrear, em cada elo da cadeia logística, o paradeiro de uma encomenda comprada pela internet, não é possível tolerar que a mesma tecnologia não esteja à disposição da Sociedade para ser utilizada na identificação do paradeiro dos veículos recolhidos nos termos que ora propomos.

A obrigatoriedade trazida pelo presente PLS, além de mitigar a preocupação dos proprietários de veículos apreendidos, também contribuirá para inibir a ocorrência de fraudes e desvios na execução de serviços de recolhimento, depósito e guarda de veículos, com vista à melhoria da eficiência dos serviços públicos, dever do Estado.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio das Senadoras e dos Senadores na rápida tramitação e aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS

LEGISLAÇÃO CITADA



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 2016

Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, para incluir a coleta de dados específicos de violência contra a mulher entre as finalidades do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.

AUTORIA: Senadora Simone Tebet

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, para incluir a coleta de dados específicos de violência contra a mulher entre as finalidades do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. I
II – sistema prisional e execução penal;
 III – enfrentamento do tráfico de crack e de outras drogas ilícitas; e
IV - enfrentamento à violência contra a mulher." (NR)
Art. 2º O inciso III do art. 2º da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º
III - promover a integração das redes e sistemas de dados e informações de segurança pública, criminais, do sistema prisional sobre drogas e de enfrentamento à violência contra a mulher; e
" (NR)

Art. 3º O art. 6º da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Junho de 2016

	AI t.	υ.	•••••				
			condenações, os de prisão;				
	droga	as	pressão à prod ilícitas e a crim e				
Ι	X - v	iol	ência contra a n	nulher.			
					 	" (NI	R)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A política de combate à violência contra a mulher no Brasil atualmente dispõe de um conjunto de informações díspares que dificilmente podem orientar um diagnóstico preciso do quadro de violência doméstica e familiar, condição necessária para a produção de políticas públicas adequadas e eficientes.

A carência desses dados já fora detectada desde a Plataforma de Ação de Pequim, resultado dos trabalhos realizados durante a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995, com a seguinte conclusão: "a ausência de dados estatísticos adequados, discriminados por sexo, sobre o alcance da violência dificulta a elaboração de programas e o acompanhamento das mudanças ocorridas".

Há quase dez anos, inclusive, a própria Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), determinou a obrigatoriedade de inclusão, nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança, de estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, para subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Para a coleta desses dados, essa Lei determinou às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal remeter suas informações criminais para o Ministério da Justiça. Esse relevante mecanismo, entretanto, ainda não está disponível.

Por outro lado, foi criado o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP), por meio da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, com o objetivo de reunir as informações de segurança pública e justiça criminal produzidas pelos Estados. Em seu art. 1º, a lei determina que o SINESP terá a finalidade de armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança pública; sistema prisional e execução penal; e enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas. Nenhuma palavra, portanto, relativa ao enfrentamento à violência contra a mulher.

É justamente para tentar corrigir essa omissão que apresento este projeto de lei à apreciação dos meus Pares. Sem o recorte específico na legislação para a violência doméstica e familiar, atos de agressão praticados contra a mulher nesse contexto não serão assim considerados, mas agregados simplesmente às estatísticas dos crimes em geral, dificultando a formulação de políticas públicas adequadas ao seu combate.

Além disso, essas informações serão de fundamental importância para o Observatório da Mulher contra a Violência, criado no âmbito do Senado Federal, com o objetivo de unificar o banco de dados sobre a violência de gênero no Brasil.

O Observatório da Mulher Contra a Violência, em fase de implantação, vai organizar as informações públicas existentes, que hoje se encontram esparsas em órgãos públicos estaduais, municipais e federais do Poder Judiciário e do Poder Executivo. Esses levantamentos serão transformados em dados nacionais para apoiar o trabalho do Legislativo e dos governos Federal e estaduais. Funcionarão como ferramenta importante na construção de políticas públicas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

O objetivo desta proposição legislativa é que o SINESP passe a coletar dados de segurança pública com o recorte e a catalogação específica de violência contra a mulher, para que o País possa avançar de maneira consistente no enfrentamento a esta terrível chaga.

Sala das Sessões,

Senadora SIMONE TEBET

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - LEI MARIA DA PENHA - 11340/06 Lei nº 12.681, de 4 de Julho de 2012 - 12681/12 artigo 1º inciso III do artigo 2º artigo 6º 106 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2016 (Complementar)

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.

AUTORIA: Senador Gladson Cameli

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016 - Complementar

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.

SF/16137.36523-72

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 53-A O custo efetivo total de empréstimo concedido na modalidade de cartão de crédito não poderá exceder em duas vezes a taxa Selic."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira tem demonstrado elevada preocupação com as taxas de juros cobradas pelas operadoras de cartões de crédito. A nosso ver, os juros abusivos exigem esforços regulatórios para convergência dos juros domésticos aos níveis praticados internacionalmente.

A despeito de alguns esforços que foram feitos, consideramos as taxas de juros ainda exorbitantes, especialmente as cobradas em empréstimos na modalidade do rotativo do cartão de crédito.

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, no cartão de crédito, as taxas atingem a percentuais próximos de 400% ao ano

para as concessões a pessoas físicas, e a 250% para empresas. O limite proposto é móvel e bastante amplo em termos internacionais.

A contenção das taxas de juros terá efeito positivo para recuperar a capacidade de consumo real da população, com efeito positivo sobre o investimento. Este projeto de lei, longe de afrontar a economia de mercado, procura exatamente restabelecer as condições de juros que vigeriam no mercado de cartões de crédito, caso esse estivesse operando em condições de efetiva competição.

Tendo em vista o exposto, conto com o apoio de meus ilustres pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador GLADSON CAMELI

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964 - LEI DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - 4595/64



SENADO FEDERAL

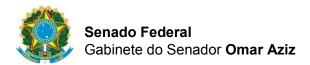
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2016

Institui o art. 302-A na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar o crime de homicídio doloso na direção de veículo automotor e considerar doloso o homicídio cometido sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou durante participação, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor.

AUTORIA: Senador Omar Aziz

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa





PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Institui o art. 302-A na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar o crime de homicídio doloso na direção de veículo automotor e considerar doloso o homicídio cometido sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou durante participação, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a viger acrescida do seguinte art. 302-A:

"Art. 302-A. Praticar homicídio doloso na direção de veículo automotor:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos, além da suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. Considera-se doloso o homicídio praticado na direção de veículo automotor quando o agente apresentar capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou estiver participando, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente."

Art. 2º Fica revogado o § 2° do art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) aplica penas brandas para o homicídio cometido na direção de veículo automotor. Isso porque, sem nenhuma dúvida, evidencia-se a modalidade culposa do tipo e leva-se em conta o risco inerente à condução de um veículo dessa natureza.

Contudo, o agente que comete o homicídio ao volante sob a influência de álcool ou outra droga, ou ainda quando disputa "pega" ou "racha", não deve, sob nosso ponto de vista, ter o beneficio da aplicação do homicídio culposo do CTB.

Ora, no caso do "pega" ou do "racha", o agente faz uso indevido do veículo automotor, circunstância que deve afastar a incidência da modalidade culposa. Do mesmo modo, o condutor que ingeriu álcool ou fez uso de substância psicoativa sabe que não pode dirigir, o que é também suficiente para afastar a incidência do tipo culposo.

A nosso sentir, o homicídio cometido nessas circunstâncias, pelo seu desvalor, ou seja, pela sua reprovabilidade social, deve ser punido com a mesma pena do crime de homicídio simples, tipificado no art. 121 do Código Penal (CP), cujas penas variam de seis a vinte anos de reclusão.

Isso porque, no que tange ao elemento subjetivo do tipo, parecenos evidente que o condutor, nessas condições, assume o risco de produzir o resultado, configurando-se, na espécie, o dolo eventual, nos termos do art. 18, inciso I, parte final, do CP.

Confiante de que este projeto contribui para o aprimoramento da legislação penal e para a realização de justiça, conto com os votos dos ilustres Parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador OMAR AZIZ

LEGISLAÇÃO CITADA

112 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2016 (Complementar)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei.

AUTORIA: Senador Omar Aziz

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



SENADO FEDERALGabinete do Senador OMAR AZIZ

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016 - COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Dê-se ao § 3º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a seguinte redação:

"Art.	25 .	 	 	 	

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde, assistência social e segurança pública" (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É sabido que estados e municípios vêm sofrendo com a suspensão de transferências voluntárias.

A suspensão ocorre quando um ente da Federação está inadimplente com alguma obrigação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, a apresentação, a cada bimestre, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (art. 52, § 2°, da LRF).

A inadimplência em relação a tais obrigações faz com que o ente seja incluído no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC). Uma vez nesse cadastro, fica vedado o repasse de transferências voluntárias aos integrantes da Federação.

Sucede que dados da Confederação Nacional dos Municípios apontam que 96,4% dos municípios estão com alguma pendência na gestão fiscal.

Naturalmente, a boa gestão de recursos públicos é fundamento do Estado Democrático de Direito e é peça essencial para um desenvolvimento equilibrado e eficiente. No entanto, algumas ações públicas não podem ficar paralisadas em razão desse quadro extremamente preocupante.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, sabiamente, excetuou das sanções de suspensão de transferências voluntárias as ações relativas a educação, saúde e assistência social.

Cremos que este é o momento para acrescentarmos nesse rol as atividades atinentes à segurança pública. O ritmo crescente da violência no País e a grande insatisfação popular frente à atuação do Poder Público no setor justificam a medida tencionada neste Projeto de Lei.

Portanto, pela relevância da proposta, creio que contarei com o apoio de meus pares.

Sala das Sessões,

Senador OMAR AZIZ

LEGISLAÇÃO CITADA

Requerimentos



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 433, DE 2016

Requer, nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de MÁRCIO ANTONIO DE OLIVEIRA, ocorrida na manhã de 13 de junho.

AUTORIA: Senador Paulo Paim

DESPACHO: Encaminhe-se



REQUERIMENTO Nº, **DE 2016**

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO voto de pesar pelo falecimento de MÁRCIO ANTONIO DE OLIVEIRA, ocorrida na manhã de ontem (13 de junho).

Márcio era professor aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atualmente compunha a diretoria da ApesJF Seção Sindical e fazia parte da diretoria eleita para estar à frente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior durante o próximo biênio (2016/2018).

Foi presidente do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior entre 1992/1994 e secretário-geral de 1986/1988; 2010/2012 e 2012/2014.

Perdemos um lutador, um mestre, um defensor da educação pública e dos direitos dos trabalhadores, um construtor do ANDES-Sindicato Nacional e um exemplo para todos nós.

Marcio estará sempre presente em nossas lutas e em nossos corações.

Gostaria que o presente voto fosse enviado para a sede nacional do Sindicato, extensivo aos familiares, no endereço a seguir:

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - Sede Nacional - Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5 ° andar, Bloco "C" - CEP: 70302-914 Brasília-DF.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

118 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 434, DE 2016

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Educação, informações acerca da atenção dada às pessoas com deficiência no âmbito dos Institutos Federais de Educação.

AUTORIA: Senador Romário

DESPACHO: À Comissão Diretora



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PSB-RJ)

REQUERIMENTO Nº

, DE 2016

Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Educação, Sr. José Mendonça Bezerra Filho, as seguintes informações:

- 1. Qual o percentual de matrícula de pessoas com deficiência nos Institutos Federais?
- 2. Qual ou quais as propostas que os Institutos Federais de Educação desenvolvem para as pessoas com deficiência sem escolaridade?
- 3. Como é realizado o processo de formação e qualificação por competência para as pessoas com deficiência? (levando em consideração o aspecto laboral)
- 4. Qual a proporção de pessoas com deficiência que são qualificadas pelos Institutos Federais e que estão empregadas?

JUSTIFICAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são considerados importantes estruturas para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas educacionais, científicas e tecnológicas. Os Institutos visam prestar um serviço à nação, ao qualificarem profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizarem pesquisas e desenvolverem novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.

Nesse contexto, a inserção de pessoas com deficiência nos programas oferecidos por esses Institutos se demonstra fundamental no auxílio ao pleno exercício da cidadania por esses indivíduos.

Entretanto, é questionável se ocorre uma ampla e efetiva participação desses cidadãos nos programas oferecidos pelos Institutos Federais. A inserção de pessoas com deficiência em atividades semelhantes, promovidas pelo Sistema "S" e por ONGs, ocorre aparentemente de forma mais efetiva, em que pese estes não receberem recursos federais para esses fins, diferentemente do que acontece com os Institutos Federais.

Dessa forma, as informações solicitadas, além de servirem para fundamentar nossa atuação parlamentar, trazem transparência à sociedade sobre a situação atual da participação dos Institutos Federais no fomento à profissionalização das pessoas com deficiência.

Em razão da importância do tema, solicito aos membros deste Colegiado a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 435, DE 2016

Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, seja ouvida, também, a Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional

AUTORIA: Senador Cidinho Santos

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



REQUERIMENTO N°, DE 2016

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 208/2012, que altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional – CEDN.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2016.

Senador CIDINHO SANTOS PR - MT 

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 436, DE 2016

Requer, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de tramitação do PLS nº 182, de 2016, de autoria do Senador Romário.

AUTORIA: Senador Romário

DESPACHO: Deferido





Gabinete do Sen. Romário (PSB-RJ)

REQUERIMENTO N°, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de tramitação do PLS nº 182, de 2016, de minha autoria, que "altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 13.146, de 6 de julho de 2015, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estabelecer mecanismos de inclusão das pessoas com deficiência."

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 437, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2006, de minha autoria, que "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar crime hediondo as condutas previstas nos arts. 312, 313-A, 313-B, 315, 317, caput e § 2°, e 333 do Código Penal."

AUTORIA: Senador Cristovam Buarque

DESPACHO: Defira-se



REQUERIMENTO N° DE 2016



Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2006, de minha autoria, que "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar crime hediondo as condutas previstas nos arts. 312, 313-A, 313-B, 315, 317, caput e § 2°, e 333 do Código Penal."

Sala das Sessões, em

CRISTOVAM BUARQUE Senador

REQUERIMENTO Nº 438 DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2008, de minha autoria, que "Cria a Agência Federal para a Coordenação da Segurança Escolar, destinada a apoiar o intercâmbio de experiências, fiscalizar, cobrar e coordenar o trabalho de segurança desenvolvido pelas polícias estaduais e do Distrito Federal e por outros órgãos locais, pelas secretarias de educação, por professores, alunos e servidores, com a finalidade de garantir segurança em torno das escolas e a paz na sala de aula."

Sala das Sessões, em

CRISTOVAM BUARQUE Senador

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

128 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 439, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2008, de minha autoria, que "Cria o décimo-quarto salário dos profissionais da educação da rede pública e dá outras providências."

AUTORIA: Senador Cristovam Buarque

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



REQUERIMENTO Nº DE 2016



Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2008, de minha autoria, que "Cria o décimo-quarto salário dos profissionais da educação da rede pública e dá outras providências."

Sala das Sessões, em

CRISTOVAM BUARQUE Senador 130 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 440, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2010, de minha autoria, que "Institui o "royalty-criança" e cria o Fundo Nacional da Educação Básica - FNEB, e dá outras providências. "

AUTORIA: Senador Cristovam Buarque

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



REQUERIMENTO N° DE 2016



Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2010, de minha autoria, que "Institui o "royalty-criança" e cria o Fundo Nacional da Educação Básica - FNEB, e dá outras providências. "

Sala das Sessões, em

CRISTOVAM BUARQUE Senador 132 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 441, DE 2016

Requer, com fundamento no art. 258, RISF, a tramitação conjunta dos seguintes projetos: PLS 24/2015; PLS 324/2015; PLS 753/2015; PLS 51/2015 e PLS 58/2016, por tratarem da mesma matéria.

AUTORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



REQUERIMENTO Nº, DE 2016

Requeiro, com fundamento no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos seguintes projetos, <u>por tratarem da mesma matéria</u>:

- Projeto de Lei do Senado PLS nº 24, de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reuso de águas residuais em edificações executadas com recursos da União, de autoria do Senador Wilder Morais;
- Projeto de Lei do Senado PLS nº 324, de 2015, que Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências, de autoria do Senador Donizeti Nogueira;
- Projeto de Lei do Senado PLS nº 753, de 2015, que torna obrigatória a implantação de sistemas de reuso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, construídas com recursos da União; e exige a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reuso, de autoria da Senadora Lídice da Mata;
- Projeto de Lei do Senado PLS nº 51, de 2015, que institui normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima;
- Projeto de Lei do Senado PLS nº 58, de 2016, que também disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas, de autoria do Senador Cassio Cunha Lima.

Informo que o PLS nº 51, de 2015, e o PLS nº 58, de 2016, já tramitam em conjunto, nos termos do RQS nº 180, de 2016, aprovado pelo Plenário da Casa em 10 de março de 2016; Informo, ainda, que existe RQS nº 421, de 2016, apresentado pelo Senador Jorge Vianna no dia 8 de junho de 2016, que se encontra para deliberação dessa Mesa, e solicita o apensamento, também, do PLS nº 24, de 2015 e PLS nº 753, de 2015.

Sala das Sessões,

Senador Aloysio Nunes Ferreira

134 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 442, DE 2016

Requer, nos termos do art. 255, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2015, além da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja também ouvida a Comissão de Transparência e Governança Pública.

AUTORIA: Senador Paulo Bauer

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



REQUERIMENTO Nº

, DE 2016

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 255, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) Nº 140, de 2015, além da Comissão de Constituição , Justiça e Cidadania (CCJ), seja também ouvido, na Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG).

Sala das Sessões,

PAULO BAUER

Senador

136 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 443, DE 2016

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao povo norte-americano e à comunidade LGBT, em decorrência do atentado ocorrido na cidade de Orlando, nos Estados Unidos.

AUTORIA: Senadora Marta Suplicy, Senador Randolfe Rodrigues



REQUERIMENTO № DE 2016

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao povo norte-americano e à comunidade LGBT, em decorrência do atentado ocorrido na cidade de Orlando, nos Estados Unidos.

JUSTIFICAÇÃO

Este atentado em Orlando deixa o mundo, além de perplexo, indignado e triste. Indica que o preconceito é tão horrível como o terrorismo. Caminham ambos pela intolerância, radicalismo e podem levar ao crime. Respeito, tolerância ao diferente de mim, são valores que não podemos abrir mão.

Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste voto de solidariedade ao povo norte-americano e à comunidade LGBT.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2016.

Senadora Marta Suplicy (PMDB - SP)

Término de prazos

Encerrou-se no dia 13 de junho o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Substitutivo da Câmara nº 1, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013.

Tendo sido rejeitado o substitutivo pela Comissão competente, o Projeto de Lei original do Senado vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Substitutivo da Câmara nº 25, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2011.

Tendo sido rejeitado o substitutivo pela Comissão competente, o Projeto de Lei original do Senado vai à sanção.

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Mensagem nº 52/2016



Senado Federal 55ª Legislatura

Votação Secreta

2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 52/2016 - Sérgio França Danese (Argentina)
Indicação do Senhor Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Argentina.

Matéria MSF 52/2016

Início Votação 14/06/2016 17:06:34 Término Votação 14/06/2016 17:51:

Sessão 95º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 14/06/2016 14:13:

Partido	UF	Nome Senador	Voto			
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO			
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO			
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO			
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO			
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO			
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO			
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO			
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO			
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO			
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO			
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO	- 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12		
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO	,		
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO			
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO			
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO			
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO			
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO			
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO	-		
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO			
PRB	R.J	Eduardo Lopes	SECRETO			
РТВ	Pì	Elmano Férrer	SECRETO			
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO			
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO			
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO			
PTC	AL	Fernando Collor	SECRETO			
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO			
PMDB	RN_	Garibaldi Alves Filho	SECRETO			
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO			
PT	PR_	Gleisi Hoffmann	SECRETO			
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO_			
_PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO			
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO			
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO	1019		
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO	Y/		
DEM	RN	José Agripino	SECRETO			
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO			
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO			
<u>PT</u>	CE_	José Pimentel	SECRETO			
PMDB	TO	Kátia Abreu	SECRETO			
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO			
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO			

Votação Secreta

Senado Federal 55^a Legislatura 2^a Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 52/2016 - Sérgio França Danese (Argentina)

Indicação do Senhor Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Argentina.

Matéria MSF 52/2016 Início Votação 14/06/2016 17:06:34 Término Votação 14/06/2016 17:51:19 Sessão 95º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 14/06/2016 14:13:44 RJ**SECRETO** PT Lindbergh Farias PSB GO Lúcia Vânia SECRETO ES Magno Malta SECRETO PR **PMDB** SP Marta Suplicy **SECRETO** PSD AM Omar Aziz SECRETO BA Otto Alencar PSD SECRETO PSDB SC Paulo Bauer **SECRETO** PΤ RS Paulo Paim SECRETO PT PA Paulo Rocha **SECRETO PSC** MS Pedro Chaves **SECRETO PMDB** PΒ Raimundo Lira **SECRETO** REDE ΑP Randolfe Rodrigues **SECRETO** PΤ Ρſ Regina Sousa **SECRETO** DF Reguffe SECRETO **PMDB** Renan Calheiros ΑL SECRETO **PSDB** ES Ricardo Ferraço **SECRETO** PΡ Roberto Muniz BA SECRETO **PMDB** PR Roberto Requião **SECRETO PSB** RJ Romário SECRETO DEM GO Ronaldo Caiado **SECRETO PSD** AC Sérgio Petecão **SECRETO** M\$ **PMDB** Simone Tebet **SECRETO** PSDB CE Tasso Jereissati SECRETO PDT RR Telmário Mota **SECRETO PMDB** RO Valdir Raupp SECRETO PCd₀B AM Vanessa Grazziotin **SECRETO** TO Vicentinho Alves PR **SECRETO PMDB** MS Waldemir Moka **SECRETO** PP GO Wilder Morais **SECRETO**

Presidente: Renan Calheiros

SIM:65

PTB

NÃØ;5

MG

ABST.: 1

Zezé Perrella

PRESIDENTE:0

SECRETO

TOTAL:71

Primerro-Secretario

Proposta de Emenda à Constituição nº43/2012

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇAO № 43, DE 2012

Altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o ampara à mulher vítima de violência.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1°. O inciso II do art. 203 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 203	
 II – o amparo às crianças e adolescentes carentes e à vítima de violência; 	mulhe
	NR)

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



PMDB

SC

Dário Berger

Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012 (1º Turno)

Altera a redação do inciso II do artigo 203 da Constituição Federal para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.

Matéria PEC 43/2012 Início Votação 14/06/2016 17:59:04 Término Votação 14/06/2016 18:16:1/ Sessão 95º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 14/06/2016 14:13:44 Partido Orientação **PMDB** PSDB SIM PT SIM PP SIM **PSB** DEM PR PSD SIM PDT PTB PSC **PPS** PRB **PCdoB** REDE PV PTC Governo Partido UF Nome Senador Voto **PDT** RO Acir Gurgacz SIM **PSDB** MG Aécio Neves SIM **PSDB** SP Aloysio Nunes SIM PV PR Álvaro Dias SIM PP RS Ana Amélia SIM PT RR Ângela Portela SIM **PSDB** MG Antonio Anastasia SIM PTB PE Armando Monteiro SIM **PSDB** TO Ataídes Oliveira SIM PP Benedito de Lira ALSIM PR MT Cidinho Santos SIM PP PICiro Nogueira SIM PPS DF Cristovam Buarque SIM **PSDB** SC Dalírio Beber SIM

SIM



Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012 (1º Turno)

Altera a redação do inciso II do artigo 203 da Constituição Federal para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.

Matéria PEC 43/2012			016 17:59:04	Término Votaç	ção1 4/06/20 16 18:16:12
Sessão 95° Sessão Deliber	ativa	Ordinária		Data Sessão	14/06/2016 14:13:44
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM		
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM		
PMDB	AM	Eduardo Braga	SIM		
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM		
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM		
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM		
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM		
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM		
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM		
PP	AC	Gladson Cameli	SIM		
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM		
PT	PE	Humberto Costa	SIM		
PP	RO	Ivo Cassol	SIM		
PSB	AP	João Capiberibe	SIM		
PT	AC	Jorge Viana	SIM		
DEM	RN	José Agripino	SIM		
PSDB	SP	José Aníbal	SIM		
PSD	MT	José Medeiros	SIM		
PT	CE	José Pimentel	SIM		
PMDB	TO	Kátia Abreu	SIM		
PDT	RS	Lasier Martins	SIM		
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM		
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM		
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM		
PR	ES	Magno Malta	SIM)
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM	(
PSD	AM	Omar Aziz	SIM	//~	
PSD	BA	Otto Alencar	SIM		
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM	1	
PT	RS	Paulo Paim	SIM	/	
PT	PA	Paulo Rocha	SIM		
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM		
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM		
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM		
PT	PI	Regina Sousa	SIM		
-	DF	Reguffe	SIM		
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM		
PP	BA	Roberto Muniz	SIM		
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM		
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM		
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM		
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM		

Emissão 14/06/2016 18:23:17



Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2012 (1º Turno)

Altera a redação do inciso II do artigo 203 da Constituição Federal para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.

Matéria	PEC 43/2012	Início Votação 14	/06/2016 17:59:04	Término Vota	ção14/06/2016 18:16:12
Sessão	95° Sessão Deliberativa	Ordinária		Data Sessão	14/06/2016 14:13:44
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM		
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM		
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM		
PP	GO	Wilder Morais	SIM		

Presidente: Renan Calheiros

SIM:62

NÃO:0

ABST.: 0

PRESIDENTE:1

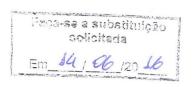
TOTAL:63

Primeiro-Secretario

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Comunicações







Ofício nº 188-L-Democratas/16

Brasília, 08 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado PAULO AZI para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 720, de 30 de março de 2016, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2015, com o objetivo de fomentar as exportações do País", em minha substituição.

Respeitosamente,

Deputado **PAUDERNEY AVELINO**Líder do Democratas





Junho de 2016



Ofício nº 189-L-Democratas/16

Brasília, 08 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional NESTA

Senhor Presidente,

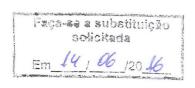
Indico a Vossa Excelência o Deputado **MANDETTA** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 723**, de 29 de abril de 2016, que "Prorroga o prazo de dispensa de que trata o caput do art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013", em minha substituição.

Respeitosamente,

Deputado **PAUDERNEY AVELINO**Líder do Democratas

Edimur Luiz da Siltia Fülm Coordenader CORDINCNISLEM







Ofício nº 190-L-Democratas/16

Brasília, 08 de junho de 2016.

Klimar Luke do Silon Filia CORDINGNIST.CM

Excelentíssimo Senhor Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Congresso Nacional **NESTA**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado ONYX LORENZONI para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 724, de 4 de maio de 2016, que " Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental", em minha substituição.

Respeitosamente,

Deputado PAUDERNEY AVELINO Líder do Democratas







Ofício nº 192-L-Democratas/16

Brasília, 08 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado MORONI TORGAN para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios", em substituição ao Deputado EFRAIM FILHO.

Respeitosamente

Deputado **PAUDERNEY AVELINO**Líder do Democratas

Edimur Luis du Silve Filhe Coordenador CORDIAGNISLON

Façam-se as substituições solicitadas.

MO MO



Ofício nº 193-L-Democratas/16

Brasília, 08 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado MARCOS ROGÉRIO para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 728, de 23 de maio de 2016, que "Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", em minha substituição.

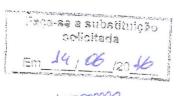
Para integrar, como membro **suplente**, indico o Deputado **MORONI TORGAN**, em substituição ao Deputado **EFRAIM FILHO**.

Respeitosamente,

Deputado PAUDERNEY AVELINO
Líder do Democratas

Mant Lute to Stites Fifthe Goordona Lor SCRINKONISCON







Ofício nº 194-L-Democratas/16

Brasília, 08 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada **PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 729**, de 31 de maio de 2016, que "Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil", em minha substituição.

Respeitosamente,

Deputado PAUDERNEY AVELINO
Líder do Democratas

A Presidência recebeu, do Presidente da CMO, o Ofício nº 95 de 2016, com as indicações dos Senhores Parlamentares para o remanejamento de recursos das programações orçamentárias oriundas de emendas individuais com impedimento considerado insuperável, bem como outras medidas saneadoras.

Nos termos do artigo 65, II, "a", da Lei nº 13.242 de 2015 (LDO 2016) as indicações foram encaminhadas ao Poder Executivo por meio da Mensagem (CN) nº 49 de 2016.

Os documentos serão publicados, na íntegra, em suplemento ao Diário do Senado Federal. (**Vide item 3.1 do sumário**)

É o seguinte o ofício:



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 095/2016/CMO

Brasília, 8 de junho de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Assunto: encaminha indicações para alteração das emendas individuais com impedimento técnico.

Encaminho a Vossa Excelência as indicações parlamentares para remanejamento de recursos das programações oriundas de emendas individuais cujo impedimento seja considerado insuperável, em cumprimento ao disposto no art. 65, II, da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1, de 2014, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os documentos estarão organizados da seguinte forma:

- Volume I Remanejamento entre programações de emendas do mesmo autor: referente aos ajustes que envolvem remanejamento de recursos entre dotações oriundas de emendas do mesmo autor, organizado em:
 - Relatório I Aplicações e cancelamentos: contém as indicações dos parlamentares apresentadas no formato semelhante ao dos créditos adicionais;
 - Relatório II Informações adicionais: contém as indicações legislativas detalhadas com informações do beneficiário, objeto, proposta e medidas saneadoras;
- Volume II Remanejamento de dotações decorrentes de emendas para outras programações orçamentárias: referente aos ajustes que envolvem remanejamento de recursos entre dotações oriundas de emendas para outra programação orçamentária, organizado em:
 - Relatório I Aplicações e cancelamentos: contém as indicações dos parlamentares apresentadas no formato semelhante ao dos créditos adicionais:
 - Relatório II Informações adicionais: contém as indicações legislativas detalhadas com informações do beneficiário, objeto, proposta e medidas saneadoras;



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Volume III Ajustes de GND e modalidade de aplicação: referente aos ajustes que envolvem mudanças de GND ou de modalidade de aplicação na mesma programação, organizado em:
 - Relatório I Aplicações e cancelamentos: contém as indicações dos parlamentares apresentadas no formato semelhante ao dos créditos adicionais;
 - Relatório II Informações complementares: contém as indicações legislativas detalhadas com informações do beneficiário, objeto, proposta e medidas saneadoras;
- Volume IV Demais informações complementares: referente às indicações legislativas, que não constaram dos volumes anteriores, detalhadas com informações do beneficiário, objeto, proposta e medidas saneadoras.

Esclarecemos que no remanejamento de recursos da emenda 35110012 para a 35110002, foi indicado como beneficiário o município de Arame/MA, conforme se verifica às fls. 127 do Relatório II do Volume I. Porém, por meio do OFDPF 025/2016, o deputado Pedro Fernandes, autor das emendas, solicita a correção indicando o município de Arari/MA como beneficiário dos recursos.

Além dessa situação, o deputado Cabo Daciolo requer o remanejamento dos recursos de sua emenda 30580021 para outra programação orçamentária, conforme consta no Ofício nº 062/16/GAB 803. De acordo com as informações encaminhadas pelo Poder Executivo, via Mensagem nº 7, de 2016-CN (Mensagem nº 261, de 2016, na origem), a emenda apresentou impedimento total por falta de apresentação tempestiva de plano de trabalho.

Em razão do prazo exíguo e por limitações no sistema, encaminhamos os pleitos dos nobres parlamentares, e solicitamos que sejam acolhidos, nos termos dos citados ofícios, cujas cópias acompanham este expediente.

Respeitosamente,

Deputado ARTHUR LIRA
Presidente



Relatórios

COUC COS 336/216-25



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL À CMO. Em 14 / 6 / 2668

OFÍCIO Nº CJF-OFI-2016/02854

Brasília, 02 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Congresso Nacional Brasília - DF

C8F.

Assunto: Relato de Atividades

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2016.

Atenciosamente,

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO Presidente





PODER JUDICIÁRIO JUSTICA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº CJF-POR-2016/00191 de 24 de maio de 2016

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal - 1º quadrimestre de 2016.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III, e no art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, bem como no Processo n. CJF-PPN-2016/00005,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2016, na forma do anexo, a ser publicado no Diário Oficial da União e no Portal do Conselho da Justiça Federal.

Art. 2º Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRA LAURITA VAZ





Classif, documental 00.05.00.01



70.435645001,60

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)



CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGT - ASHNOTEI RE 20, 55, by as Lafona faft			h5 1,00			
	DUSTUSAS EXPLOITADAS (Officios 12 nesso)					
DI SUNA COMPISSOM.	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM ; RENTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL			
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)			
DESPESA BRULA COMPESSOAL (I)	53.220.613,22	11.537,96	53,232,151,18			
Ferral Alao	47 947 362:94	H 537.95	17 15% (MICA)			
Found Income Pensis class	5 273 25(12×	0.00	5 273 250 28			
Oztro de gesas de pescol decortet es de contrator de kreennt egis (§ 1º do art. 18 da 1 RF)	0,00	8/4	11,000			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 do LRF) (II)	4331.84,95	0,00	4.331.554,95			
lakticzejści por Denisobie Incartinos i Danisoba Vidustinia	0,06	800	11-981			
Departure de Decisão Indicial	1981	12/A1	Ditti			
Deposed Furnain Arteines	135 623 24	1911	135 623 29			
Institute Penesaletan on Renova Vrantela	4198-20176	(Qui	41.620176			
DESPESA ElQUIDA COM PESSOAL, (III) = (1-18)	45,859,759,27	11.537,96	45500.295,23			

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIM	ALLE LEGAL
RRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	
A TOTAL COM PESSOAL - DTP sofre a RCL (V) = (III c / IV)*169	0,005900

 St. de DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP orbre a RCL (Y1 = (III c / IV)*160
 0,000/001%
 0,000/001%
 0,000/001%
 0,000/001%
 0,000/001%
 0,000/001%
 0,000/001%
 0,000/001%
 172.5%L 078.4%
 172.5%L 078.4%
 1.00
 0,001/001%
 0.00
 0,000/001%
 1.00
 0,000/001%
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0.00
 0.00
 0,000/001%
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00
 0.00

FORTE TESOFIGERENCIAL

RECEITA COL

1

Note: Darecte o exercico, mentre as despois ligidadas eté condiderdas executadas. No acentração do exerció, as despoise não liquidadas listantes con este a pigu não processodos do limbro condiderdas executadas. Dessa basos, para esta bampioneia, as despoisa executadas estas especiales em:

(a) Despesas ligistadas, considerados aquatas en que branca entrega do metendo entrojo, portemos do est. (3 da Lei 4 30 t/4).
(b) Despesas conjectivadas por ado logistadas, frantes em Robina Pagar año proposados, consideradas logistadas no encontretivado exercicio, por Esquada ent. 35, maior il da 1 or 4 20 t/4.

CÉSAR AUGUSTO DO VALLE

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS Diretora - Geral





00100.092639/2016-51



PODER JUDICIARIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO

Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife/PE, Cep: 50.030-902

Fone: (81) 3225.3200 – e-mail: presidencia@trt6.jus.br

Oficio TRT6-GP nº 48/2016

Recife, 06 de junho de 2016.

Exmo. Senhor Presidente do Congresso Nacional **Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS** Senado Federal Brasília - DF

Assunto: Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao primeiro quadrimestre de 2016.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da LRF c/c o art. 5°, inciso I da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, referente ao primeiro quadrimestre de 2016 (período de maio de 2015 a abril de 2016).

O aludido relatório foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de maio de 2016, seção 1, página 259.

Saliento, por fim, que o relatório foi encaminhado, eletronicamente, para o endereço cmo@camara.leg.br.

Respeitosamente,

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
Desembargadora Presidente do TRT da 6ª Região



00100.092639/2016-5

Nº 100, sexta-feira, 27 de maio de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6º RECIÃO

PORTARIA Nº 142. DE 25 DE MAIO DE 2016

GIONAL DO TRABALHÓ DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no liciso. 2000, resolve:

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6º REGIÃO
RELATÓRIO DO ESSTÃO PISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM POSOCIAL
MAIO DE 2015 A ABRIL. 2016
ANEXO À PORTABAL TRIC PIN "1422016
RGF - ANEXO I (LRF, srt. 55, inciso I, alinea "s") R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS MAIOCRUS A ARRELODIG							
DESPESA COM PESSOAL	LIQUEDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	10TAL (c) = (a)+(h)					
RESPES, BRITTA COR PRISONAL (1) votant facino i Prosissimum votanti votant	611 HZ-4556 63396-737 127-26597-23 000 134.99-395,00 4807-98 3.773-55641 3.432.986-51	997:54.5.79 334-735.41 362:790.89 0.00 553.374.3 0.06 0.05 33.399.72 1.399.83	812 (999-953) 454-433,196,16 157,846 (2043) (30) 130,949,765,22 (40) 436-756,1 (1) (4)					
ESPESA LÍOCIDA COM PESSOAL (III) = (I - III)	472,783,024,06	347.169.04	473.130.193.1					
	RAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LIGAL							
ECEITA CORRENTI LIQUIDA - RCL (IV)		0,0000004	300,438,648,000,0 0,067548					
DA DESPESA TUTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (V) = (BS c AV) * 100	0,067498%	6,000004						
JMTF MAXIMO (incises 1, II e III, art. 20 da J.RFt - 0.13646)/9	0.1364619		955 825 583.4 908.034.304.2					
JMTE PRUDENCIAL (participal) deico, art. 22 da LRF) - 042963896	0.129638%		960.243.025.					
LIMITE DE ALERTA (lociso II do à 1º do an. 59 de LRF) - 0.122815%	0.172815% i		861/91/05					

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO Presidense do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLEM

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA

ANA LYLIA FARIAS GUERRA da Secretaria de Auditorio e Controle Intern Substituta

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10º REGIÃO

PORTARIA Nº 13, DE 24 DE MAIO DE 2016

ador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Regilio, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo SEI nº 16.0.000004194-0. Tomar público, nos termos do art. 55, inciso 1, atinea "a", da Lei Complementas o" 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fucal, em anexo, relativo ao período de maio/2015 a abril/2016.

PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10º REGIÃO RELATORIO DE GISTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇANIZATOS PIECAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso L alínea "a")			RS 1.00
DESPESA COM PESSOAL.		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)m(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) PEssoal lastivo e Pessoalisativo Pessoal lastivo e Pensionistas Ouras despesas de pessoal decorrectes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	430.968.775.78 303.075.866.52 127.892.909.26 0.00	1.031.601,34 254.199,81 777.401,53 0,00	432,000.377,12 303,330.066,33 128,670,310,79 0,00
(·) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	91.921.167,89	777.401.53	92.698.569.42

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chayos Públicas Broilleira (CP-Brasi).



00100.092652/2016-18



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO - PARANÁ

Secof – (41) 3310-7170 / 7430 / 7431 / 7169 / 7168 / 7758 (fax) – secof@trt9.jus.br Av. Vicente Machado, 147, 8° andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80420-010

Of, nº 25/2016/Sercont-Secof.

Curitiba, 03 de maio de 2016

11 : 300 2016

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional Senador José Renan Vasconcelos Calheiros Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar. 70.165-900 – Brasília - DF

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2016 - TRT 9ª Região

- 1. Comunicamos a Vossa Excelência que este Órgão Trabalhista, em cumprimento ao disposto no art. 54 e no §2°, art. 55, da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4/5/2000, publicou o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio/2015 a abril/2016, no DOU nº 99, seção 1, de 25 de maio de 2016, páginas 79 e 80.
- Em cumprimento ao disposto no art. 59, da Lei Complemetar nº 101/2000 c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminhamos, em anexo, cópia do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre de 2016.

Respeitosamente,

Vilmatrosé Siqueira, Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Anexos ao Oficio 25/2016/Sercont-Secof:

 Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Anexo I e Portaria JP nº 56/2016 TRT 9º Região.



00100.092652/2016-18



PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

PORTARIA JP N.º 56, DE 10 DE MAIO DE 2016.

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 8 do Regulamento Geral,

R E S O L V E determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de maio/2015 a abril/2016, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Desembargador ARNOR LIMA NETO

Presidente

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro - Telefone (41) 3310-7000 - CEP 80430-180 - Curitiba-PR



00100.092652/2016-18

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO RELATORIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO ((LRF, art 55, meiso Lalinea "a")			RS 1 00			
	DESPESAS EXECUTADAS (ultimos 12 meres)					
DESPFSA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL			
	(a)	(b)	(c) = (a) = (b)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	757.707.953,83	3.035.084.11	769,743.037.94			
Pessoal Ativo	609 466 097,25	2 403 636,71	611 869 733,96			
Pessoal Inativo e Pensionistas	148 241 856,58	631 447.40	148 873 303,98			
Outras despesas de pessoul decorrentes de contratos de tercevrização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0.00	0.00	0.00			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	131.397.882,38	3,020,305,59	134.418.187.97			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Vuluntária	1 027 892,45	0.00	1 027 892.45			
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0.00	0.00			
Despesas de Exercícios Anteriores	1 052 557.95	3.020 305.59	4 072,863,54			
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	129 317 431,98	0,00	129 317.431,98			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	626.310.071.45	14.778,52	626.324.849.97			

APURAÇÃO DO CUMPR	MENTO DO LIMITE LEGAL	501.61°C - 427 - 529.50 - 144.51
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		700.438.648.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,0894	417% 0.000002% 0.089419%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0.150370%	1,053,249,595,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único. art. 22 da LRF) - <%>	0,142852%	1.000.587.115,25
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,135333%	947 924 635,50

FONTE. Tesouro Gerencial - Siafi - Secof/TRT da 9º Região - 11/mai/2016 - 10h00

Notas: Durante o exercicio, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercicio, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desse forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64,
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercicio.
- per força do art.35, inciso II da Lei 4.320:64.
- 2) Os valores executados de Precatónios e Requisições de Pequeno Valor não foram inscridos neste demonstrativo, conforme tem y do Acordão TCU 209
- a saber a) Despesas com Precatorios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de cupdió (destaque) despe
- at Despesas cum recumos da Administração Indices eseculadas por meto de descentralização externa de credito destaque y dos para injuntada. 85 2 479 375,53 c.) Despesas cum Requisições de Pequeno Valor (RPV) execuladas por meio de descentralização externa de credito (destaque) despesa liquidada. 85 2 479 375,53 c.) Despesas cum Requisições de Pequeno Valor (RPV) execuladas por meio de descentralização externa de credito (destaque) despesa liquidada. 85 1713 890,14

Desembargador ARNOR LIMA NETO
Presidente

PATRICIA AIMEE BRUEDANTONIO Ordenadora da Despesa

ARNALDO ROCTERIO DESTANA DE SOUSA Diretor da Secretara de Controle Interno e Auditor

VILMAR JOSE SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças



00100.092647/2016-





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13º REGIÃO

1 : 2016

OFÍCIO TRT GP/CGPRES Nº 070/2016

João Pessoa/PB, 31 de maio de 2016.

Excelentíssimo Senhor SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS Presidente do Congresso Nacional Senado Federal Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º Andar Brasília/DF CEP: 70.165-900

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - RGF, 1º quadrimestre do exercício de 2016.

PROTOCOLO TRT Nº 000.08938/2016

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, bem como em atendimento à solicitação contida na Mensagem CFIN/CSJT 004/2016, oriunda da Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CFIN/CSJT, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, deste Regional, referente ao 1º quadrimestre do exercício 2016, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e Diário Administrativo do TRT 13ª do dia 30/05/2016 e publicado no D.O.U, Seção 01, pág. 100 e 101, do dia 31.05.2016.

Atenciosamente,



Assinado de forma digital por USIRATAN MONEIRA DELGADO:103003500 Localização: TRT 13* - Gabinete da Presidência Dado: 2016 OS 81 11 NE NE GOSOO!

UBIRATAN MOREIRA DELGADO

Desembargador Presidente



00100.092647/2016-05

		Diário Oficial da União - :			1000	
DEE HEDICIARIO DA UNIÃO STIÇA DE DESTRITO FEDERAL E LATORIO DE GENTÃO FESCAL MONSTRATIVO DA DESPESA O	'OM PESSON.	8				
CAMPINION PINCAL E DA SEGU A10/2015 A ABRIL/2016	RIDADY SOCIAL					
it - ANEXO I GEF an 55 incom	Taking NO.					R\$ 1 %
				ESPESAS EXECUTADA	10	
	DESPESA COM PES	DAL				
		12		(Udmos 12 Meeri)	INSCRITAN EM	
			LIQUIDARSS		RESTON & PAGAI	R
			(6)		AND PRINCIPALITY	70 ·
SPESA BRUT'S COM PESSOAL I	5		1.80	50.651.236,04	(8)	28:912.848,4
oral Anyo rasal investor o Pensagerias				66,325,025,60 51,325,184,44		6 (2) 191,4
use despesar de pesaral decorrente SPESAS NÃO COMPETADAS (de contratos de terconomía i q V do art. 18 da LRI	1		5-00 66,798 283,87		1.564.349.5
fraenicações por Utmissão e Incent Decorrentos de Detroir Judicial de	gue à Denossão Volmetaria		į.	0 10 g 49 452 58		1.08
Despesas de Exercicios Amenarea o	de periodo america so da apretação			439 175 12 06 271 375 87		1551 149.9
trancos e Perpopular com Restra SPESA CLOCIDA COM PESSOAI	vi Vinculains			43 898 926,4"		27.348.248.5
	ARCRACIO DO CUMPRIMENTO	DO LIMITE LEGAL	VALOR		S SOBRE A RC	L
CELTA CORRENTE L'OUDA - F	ECL, (IV)		759,438,648,600,66 1,671,349,175,62			8,224322*
SPESA TOTAL COM PERSONAL. HITE MAXIMO (VI. (1861-25 I. II	e III. ari 20 da 19F)		1,906,206,282,50 1,825,895,967,90			0,275060° 6.261250°
seems of all Physics Arrive a seems	v VI) (jaragrafo ú <u>mos do art 22 de l</u> RF) v VI) (inceso (I do §1º do art, 59 da LRF)	r 333-2014 e Portana STN N° 301-2016, que dividge a Roceita Coreine I	1,733,585,653,80			8,247500
Despesar empennadas mas não liqu As despesas não computadas relati Cara-deminio que no despesas não		con aderadas liquidadas un ancommento do estercicio por tropa do art. Un		a stadas. Tieses domis, par elidensida apuna- a despera	a executada sussen últifica	ne periodo de mo
Despesar empennadas mas não liquidos despesas não computadas relati Considerando que as despesas tidas	nslados cosentas en Rosco a Fagar não processados	consideradas liquidadas un anormamento do exercicio por cioça 35 arc. Vi	E para quatario a espéciale due dades, de cen- Celas de Obverto o Sicoso Nelo-		u executada servan Ultilios	ne periodis de mai
Despesar empennadas mas não liquidos despesas não computadas relati Considerando que as despesas tidas	nslados cosentas en Rosco a Fagar não processados	uwwedendus (undeddes un zerermennen die erecteien gee (vieu 3 a.m.). Compregnetien z erzeien zu erfeit (Vieu 1 a.m.). Matterest dereim zur die voorspelandes zelerke au petado die spesinglië die Ro Matterest dereim zur die voorspelandes zelerke au petado die spesinglië die Ro	F. para susuante a cristolido dos dados, for con Celas de Olivera o Sciata Noto Necetario Gent do 1,8977 Cal Movora	ntidenada apunes n denperat	a executada nessan últilos	no periodo de ma
Despesar empennadas mas não liquidos despesas não computadas relati Considerando que as despesas tidas	nslados cosentas en Rosco a Fagar não processados	uwwedendus (undeddes un zerermennen die erecteien gee (vieu 3 a.m.). Compregnetien z erzeien zu erfeit (Vieu 1 a.m.). Matterest dereim zur die voorspelandes zelerke au petado die spesinglië die Ro Matterest dereim zur die voorspelandes zelerke au petado die spesinglië die Ro	F. para security a credition due dealers, for ever Celeo de Mavern o Scotte Nicho Scientaria Cerel de 1:80FT	ntidenada apunes n denperat	u coestiula festas littles	ne perindr de mai
 Dospesor empennadas mas não hip As despesas não computadas relati Considerando que as despesas não 	nslados cosentas en Rosco a Fagar não processados	un dertalle legislate in interminente de cracinen per linea à art 11 crecipiones de la constitución per linea à art 11 crecipiones a resultant a la critición (14 c. 14 d. 14	E que assurto a credidio da dales. En con Celas de Oliveiro o Susas Nelo Sustatura Gent de 1887. Cel Mercana de Estatos de Petas Secretario de Resensa de Sensos Juilo Bando de Novos Juilo Bando de Novos	ntidenada apunes n denperat	a contrale susses titilus	ne priords to mai
 Dospesor empennadas mas não hip As despesas não computadas relati Considerando que as despesas não 	nslados cosentas en Rosco a Fagar não processados	uwwedendus (undeddes un zerermennen die erecteien gee (vieu 3 a.m.). Compregnetien z erzeien zu erfeit (Vieu 1 a.m.). Matterest dereim zur die voorspelandes zelerke au petado die spesinglië die Ro Matterest dereim zur die voorspelandes zelerke au petado die spesinglië die Ro	E que assurto a credidio da dales. En con Celas de Oliveiro o Susas Nelo Sustatura Gent de 1887. Cel Mercana de Estatos de Petas Secretario de Resensa de Sensos Juilo Bando de Novos Juilo Bando de Novos	ntidenada apunes n denperat	a constale never littles	ne peninde de mai
 Doughow comprehendate mass date in pre- position of the dispersion and comprehendate relation. Composition from the consistency of the con- traction of the contraction of the con- density of the contraction of the con- density of the contraction of the con- traction of t	enidades commissione (Review, 8 Paper America), esta especial de la commissión de processario de la commissión de la commissi	constraints inquidates an exemption for execution per loters 3 of at 10 companying a reason gain terms for exemption for exempti	F. para securities a coolidate dan dades, for con- Colou de Oliveiro y Sevan Nebe- Neurotta Cerell do 7,7877 Cod Morenta Cod Morenta Links Entres On State of Silveiro John Entres On Silveiro Saccapion de Lor units Entered ALHO	nidenada apena- n despe a		
Pougher emperadan mus dals just "An disposa na fundiquadar relativa "C Corto-derinals" que un de-quan dals debrendos 2015 "An estado 2015 "An esta	enides concentra en Revio. à Papir de processible que apriven se primeira com muntre travolados que apriven se primeira com muntre travolados computados retirem a a decidar judicial a vintercent a processible de la constitución de la constitución de processible de la constitución de proces	constraints inquidates an extension for execution per lotes ab an in temperature comprehension are substantially as the first 1/4 is 1/6 in the comprehension as the comprehension as period the spready as the forest period in a comprehension as period the spready as the first transfer as a comprehension as the first period that spready as the first period that are considered as the comprehension as the first period to the comprehension as the comprehension as the first period to the comprehension as the compr	E para assurato a condidito dan diadro. En con- Calcar de Odoreiro i Siriam Nicho Securatora Genel de 1 (1987) Securatora del Monorio Securatora del Resenso Socientesco e Finan- India Batania de Wilha Securation de Lorendo Indemo- ALHO Del Calcardo del Cardo del Indemo- India Calcardo del Cardo del Indemo- India Calcardo del Cardo del India Calcardo del India Del Calcardo del India Calcardo del India Calcardo del India Del Calcardo del India Calcardo	a norm Personal, 1056	srente ao Rollacció d	le Gestão Fisc
Desglove imprendate mu die het An despesa die desglove des des Controllerande que un de groun die Servicio Servicio que un de groun die describito Servicio un de groun die describito Servicio un de groun die describito Servicio un desgroun die describito Servicio un desgroun de describito Servicio un desgroun de describito Servicio un describito de describito Servicio un desgroun de describito Servicio un describito de describito Servicio un describito de describito Servicio de describito de describito de describito de describito de describito de de de de de de de de de de	enides concentra en Revio. à Papir de processible que apriven se primeira com muntre travolados que apriven se primeira com muntre travolados computados retirem a a decidar judicial a vintercent a processible de la constitución de la constitución de processible de la constitución de proces	constraints inguished or measures the constraint per lowes 3 of the Companyation results are trained by a first the Companyation of the Companyati	E para assurato a opolidio din fialiri. En con Calan de Oliveira o Sivias Nobe Sumuras Geril de 1 1887 Cal Monata Carrante de Bostonico Engineericato e Finen- Josia Bassina de Vilas Sapratino de Cor todo Internet ALHO apadro "Demicriottrativi o da Desposa to da Directora Gerel da Administra to da Directora Gerel da Administra	a norm Personal, 1056	srente ao Rollacció d	le Gestão Fisc
Coughers empressable mus das les Authorities de la companyation de la companyation de la Companyation de la companyation de la Companyation de la companyation de la de la companyation de la companyation de la companyation de la de la companyation de la companyation del companyation de la companyation de la companyation del	enides concentra en Revio. à Papir de processible que apriven se primeira com muntre travolados que apriven se primeira com muntre travolados computados retirem a a decidar judicial a vintercent a processible de la constitución de la constitución de processible de la constitución de proces	constraints inquidate an attention for description per lotes 3 of N. Victoropolina i results and tractification for composition as an attention to the control of the state of the 100 minutes deviate of the composition attention as period the sprenche de Recomposition attention as period the sprenche de Recomposition at the control of	F. para securitie a coolette des dates, for con Color de Oliveiro o Sevan Nelo Neurotrico Gerel de 1,887 Cal Morento Lincia Remone Discontinuente o Finen- José Ramas de Silva Sacramos de Lor trafe Esterne ALHO quadro "Denicriostrativo e da Desposa- to da Directora Goral da Administra ALHO A	a norm Personal, 1056	srente ao Rollacció d	le Gestão Fisc
Conglete interpretable that the left of the congress of the left o	andes contract or Rock a Paper for proceedings are a policies promises com nucleo tracelades computables referen a a decidar judicial a reference a 18 DE MAIO DE 2016, publicado no 1 DO TRABALPIO DA 2º REGIÃO, do DOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL RI	constraint inguidades or terremones do creation per lotes 3 of x 1 or composition a reason at the composition of a composition for the composition of the composition	E para assurato a codolido da dados, for con Calas de Oloveiro o Sousa Nebe Sumuras Gerel do 1.8877 Cal Monato Carante de Restrucci Englemento e Finan- India Restrucci Englemento e Finan- India Restrucci Englemento e Suma Supraguiro da Cor unha Interne ALHO aguadro "Demicratizativa e da Despeca- to da Dicuptora Goral da Administra ALHO E 2016	ntionali apra- s inque acons a com Petroul, rofe ación o DENIGE si	erente ao Rolatorio d MOTA, a não como o	le Gestão Fisi constau."
Designer imprendant rus das just Are despens and computant volume Corto feether in our or despens and control No ATO N' 18. DI O DESEMBARGA O DESEMBARGA O DESEMBARGA PROCESSO TRT n' (10/18/2)8	anidas unenta en Revo. a Papar de processiva gra a puber se promisses cum mustre travolados unengulados retiren es a decidar judend e referencia la DE MAIO DE 2016, publicado no L DO TRABALHO DA 2º REGIÃO, do DOS PRESIDENTE DO TRIBUNAL RI (2016, resolve:	constraints included in contraction for the State Notice (No. 18) and Notice (No. 18) and the Composition of American State (No. 18) and the Composition of American S	F. para season a codolito dei dales. En con Colas de Olocin o Souas Nelo Sourarea Gent de 1.887 Cal Monato Santarea Gent de 1.887 Cal Monato Santarea de Restricos Octobros de Finese Jode Blands de Vilha Santarea de Lorindo Internet ALHO quadro "Demicraturario e da Despesa- to de Divisiona Gend de Administra ALHO E 2016 E 2016 E 2016 Divisiona Gend de Administra ALHO Divisiona Gend de Administra ALHO Divisiona Gend de Casas attribuiçõe Divisi	econ Person Liste	erente ao Relaterio d 1007.N., e alto como o taris e tendo em vista ballo da 13º Recidio	le Gestão Fisi constou."
Despites interested into the legislation of the leg	anidas unenta en Revo. a Papar de processiva gra a puber se promisses cum mustre travolados unengulados retiren es a decidar judend e referencia la DE MAIO DE 2016, publicado no L DO TRABALHO DA 2º REGIÃO, do DOS PRESIDENTE DO TRIBUNAL RI (2016, resolve:	constraints inguished an unemainten de constrain per lotes 3 of a Victorizações a realizações de State (Ver 180 de consequente a realizações de consequente a realizações de consequente a manifesta as pendes de promote de formativo de consequente	F. para season a codolito dei dales. En con Colas de Olocin o Souas Nelo Sourarea Gent de 1.887 Cal Monato Santarea Gent de 1.887 Cal Monato Santarea de Restricos Octobros de Finese Jode Blands de Vilha Santarea de Lorindo Internet ALHO quadro "Demicraturario e da Despesa- to de Divisiona Gend de Administra ALHO E 2016 E 2016 E 2016 Divisiona Gend de Administra ALHO Divisiona Gend de Administra ALHO Divisiona Gend de Casas attribuiçõe Divisi	a com Petroal, rofe o DENIZE bi	erente ao Rolatorio d OTA, a não como o Taris e rendo em vista balho da 13º Região to	le Gestão Fisi constou."
Despites inspectation into the last of the control	anidas unenta en Revo. a Papar de processiva gra a puber se promisses cum mustre travolados unengulados retiren es a decidar judend e referencia la DE MAIO DE 2016, publicado no L DO TRABALHO DA 2º REGIÃO, do DOS PRESIDENTE DO TRIBUNAL RI (2016, resolve:	constraints included in contraction for the State Notice (No. 18) and Notice (No. 18) and the Composition of American State (No. 18) and the Composition of American S	E para countre a coolette de dates, for cer Colos de Obreiro o Serias Nelso Securiro Cerel de 1 (1877) Col Merces Todo Merces Todo Merces Todo Merces Todo Merces Securiros de Econocida Controletación e Finance Todo Banasa to Wiles Securiros de Les unha Indame AALHO Porticipatorio Gazed de Administrat AALHO E 2016 RECHÃO, no uso de casas atribulçã no Distrio Administrativo Elevánica Finance RECHÃO no uso de casas atribulçã no Distrio Administrativo Elevánica Finance Des Rechando Rechando Finance Des Rechando Rechando Finance Des Rechando Rechando Finance Descemburgador UBIRATAN MO	a com Petroal, rofe o DENIZE bi	erente ao Rolatorio d OTA, a não como o Taris e rendo em vista balho da 13º Região to	le Gestão Fisi constant."
No ATO N° 18. DI NO ATO	andes constitue en Revo. a Paper des processiva graza a pubbos se promissio com mustres travolados computados retirem na decidar judicial e refusicional de la processiva de la computado de la computado no LOO TRABALHO DA 2º REGIÃO, do DOR PRESIDENTE DO TRIBLINAL RI (2016, resolve: Caladorio de Gestao Fiscal deste Tribunal, ao que dispole o inceso III do art. 34 e ; (1800) O TRABALHO DA 12º REGIÃO TESCAL	constraints inguished as unemained to constrain per lowes 3 of the correspondent a reason from 194 in the correspondent a reason from 194 in the correspondent a reason from 194 in the correspondent a second from 194 in the correspondent as a constraint of the correspondent and the corr	E para countre a coolette de dates, for cer Colos de Obreiro o Serias Nelso Securiro Cerel de 1 (1877) Col Merces Todo Merces Todo Merces Todo Merces Todo Merces Securiros de Econocida Concentración e Finance Todo Banasa to Who Especia ALHO Porticinatización de Les unha Induse ALHO E 2016 REGIÃO, no uso de casas atribulçã no Districto Administrativo Elevánica Finance REGIÃO, no uso de casas atribulçã no Districto Administrativo Elevánica Finance Des Regional-Milder Finance Des Describungador UBIRATAN MO	a com Petroal, rofe o DENIZE bi	erente ao Rolatorio d OTA, a não como o Taris e rendo em vista balho da 13º Região to	le Gestão Fisi constant."
No ATO N° 18. DI No ATO N° 18. DI No ATO N° 18. DI TRIBUNAL REGIONAL REGIONAL TRIBUNAL REGIONAL REGIONAL TRIBUNAL REGIONAL REGIONAL REGION	and the second of the process of the	constraints inguished as unemained to constrain per lowes 3 of the correspondent a reason from 194 in the correspondent a reason from 194 in the correspondent a reason from 194 in the correspondent a second from 194 in the correspondent as a constraint of the correspondent and the corr	E para countre a coolette de dates, for cer Colos de Obreiro o Serias Nelso Securiro Cerel de 1 (1877) Col Merces Todo Merces Todo Merces Todo Merces Todo Merces Securiros de Econocida Concentración e Finance Todo Banasa to Who Especia ALHO Porticinatización de Les unha Induse ALHO E 2016 REGIÃO, no uso de casas atribulçã no Districto Administrativo Elevánica Finance REGIÃO, no uso de casas atribulçã no Districto Administrativo Elevánica Finance Des Regional-Milder Finance Des Describungador UBIRATAN MO	e con Person. 1: representation of the control of t	erente ao Relaterio d IOTA, a não como c taris e rendo em vista balho da 13º Região to	le Gestão Fisi constant ^a s o constante e Diário Ofic
No ATO N° 18. DI No ATO N° 18. DI No ATO N° 18. DI TRIBUNAL REGIONAL REGIONAL TRIBUNAL REGIONAL REGIONAL TRIBUNAL REGIONAL REGIONAL REGION	and the second of the process of the	constraints equalities in contents to constrain per libra 3.0 at 3.0 cm/scopedins 1 annual to manufacture for 11 feb. manufacture of the state (% 11 feb. manufacture of the state of the s	E para countre a coolette de dates, for cer Colos de Obreiro o Serias Nelso Securiro Cerel de 1 (1877) Col Merces Todo Merces Todo Merces Todo Merces Todo Merces Securiros de Econocida Concentración e Finance Todo Banasa to Who Especia ALHO Porticinatización de Les unha Induse ALHO E 2016 REGIÃO, no uso de casas atribulçã no Districto Administrativo Elevánica Finance REGIÃO, no uso de casas atribulçã no Districto Administrativo Elevánica Finance Des Regional-Milder Finance Des Describungador UBIRATAN MO	e com Petrod. colo com Petrod. colo colo colo colo colo colo colo col	erente ao Relaterio d IOTA, a não como c taris e rendo em vista balho da 13º Região to	le Gestão Fiso constant. n e constante e Diano Ofic
No ATO N° 18. DI No ATO N° 18. DI No ATO N° 18. DI TRIBUNAL REGIONAL REGIONAL TRIBUNAL REGIONAL REGIONAL TRIBUNAL REGIONAL REGIONAL REGION	audas aucenta en Revo. à Papr de processiva de constitue de la computation de la com	constraints equalities in contents to constrain per libra 3.0 at 3.0 cm/scopedins 1 annual to manufacture for 11 feb. manufacture of the state (% 11 feb. manufacture of the state of the s	E para seaurite a codolido dos dados, for con Sumuras Genel de 1887 Cal Menars Cal Menars Cal Menars Cal Menars Cal Menars Considera de Recursos (Eccentrates de Finars India Ramas de Menarsos (Eccentrates de Finars Sacquino de Lor unha Interne ALHO quadro "Devicanturativa e da Despesa do di Divegora Gond da Administra ALHO E 2016 REGIÃO, no uso de casas ambuloção REGIÃO, no uso de casas ambuloção Regionatalhidade Finand). De-se Decembarquador (URRATAN MO) CAO TINAO).	e con Percoal, rofes of percoal rofes of	crente ao Relaterio d ROZA, a não como o taris e rendo em vista balho da 13º Região co O	le Gestão Fisocostou." s o constante o Diário Ofico
No ATO N° 18. DI NO ATO	audicis concentra en Reco. a Papar de processiva con contra en Reco. a Papar de processiva con contra en Reco. a Papar de processiva de la contra del contra de la contra del la cont	constraints equalities in contents to constrain per libra 3.0 at 3.0 cm/scopedins 1 annual to manufacture for 11 feb. manufacture of the state (% 11 feb. manufacture of the state of the s	E para countre a coolette des dates de dates de vive Code de Oliveiro e Sevan Nelsonatores Gerel de 1 2877 Cod Monora Cod Monora Tech Barini, fo Who Sacretares de Resines Concessores e Francisco de Resines Concessores e Francisco de Compositores e Francisco de Compositores e Francisco de Compositores de Compositores de Compositores de Compositores de Compositores de Diversora Grand da Administrativo Electrónico de Diversora Grand de Administrativo Electrónico de Recyonadalidador Evando De Ser Recyonada De Ser Recy	a com Petroal, references a com Petroal, references des legate regiment des legate regiment des legate regiment des Regates Publiques REIRA DELGADO EXECUTADAS (M. R.) A PAGON PROCESSOR	crente sa Polazorio di HOTA, a não como o taris e rendo em vista halito da 13º Região to O Afrimos 12º Região ESTOS (c)	le Gestão Fisocostou." s o constante e Diário Ofice RS 1.1



00100.092647/2016-05

101 Diário Oficial da União - Seção 1 031 869 31 6 646 99 6 872 897 21 267 886 193 60 Prison Institut y Pentionett DEVPEAS NAO COMPLIADAS (6 1° do art 19 de LRE) (11) Individações por Demissor, a lacativos à Demisso Volumeira 52,758,119,6 53,630 216,81 7.429 026.20 347.300.92 44.981.792.48 271.143.914.19 872.0 166,419,08 DESPESAS LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = [] - II] A PLUCAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LÍMITE LEGAL 700 438 648 000.00 0.038734*6 473.342 429.55 449.675.308.67 426.008 [26.50 PRECEITA CORRENTE LÍQUIDA, RC. 91V.
5, de DESPESA, IOTAL, COM PESSOAL - DEPLEMENTAR RCL. (c) - (III. C) IV) 1986
TANTE STATUM (more) 1. II. T. II. 1, 27. 28 de 157. 3.
TANTE STATUM (more) 1. II. T. II. 47. 28 de 157. 3.
TANTE STATUM (more) 1. II. T. II. 47. 28 de 157. 3.
TANTE STATUM (more) 1. II. T. II. 47. 28 de 157. 3.
TANTE DE ALTER (more) 1. 68 de 158. 3. 3. 4. 157. 3. 3. 0.638711%| 0.067578% 0.064199% 0.060870% 6,660,024% Notas: Durante o exercicio, somesse as despesas liquidadas esta consultradas executadas. No exercimento de exercicio, na despesas colo los notas executadas. Desas forma, quan maior insonanterea, sa despesas executadas tentes estas estas estas en la maior insonante estas estas estas estas estas estas estas estas en la consultación de desagon de desago idadas mecritas em restos a pagar não processados são tambén 33 da Les 4 320/64; si no encerramento do exercício, por forca do art 35, inciso II da Lei 4.320/64. de evidito (destopre) totalizaram SS 2.933/87.64 am RS 2.544.277.51. FONTE SIAFI 2015/2016 - SPF - NCONT - 20/MAI/2016 - AS Desembargador URIRATAN MOREIRA DELGADO Presidente

ARYOSWALDO JOSÉ BRITO ESPINOLA Direco-Getal

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA Diretor da Secretaria de Controlo Interna-

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACORDÃO Nº 34/2016

Processo Ésico Cofan nº 037/2015 Processo Ésico Corun-RJ nº 016/2012 Partezer de Relacor nº 146/2016 Conselheiro Relaciro Dr. Jebson Modeiros de Souza Denunciante Recorrente: Organização Social de Saúde Viva

midale
Demociado Helio Fernando Dias da Silva
ADMINISTRATIVO PROCESSIO ETICO COFEN Xº
ADMINISTRATIVO PROCESSIO ETICO COFEN Xº
015 IULGAMENTO DE RECURSO REFORMA DA DECIConhecer do recuso e dar-les prosimentos Reforma da decisado
orn-RJ Suspensão 25 (vinto e cinco) dias e multa de 10 (dez)
udes

consent. Suspensión 20 vinto e cinción dina a munta de 10 (accidente en el consenta de productiva de consenta de productiva de consenta de 10 (accidente en el consenta de 10 (accidente en el consenta de 10 (accidente el consenta del 10 (accidente el consenta del 10 (accidente el consenta del 10 (accidente el confermente Helio Romando Dasa de Siños Corene Rir 70 (accidente el confermente Helio Romando Dasa de Siños Corene Rir 70 (accidente el confermente Helio Romando Dasa de Siños Corene Rir 70 (accidente el confermente el consenta del 10 (accidente el confermente el consenta del 10 (accidente el consenta del 10 (a

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA

JEBSON MEDUIKOS DE SOUZA

ACÓRDÃO Nº 35/2016

Processo Esto Costru-SF et 013 2011

Processo Esto Costru-SF et 013 2011

Parcerto Esto Costru-SF et 013 2011

Parcerto Estoa Costru-SF et 013 2011

Parcerto Estoa Costru-SF et 013 2011

Considerin Belanco De (illusia Brabilia)

Demunicada Recorrepte Maria Patasima da Silva Saneros

Demunicada Recorrepte Maria Patasima da Silva Saneros

DENCESSO ESTOA COSTRU-STANIO PROCESSO ESTOO COEN N

(DRICOS 11 ELIGAMENTO DE RECUESSO MANUTENÇÃO DE

DECENDO SILVA COENTRO PROCESSO ESTOO MARIA COENTRO

DESCRIPTO PROCESSO ESTO MARIA DE CARROLLO COENTRO

DE COENTRO SILVA COENTRO

DE COENTRO PROCESSO ESTO COENTRO

DE COE

relativis e os votos que integram o presente pinhado, por comberor do recurso o seguella esperimente, para manter a Deciado Comesção « de ACO 2012 e aplicita o preva de consense » en volta de Ol 1048 solidades à aurelant de contennagam Maria Horanima da Shiva Santos, Coren-São « 31 469-44, N.y. por infração ao araquisos « 1. 22 3. 48 e 72 do Código de Bista dos Profusionais de Enfermaçam, Recolução Cofen « 31/12007.

Brasilia-DF 24 de maio de 2016. MANOEL CARLOS NERI DA SILVA

GITVAN BROLINI Cosselbairo Rolator

ACÓRDÃO Nº 37/2016 Processo Eixo Cofen n° 041/2015
membras Coron-SP PRCI n° 103372/2013
recer de Rebairo n° 103372/2013
recer de Rebairo n° 143/2016
re

negaribe provincias. Mattiençõe da decida de Consel Pé Arqui-Mente Monta de Calabration, Induado e discusida ou asso do Pro-cesso Estas Calabra (* 641/015) a organiro do COREN-SP. Denincia COREN-SP PER II 1809/1/2613.

de Enformagor - 10/1809/1/2613.

de Enformagor - 10/1809/1/2613.

de Enformagor - COPEN, on sua 97 Recussio bezanaciónna, res-tinada so da 23 de maio de 26 fei por unamendada; cere confirmidade de Enformagor - COPEN, on sua 97 Recussio bezanaciónna, res-tractado en de 1809/1/2019.

de 1

17-0-1879. — envir e marieta Apareciaa Roba Pranto Corrigorio Caso siga de interesse, poder a Demonitario Recorriente forimpiera nova dendizata sobre o mesmo fato, parto sa Corrigardo o prazo procesciocado de 9 de fenos) antos, a comar da 2010. Recomendo-se tambom ao Regisma. a correctio de 2010. Recomendo-se tambom ao Regisma, a correctio de Corcer-89 y e 678-02013, considerando a fundamentação conselhações de Relator (85 3377) no que se refore ao incise III, 7, a a vosação comendo ao XSP ROD.

Brasilia-DF 24 de maio de 2016.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA

Presidente do Cofen ELOIZA SALFS CORREIA

Processo Érico Cofen nº 044/2015
Processo Administrativo Cocenelli nº 04/2/2014
Protecto de Rolator nº 14/2/2015
Conselheria Relatora: Dra. Boleza Salta, Correia
Denunciasan/Recorrente. Sindicato dos Auxiliares e Técnicos
rimigem do Roi de Janetto - SATEMRJ

Denunciadas: Márcia de Andrade Furtado e Marisa Figue

Democuadat: Máreia de Andrade Furtado e Mansa Figueiro Año Año Año Manton Porto Perez ETACO COPEN N. 644/2015. JULI GAMENTO DE RECURSO Devolver so Regunsa para refazimento de 2004 a partir da folha la Vistos, amistadori relatadori o edicandosi os suaos do Pro-cesso finos COPEN nº 644/2015, originaño do COREN-NA, Processo finos COPEN nº 644/2015, originaño do COREN-NA, Processo finos COPEN nº 644/2015, originaño do COREN-NA, Processo fuelada no 644/2016, originaño de Devario de Composito de de Enfranagon - COPEN nº 1810 de Parado do Como fondiadad com o rituárico, a não e 18 1006 que integram o presente julgado, gordi calcular suda o some presentada a partir do 500% a los do sucresso Estac asso e weno subinequente de um sua referanse pelo Respondi nos Lerios da Bardolia Collen nº 31/2016.

Bratilia-DF, 24 de maio de 2016. MANOEL CARLOS NERI DA SILVA

FI OIZA SALES CORREIA

ACORDÃO Nº 46/2816

Processo Essen Collon nº 1977/2015
Processo Administrativa Concretta nº 1987/2015
Processo Administrativa Concretta nº 1988/2014
Conscibirira Relativa Dire Intent dei Carmo Alves Forman
Demonataira Reconstate Libro Fathe Augusta Melo Motera,
e Joses Valci dos Sentes
Demonatorio Wallero de Ourzara Neto Roman da Solva Fragenciatos. Intention de Manquist Mariobio e Solva da Solva Mendee
Administrativo artico.

Controlled to Meagues Medical Controlled to Medical Controlled to Meagues Medical Controlled to Meagues Medical Controlled to Medical Controlled Controlled to Medical Controlled Controlle

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA Consulherra Ralatora

Este documento pode ser verificado no enden ço eletrônico hapovovocim gos braución pelo codigo (001201605310010)

nte conforme MP nº 2 260-2 de 24/08/2001, que institui a Înfraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



(Tei 11.419/2006) .D850B86A45.9%E674A73F.5792043307

JESAE4B020.I

ROMULO ARAUJO Assinatura: 2

NTE PELO SERVIDOR - Autenticação da

ELETRONICAMENTE (Hora Local) - Au

ASSTNADO 11:03:06

EM

LEGNARDO CUEDES PEREIRA (Lea 11.419/2006) Assinatura: ED78822F42.2649CT3438.E87CZ88001.AA872CD9RD

ASSTRADO FLETRONICAMENTE PELO SERVIDOR LEGORADO 20/05/2016 13:52:13 (Hora Local) - Autenticação da Assinatu

M



PODER JUDICLÁRIO JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13º REGIÃO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13º REGIÃO RELATORIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURDADE SOCIAL MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

	DESPESAS E	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 metes)					
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) ÷ (b)				
PESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	323,962,033,79	1.038.516,29	324.940.550,08				
Pessed Ativo	266.854.324,29	1.031.869.31	267.886.193,60				
Passard Institute & Pensionistas	57.047.709.50	6.646,98	57,054,356,48				
Outras despetas de pessoal decorrentes de contratos do terceirização (§ 1º do art. 18 da ERF)	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do set. 19 do LRF) (II)	52,758,119,60	872.097,21	53,530.216,81				
Indenizações por Dersimão e incentivos à Demitalio Valuntária	0,00	6,06	0,66				
Deconentes de Decisto Judiosal	7.429.026,20	6,00	7 429,026,20				
Despetes de Extraccios Anteriores	347,300,92	872,097.21	1.219.398,13				
Inatives a Pensyonistas com Recursos Vinculados	44,981,792,48		44.981.792,48				
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	271.143.914,19	166.419,08	271.310.333,27				

O DO LIMITE LEGA	<u> </u>		
		. 70	.438.648.000,00
	0,038711%	0,000024%	0,036734%
0,067572	%	AND STREET OF STREET STREET, S	473,342,429,55
IMITE PRUDENCIAL (parágrafo única, art. 22 da LRF) - <%> 0,064199%			449.675.308.07
0,060820	**		426,008,186,59
֡	0,06757X 0,064199	0,067572%	0,038711% 0,000024% 0,000024% 0,061572% 0,064199%

Notas. Durante e secricios, comente as desponas liquidadas alto consideradas executadas. No enconsumento do exercisio, os desponas solo iliquidada attoritas can retos a pegar alto procesados são também consideradas occordadas. Duyas forma, pesa maios trassparência, as desponas essecutadas

a) Despesas liquidadas, consideradas aqualas em que houve a entrega do material ou serviça, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

 b) Despetes congenhadas una ado liquidadas, instalas em Restot a Pagar ado processadas, consideradas liquidadas no encuramente do exercicio, por força de art.35, inciso II de Lei. 4.320464.

2) As despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV), exceptadas por meio de descentralmação externo de crédito (destaque), totalinante RS 2.933.887,

zação externa de crédito (destaque), totalizarana RS 2.344.27

Uhiratan Moreira Delgado

Caio Geraldo Berros Berros de Sortos

Leonardo Guades Pereira

). 1 de 1

Confira a autenticidade deste documento em http://www.trtl3.jus.br/validardocumento Identificador de autenticação: 1008938.2016.000.54788

- p. 1 de 1



00100.000434/2016-10



Em 19 6 1.201

JUSTICA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20° REGIÃO

Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, s/n - Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Bairro Capucho - Aracaju (SE) - 49081-015

Felefone (79) 2105 8640/ 2105 8718

E-mail: dg@trt20.jus.br

O JUN TOTA

OFÍCIO DG.PR Nº. 079/2016

Aracaju, 2 de junho de 2016.

À Sua Excelência o Senhor Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS Presidente do Congresso Nacional Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I,'15° Andar 70.165-900 Brasília/DF

Assunto: Cópia da publicação do Relatório de Gestão Fiscal.

TRI DUA PROJECTO

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF) c/c art 5º, inciso I, da Lei nº. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a V. Exª. cópia da publicação do **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, relativo ao 1º quadrimestre do exercício de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº. 100 — Seção 1, edição de 27/5/2016, página 262.

Por oportuno, informo a V. Exª. que o presente relatório foi disponibilizado no site www.trt20.jus.br, no item "Contas Públicas".

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)

FABIO TÚLIO CORREIA RIBEIRO

Desembargador Presidente

Presidência do Senado Pederal

Recebi o Original

En 09/06/16 Hs 10 45

/OFICIODGPR0792016 - OFPR_CN_RGF_1Q2016.odt

Assinado de forma dicital por: FABIO TULIO COPITEIA RIBEIRO:0017 Data: 02/08/2010 09:47;cb. Local: http://www.bi20.just.br. ld: 0122500

Pol Q



262

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - seção 1

Nº 100, sexta-feira, 27 de maio de 2016

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO	DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	DO EMARIE DEGREE	700,438,648,000,
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,045477%	0,000009% 0,045486
LIMITE MAXIMO (incises I, II e III, art. 20 da LRF) - <55>	0.077174%	540,555,522
LIMITE PRUDENCIAL (paragrafo único, art. 22 dz. LRF) - <\$>	0,073315%	513,528,696,
IMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do an 59 da 1.81) - 35	0,06945756	486.500,869,

LIMITE DE ALERTA (inciso II do 6 P do an 39 da 187) - 325

FONE I ESOURO GERENCIAL - SOFOSEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTCA - 22/mai/2016 - 16h e 13m

Notas: Durante o exercício, somete as despesas liquidadas sós consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restes a pagar não processados são também consideradas executadas executadas estas executadas executad

Des. ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

Presidente do Tribunal

RICARDO LUCENA Diretor-Geral e Ordenador de Despesas

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA

Diretora da Secretaria de Organiento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20º REGIÃO

ATO Nº 64, DE 25 DE MAIO DE 2016-

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 26º REGIÃO, no não de suas atribujções legais e regimentais, resolve:
Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatério de Gesão Fiscal de que tratam os artigos 54 c/c 55, 1, "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma do anevo único

FABIO TÚLIO CORREIA RIBEIRO

ANEXO ÚNICO

RELATORIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - April (1985, set 55, boils) L effect "1")	18		Name of the second				11			RS 1.00
DESPESA CON PESSON	AL .		1		I	ESPESAS	EXECUTADAS (6	Tas 12 mas	1)	
	*	7,		EQUIDAD.	15	DSCRILL	S EM RESTOS A FROCESSADOS (b)		(c) - (a) + (b)	TOTAL
DESPENA BRULA COM PERSOAL (I) Persoal Actio	· ()				127 556 904,30 111 381 197,30	1		1 359 782 34 1 363 549,37		123 965 685,64 112 731 766,69
Personi l'activo e Personnista; Outras despesas de personi decomentes de combatos de Amerikação (§1º do art. 1)	S dy LRF)		1		16 227 307,00		- ''	6.213,04		16 233 923,04
DESESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do en 19 do LRF) (II) Industrições por Destriçõe e Econocos à Demisão Velentiria			(4)		13 937 C81,13 0,09	* ê	3	1,336,190,27 0,59	22	15 243 271,4° 0,50
Decements de Decisão Esficial Despoya de Exercicia Arthrities	y o'to			47	331103 000	2.5		0,00 1,306 190,27	l	0,00 1332604,30
Embes e Pendorshi com Rauster Viceslado DESPISA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) - d - Hj			::1		13 458 4 25,17			63 572,07		113-110-657.0
RECENTA CORRENTE LÍQUIDA - ROL (N)		AFÉTRAÇÃO DO CUMO	sizu ziti bidi	LIZULE LEGAL						700-431-455-600-66
*. DA DESPESA TOPU, COM PESSOAL - DTP schree ECL (V) = (III o.V.) * LIMITE NÉXIMO (resisos L II o III, eq. 2) do 12F) - < o	100	7.1	_		9,81822774			0.000099		9,616256°, 203 813 585,42
INSTE P2 DENCIAL (pertends into, on 22 de LRF) - 450 INSTE DE, ALFRÍA (pertendi do 4 1º do on 59 de LRF) - 450			- I -		0.977643%		77	4	100	153622.9(6.1)

FONTE: TESOURO GERENCIAL/SIAFI - 24/05/2016-68\44m59s.

Notas:

- o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encertamento do exercício, as despesas não liquidadas inacritas em restos a pagar não processados são também consideradas 1) Dirante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No socramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar mão processados são tas executadas. Despesas liquidadas, consideradas equelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/61;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64,
 2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque); despesa liquidada R\$ 80.53,53.
 3) Despesas com Precatórios da Administração lotherta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque); despesa liquidada R\$ 80.53,53.
 4) Despesas com Requisição de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque); despesa liquidada R\$ 810.933,56.
 5) No campo "Pesseal Ativo" está incluída a importância de R\$ 17,128,857,94 relativa a CPSSS patronal.

Des. FABIO TÚLIO CORREIA RIBEIRO Presidente do Tribunal

TADEU MATOS HENRIQUES NASCIMENTO Ordenador de Despesa

MARCUS VINICIUS REIS DE ALCÂNTARA

Secretário de Controle Interno

GIVALDO COSTA NASCIMENTO Secretário de Orçamento, Finanças e Pagamento de Pessoal

10.03.06.02



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

OFÍCIO GP Nº 221 /2016

Teresina, 03 de junho de 2016.

1 3 JUN 2019

A Sua Excelência o Senhor

Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15° Andar

70.165-900 BRASÍLIA - DF

Assunto: Encaminha Relatório

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência, anexo, Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 1º Quadrimestre de 2016.

Aproveito a oportunidade para apresentar protestos de elevada consideração.

Cordialmente,

MAÑOEL EDILSON CARDOSO Desembargador Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Mill

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) 2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, incise I, alinea "a")

RS 1.00

	DESPESAS I	XECUTADAS (últimos 12 meses)			
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	101,230,974,84	1.015.986,58	102.246.961,42		
Pessoal Ativo	95.194.561,47	974.365,62	96.168.927,09		
Pessual Inativo e Pensionistas	6.036.413,37	41.620,96	6.078.034,33		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de tercuirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0.00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.481.511,78	34,035,84	6.515.547,62		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00		
Decerrentes de Decisão Judicial	58.256,48	0,00	58.256,48		
Despesas de Exercícios Anteriores	536.639,81	0,00	536.639,81		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5,886,615,49	34.035,84	5.920.651,33		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (1 - II)	94.749.463.06	981,950,74	95.731.413.80		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		700.438,648,000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100	0,013527%	0,000140% 0,013667%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,029751%	208.387.502,17	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,028263%	197.968.127,06	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) • <%>	0,026776%	187.548.751,95	

FONTE: Tesouro Gerencial - SGFTC/CFIN TRT 224 Região

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . h) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por lorga do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pelo Ato Conjunto CSJT nº 12, de 1º de julho de 2015;
- 3) Valor da RCI. conforme Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO/STN);
- As despesas com Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro do limitos limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF).
 Despesas liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV): R\$473.519,17.

Manoel Edilson Cardoso Desembargador Vice-Presidente e Corregedor no exercício da Presidência

> Adão Alves dos Santos Diretor Geral de Administração

Rodrigo Pizzatto Coordenador do Controle Interno

Antonio Ferreira de Carvalho Sobrinho Coordenador de Orçamento e Finanças



OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)

PODER JUDICIÁRIO

CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

	1X'SH'SAST	DESPESAS EXECUTADAS (OSESOS 12 resseo		
DENTSACOMITSSOM.	LIQGIDADAS (4)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL	
DESPESA BRULA COMPESSOAL (I)	53.220.613,22	11.537,96	53,232,151,18	
Period Alno	47 947 362.94	H 537.86	47 95% (991,99)	
Pesson Intrame Peres circus	5 273 250.2*	0.00	5 273 250 28	
Octobel gestide pessel decoratel es de costat un de knoem teglos (§ 1º do ant. 18 da 1 RF)	30,00	10/4	11310	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 do LRF) (III)	4331.84,95	0,00	4 331.554,95	
la Kniezopies por Demissõus Incartaus à l'Armissõu Videntain	496	900	11-981	
Description de Decision Indicial	1981	ES/A1	Dim	
Depended Furnain Arbeitan	135 623 24	1910	135623.29	
Institute of Europe in Process of Region of Vincentes in	4198-20176	Q2x1	41.6.23176	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (1-11)	45,85R,75R,27	11.537,96	45500.295,23	

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) 55 da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sofre a RCL (V) = (III c / IV)*169			710	1434648600,60
		0,60595074	0,000002%	0,69958435
LIMITE MAXIMO (Index), He III, art. 20 da LRF) - <1/2	0,02453916		172541.078,48	
LIMITE PRUDENCIAL (parigrafo toko, art. 22 do LRF) - <%>	0,023407%		163.952.014,5%	
LIMITE DE ALERTA (Ischo II do § 1º do art. 59 da LRF) . < 50	0,023175%		12.31	155 322 970 63

FORTE TESCHISTERINGIAL.

Notae Darante a content, contrate as disposas ligibilates do consideradas executadas. No encontrates o de exercción, as disposas pás ligibilates de consideradas executadas. No encontrates o de exerción, as disposas pás ligibilates.

inventes an restora paga mio processoro do Emberr con deredas executadas. Descalharas, para masa hampirineis, as despesas executalas

cothe squegate con:

a) Desperas ligitistics, considerable aqualis on que france a entrega de meterial en seniço, contempo de est. 63 del. et 430 (64

ho Despects on perfect as morallo legisladae, inventas em Rodos a Pagas não processãos, consideradas legisladas no encentromos do exerción.

pa Empiricat 35, maior Il du Lei 4 3 2084

CÉSAR AUGUSTO DO VALLE Secretário de Administrção

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO Secretário de Controle Interno

EVA MARIA FERREIRA BARROS Diretora - Geral





Nº 101, segunda-feira, 30 de maio de 2016

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042



ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21º REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art, 55, jaciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS	DESPESAS EXECUTADAS (Ükimas 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RES- TOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1) Pessoal fativo Pessoal fativo e Pensionistas Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (11) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	197.766.153,3 168.515.149.5 29.251.003.8 00 23.067.614.0 0.0,5 12.865.5 386.319.4 22.668.429.0	8 23.086,76 0 590.355,00 0 0.00 4 598.494,00 0 0,00 8 0,00 1 598.494,00 5 0,00	198.379.595.14 168.538.236.34 29.844.358.80 0.00 23.656.108.04 0.00 12.865,58 984.813.41 22.668.429.05	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	174.698.539,3	4 14.947,76	174.713.487,10	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	DO LIMITE LEGAL		700,438,648,000,00	
§ da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) ≈ (III s. / IV)* 100	0.0249419	6 0.000002%	0.024943% 293.427.758.42	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) · <%> LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) · <%>	0.041892%		278,756,370,50	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,037703%		264.084.982.58	

LIMITE DE ALERTA (notiso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 485
FONTE Tensouro Generatia - 3 SECA/COPTRIZE : 2005/2016 - 13h e 26m
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também
consideradas executadas. Desso forma, pará maior fransparência, as despesas executadas está o regregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas não liquidadas com Precarácios, executadas por meio de decontralização esterna de créditos (destaque): R\$ 6.733 826.68

3) Despesas Liquidadas com Precarácios, executadas por meio de decontralização esterna de créditos (destaque): R\$ 1.066.349,19

4) Do total das Despesas com Pessoal Ativo, R\$ 26.732.998,57 referem-se à Contribução Patronal.

Des. JOSEANE DANTAS DOS SANTOS Presidente do Tribunal

MÁRCIO DE MEDEIROS DANTAS Ordenador de Despesas

CAIO LIMA DE AZEVEDO Secretário de Controle Interno

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE Coordenador de Orçamento e Finanças

FRANCISCO ERIVALDO ARAÚJO DO NASCIMENTO Gestor Financeiro

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22º REGIÃO

ATO Nº 46, DE 24 DE MAIO DE 2016

O DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22º REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto

no inciso III do art. 54 e § 2" do art. 55, da Lei Comptementar nº 101, de 4 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de :naio/2015 a abril/2016, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato eatra em vigor na data da sua publicação.

MANOEL EDILSON CARDOSO

ANEXO I

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22 REGIÃO JUSTIÇA DO TRABALHO RELATORIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURDADE SOCIAL

GF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a")	15 A ABRIL/2016		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
ESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	101.230.974.84	1.015.986,58	102.246.961.42
Pessoal Ativo	95.194.561.47	974.365.62	96.168.927.09
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.036.413.37	41.620.96	6,078,034,33
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0.00	0.00	0.00
ESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19, da LRF) (II)	6.481.511.78	34.035.84	6.515.547.67
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0.00	0,00	0.00
Decorrentes de Decisão Judicial	58.256.48	0,00	58,256,48
Despesas de Exercícios Anteriores	536.639,81	0.00	536.639,81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5 886 615 49	34 035 84	5.920.651.33
ESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (1 - II)	94.749.463.06	981,950 , 74	95.731.413.80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.betstenicidade.ixml. pelo código 00012016053000147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA - EPP (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 54.561.071/0001-92 Certidão n°: 57032079/2016

Expedição: 13/06/2016, às 11:20:34

Validade: 09/12/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 54.561.071/0001-92, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Os expedientes vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde aguardarão as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União para o período respectivo, conforme art.22, III, da Resolução nº 1 de 2006-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

DOCUMENTOS DIVERSOS

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR



SENADO FEDERAL CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DESPACHO

Perante a Secretaria deste Conselho foi apresentado RECURSO contra a decisão do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que **inadmitiu e determinou o arquivamento** da Representação oferecida pelo Partido Democrático Trabalhista –PDT (Petição CEDP nº 6, de 2016), em face do Senador Romero Jucá.

Conforme preceitua o art. 14, § 2°, da Resolução n° 20, de 1993, que institui o Conselho de Ética e regula o processo disciplinar de cassação de mandato, cabe recurso ao Plenário do Conselho contra decisão que determine o arquivamento de representação, no prazo de dois dias úteis, subscrito por, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros, ou seja, o recurso deverá contar com o apoiamento mínimo de membros titulares do Conselho.

O Regimento é claro ao estabelecer a necessidade de o documento recursal vir subscrito por Senadores titulares do Conselho, pois não cabe ao suplente atuar nessa condição, tampouco sobrepor-se à vontade do titular ou de fazer-lhe as vezes, dando prosseguimento a processos importantes da vida parlamentar.

Em nenhum momento, o Regimento estipula que compete ao membro suplente substituir voluntariamente na representação da vontade o membro titular, subscrevendo documentos que exigem quórum específico, como é o caso em questão. Tampouco se pode admitir situação teratológica de que os suplentes tenham os mesmos poderes dos membros titulares, pois, caso contrário, seria completamente desnecessária a diferenciação.

Conforme dispõe o art. 84 do Regimento Interno do Senado Federal, compete ao suplente substituir o membro da Comissão nas seguintes hipóteses, e somente nelas:

"I – eventualmente, nos seus impedimentos, para quórum nas reuniões; e

2

II – por determinados períodos, nas hipóteses previstas nos arts. 39, 40 e 43."

Percebe-se, portanto, que somente cabe aos suplentes fazerem-se presentes nas reuniões de Comissões no caso de impedimentos de seus membros titulares, em caráter eventual, com a finalidade de que, no colegiado, seja atingido o quórum necessário na reunião e deliberação (art.84, I); e por períodos determinados quando seu titular não se faz presente por motivos de ausência no País (art. 39, I), assunção de cargos no Executivo (art. 39, II), missão de representação da Casa (art. 40) e licenças de saúde e interesses particulares (art. 43).

No caso específico do recurso, a ausência de assinatura do membro titular não caracteriza a ausência ou omissão desse parlamentar, mas, a manifestação de sua vontade de não prover os requisitos formais necessários para a viabilidade do recurso, assim demonstrando a concordância com a decisão do Presidente deste Conselho. Nesse sentido, sua atuação não acarreta substituição pelo suplente.

Por fim, cabe ainda mencionar que, caso admitida a tese de um suplente sobrepor à vontade do membro titular, estar-se-ia distorcendo completamente o conceito de proporcionalidade partidária, princípio basilar considerado na composição do Conselho de Ética.

Diante do exposto, considerando que não se atingiu o quórum mínimo exigido pelo § 2º do art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, **indefiro** o presente recurso e determino o seu arquivamento, devido a sua manifesta invalidade.

Brasília, em 14 de junho de 2016.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata* Bloco-PP - Roberto Muniz* (S) Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S) Bloco-PT - Lindbergh Farias* Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro* PMDB - Jader Barbalho* Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro* Bloco-PT - Humberto Costa* Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira* PMDB - Marta Suplicy* Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves* Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S) Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia* Bloco-PP - Wilder Morais* (S) Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S) Bloco-PSD - José Medeiros* (S) Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia* Bloco-PT - Paulo Paim* Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira* Bloco-PT - José Pimentel* Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima* PMDB - Raimundo Lira* (S) PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta* Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço* PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira* **Bloco-PT** - Regina Sousa* (S) **Bloco-PTB** - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho* Bloco-DEM - José Agripino* Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S) Bloco-PSDB - Paulo Bauer* PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira* PMDB - Renan Calheiros* Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares* Bloco-PSC - Eduardo Amorim* Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann* PMDB - Roberto Requião* Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana* Bloco-PSD - Sérgio Petecão* Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S) PMDB - Waldemir Moka* PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol* PMDB - Valdir Raupp* Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S) Bloco-PR - Vicentinho Alves* PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19	(=	
Dario Berger SC Eduardo Lopes PRB / RJ Edison Lobio MA Elmos Férrer PTB / PJ Eduardo Braga AM Elmos Férrer PTB / PJ Eduardo Braga AM Elmos Férrer PTB / PJ Eduardo Horga AM Elmos Férrer PTB / PJ Eduardo Lofise AM Elmos Férrer PTB / PJ Eduardo Lofise PT / FT Eduardo Lopes PR / TO Magno Malla PT / FS PR / TO Alco Horga PT / TO Magno Malla PT / FS PR / TO Alco Horga PT / TO Magno Malla PT / FS PR / TO Alco Horga PT / TO Magno Malla PT / FS PR / TO Alco Horga PT / TO Magno Malla PT / TO PS / PK / TO PT / TO Magno Malla PT / TO PS / Maranshabo PR Vicentinho Alves PT / TO PS / Maranshabo PT / TO Mara Supie,	PMDP 10	Educate Associate
Edison Lobão. MA Elmano Férrer. PTB / PI Eduardo Braga. AM Fernando Collor. PTC / AL Eunicio Oliveira. CE Garibaldi Alves Filho. RN PR / FS Garibaldi Alves Filho. RN PR / FS Garibaldi Alves Filho. RN PR / FS Pedro Chaves. PR / TO Jader Barbalho. PA José Maranhão. PB José Maranhão. PP / PR Ana Amelia. PP-7/PSD-4 PP-7/PS		
Eduardo Braga		
Eunicio Oliveira		
Pedro Chaves PSC / MS		
Helio José DF José Maranhão PA José Maranhão PA José Maranhão PB João Alberto Souza MA Katia Abreu TO Marta Suplicy SP Raimundo Lira PB Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11 PP-7 PS Raimundo Lira PB Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11 PP-7 PS Raimundo Lira PP PS PS PS PS PS PS P		
Jader Barbalho		
José Maranhão		
Jaão Alberto Souza. MA Kâtia Abreu. TO Marta Suplicy. S.P Raimundo Lira. PB Benedito de Lira. PP-7/PSD-4		
Marta Suplicy		
Marta Suplicy. SP Raimundo Lira. PB Renan Calbeiros. AL Roberto Requião. PR Romero Jucá. RR Romero Jucá. RR Romero Jucá. RR Rose de Freitas. ES Simone Febet. MS Valdir Raupp. RO Waldemir Moka. MS Bloco Social Democrata - 16 PSDB-11 / DEM-4 / PV-1 PSDB / MG Accio Neves. PSDB / MG Alvaro Dias. PV / PR Alvaro Dias. PV / PR Antonio Anastasia PSDB / MG Antaides Oliveira. PSDB / MG Ataides Oliveira. PSDB / MG Ataides Oliveira. PSDB / MG Ataides Oliveira. PSDB / MG Cassio Cunha Lima. PSDB / MG Davi Alcolumbre. DEM / AP Dasé Agripin. DEM / AP Dasé Agripin. DEM / AP Dasé Agripin. DEM / SB Ricardo Ferraço. PSBB / SC Ricardo Franco. <t< td=""><td></td><td></td></t<>		
Raimundo Lira.		
Renan Calheiros		
Roberto Requião. PR Gladson Cameli. PP / AC Romero Jucă. RR RC Romero Jucă. RR RC Rose de Freitas. ES José Medeiros. PSD / MT Simone Tebet. MS José Medeiros. PSD / MT Simone Tebet. MS Omar Aziz. PSD / MT Omar Aziz. PSD / MT Omar Aziz. PSD / MT Omar Aziz. PSD / BA Roberto Muniz. PSD / BA Roberto Muniz. PSD / BA Roberto Muniz. PP / BA Roberto Muniz. PP / BA Roberto Muniz. PP / BA Roberto Muniz. PSD / BA Roberto Roben PSD / PSD		
Romer Juca RR RR RR RR RR RR RR	Renan Calheiros	
Simone Tebet.	Roberto Requião PR	Gladson Cameli
Simone Tebet.		Ivo Cassol
Valdir Raupp. RO Waldemir Moka MS Bloco Social Democrata - 16 PSDB-11 / DEM-4 / PV-1 Acicio Neves PSDB / MG Aloysio Nues Ferreira. PSDB / SP Alvaro Dias. PV / PR Antonio Anastasia. PSDB / MG Asisio Cunha Lima PSDB / BD PC Asisio Cunha Lima PSDB / PC Antonio Carlos Valadares. PSB / EC PSB / PC	Rose de Freitas	José Medeiros
Waldemir Moka MS Bloco Social Democrata - 16 PSDB-1/ DEM-4 / PV-1 Accio Neves PSDB-1/DEM-4 / PV-1 Accio Neves PSDB-1/DEM-4 / PV-1 Aloysio Nunes Ferreira PSDB / SP Alvaro Días PV / PR Altonio Anastasia PSDB / MG Ataides Oliveira PSDB / PSDB / PG Dalirio Beber PSDB / P	Simone Tebet	Omar Aziz PSD / AM
Bloco Social Democrata - 16 PSDB-11 / DEM-4 / PV-1 Acicio Neves. PSDB-11 / DEM-4 / PV-1 Aloysio Nunes Ferreira. PSDB / SP Alvaro Dias. PV / PR Antonio Anastasia. PSDB / MG Ataides Oliveira. PSDB / MG Ataides Oliveira. PSDB / MG Ataides Oliveira. PSDB / PB Dalirio Beber. PSDB / SC Davi Alcolumbre. DEM / AP Dalirio Beber. PSDB / AD Davi Alcolumbre. DEM / AP Dalirio Beber. PSDB / AD José Agripino. DEM / RN José Agripino. DEM / RN José Agripino. DEM / RN José Agripino. DEM / SE Ricardo Ferraço. PSDB / SC Ricardo Ferraço. PSDB / SC Ricardo Franco. DEM / SE Ronaldo Caiado. DEM / GO Tasso Jereissati. PSDB / CE Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3 Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RR Atima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / RR Humberto Costa. PT / PC Lasier Martins. PDT / RC Lasier Martins. PDT / RC Lasier Martins. PDT / RC Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Bullo Parlamentar Socialismo e Democracia - 10 Wilder Morais. PSD / Wilder Morais. PP / CB Wilder Morais. PP / PCB Wilder Morais. PP / CB Antonio Carlos Valadares. PPSB / SP	Valdir Raupp RO	Otto Alencar
Acicio Neves. PSDB / MG Aloysio Nunes Ferreira. PSDB / SP Alvaro Dias. PV / PR Antonio Anastasia. PSDB / MG Aloirio Raise. PSDB / MG Aloirio Beber. PSDB / PD Dalirio Beber. PSDB / PD Dalirio Beber. PSDB / PA José Agripino. DEM / RN José Anibal. PSDB / PB Alosé Agripino. DEM / RN José Anibal. PSDB / SP Ronaldo Caiado. PSDB / ES Ricardo Franco. DEM / SP Ronaldo Caiado. DEM / GO Tasso Jereissati. PSDB / CS Ronaldo Caiado. DEM / GO Tasso Jereissati. PT-10 / PDT-3 Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RN Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / RR Humberto Costa. PT / RC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Paulo Paim. PT / RS Paulo Paim. PT / RS PAID Ronaldo. PT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS	Waldemir Moka	Roberto Muniz
Aécio Neves. PSDB / MG Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10 Aloysio Nunes Ferreira. PSDB / SP Alvaro Dias. PV / PR Antonio Anastasia. PSDB / MG Antonio Anastasia. PSDB / MG Cristovam Buarque. PSD / DF Ataides Oliveira. PSDB / TO Chassio Cunha Lima. PSDB / PB Dalirio Beber. PSDB / PB Davi Alcolumbre. DEM / AP Davi Alcolumbre. DEM / AP José Agripino. DEM / RN José Agripino. DEM / RN José Agripino. DEM / RN José Agripino. PSDB / SC Ricardo Ferraço. PSDB / SC Ricardo Ferraço. PSDB / SC Ricardo Franco. DEM / SC Romaldo Caiado. DEM / SC Tori Gurgaez. PDT / RO Acir Gurgaez. PDT / RO Acir Gurgaez. PDT / RO Angela Portela. PT / PR Fátima Bezerra. PT / PR Jorge Viana. PT / PC	Bloco Social Democrata - 16	Sérgio Petecão
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB-11 / DEM-4 / PV-1	Wilder Morais
Alvaro Dias. PV / PR Antonio Carlos Valadares. PSB / SE	Aécio Neves	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
Antonio Anastasia. PSDB / MG Ataídes Oliveira. PSDB / TO Cássio Cunha Lima. PSDB / PB Dalirio Beber. PSDB / SC Dalirio Beber. PSDB / SC Davi Alcolumbre. DEM / AP Davi Alcolumbre. DEM / AP Davi Alcolumbre. PSDB / PA Dosé Agripino. DEM / RN José Agripino. DEM / RN José Anibal. PSDB / SC Ricardo Franço. DEM / GO Tasso Jereissati. PSDB / CE Bloco de Apoio ao Governo - 13	Aloysio Nunes Ferreira	PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1
Ataídes Oliveira. PSDB / TO Fernando Bezerra Coelho. PSDB / PE Cássio Cunha Lima. PSDB / BB João Capiberibe. PSB / AP Dalirio Beber. PSDB / SC Lídice da Mata. PSB / BA Davi Alcolumbre. DEM / AP Lúcia vánia. PSB / BA Flexa Ribeiro. PSDB / PA Randolfe Rodrigues. REDE / AP José Agripino. DEM / RN Roberto Rocha. PSB / MA José Anfibal. PSDB / SP Romário. PSB / RJ Paulo Bauer. PSDB / SE Romário. PCdob / AM Ricardo Ferraço. PSDB / SE S/Partido - 1 Reguffe. DF Ronaldo Caiado. DEM / SE S/Partido - 1 Reguffe. DF Ronaldo Caiado. DEM / SE S/Partido - 1 Reguffe. DF Angela Portela. PT / RD Bloco de Apoio ao Governo. 13 Bloco de Apoio ao Governo. 13 Bloco Parlamentar Democracia Progressista. 11 Bloco Parlamentar Democracia Progressista. 11 Bloco Parlamentar Democracia Progressista. 11	Alvaro Dias	Antonio Carlos Valadares PSB / SE
Cássio Cunha Lima PSDB / PB João Capiberibe PSB / AP Dalirio Beber PSDB / SC Lídice da Mata PSB / BA Davi Alcolumbre DEM / AP Lúcia Vânia PSB / BA Picxa Ribeiro PSDB / PA Randolfe Rodrigues REDE / AP José Agripino DEM / RN Roberto Rocha PSB / MA José Anibal PSDB / SP Romário PSB / RJ Paulo Bauer PSDB / SC Vanessa Grazziotin PCdoB / AM Ricardo Franço PSDB / ES Reguffe DF Ronaldo Caiado DEM / SE Reguffe DF Ronaldo Caiado DEM / SE Reguffe DF Roir Gurgacz PDT / RO PDF Bloco de Apoio ao Governo 13 Bloco de Apoio ao Governo 13 Bloco Moderador 11 Angela Portela PT / RN S/Partido 1 Fátima Bezerra PT / RN S/Partido 1 Gleisi Hoffmann PT / PR S/Partido 1 José Pimentel PT / RS	Antonio Anastasia	Cristovam Buarque
Dalirio Beber. PSDB / SC Lídice da Mata. PSB / BA Davi Alcolumbre. DEM / AP Lúcia Vânia. PSB / GO Flexa Ribeiro. PSDB / PA Randolfe Rodrigues. REDE / AP José Agripino. DEM / RN Roberto Rocha. PSB / MA José Antibal. PSDB / SP Romário. PSB / RJ Paulo Bauer. PSDB / SC Vanessa Grazziotin. PCdoB / AM Ricardo Ferraço. PSDB / SE Reguffe. DF Ronaldo Caiado. DEM / GO S/Partido - 1 DF Tasso Jereissati. PSDB / CE Reguffe. DF Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3 Bloco de Apoio ao Governo. 13 Acir Gurgacz. PDT / RO Bloco Moderador. 11 Angela Portela. PT / RR Bloco Moderador. 11 Bloco Parlamentar Democracia Progressista. 11 Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. 10 SyPartido. 1 Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. 10 SyPartido. 1	Ataídes Oliveira	Fernando Bezerra Coelho
Dalirio Beber. PSDB / SC Lídice da Mata. PSB / BA Davi Alcolumbre. DEM / AP Lúcia Vânia. PSB / GO Flexa Ribeiro. PSDB / PA Randolfe Rodrigues. REDE / AP José Agripino. DEM / RN Roberto Rocha. PSB / MA José Antibal. PSDB / SP Romário. PSB / RJ Paulo Bauer. PSDB / SC Vanessa Grazziotin. PCdoB / AM Ricardo Ferraço. PSDB / SE Reguffe. DF Ronaldo Caiado. DEM / GO S/Partido - 1 DF Tasso Jereissati. PSDB / CE Reguffe. DF Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3 Bloco de Apoio ao Governo. 13 Acir Gurgacz. PDT / RO Bloco Moderador. 11 Angela Portela. PT / RR Bloco Moderador. 11 Bloco Parlamentar Democracia Progressista. 11 Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. 10 SyPartido. 1 Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. 10 SyPartido. 1	Cássio Cunha Lima	João Capiberibe
Davi Alcolumbre.DEM / AP PSDB / PA José Agripino.Lúcia Vânia.PSB / GOFlexa Ribeiro.PSDB / PA José Agripino.Randolfe Rodrigues.REDE / APJosé Aníbal.PSDB / RN PSDB / SPRoberto Rocha.PSB / MAJosé Aníbal.PSDB / SPRomário.PSB / RJPaulo Bauer.PSDB / SCVanessa Grazziotin.PCdoB / AMRicardo Ferraço.PSDB / SES/Partido - 1Ricardo Franco.DEM / SES/Partido - 1Ronaldo Caiado.DEM / GOReguffe.DFRonaldo Caiado.DEM / GOPSDB / CEBloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3PSDB / CEPMDB.19Acir Gurgacz.PDT / ROBloco Social Democrata.16Angela Portela.PT / RNBloco Parlamentar Democracia Progressista.11Bloco Parlamentar Democracia Progressista.11Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.10S/Partido.1Gleisi Hoffmann.PT / PRHumberto Costa.PT / PEJorge Viana.PT / ACJosé Pimentel.PT / CELasier Martins.PDT / RSLindbergh Farias.PDT / RSLindbergh Farias.PT / RJPaulo Paim.PT / RS		
Flexa Ribeiro. PSDB / PA José Agripino. DEM / RN José Aníbal. PSDB / SP Paulo Bauer. PSDB / SC Ricardo Ferraço. PSDB / SE Ronaldo Caiado. DEM / GO Tasso Jereissati. PT-10 / PDT-3 Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RR Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / RC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PT / RS Lindbergh Farias. PT / RS Lindbergh Farias. PT / RS Lindbergh Farias. PT / RS Randolfe Rodrigues. REDE / AP Roberto Rocha. PSB / MA Romário. PSB / Ma Romário		Lúcia Vânia
José Agripino.DEM / RN PSDB / SPRoberto Rocha.PSB / MAJosé Aníbal.PSDB / SPRomário.PSB / RJPaulo Bauer.PSDB / SCVanessa Grazziotin.PCdoB / AMRicardo Ferraço.PSDB / ESS/Partido - 1Ricardo Franco.DEM / SES/Partido - 1Ronaldo Caiado.DEM / GOS/Partido - 1Tasso Jereissati.PSDB / CEPMDB.19Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3Bloco Social Democrata.16Acir Gurgacz.PDT / ROBloco de Apoio ao Governo.13Acir Gurgacz.PDT / RRBloco Moderador.11Angela Portela.PT / RRBloco Parlamentar Democracia Progressista.11Bloco Parlamentar Democracia Progressista.11Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.10S/Partido.1TOTAL81TOTAL81		Randolfe Rodrigues REDE / AP
José Aníbal. PSDB / SP Romário. PSB / RJ		-
Paulo Bauer.PSDB / SC Ricardo Ferraço.Vanessa Grazziotin.PCdoB / AMRicardo Franco.DEM / SE Ronaldo Caiado.DEM / SE PSDB / CEReguffe.DFRonaldo Caiado.DEM / GO PSDB / CEPSDB / CEBloco de Apoio ao Governo - 13 Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-319 Bloco Occial Democrata.16 Bloco de Apoio ao Governo.13 Bloco Moderador.11 Bloco Parlamentar Democracia Progressista.11 Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.10 S/Partido.Fátima Bezerra.PT / PR Humberto Costa.PT / PR Jorge Viana.PT / AC José Pimentel.PT / CE PT / RSLasier Martins.PDT / RS Lindbergh Farias.PT / RJ PT / RJPaulo Paim.PT / RS		Romário
Ricardo Ferraço. PSDB / ES Ricardo Franco. DEM / SE Ronaldo Caiado. DEM / GO Tasso Jereissati. PSDB / CE Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3 Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RR Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / AC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS Reguffe. DF		
Ricardo Franco. Ronaldo Caiado. DEM / GO Tasso Jereissati. PSDB / CE Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3 Acir Gurgacz. Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RR Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / AC José Pimentel. PT / RS Lindbergh Farias. PT / RS Reguffe. Reguffe. Reguffe. DF Reguffe. PMDB. Bloco Social Democrata. 16 Bloco de Apoio ao Governo. 13 Bloco Parlamentar Democracia Progressista. 11 Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. 10 S/Partido. 1 TOTAL TOTAL 81 TOTAL 1 TOTAL		
Ronaldo Caiado. DEM / GO Tasso Jereissati. PSDB / CE Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3 Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RR Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / RC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RS PMDB. 19 Bloco Social Democrata. 16 Bloco de Apoio ao Governo. 13 Bloco Moderador. 11 Bloco Parlamentar Democracia Progressista. 11 Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. 10 S/Partido. 1 TOTAL 81 TOTAL 81 POT / RS Lindbergh Farias. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RS		Reguffe DF
Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3 Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RR Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / AC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS Bloco Social Democrata. 16 Bloco de Apoio ao Governo. 13 Bloco Moderador. 11 Bloco Parlamentar Democracia Progressista. 11 Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. 10 S/Partido. 1 TOTAL 81 TOTAL 81 Bloco Social Democrata. 16 Bloco Governo. 13 Bloco Moderador. 11 Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. 10 S/Partido. 1 TOTAL 81 TOTAL 981		
Bloco de Apoio ao Governo - 13 PT-10 / PDT-3 Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RR Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / PE Jorge Viana. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS		
Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RR Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / AC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS		
Acir Gurgacz. PDT / RO Angela Portela. PT / RR Angela Portela. PT / RN Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / AC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS	•	
Angela Portela. PT / RR Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / AC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS		
Fátima Bezerra. PT / RN Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / PE Jorge Viana. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS		Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia 10
Gleisi Hoffmann. PT / PR Humberto Costa. PT / PE Jorge Viana. PT / AC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS		
Humberto Costa. PT / PE Jorge Viana. PT / AC José Pimentel. PT / CE Lasier Martins. PDT / RS Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS		
Jorge Viana.PT / ACJosé Pimentel.PT / CELasier Martins.PDT / RSLindbergh Farias.PT / RJPaulo Paim.PT / RS		
José Pimentel.PT / CELasier Martins.PDT / RSLindbergh Farias.PT / RJPaulo Paim.PT / RS		
Lasier Martins.PDT / RSLindbergh Farias.PT / RJPaulo Paim.PT / RS		
Lindbergh Farias. PT / RJ Paulo Paim. PT / RS		
Paulo Paim		

 Regina Sousa.
 . PT / PI

 Telmário Mota.
 . PDT / RR

 Bloco Moderador - 11

 PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1

 PTC-1

 Armando Monteiro.
 . PTB / PE

 Cidinho Santos.
 . PR / MT

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO) Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG) Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP) Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR) Ana Amélia* (Bloco-PP-RS) Angela Portela* (Bloco-PT-RR) Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG) Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE) Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE) Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO) Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL) Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB) Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT) Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI) Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF) Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC) Dário Berger** (PMDB-SC) Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP) Edison Lobão* (PMDB-MA) Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE) Eduardo Braga* (PMDB-AM) Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ) Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI) Eunício Oliveira* (PMDB-CE) Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN) Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE) Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA) Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN) Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC) Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR) Hélio José* (PMDB-DF) Humberto Costa* (Bloco-PT-PE) Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO) Jader Barbalho* (PMDB-PA) João Alberto Souza* (PMDB-MA) João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP) Jorge Viana* (Bloco-PT-AC) José Agripino* (Bloco-DEM-RN) José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP) José Maranhão** (PMDB-PB) José Medeiros* (Bloco-PSD-MT) José Pimentel* (Bloco-PT-CE) Kátia Abreu** (PMDB-TO) Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS) Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA) Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ) Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO) Magno Malta* (Bloco-PR-ES) Marta Suplicy* (PMDB-SP) Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM) Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA) Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC) Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Reguffe** (S/Partido-DF)
Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Roberto Requião* (PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)

Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)

Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)

Raimundo Lira* (PMDB-PB)

Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)

Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)

Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)

Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1° VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2° VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO

178 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 13

Líder

Paulo Rocha - PT (36,47,65,67)

Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32)

Lindbergh Farias (34,66,71) Telmário Mota (4,30,41,50,72,96) Gleisi Hoffmann (68,73,76,95)

Regina Sousa (40)

Líder do PT - 10

Paulo Rocha (36,47,65,67)

Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,66,71) Gleisi Hoffmann (68,73,76,95)

> Fátima Bezerra (33,69) **Líder do PDT - 3**

Acir Gurgacz (3,32)

Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,72,96)

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11

Líder

Omar Aziz - PSD (11,52)

Vice-Líderes

Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58)

.....

Líder do PP - 7

Benedito de Lira (14,16,39,51,55)

Líder do PSD - 4

Omar Aziz (11,52)

Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17) Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16

Líder

José Agripino - DEM (37,60)

Vice-Líderes

Ricardo Ferraço (88)

Davi Alcolumbre (89) Ataídes Oliveira (87)

...... Líder do PSDB - 11

Cássio Cunha Lima (15,56)

Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) José Aníbal (94)

Líder do DEM - 4

Ronaldo Caiado (9)

Vice-Líder do DEM José Agripino (37,60)

Líder do PV - 1

Alvaro Dias (19,75)

Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11

Líder

Fernando Collor - PTC (5,6,77,81)

Vice-Líderes

Wellington Fagundes (48,53,79) Elmano Férrer (78,82)

Eduardo Amorim (83)

Líder do PTB - 3

Elmano Férrer (78,82)

Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)

Líder do PR - 4

Wellington Fagundes (48,53,79)

Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)

Líder do PSC - 2

Eduardo Amorim (83)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (93)

Líder do PTC - 1

Fernando Collor (5,6,77,81)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10

Líder

Lídice da Mata - PSB (12,26)

Vice-Líderes

Antonio Carlos Valadares (61,80,92) Vanessa Grazziotin (21,23)

.....

Líder do PSB - 7

Antonio Carlos Valadares (61,80,92)

Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64) Roberto Rocha (43,63)

Líder do PPS - 1

Cristovam Buarque (74)

Líder do PCdoB - 1

Vanessa Grazziotin (21,23)

Líder do REDE - 1

Randolfe Rodrigues (24,28)

PMDB - 19

Líder Eunício Oliveira - PMDB

Vice-Líderes

Waldemir Moka (85)

Rose de Freitas (86)

Vice-Líderes Hélio José (49,57)

Wellington Fagundes (48,53,79)

Governo Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059) http://www.senado.leg.br/ordiasf Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 179

- 2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
- 3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
- 4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
- 5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
- 6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- 7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- 8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- 9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
- 10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
- 11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
- 12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
- 13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
- 14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
- 15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
- 16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
- 17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
- 18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
- 19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
- 20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
- 21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
- 22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
- 23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
- 24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
- 25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
- 26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
- 27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
- 28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
- 29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
- 30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
- 31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
- 32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
- 33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
- 34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
- 35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
- 36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
- 37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
 38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
- 39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
- 40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
- 41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
- 42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
- 43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
- 44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
- 45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
- 46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
- 47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
- 48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
- 49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
- 50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
- 51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
- 52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
- 53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Oficio s/n GABLIDPR).
- 54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
- 55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
- 56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
- 57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
- 58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
- 59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
- 60. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 61. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.

180 Quarta-feira 15 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Junho de 2016

- 62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
- 63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
- 64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
- 65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
- 66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
- 67. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
- 68. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
- 69. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
- 70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
- 71. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
- 72. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
- 73. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
- 74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
- 75. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
- 76. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
- 77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
- 78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
- 79. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
- 80. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
- 81. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
- 82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
- 83. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
- 84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
- 85. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
- 86. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
- 87. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
- 88. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
- 89. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
- 90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
- 91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
- 92. O senador Antonio Carlos Valadares está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 06/06/2016 a 20/06/2016.
- 93. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
- 94. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-lider do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
- 95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
- 96. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: VICE-PRESIDENTE: RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos Telefone(s): 61 3303-3492 E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

1/		M	RR	$\mathbf{\Omega}$	C
IVI	n,	vı	пκ		

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE: VICE-PRESIDENTE:
MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

MEMBROS

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1) **RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015 Instalação: 15/04/2015 Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)			
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)		
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		
Maioria (PMDB)			
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) 1.			
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2,4)			
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) 1.			
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)			
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)		
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (3)			
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) 1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)			

Notas

- *. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
- **. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
- ***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
- ****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB)
- *****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
- 1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 CTBHSF).
- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492 **Fax:** 61 33031176 **E-mail:** coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS	

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

10) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional. Requerimento nº 935, de 2015

requerimento ii 755, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015 **Prazo final:** 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)			
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (8)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)		
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)		
Senador Wilder Morais (PP-GO) (2,17)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)		
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)	5. VAGO (5,13,16)		
Maioria (PMDB)			
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)		
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)		
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. VAGO (7,19)		
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)		
Bloco Social Democrat	a (PSDB, DEM, PV) (15,30)		
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (23,27)		
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (12)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. VAGO (14,21)		
Bloco Parlamentar Socialismo e De	emocracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)		
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4)		
Bloco Moderador (PR,	PTB, PSC, PRB, PTC) (18)		
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (9,28,32)		
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (24,26)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (10,29,31)		

- *. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- **. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).
- ***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- ****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).
- *****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).
- ******. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).
- *******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.
- ******* Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.
- 1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

- 6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
- 2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
- 3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
- 4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
- 5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficio nº 109/2015-GLDBAG).
- 7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
- 8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
- 9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
- 10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
- 11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
- 12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
- 13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
- 14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
- 15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- 17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
- 18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 20. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
- 21. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
- 22. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
- 23. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- 24. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
- 25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 26. Em 17.05.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. 24/2016-BLOMOD).
- 27. Em 02.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador José Serra (Of. 31/2016-GLPSDB).
- 28. Em 1°.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos n°s 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- 29. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- 30. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- 31. Em 07.06.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Walter Pinheiro (Of. 35/2016-BLOMOD).
- 32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos Telefone(s): 61 33033492 E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014 Prazo final prorrogado: 19/06/2015 Prazo final prorrogado: 17/06/2016

	Prazo final prorrogado: 1//06/2016
MEMBRO	OS
Admar Gonzaga Neto	
Arnaldo Versiani Leite Soares	
Carlos Caputo Bastos	
Carlos Mário da Silva Velloso	
Edson de Resende Castro	
Fernando Neves da Silva	
Hamilton Carvalhido	
Joelson Costa Dias	
José Antonio Dias Toffoli	
José Eliton de Figuerêdo Júnior	
Luciana Müller Chaves	
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho	
Márcio Silva	
Marcus Vinicius Furtado Coelho	
Roberto Monteiro Gurgel Santos	
Raimundo Cezar Britto	
Torquato Lorena Jardim	
Geraldo Agosti Filho	
José Rollemberg Leite Neto	
Walter de Almeida Guilherme	
Roberto Carvalho Velloso	
Henrique Neves da Silva	
Ezikelly Silva Barros	

Notas

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

******. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

******* Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

******* Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

******** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

********* Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

************* Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

******** Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

********* Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

******** Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

********* Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado Telefone(s): 61 33033492 Fax: 61 33021176 E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6) **RELATOR:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (6)

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES		
Maioria (PMDB)			
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (2)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)		
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)		
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)		
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (4)	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)		
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.		
Bloco Social Democrat	ra (PSDB, DEM, PV) (8)		
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (9)	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)		
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (9)		
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		
Bloco de Apoio ao G	overno (PT, PDT) (3)		
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)		
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (5)		
Bloco Parlamentar Socialismo e Demo	ocracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1,3)		
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)		
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)		
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)		
Bloco Moderador (PR, 1	PTB, PSC, PRB, PTC) (1)		
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Magno Malta (PR-ES)		
Bloco Parlamentar Democra	cia Progressista (PP, PSD) (1)		
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)		
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO)		
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)		

- *. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

 ** Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Placo Parlamentar da Oposição; titulares Aloysia Nunes
- **. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);
- ***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes Sérgio Petecão, Wilder Morais e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).
- ****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);
- *****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares Wellington Fagundes e Zeze Perrela; suplentes Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);
- ******. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

- 1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
- 2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
- 3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
- 4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 GLPMDB).
- 5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
- 6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 CEI2016).
- 7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).
- 8. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- 9. Em 07.06.2016, foram eleitos os Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão como membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 34/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno

Telefone(s): 33033511 E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1) RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS
Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta (2)
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

- *. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.
- **. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.
- ***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.
- 1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)
- 2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes Telefone(s): (61) 3303-3514 Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 197

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

> **Designação:** 16/06/2015 **Instalação:** 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/04/2016

MEMBROS
Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo Machado de Andrade
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggioro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Geraldo Vieira (2)
Enio Paes de Oliveira (1,3)
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner
Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

- *. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
- **. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
- ***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016

- *****. O ato do Presidente nº 8, de 5 de abril de 2016, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de abril de 2016.
- 1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
- 2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
- 3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511 **E-mail:** coceti@senado.leg.br

Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 199

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015 **Instalação:** 02/09/2015 **Prazo final:** 11/04/2016

MEMBROS
Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Leandro Paulsen
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso

- *. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
- **. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
- ***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

 ****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
- *****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
- *******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues Telefone(s): 33033501 E-mail: coceti@senado.gov.br Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 201

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015 Designação: 25/03/2015 Instalação: 31/03/2015 Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)
VAGO (6,10)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (11,12,13)	1.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (2,14,16)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,15)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (9)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

- *. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
- **. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
- ****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
- *****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
- ******. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
- *******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015. *******. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.
- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
- 3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
- 4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
- 5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

- 6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Oficio nº 131/2015-GLDBAG).
- 7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficio nº 132/2015-GLDBAG).
- 8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 10. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
- 11. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 12. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Oficio nº 73/2016-GLPMDB).
- 13. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz(Ofício nº 88/2016-GLPMDB).
- 14. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- 15. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata) 16. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501 **Fax:** 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 203

2)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015 **Designação:** 16/07/2015

	CLIDE DAMESC
TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (5)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,8)

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
- 4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1)
- 8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
- 9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

3)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

Leitura: 28/05/2015 Designação: 07/07/2015 Instalação: 14/07/2015 Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (13)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
VAGO (1,15,19)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (14)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

- *. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).
- **. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).
- ***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).
- ****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).
- *****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).
- ******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.
- 1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).
- 2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).
- 3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).
- 4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).
- 5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).
- 6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).
- 7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

- 8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
- 9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
- 10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
- 11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
- 12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
- 14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
- 16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
- 18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- 19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
- 20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501 E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (2)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

- 1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6,23,26) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao G	overno (PT, PDT) (3)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (46,52,54)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (24)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (5)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,14,21,50)
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (38,43)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,28,34,45)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)
Senador Alvaro Dias (PV-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (29)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (30)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (41)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (47,51)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,39,42)
Notas:	

^{*.} Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- ******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
- 1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
- 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
- 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
- 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
- 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
- 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
- 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
- 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
- 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
- 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
- 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
- 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
- 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
- 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
- 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
- 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
- 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
- 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
- 23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
- 24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
- 25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
- 26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).
- 27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
- 28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
- 29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
- 30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).
- 32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
- 34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
- 35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
- 36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

- 37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
- 38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- 39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1)
- 40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
- 42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
- 43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
- 44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)
- 45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)
- 46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo , deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)
- 47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- 48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)
- 49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- 50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- 51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- 52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
- 53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG)
- 54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 33033516 E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Telefone(s): 61 33033516 Fax: 61 33034544 E-mail: cae@senado.leg.br Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 211

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (4)	1.

Notas:

- 1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
- 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
- 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
- *. Em 18.08.2015, foi lido o oficio 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Telefone(s): 61 33033516 Fax: 61 33034344 E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Telefone(s): 61 33033516 Fax: 61 33034344 E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Telefone(s): 61 33033516 Fax: 61 33034344 E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (7,19)

overno (PT, PDT) (4) 1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (11,21) 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) 3. Senador José Pimentel (PT-CE) 4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) Senador José Pimentel (PT-CE)	
3. Senador José Pimentel (PT-CE)	
4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)	
5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	
6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)	
Maioria (PMDB)	
1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	
2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	
3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)	
4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)	
5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)	
6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,31)	
1. VAGO (17)	
2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1,22)	
1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)	
1. Schador Vicentinio Arves (114-10)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (24)	

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).
- *** Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).
- ******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).
- ********. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).
- 1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).
- 3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

- 4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
- 5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
- 6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
- 7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
- 8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
- 9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
- 10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
- 11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
- 12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
- 13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
- 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaiu/SE (Of. s/n. de 2015).
- 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 004/2016-GLDEM).
- 18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
- 19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
- 20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
- 21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
- 22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
- 24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
- 25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
- 27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
- 28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB)
- 29. Em 1°.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos n°s 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- 30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- 31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- 32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira Reuniões: Ouartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608 **E-mail:** cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4) **VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes		
Bloco de Apoio ao Go	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)		
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. VAGO (47,50)		
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)		
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)		
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)		
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)		
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)		
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)		
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)		
Maioria	(PMDB)		
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)		
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)		
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)		
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)		
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)		
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)		
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)		
Bloco Social Democrata ((PSDB, DEM, PV) (7,30,48)		
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)		
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)		
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27,39,45)		
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)			
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)		
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)		
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (34)		
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)			
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)		
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (46,49)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)		
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)		

Notas:

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

^{*.} Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

^{***.} Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

- ******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
- 1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
- 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
- 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
- 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
- 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
- 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
- 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
- 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
- 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
- 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
- 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
- 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
- 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
- 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
- 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
- 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
- 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
- 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
- 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
- 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
- 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
- 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
- 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
- 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Oficio nº 008/2015-GLDPP.
- 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
- 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
- 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
- 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
- 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
- 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
- 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

- 39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
- 40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
- 41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
- 42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
- 44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
- 45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
- 46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- 47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- 48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata) 49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- 50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 3303-3972 Fax: 3303-4315 E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Oficio nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Telefone(s): 61-3303-3972 Fax: 61-3303-4315 E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Telefone(s): 3303-3972 Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao G	overno (PT, PDT) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)	
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
VAGO (21)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. VAGO (28,30)	
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)	
Maioria (PMDB)		
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	
VAGO (18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.	
	8.	
Bloco Social Democrata	(PSDB, DEM, PV) (16,29)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,20,26)	1. VAGO (13)	
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Der	nocracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Bloco Moderador (PR, 1	PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (22,23)	1.	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	3.	
Notas:	<u> </u>	

Notas

^{*.} Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

^{**.} Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

^{****.} Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

^{****.} Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

^{******} Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

- *******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
- 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
- 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
- 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 GLPSDB).
- 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
- 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
- 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
- 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
- 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
- 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
- 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
- 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
- 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
- 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
- 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
- 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
- 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
- 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
- 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)
- 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
- 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata) 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progessista (Of. 51/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -Telefone(s): 61 33033498 E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 3311-3498

> Fax: 3311-3121 E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 311-3498/4604/2 Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 311-3498/4604 Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao Go	overno (PT, PDT) (2)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)	
VAGO (20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (13)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (7,13,15)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO (5,14)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)	
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. VAGO (22)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (17)	4. VAGO (6,18)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (24,26,27)	5.	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (16)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,21,23)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) (11)	

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).
- *****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).
- *******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).
- *******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).
- ******* Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
- 5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).
- 6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).
- 7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

- 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
- 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
- 10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
- 12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
- 14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- 15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
- 16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
- 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
- 20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
- 21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
- 22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
- 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB)
- 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
- 26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
- 27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB)
- 28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -Telefone(s): 61 3303-3519 Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

- 1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Telefone(s): 3303-3519 Fax: 3303-1060 E-mail: scomcma@senado.gov.br

^{*.} Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

- 1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Telefone(s): 3303-3519 Fax: 3303-1060 E-mail: scomcma@senado.gov.br

^{*.} Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (2)

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

- 1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
- 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
- 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
- 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
- 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
- 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Telefone(s): 3303-3519 Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas

- 1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
- 4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
- **. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
- ***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
- ****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -Telefone(s): 61 3303-3519 Fax: 3303-1060 E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)	
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	
VAGO (23)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)	
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)	
Maioria (PMDB)		
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.	
Bloco Social Democrat	ta (PSDB, DEM, PV) (19,26)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18,22,24)	1. VAGO (16)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (21)		
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)	
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (15,25,27)	
Notas:		

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).
- 3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of 16/2015).
- 4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
- 5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
- 6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).
- 7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
- 8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

- 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
- 10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
- 11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
- 12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
- 13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
- 14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
- 15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
- 16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
- 17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
- 21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
- 23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
- 24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM)
- 25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- 26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata) 27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -Telefone(s): 61 3303-2005 Fax: 3303-4646 E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio Telefone(s): 3303-4251/3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646 E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas

- 1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 CDH).
- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -Telefone(s): 61 3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

Suplentes	
no Governo (PT, PDT) (1)	
1. Senador José Pimentel (PT-CE)	
2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
3. VAGO (16)	
4. Senador Humberto Costa (PT-PE)	
5. VAGO (9)	
6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)	
Maioria (PMDB)	
1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	
2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	
3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)	
4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (18)	
5. Senador Hélio José (PMDB-DF)	
rata (PSDB, DEM, PV) (15,24)	
1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	
3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (19,20)	
4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)	
2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (23,25)	
2. Senador Magno Malta (PR-ES) (22)	

Notas:

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- 3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- 4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

^{*.} Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

^{**.} Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

- 5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- 6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
- 7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- 8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- 9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- 10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- 12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
- 13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- 14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
- 15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- 19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- 20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
- 21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
- 22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- 23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- 24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata) 25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 3303-3496 Fax: 3303-3546 E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾ **VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao Go	overno (PT, PDT) (2)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)	
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)	
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)	
Maioria (PMDB)		
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)	
Bloco Social Democrata	(PSDB, DEM, PV) (20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (18,33)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.	
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (15,16,33)	4.	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Dem	nocracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.	
	3.	
Bloco Moderador (PR, P	TB, PSC, PRB, PTC) (23)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	

Notas:

- *. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).
- ******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).
- *********. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).
- 1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

- 3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
- 4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
- 5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
- 6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
- 7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
- 8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
- 9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Peteção foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
- 10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 GLDBAG).
- 11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
- 12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
- 13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
- 14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
- 15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 GLPSDB).
- 16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
- 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
- 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
- 19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
- 20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
- 22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- 23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
- 26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
- 27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
- 28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
- 30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
- 31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- 32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- 33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
- 34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
- 35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -Telefone(s): 61 3303-4607 Fax: 61 3303-3286 E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Telefone(s): 61 3303-4607 Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Telefone(s): 61 3303-4607 Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Telefone(s): 61 3303-4607 Fax: 61 3303-3286 E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Peteção (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

- 1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
- 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
- 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -Telefone(s): 61 3303-4607 Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

Suplentes	
Governo (PT, PDT) (3)	
1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)	
2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	
4. VAGO (1,10)	
5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Maioria (PMDB)	
1. VAGO (24)	
2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)	
3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	
4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)	
5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)	
ata (PSDB, DEM, PV) (21,34)	
1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)	
2. VAGO	
3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (23)	
1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	
2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)	

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).
- *****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).
- *******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).
- *******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).
- ******** Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).
- 1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)
- 2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
- 5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).
- 6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).
- 7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

- 8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
- 9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
- 10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
- 11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
- 12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
- 13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
- 14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
- 15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
- 16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
- 17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
- 18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
- 19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
- 23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
- 26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
- 27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
- 28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
- 29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
- 31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
- 32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
- 33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- 34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

Suplentes	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)	
2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)	
3.	
4.	
5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)	
(PMDB)	
1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)	
2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	
3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (14,16)	
4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5,6)	
5. Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	
(PSDB, DEM, PV) (8,17)	
1. Senador Wilder Morais (PP-GO)	
2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	
3.	
nocracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
1.	
2.	
TB, PSC, PRB, PTC) (10)	
1. VAGO (11)	
2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

 ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- ******. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDR)
- ******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).
- *******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
- 4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
- 5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
- 7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).
- 8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 9. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

- 10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
- 12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
- 13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
- 14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
- 16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
- 17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

Secretário(a): Marcello Varella Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -Telefone(s): 3303 3506 Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella Telefone(s): 3311-3506/3321 Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 253

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1,13,14) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) (7)

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)		
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (15)	
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)	
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (19,25)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.	
Bloco Social Democr	rata (PSDB, DEM, PV) (11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.	
Bloco Parlamentar Socialismo e	Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)	
Bloco Moderador (P	PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (21,24)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,20)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.	

Notas:

- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).
- *******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
- $5. \ Em\ 10.03.2015, o\ Senador\ Omar\ Aziz\ foi\ designado\ membro\ titular\ pelo\ Bloco\ da\ Maioria\ (Of.\ 40/2015-\ GLPMDB).$
- 6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
- 7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
- 8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

^{*.} Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

^{**.} Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

^{***.} Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

^{****.} Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

- 10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
- 11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
- 13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Oficio GSCB nº 02-002/2016).
- 14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
- 15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
- 16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
- 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
- 19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD)
- 21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- 22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- 23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- 24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
- 25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -Telefone(s): 61 3303-1120 E-mail: cct@senado.gov.br Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 255

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5) VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (11)

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,23)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (22)	1. VAGO (14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)
Notas	•

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).
- ****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).
- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
- 3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
- 4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
- 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
- 6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
- 7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
- 8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
- 10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
- 11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
- 12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
- 13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
- 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

- 20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
- 21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
- 22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
- 23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda Telefone(s): 61 33031095 E-mail: csf@senado.leg.br Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 257

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apo	oio ao Governo (PT, PDT)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO (8)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
N	Maioria (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO (7)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (9,10)	5.
Bloco Social Dem	nocrata (PSDB, DEM, PV) (3,11)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo	o e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador	(PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (6)
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (13)
NT 4	

Notas:

- *. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB)
- **. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).
- ***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).
- ****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).
- *****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).
- Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)
- 2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).
- 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Oficio nº 6/2016-BLUFOR)
- 5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Oficio nº 16/2016-GLDEM)
- 6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
- 9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
- 10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

- 11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- 12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Oficio nº 34/2016-BLOMOD).

13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Oficio nº 34/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2) VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

 1ª Eleição Geral:
 19/04/1995
 6ª Eleição Geral:
 06/03/2007

 2ª Eleição Geral:
 30/06/1999
 7ª Eleição Geral:
 14/07/2009

 3ª Eleição Geral:
 27/06/2001
 8ª Eleição Geral:
 26/04/2011

 4ª Eleição Geral:
 13/03/2003
 9ª Eleição Geral:
 06/03/2013

 5ª Eleição Geral:
 23/11/2005
 10ª Eleição Geral:
 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio	o ao Governo (PT, PDT)
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
Ma	ioria (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (16)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Social Den	nocrata (PSDB, DEM, PV)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9,10)	1. VAGO (4,5,15)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (5)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (5)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e	e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (8)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (8)
Bloco Moderador	(PR, PTB, PSC, PRB, PTC)
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (11,12)	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (13,14)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
	(/)

Notas:

- _
- **Atualização:** 01/03/2016

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- 1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme oficio lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Oficio nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
- 9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Oficio nº 323/2015 GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
- 10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Oficio nº 122/2015, do Líder do Democratas.
- 11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

- 12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Oficio nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
- 13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista PDT.
- 14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
- 15. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
- 16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

1ª Designação: 03/12/2001 2ª Designação: 26/02/2003 3ª Designação: 03/04/2007 4ª Designação: 12/02/2009 5ª Designação: 11/02/2011 6ª Designação: 11/03/2013 7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (2)

Atualização: 26/11/2015

Notas

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
- $1.\ Designada\ para\ ocupar\ o\ cargo\ de\ Presidente\ do\ Conselho\ pelo\ Ato\ do\ Presidente\ n^{o}\ 41,\ de\ 2015,\ em\ 26/11/2015.$
- 2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

^{1.} O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: (3)

1ª Designação: 23/03/2010
 2ª Designação: 14/03/2011
 3ª Designação: 11/03/2013
 4ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 01/06/2017

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
VAGO (2)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) (7)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
VAGO (4,6)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,8)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

- 6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
- 7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
- 8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

> Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2) VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

1ª Designação: 30/11/2010 2ª Designação: 14/03/2011 3ª Designação: 21/03/2012 4ª Designação: 11/03/2013 5ª Designação: 20/05/2014 6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

MEMBROG
MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (3)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,4)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Notas

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012 2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
DOD
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) **Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303.5258

Fax: 3303.5260 E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3) VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)

1ª Designação: 22/08/2013 **2ª Designação:** 01/07/2015

Atualização: 07/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (2,4)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Notas

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
- 1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
- 2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
- 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.
- 4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 20/12/2013 **2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO (3)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,4)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
Atualização: 11/11/2015

Notas

- *. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.
- 1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.
- 3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995 2ª Designação: 30/06/1999 3ª Designação: 27/06/2001 4ª Designação: 25/09/2003 5ª Designação: 26/04/2011 6ª Designação: 21/02/2013 7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260 **E-mail:** saop@senado.leg.br

^{*.} Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

^{1.} Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA
	Atualização: 31/01/2015

Notas

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260 E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL
	Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 277

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2) VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (2)

1^a Designação: 14/03/2011 2^a Designação: 21/03/2012 3^a Designação: 11/03/2013 4^a Designação: 26/03/2014 5^a Designação: 01/07/2015

Atualização: 03/11/2015

MEMBROS	
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS)	
PT	
Senadora Fátima Bezerra (RN)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (MG)	
PSB	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)	
PDT	
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	
PR	
Senador Wellington Fagundes (MT)	
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC)	
DEM	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
PP	
Senadora Ana Amélia (RS)	
PTB	
Senador Douglas Cintra (PE)	
PPS	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	
PCdoB	
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (SE)	
PRB	
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,3)	
REDE	
Senador Randolfe Rodrigues (AP)	

Notas:

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015
- 1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
- 3. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3° do

RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3° do

RISF):

Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 281

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2) VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

MEMBROS		
DEM		
Senador José Agripino (RN)		
PCdoB		
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)		
PDT		
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)		
PMDB		
Senador Jader Barbalho (PA)		
PP		
Senadora Ana Amélia (RS)		
PPS		
Senador José Medeiros (PSD-MT)		
PR		
Senador Cidinho Santos (MT) (3)		
PRB		
Senador Eduardo Lopes (RJ) (4)		
PSB		
Senador Roberto Rocha (MA)		
PSC		
Senador Eduardo Amorim (SE)		
PSD		
Senador Omar Aziz (AM)		
PSDB		
Senador Tasso Jereissati (CE)		
PT		
Senador Jorge Viana (AC)		
PTB		
Senador Fernando Collor (PTC-AL)		
REDE		
Senador Randolfe Rodrigues (AP)		

Notas

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
- 1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
- 3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das

respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arthur Lira (PP-AL)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

3° VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 03/05/2016 **Instalação:** 05/05/2016

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES	
PM	DB	
Waldemir Moka - MS	1. Marta Suplicy - SP	
Romero Jucá - RR (9)	2. Eunício Oliveira - CE (21)	
Eduardo Braga - AM (21)	3. VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)		
Paulo Paim - PT/RS (8,16)	1. Regina Sousa - PT/PI	
Telmário Mota - PDT/RR	2. Fátima Bezerra - PT/RN	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Flexa Ribeiro - PSDB/PA (4)	1. Dalirio Beber - PSDB/SC (12)	
VAGO (7)	2. VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)		
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	Cristovam Buarque - PPS/DF	
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)		
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Zeze Perrella - PTB/MG	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Otto Alencar - PSD/BA (13)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (13)	

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES		
PR, PSI	D, PROS		
Milton Monti - PR/SP	1. Lúcio Vale - PR/PA		
Vicentinho Júnior - PR/TO	2. Luiz Cláudio - PR/RO		
Ronaldo Fonseca - PROS/DF	3. George Hilton - PROS/MG		
Júlio Cesar - PSD/PI	4. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS		
Irajá Abreu - PSD/TO	5. VAGO		
PP, PT	B, PSC		
Simão Sessim - PP/RJ (6)	1. Hiran Gonçalves - PP/RR (6)		
Arthur Lira - PP/AL (6)	2. Covatti Filho - PP/RS (6)		
Nelson Meurer - PP/PR (6)	3. Mário Negromonte Jr PP/BA (20)		
Sérgio Moraes - PTB/RS (6)	4. Zeca Cavalcanti - PTB/PE (6)		
Pr. Marco Feliciano - PSC/SP (19)	5. VAGO		
PMDE	B, PEN		
José Priante - PMDB/PA	1. Celso Maldaner - PMDB/SC		
Junior Marreca - PEN/MA	2. Daniel Vilela - PMDB/GO		
Saraiva Felipe - PMDB/MG	3. Dulce Miranda - PMDB/TO		
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marx Beltrão - PMDB/AL		
	T		
Assis Carvalho - PI (3)	1. Adelmo Carneiro Leão - MG (3)		
Beto Faro - PA (3)	2. Caetano - BA (3)		
Reginaldo Lopes - MG (3)	3. Paulão - AL (3)		
Waldenor Pereira - BA (3)	4. Valmir Assunção - BA (3)		
PS	DB		
Duarte Nogueira - SP (10)	1. João Gualberto - BA (17)		
Geraldo Resende - MS	2. Nelson Marchezan Junior - RS (17)		
Rodrigo de Castro - MG	3. Nilson Leitão - MT		
PRB, PTN, I	PTdoB, PSL		
Cleber Verde - PRB/MA	1. Ronaldo Martins - PRB/CE		
Ademir Camilo - PTN/MG (18)	2. Jozi Araújo - PTN/AP (18)		
P\$	SB		
Bebeto - BA	1. Tereza Cristina - MS		
Luciano Ducci - PR	2. Rodrigo Martins - PI (5)		
DE	DEM		
Claudio Cajado - BA	1. Juscelino Filho - MA		
Paulo Azi - BA	2. Marcos Rogério - RO (15)		
PI	DT		
Dagoberto - MS (2)	1. André Figueiredo - CE (2,14)		
S	D		
Benjamin Maranhão - PB	1. Wladimir Costa - PA		
PCdoB			
Davidson Magalhães - BA 1. Rubens Pereira Júnior - MA			
PP:	S ⁽¹⁾		

Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 285

TITULARES	SUPLENTES
Leandre - PV/PR	1. Alex Manente - SP (11)

Notas:

- 1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- 2. Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Goés, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PDT.
- 3. Designados, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho, Beto Faro, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira e, como membros suplentes, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Caetano, Paulão e Valmir Assunção, em vagas existentes, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2016, da Liderança do PT.
- 4. Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2016, da Liderança do PSDB.
- 5. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em substituição ao Deputado Fabio Garcia, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 77, de 2016, da Liderança do PSB.
- 6. Designados, como membros titulares, os Deputados Simão Sessim, Arthur Lira, Nelson Meurer e Sérgio Moraes, e, como membros suplentes, os Deputados Hiran Gonçalves, Covatti Filho e Zeca Cavalcanti, em 5-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130, de 2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC.
- 7. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 10-05-2016 (Senado Federal).
- 8. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12.05.2016.
- 9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3)
- 10. Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, em 16-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2016, da Lideranca do PSDB.
- 11. Designado o Deputado Alex Manente, como membro suplente, em substituição ao Deputado Raul Jungmann, na Sessão do Senado Federal de 17.05.2016, conforme Ofício nº 68, da Liderança do PPS.
- 12. Designado, como membro titular, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do PSDB.
- 13. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Gladson Cameli, e, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
- 14. Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Roberto Góes, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 112, de 2016, da Liderança do PDT.
- 15. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Rogério, em vaga existente, em 19-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2016, da Liderança do DEM.
- 16. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35, de 2016, da Liderança do LPT Bloco de Apoio do Governo.
- 17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Gualberto, em substituição ao Deputado Nelson Marquezan Junior, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 509, de 2016, da Liderança do PSDB.
- 18. Designado, como membro titular, o Deputado Ademir Camilo, em vaga existente, e, como membro suplente, a Deputada Jozi Araújo, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº S nº, de 2016, da Liderança do Bloco PTN PTdoB PSL.
- 19. Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 177, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
- 20. Designado, como membro titular, o Deputado Mário Negromonte Jr., em vaga existente, em 27-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 179, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
- 21. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, e, como membro suplente, o Senador Eunício Oliveira, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do PMDB E Bloco da Maioria.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo Telefone(s): (61) 3216-6892 E-mail: cmo.decom@camara.leg.br Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização eControle da Execução Orçamentária - CFIS

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros	

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido Membros

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido Membros

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às

mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Proxima Reunião: 15/06/2016 às 14:30

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES		
Maioria (PMDB)			
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO		
VAGO (21,22)	2. VAGO		
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO		
Bloco de Apoio ao Governo			
(PD	Γ, PT)		
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO		
Regina Sousa - PT/PI (2,25,28)	2. VAGO		
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)		
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO		
Bloco Socia	Bloco Social Democrata		
(PSDB, DEM, PV)			
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP		
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)		
Bloco Parlamentar So	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia		
(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM		
Bloco Moderador			
(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)			
Zeze Perrella - PTB/MG (23)	1. Pedro Chaves - PSC/MS (23,24,26)		

Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 289

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES	
PMDB, PEN		
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS	
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)	
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)	
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)	
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB		
Angelim - PT/AC	Alessandro Molon - REDE/RJ	
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)	
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)	
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)	
PSDB, PSB		
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP	
Arnaldo Jordy - PPS/PA (27)	2. Janete Capiberibe - PSB/AP	
PDT (1)		
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)	

- 1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- 2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana "Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
- 4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
- 5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
- 6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
- 8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
- 9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
- 10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
- 11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
- 12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
- 13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
- 14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas CMMC
- 15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Lideranca do Bloco da Maioria.
- 17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Lideranca do PR.
- 18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
- 19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
- 20. Mesa eleita em 16-03-2016.

- 21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
- 22. Deixa de compor a Comissão nos termos do Ofício nº 103/2016, lido na sessão do Senado Federal de 09/06/2016 (DSF 10/06/2016), da Lideranca do PMDB no Senado Federal.
- 23. Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
- 24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).
- 25. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12/05/2016.
- 26. Designado, como membro súplente, a Senador Pedro Chaves, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
- 27. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 1-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 105, de 2016, das Lideranças do PSB, PV e PPS.
- 28. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum Telefone(s): (61) 3303-3534 E-mail: cocm@senado.gov.br Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 291

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) **VICE-PRESIDENTE**: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)

Líder da Maioria

Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)

Líder da Minoria

Deputado José Guimarães (PT/CE)

Deputado indicado pela Liderança da Maioria

Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)

Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)

Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)

SENADO FEDERAL

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador José Agripino (DEM/RN) (8,9)

Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria

Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)

Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)

Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

- 1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015
- 2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015
- 3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- 4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- 5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- 6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- 7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
- 8. O Senador Álvaro Dias deixou de exercer a função de Líder da Minoria em 07.01.2016.
- 9. O Senador José Agripino passou a exercer a função de Líder do Bloco Parlamentar da Oposição a partir de 16.02.2016.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva Telefone(s): 61 3303-3502 E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015 **Instalação:** 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES	
Maioria (PMDB)		
Simone Tebet - PMDB/MS	1. Kátia Abreu - PMDB/TO (27,28)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO	
Marta Suplicy - PMDB/SP (24,27,28)	3. VAGO	
Bloco de Apo	o ao Governo	
(PD1	T, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN	
Regina Sousa - PT/PI (26)	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (26)	
Bloco Social Democrata		
(PSDB, DEM, PV)		
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO	
VAGO	2. VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia		
(PCdoB, PPS, PSB, REDE)		
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	Lídice da Mata - PSB/BA	
Bloco Moderador		
(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)		
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)	
PP		
Ana Amélia - RS	1. VAGO	

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES	
PMDE	B, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. VAGO (25)	
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO	
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG	
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ	
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA	
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ	
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)	
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)	
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO	
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO	
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO	
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO	
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB		
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA	
VAGO (12)	2. VAGO (12)	
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/CE (15)	
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)	
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)	
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA	
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO	
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO	
PSDB	, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)	
Carmen Zanotto - PPS/SC 2. VAGO		
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO	
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO	
AGO (13) 5. VAGO		
ariana Carvalho - PSDB/RO (10) 6. VAGO		
PDT		
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)	
PSOL (1)		
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO	

- 1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- 2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
- 3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
- 4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
- 5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
- 6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
- 7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

- 8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Lideranca do PDT.
- 10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
- 11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- 12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
- 13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Lideranca do PSDB.
- 14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
- 16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
- 18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
- 19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
- 20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
- 21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
- 22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
- 23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).
- 24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Eduardo Braga, em 22-04-2016 (Senado Federal).
- 25. A Deputada Cristiane Brasil deixa de ser membro suplente em 10/05/2016, conforme Ofício nº 132, de 2016, da Liderança do PRB.
- 26. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em substituição à Senadora Marta Suplicy, e, como membro suplente, o Senador Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Regina Sousa, em 7-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2016, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 27. Designada, como membro titular, a Senadora Marta Suplicy, em vaga existente, e, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 9-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 104, de 2016, da Liderança do PMDB.
- 28. Designada, como membro titular, a Senadora Marta Suplicy, em vaga existente, e, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 9-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 104, de 2016, da Liderança do PMDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero Telefone(s): 61 3303-3504 E-mail: cocm@senado.leg.br

CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015 Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	
Deputado Sergio Zveiter	
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)	
Deputado Bruno Araújo	
VAGO	

SENADO FEDERAL		
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)		
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)		
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)		
Senador Jorge Viana (PT/AC)		
Senador Walter Pinheiro		
Senador Blairo Maggi		
VAGO		

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) 1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR) 2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo		
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)	
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (24)	
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC	
Maioria (PMDB)		
VAGO (8)	Waldemir Moka - PMDB/MS	
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC	
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO	
Bloco Social Democrata		
Paulo Bauer - PSDB/SC 1. VAGO		
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia		
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	Lídice da Mata - PSB/BA	
Bloco Moderador		
Cidinho Santos - PR/MT (21)	Eduardo Amorim - PSC/SE	

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES	
PMDB, PEN		
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS	
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR	
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS	
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19)	
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI (14)	
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE	
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR	
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)	
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)	
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)	
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO	
PSD		
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES	
Benedita da Silva	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)	
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ	
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC	
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. VAGO	
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)	
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)	
Remídio Monai - PR/RR (22)	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)	
PSDB	, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)	
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)	
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)	
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)	
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20)	
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO	
PDT		
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA	
PSOL		
Jean Wyllys - RJ	1. Angela Albino - PCdoB/SC (23)	

- 1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- 2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- 4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- 6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

- 7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- 8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- 9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- 10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
- 11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
- 12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
- 13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
- 14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
- 15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
- 16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
- 17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
- 18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
- 19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
- 20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
- 21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
- 22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.
- 23. Designada, como membro suplente, a Deputada Ángela Albino, em vaga existente, em 6-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2016, da Liderança do PSOL.
- 24. Designada, como membro suplente, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Angela Portela, em 8-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 42, de 2016, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal **Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente

Deputado Eduardo Cunha

1º Vice-Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR/PR)

1º Secretário

Deputado Beto Mansur (PRB/SP)

2º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)

3º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)

4º Secretário

Deputado Alex Canziani (PTB/PR)

Líder da Maioria

VAGO

Líder da Minoria

Deputado Bruno Araújo

Presidente da Comissão de Constituição e Justica e de Cidadania

Deputado Arthur Lira (PP/AL)

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Senador Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Senador Vicentinho Alves (PR/TO)

2º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB/MG)

3º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP/AC)

4º Secretário

Senadora Angela Portela (PT/RR)

Líder do Bloco Parlamentar da Maioria

VAGO

Líder do Bloco Parlamentar Minoria

Senador Alvaro Dias (PV/PR)

Presidente da Comissão de Constituição, Justica e Cidadania

Senador José Maranhão (PMDB/PB)

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256 Fax: 3303-5260

saop@senado.leg.br

Junho de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Quarta-feira 15 301

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991, Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013 COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado (1)
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos (1)

Eleição Geral: 05/06/2002 Eleição Geral: 22/12/2004 Eleição Geral: 17/07/2012 Eleição Geral: 08/07/2015

		3
LEI N° 8.389/91, ART. 4°	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado (2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão (5)

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (3)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

- 1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
- 2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal)
- 3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/ n HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
- 4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
- 5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado 0800 61 2211

